

~~B. S. 9/5 - 4~~

B. S. 9/5 - 4

Gil Vicente

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE EGAS MONIZ, 87 — GUIMARÃIS

COMPOSTO E IMPRESSO NA
TIPOGRAFIA MARQUES
RUA DE CAMÕES, 75 — PORTO



Gil Vicente

IX VOLUME

Directores:

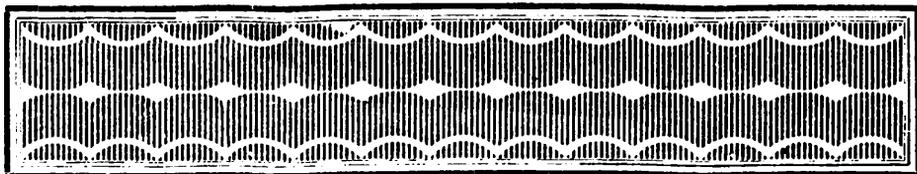
D. José Ferrão
Manuel Alves de Oliveira

GUIMARÃIS
1933

*Não querais ser Genoeses,
Senão muito Portuguezes
E morar em casas pardas!*

A. Dória fecit

SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO
~~~~~  
BIBLIOTECA



# Rei morto, Rei posto

---

## UNIÃO MONÁRQUICA

*Integralismo Lusitano, a bela Revista de Estudos Portugueses superiormente dirigida pelos nossos queridos camaradas Snrs. Drs. Luiz de Almeida Braga e Hipólito Raposo, publicou no fascículo IX, do volume I (1932), os documentos relativos à União Monárquica em volta do Senhor Dom Duarte II, que queremos arquivar, também, nas páginas da nossa revista. São documentos de alto valor histórico que abrem novos horizontes de fé e de esperança no futuro de Portugal.*

**N**o dia 2 de Julho do corrente ano, falecia sem descendentes o Senhor Dom Manuel II que a República destronára em 1910. Competia aos Portugueses que acatavam a sua realeza e que não abdicavam o seu primeiro dever de monárquicos, reconhecer-Lhe o legítimo Sucessor, nos termos das antigas leis.

Para homens leais, para portugueses de boa-fé, nenhuma hesitação podia haver, dado que um só Príncipe reünia as condições exigidas para ocupar o Trono de Portugal — o Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança, representante da Legitimidade Dinástica e já também reconhecido como Rei pelo Integralismo Lusitano, desde 1920.

Diversas tentativas fôram feitas para regular a questão dinástica, desde a proclamação da República, as quais tôdas se malograram, por culpa dos negociadores ou por influências alheias aos melhores propósitos dos dois ramos da Família Real Portuguesa.

Mas a vontade do Senhor Dom Manuel ficou bem expressa, quer

nas intenções reveladas, quer em vários documentos, muitos dêles já publicados, e que constituem, pelo seu significado iniludível, um verdadeiro testamento político.

Por último, as próprias divergências de doutrina política deixaram de pesar no ânimo do Senhor Dom Manuel, como se vê pela seguinte carta, escrita há mais de dois anos :

30 de Setembro de 1930.

Meu querido João Coutinho

Acerca de uma questão de extrema importância, não só para a Causa Monárquica, mas para o País, que agora estudámos durante as nossas conversas — questão de entendimento com o partido Miguelista e a Junta Central do Integralismo — tenho a declarar solenemente que, por Minha parte, só ponho uma condição, mas essa absolutamente indispensável: que D. Duarte Nuno e seus partidários Me reconheçam oficialmente como Rei de Portugal.

Creia-me sempre, meu querido João Coutinho, um seu muito amigo

MANUEL R.

Após a sua morte, obedecendo lealmente a um imperativo de portugueses e de monárquicos e seguindo também com escrupulosa fidelidade, as indicações do seu falecido Soberano, os representantes da Causa Monárquica, depois de haverem reconhecido no Senhor Dom Duarte II os títulos da sucessão ao Trono, dirigiram-Lhe o documento que a seguir transcrevemos :

**Votos apresentados a S. A. R. o Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança, pelos Corpos Directivos da Causa Monárquica**

Os Corpos Directivos da Causa Monárquica, tendo reconhecido na Augusta Pessoa de S. A. R. o Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança todos os títulos de sucessor de El-Rei o Senhor Dom Manuel II, e tendo, por consequente, decidido fazer a sua aclamação como Rei legítimo de Portugal, pedem respeitosa e por meu intermédio, para desde já, submeterem à consideração de S. A. R. os seguintes votos, exprimindo orientações fundamentais desta Causa, na esperança de que, sendo aprovados por S. A. R. constituam uma feliz expressão, neste momento solene, daquele íntimo acôrdo que deve sempre existir entre o Príncipe e a Nação, além de significar também a continuidade, no novo reinado, das tradições gloriosas de El-Rei Dom Manuel II, votos de :

1.º — Que seja integralmente mantido o pensamento político, de El-Rei D. Manuel caracterizado pela orientação de, pondo sempre Portugal acima de tudo, se

considerar Rei de todos os monárquicos e de todos os portugueses, fôsse qual fôsse a sua corrente de opinião, e não Rei de grupos ou facções políticas.

2.º — Que seja devidamente defendida a Religião e assegurados os direitos da Igreja.



EL-REI D. DUARTE II

Causa Monárquica, dissolvidas todas as agremiações de carácter especial, hoje existentes, seja de futuro formada pelos seguintes elementos :

- a) uma representação pessoal do Rei ;
- b) uma representação política do Rei, constituída por um Lugar-Tenente, assistido dos seus adjuntos, para o coadjuvarem e eventualmente substituí-

3.º — Que seja mantida

a nossa secular aliança com a Grã-Bretanha, e, como sinal dessa orientação, logo após a aclamação, seja êsse feliz sucesso levado ao conhecimento de Sua Magestade o Rei de Inglaterra.

4.º — Que, até que as Côrtes Gerais precisem e aprovelem o Estatuto nacional, seja doutrina oficial da Causa Monárquica um programa inspirado em princípios semelhantes aos daquele que o Governador da Ditadura, interpretando o pensamento da Nação, apresentou em 30 de Julho de 1930 na Sala do Risco e que El-Rei D. Manuel classificou de perfeito, para o actual momento, em sua carta de Setembro de 1930 ao seu Lugar-Tenente.

5.º — Que a organização política da

rem, o qual nomeará por ordem e em nome de El-Rei as organizações convenientes, nas quais serão representadas as várias correntes que vão integrar-se na Causa Monárquica ;

c) um representante das organizações directivas da Causa Monárquica que poderá estar junto do Rei, para o acompanhar no lugar da sua residência.

6.º — Que a nomeação para lugares de direcção, importe para os titulares, a leal aceitação do programa oficial da Causa Monárquica e a escolha do representante político recaia em pessoa que, sendo da inteira confiança de El-Rei, possa garantir a necessária continuidade com a politica anteriormente seguida e o mais perfeito entendimento dos vários agrupamentos politicos que vão juntar-se numa só organização.

7.º — Que continue a ser dado todo o apoio à Ditadura Nacional, enquanto o bem público assim o exigir.

Pelos corpos dirigentes da Causa Monárquica,

JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO.

A esta exposição de votos políticos dignou-se El-Rei Dom Duarte II responder nos termos que vamos reproduzir :

Seebenstein, 25 de Setembro-32

Meu caro João de Azevedo Coutinho :

Muito lhe agradeço a sua carta de alta importância, e tenho o gosto de poder dizer-lhe que aprovo todos os votos que me são submetidos pela Causa Monárquica, pois o seu espirito está dentro dos meus princípios e da minha orientação política.

Desta fazem parte, com efeito, a completa ortodoxia em matéria religiosa, o princípio de me considerar Rei de todos os portugueses e não Rei de qualquer grupo político, a regra de apoiar tudo o que a vida portuguesa nos deu ou nos vier a dar de útil à Nação e, como tal, o esforço nacionalista da actual Ditadura ; finalmente, em politica externa, o propósito de manter a nossa secular aliança com a Grã-Bretanha, no leal cumprimento e efectivação dos respectivos deveres e direitos.

Aprovo plenamente também o programa para a organização politica da nossa União Monárquica, contido no ponto 5.º da sua carta.

Pelo que diz respeito à doutrina oficial da Causa Monárquica, não tendo eu próprio outra que não seja a da constituição natural e histórica da Nação, entendo que esta Causa não pôde impôr como sua uma rigida ideologia de escola ou de partido ; pelo contrário, ela é que deve integrar-se dòcilmente no pensamento de Portugal, em via de salvar-se e libertar-se a si mesmo.

Ora, sabe-se como a Nação chegou por si própria à afirmação (bem clara no programa de 30 de Julho de 1930) daqueles princípios nacionalistas, geradores e conservadores da Pátria, à totalidade dos quais foi sempre fiel o meu programa dinástico ; e também é notório que o Rei D. Manuel II, meu malogrado Primo, juntou às suas bene-

merências nacionais a da sinceridade e inteligência com que, em documentos vários, soube formular os mesmos princípios fundamentais da teoria monárquica.

Desta sorte, o voto que me é submetido sôbre a doutrina oficial da Causa Monárquica, tomo-o como a expressão daquela unidade de pensamento que a todos os junta na fé portuguesa de uma Monarquia cristã, fundada na Família, corporativa e representativa, ao mesmo tempo autoritária pela atribuição ao Rei da função governativa e da suprema sanção das leis, e libertadora pelo reconhecimento de todas as legítimas liberdades e autonomias, — Monarquia que seja verdadeiramente a garantia do bem comum e a salvaguarda do interesse e da honra nacional contra a corrupção da política interna e, sobretudo, contra a ameaça do inimigo externo.

Estes são os princípios essenciais da Doutrina Monárquica, capazes, pela sua maior evidência, de conciliar a mais larga adesão dos portugueses de boa fé e de boa vontade. Com a sua orientação corporativa e nacionalista coincide o programa de 30 de Julho de 1930, mas, a mais do que essa orientação, contém uma perfeita fidelidade à natureza da Pátria, a necessária e clara afirmação cristã e monárquica.

Tais princípios bastam como doutrina oficial da União Monárquica, enquanto não chega o dia em que a Nação, de todo renascida e liberta, nas suas Côrtes Gerais, representativas das instituições, corporações e regiões que a constituem, precise e aprove o definitivo Estatuto Nacional.

Quanto à organização futura da nossa União Monárquica, desejoso de manifestar a minha plena confiança, tanto àquêles que com lealdade portuguesa se prepararam para ser os meus novos soldados e companheiros nas lutas pela Pátria, como àquêles que me têm acompanhado com heróica fidelidade nessas mesmas lutas, uns e outros cheios de sacrifícios e gloriosos serviços à Nação e à Monarquia, os quais em nome de Portugal agradeço e sempre agradecerei, eu determinei nomeá-lo, a Si, meu caro João de Azevedo Coutinho, como meu Lugar-Tenente. Com esta nomeação, eu quero, com efeito, reconhecer não só os seus altíssimos serviços à Pátria e à Monarquia e, em especial, os seus recentes e beneméritos esforços para assegurar a união de tódos os monárquicos, como também a circunstância feliz de coincidir com a minha, a confiança que em João de Azevedo Coutinho têm tódas as correntes políticas que vão agora fundir-se numa só organização. A-pesar-de estar informado de que o meu caro João de Azevedo Coutinho aspira a um repouso que pareceria legítimo, com uma tão larga fôlha de serviços como a sua, eu lhe peço, em nome dos altos interesses da Causa, que aceite esta nomeação.

Rogo a Deus que tenha o meu caro João de Azevedo Coutinho em Sua Santa Guarda.

Seu muito afeiçoado,

DUARTE.

Para ser dado conhecimento aos monárquicos dos documentos que ficam transcritos e cuja importância política e histórica desnecessário é encarecer, foi convocada uma reunião para o dia 19 de Outubro passado. Impedida a sua realização pela polícia do Govêrno da República, dentro da sala designada no aviso convocatório, noutra local teve de efectuar-se a respectiva sessão, de onde emanou o seguinte manifesto de proclamação

que, consagrando e firmando as bases da União Monárquica, põe termo à discórdia civil de mais de um século :

### Aos Monárquicos Portugueses

Por grande desgraça e luto de Portugal foi Deus servido chamar a si o nosso Rei, Senhor D. Manuel II, cuja memória de bondade, desdita e gloriosos serviços à Pátria, tódos os portugueses veneram e honram.

Considerando que, perante êste doloroso e inesperado acontecimento, importa acatar e aplicar as regras do sistema monárquico, que asseguram a sucessão Real ;

Considerando que a união de tódos os monárquicos é indispensável neste momento mais que nunca, por motivos de ordem nacional e internacional ;

Considerando que as normas do direito, acordes com o sentimento público, fazem recair a necessária sucessão de El-Rei na pessoa de Sua Alteza o príncipe D. Duarte de Bragança ;

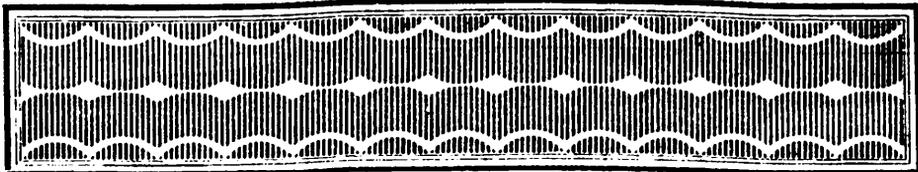
Considerando que as doutrinas que Sua Alteza Real se dignou aprovar em carta que me dirigiu, se identificam com o pensamento político claramente manifestado por El-Rei D. Manuel II em vários documentos ;

Ouvidos o Conselho da Lugar-Tenência, o Conselho Político e a Comissão Executiva da Causa Monárquica, membros dos anteriores Conselhos, Direcção das Juventudes Monárquicas, delegados distritais, antigos ministros, parlamentares, governadores civis e senadores monárquicos, antigos combatentes e representantes da imprensa monárquica :

Em nome da Causa que tenho representado, reconheço e proclamo, num brado de fé e patriotismo, como já o fizeram os outros grupos monárquicos, Rei legítimo de Portugal, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte de Bragança.

JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO.

Unificados, desde agora, no pensamento, na pessoa do Rei e nas direcções da acção, aos monárquicos portugueses, capazes de honrar a responsabilidade e o dever de tal título, abre a História um período novo, no qual a sua doutrina de verdade política, o seu espírito de sacrificio e o seu patriotismo vão constituir a reserva e a esperança da definitiva salvação pública, por mandato da Nação, à voz de Dom Duarte II, Rei de Portugal.



# António Sardinha e a sua missão

por PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA

**T**UDO o que as novas gerações trouxeram de motivos de esperança para Portugal, foi anunciado por António Sardinha. Foi êle o profeta da boa nova, o mestre iluminado que descobriu e preparou as veredas da salvação, que pelo poder do seu apêlo soube acordar para a luta o coração da mocidade e lhe deu o impulso que criou entre nós a única fôrça consciente de reacção.

No alvorecer do movimento doutrinário em que António Sardinha foi o primeiro e o maior, no consenso unânime dos seus companheiros, o panorama de ideias que a nação oferecia af ao redor de 1914 era realmente de confranger : ocupando o poder, o batuque democrático empenhado em capealizar o país de norte a sul ; na reacção, a massa heterogénea dos desiludidos e dos descontentes ; e para além das fronteiras do regime — a despeito dos esforços de muitos cuja visão andava mais longe — a velha causa monárquica inglóriamente aferrada à superstição da carta e do caciquismo eleitoral.

O perigo que esta indigência doutrinária e ideológica representava, tanto para o nosso futuro de nação livre como para a nossa própria posição no concerto dos povos civilizados ante o ciclo sombrio que a guerra veio abrir, não precisa certamente de ser encarecido.

As ideias são tanto as almas dos povos como das civilizações. Quando o espírito se evola e, dentro, no coração das coisas, nada resta que as justifique, não admira que a decomposição da matéria surja e precipite a derrocada.

É esta a causa profunda do mal dos nossos dias e ninguém melhor do que António Sardinha denunciou e procurou conjurar o perigo.

Extinta a sua voz de mestre incomparável, hirta a nobre mão que tanto escreveu ao serviço da verdade, ficou, Deus louvado, a lista gloriosa das suas obras.

Os livros de António Sardinha são o documento de mais vibrante inteligência e duro protesto contra as ideias de morte que trouxeram o mundo moderno ao trágico e miserável lance em que nos encontramos.

Se a civilização não lograr desfazer o novelo de estupidez e de dissolvente inercia em que a democracia a enleou, tolhendo-lhe os mais elementares e lógicos movimentos de defeza perante os ventos maus que sopram da Asia, não nos reste dúvida que não ficará pedra sôbre pedra de tudo o que para aí está, obra dos homens sábios ou heroicos que o rodar dos tempos logrou acumular.

Não está ainda esquecido na galeria dos símbolos estultos, o alheamento dos intellectuais de Bisancio, quando sôbre as muralhas da cidade os defensores eram poucos para resistir ao assalto do turco, infiel e sanguinário.

Quantas forças negativas e ocultas não são a causa dos mil alheamentos que hoje se notam, apesar da trovoada que se encastela ! Que mais temerosa subversão que aquela que a ameaça comunista a todo o momento ensaia, apoiada nas dôres e na miséria destes tempos sombrios ? Que problema mais grave a resolver do que corrigir com firmeza o desvio duma civilização demasiado afastada das coisas do espírito e carregada dos pecados de mais dum século de liberalismo absurdo ?

Pois não foi só em Bisancio que muitos dos homens responsáveis fecharam os olhos e foram acumulando culpas sôbre culpas.

O alto comércio internacional, apesar das sucessivas desilusões e dos créditos gelados, mal resiste à tentação de negociar com a Russia dos sovietes, aquela mesma Russia que prepara em universidades especiais os peritos da revolução universal.

No seio da camada burguesa há lentes de escolas superiores, romancistas, oficiais do exército, homens dos jornais que se dizem simpatizantes do comunismo e com olhos de doidos mansos ou com sorrisos cínicos, vão semeando o veneno à sua volta.

São do maravilhoso estudo de António Sardinha, *«Adiante, por sobre os cadaveres»*, publicado em 1924, as linhas que seguem :

«Das agitadas combinações em que a Europa se debate depois da guerra, o que resulta já bem visível, já bem palpável, é êsse apêlo para uma vontade responsável e definida que confira consciência e personalidade à acefalia e ao anonimato do Estado democrático».

E depois de observar que a *«nova ordem não brotaria dum jacto das entranhas enfermas da sociedade, tal como Minerva armada de casco e lança, brotou da cabeça de Júpiter»*, António Sardinha concluía que o grande problema dos povos modernos, era o problema das suas *«élites»*, duma massa dirigente culta, consciente e responsável, que soubesse velar pelo património espiritual da civilização, facho que ameaça tombar por falta de mãos que o transmitam.

E para que não restássem dúvidas sôbre o caminho a seguir, Sardinha contrapunha à *«anarquia mongol»* que nos ameaça a *«ordem cristã»* que defendemos e representamos, deixando êste aviso solene aos seus contemporâneos :

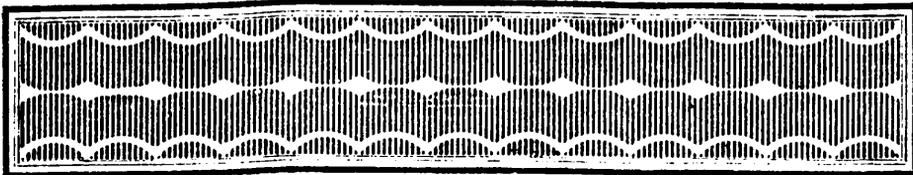
*« — A ordem, sinónimo de Civilização, só se restaurará pelos mesmos princípios porque, nos horisontes já brumosos da história, um dia foi possível. Sem a plena instauração de tais princípios, o caos voltará a soltar o seu rugido infrene, voltará a negra confusão primitiva ».*

Portugal teve em António Sardinha o seu profeta dos tempos modernos.

Todo o ardôr heroico das novas gerações, que em Portugal vem lutando e resistindo contra a superstição democrática e internacionalista, tudo o que entre nós tem sido vitórias e motivos de esperança no esforço que ainda dura porque o não teem sabido aproveitar e transformar em conquista definitiva contra os inimigos do interior, tudo é obra de António Sardinha, do seu pensamento generoso e criador.

E porque em boa verdade vos digo que foi aquele que há oito anos dorme sob os ciprestes da sua linda vila de Monforte o grande mestre da contra-revolução em Portugal, esperemos que as gerações novas mantenham bem vivo o culto do seu pensamento, que ainda de longe nos comanda.





# Cartas sem franquia

---

II

A CARLOS Z...

Outubro.

Caro Amigo :

**F**ALEMOS pois do pobre Luís, já que Você com tanta insistência me pede que dêle lhe fale. É sempre doloroso recordar um ser que morreu; mais doloroso ainda é lembrar alguém a quem uma sólida amizade nos ligou e que já não é dêste mundo. Mas, para mim pelo menos, é grato muitas vezes reviver as horas do passado, ainda que elas me tragam de quando em quando o travo da saúde.

Há três meses que, numa tarde doirada de Julho, levamos a enterrar o pobre Luís de Carvalho. Três meses... E a mim parece-me que acabei neste momento de galgar, com um soluço na garganta, a suave encosta do monte onde está o poético e pequeno cemitério da aldeiazinha de M... a acompanhar o caixão do querido morto, coberto de flôres. O seu corpo esguio de valetudinário repousa, enfim, à sombra melancólica dos ciprestes, em campa rasa, como era da sua vontade. Mas, mão anónima — e feminina, tenho a certeza — tomou a peito não deixar murchar nas duas pequenas jarras de faiança as lindas rosas de Alexandria de que êle em vida tanto gostou. Já voltei três vezes a vizitar o querido Luís e sempre lá vi as jarras floridas de fresco. Se eu padecesse de retórica dir-lhe-ia, dilecto Amigo, que por entre as pétalas aveludadas vi tremer uma lágrima. Mas não, eu não vi tremer essa poética lágrima, embora a adivinhasse — lágrima amarga de saúde, lágrima pungente de amor.

É verdade: o corpo, aquele corpo branco e magro de doente repousa ali, no còval, há três meses; mas o seu espírito, aquele espírito sub-

til de frio analista das paixões humanas, êsse continua a viver aqui ao meu lado, ao lado de todos os que, não tendo uma pedra no lugar do coração, o conheceram e o amaram.

O Luís era um bom e, como bom, modesto. Conhecia o seu talento, mas, odiando o cabotinismo feito só de exterioridades, manteve-se toda a vida desconhecido. A sua obra, fruto dum talento maravilhoso e onde por vezes perpassa a febre do génio, essa continua inédita, guardada nas gavetas da sua secretária, naquela casinha entre jardins da linda aldeia de M... Êste rapaz que agora morreu, como Fradique, não deixou uma obra impressa. Contudo quem, neste país admirável «onde florescem a laranjeira e o conselheiro Acácio», escreveu com mais profundidade e mais elegância?

Quere você, caro Amigo, saber como nasceu e se desenvolveu o talento do Luís? Mais do que qualquer outro amigo posso eu dizer-lho porque fomos íntimos desde que na escola primária partilhámos os mesmos lanches até que, em Coimbra, juntos nos despedimos melancólicos do Penedo da Saúde.

Como Você sabe o Luís era fraco e branco, de olhar encoivado e lábios descòrados. De muito novo o preocupou o intelecto e o assaltou a febre de saber. Porque a grande paixão daquele pobre talento incompreendido foi a ciência; depois a Arte, qualquer que fôsse a sua manifestação. Amava-as a ambas com o mesmo amor entranhado, um amor feito de fogosos arrebatamentos e de placidês fleumática.

No colégio, enquanto eu, de génio violento e combativo, me entretinha a organizar ferozes batalhões, o Luís, só, esquecido a um canto, perdia-se na leitura de algum velho cartapácio da biblioteca do avô, velho erudito e elegante, riquíssimo e sibarita. Cresceu; fumou distraidamente os primeiros cigarros—vício que se desenvolveu nele extraordinariamente—, amou perdidamente uma mulher com um amor todo inocências e romantismos à Lamartine, devorou os livros do avô em febris leituras que lhe tomavam a noite toda, fez o 7.º ano com uma despreocupação que nos espantou e, já no 1.º de Direito acompanhou o avô a Paris, a Madrid e a Roma, viu mundo, sofreu as primeiras desilusões amorosas e os primeiros choques dêste mundo que se putrefaz, viveu sobretudo as horas angustiosas de 1914 quando, debaixo da metralha, teve de fugir para a pátria deante da invasão alemã; o Luís estava então em Liège de visita a êsse outro dilecto amigo nosso, o Jean Dauven, morto depois heroicamente como Psichari na retirada de Charleroi.

Voltou a Portugal, regressou à velha Coimbra e com um entusiasmo novo nele prègou a nossa intervenção no medonho conflito das Nações.

Os derrotistas e aqueles que melhor compreendiam a inutilidade da luta *soi-disant* do Direito e da Justiça, diziam-lhe que o dever de Portugal era conservar-se neutral. O Luís, feroso, com a face branca tingida dum leve rubor fugitivo, bradava: — Não! Não! É preciso lá ir, ao *front* e ver as obras da *kultur*! É preciso analisar com os olhos, mas sobretudo com a alma em luto, os estragos que elles fazem para se ver que o dever de todo o povo civilizado é esmagar a Alemanha! Em volta discordava-se ou aplaudia-se e quando Portugal entrou na guerra foi elle um dos primeiros a alistar-se. Recusaram-no, porém; a sua precária saúde não lhe permitia envergar o uniforme e ir bater-se ao lado de tantos companheiros nossos que para sempre lá ficaram nos campos da Flandres ou nos desertos da África.

Tinha 20 anos quando publicou num jornal escolar, a «Alma Nova» o seu primeiro conto, onde vizionava a figura heroica de Ney tombando sob as balas da Restauração. Aos 21 escreveu os seus primeiros e creio que unicos versos, os quais guardo com o fervor de um devoto. Mas, a-pesar-de possuir um estro duma limpidez de cristal e uma lira doirada onde refulgiam as mais belas gemas, a glória do Luís estava sobretudo na prosa, uma prosa cuidada, serena às vezes, outras impetuosa, mas sempre elegante, nobre, feita de fulgurantes imagens e de vôos magnificos, muito diferente da prosa empolada e artificial dos nossos académicos, ou daquela outra prosa retorcida e idiota dos nossos jôvenes escritores futuristas que supoem ser indício de talento atirar pontapés à syntaxe.

Mas quê? Ao Luís repugnava o contacto com o vulgo. Guardava, por isso avaramente na sua gaveta todas as composições magnificas as quais costumava ler sòmente aos raros amigos que o vizitavam. Desde a «Alma Nova» nunca mais publicou nada. Os revezes da vida, uma falência ruídosa, um caso embrulhado de letras protestadas, a doença, levaram o Avô à pobreza e da pobreza à sepultura. Seu Pai, o espírito gasto pelo estudo, o corpo alquebrado pela doença, havia muito que o precedera. E o pobre Luís ficou só, pobre, quasi indigente, naquela miséria doirada mil vezes pior que a outra, a que pede de porta-em-porta, obrigado a dar lições para viver, com a alma amargurada e o coração partido pela dôr. Lentamente a sua alma, como vela ao vento proceloso, foi-se esfarrapando aos bocados até acabar naquella quasi imbecilidade dos ultimos dias.

Mas nunca naquelle espírito de eleição se apagou de todo a chama brilhante da esperança. Constantemente, mesmo nos momentos mais augustosos, esperava o inesperado. Num belo *ex-libris* — um coração em chamas subindo, entre duas mãos erguidas, numa ascese para o Infinito

— o Luís simbolizava aquela esperança que aquècia a sua alma, aspirando perenemente a uma atmosfera plácida e onde o pensamento abrangesse as elevadas regiões da Beleza Eterna.

E um dia uma nova chama mais bela, mais forte, mais alta, brilhou no ceu negro da sua desdita — a Fé. Muito bem me recordo dêsse instante de divina espiritualidade. Iamos os dois, silenciosos, atravessando um pinhal, à beira-mar. Corria uma ténue brisa que fazia ramalhar dôcemente os pinheiros e punha na tarde melancólica um frémite precoce de outôno. O sol baixava, perto chilreava um pássaro qualquer, corria junto de nós um regato transparente e os dois marchavamos a-par calados. O sol descaiu mais, uma penumbra discreta principiou a envolver-nos, calou-se a avezinha, pareceu-me que até o regato se calára e fez-se o grande silêncio que precede a noite: — as coisas adormeciam. Súbito um tanger de sinos, afastado e quási plangente, cortou o silêncio; eram as Avé-Marias. Descobri-me. E o Luís, aquele revoltado de outrora, o « Robespierre em embrião » (na frase de outro camarada já desaparecido), parou e ficou como que atônito; pareceu-me que ressuscitara e viera dum outro mundo onde os sêres fôssem diferentes e a natureza diversa; olhou vagamente os pinheiros, tirou o chapéu e as lágrimas caíram-lhe a fio pela face branca. E quando a última badalada se perdeu na noite, êle, ainda com o chapéu na mão, chorava tremendo-lhe os lábios numa prece.

Daf datou a sua marcha incerta para a Luz. Leu mais. Procurou documentar a sua fé nascente. Freqüentou catequêses, conferências, todos os lugares retirados iluminados pela dôce luz evangélica. Principiou a entrever qualquer coisa de muito elevado e ao mesmo tempo muito simples, que até ali ignorara e lhe aparecia agora consoladora e acolhedora. Descobriu então entre outras verdades ocultas esta que tantos revoltados têm descoberto — o Evangelho. Estudou mais, sustentou tremendas controversias consigo próprio, devorou todos os filósofos tomistas, todos os exegetas, todos os sermonários, todos os livros de devoção. Não era raro vê-lo nos alfarrabistas, muito magro, os olhos com um círculo arroxeadado em volta, curvado sôbre velhos livros de devoção ou sobraçando outros já roídos de bicho e esfarrapados, mas dentro dos quais se escondia aquela esquiva fé que buscava.

E quando por fim alcançava a Cruz e, como o « Peregrino » de Bunyan, ia largar o fardo, surgiu-lhe na frente a imagem espectral da Dúvida com o sorriso escarninho de Voltaire e a barbicha rabínica de Anatole. Foi então que o Luís, aos encontrões, mal-refeito ainda do seu deslumbramento magnífico, entrou numa crise teme-

rosa, a mais terrível por que o seu espírito passou. Mas continuou a ler, leu sempre, leu muito, com o coração alanceado e o espírito perdido, como se a sua fé pudesse retemperar-se na leitura. E desvairado, sem um forte freio moral que o detivesse, precipitou-se na carreira vertiginosa do desespero, em tudo buscando a fé que lhe fugia. Desta tragédia íntima, passada toda dentro do seu cérebro, ou melhor desta luta entre o seu coração crente e o seu espírito ceptico, data essa estranha novela que se chama o *Homem do violino*, onde perpassa um sôpro goyêscio e em que a audácia das imagens ressalta com brilho estranho no fundo trágico e sombrio da psicologia do herói. Numa ânsia constante de perfeição rasgou os últimos capítulos que pensava refundir quando a morte sobreveio. Lembro-me muito bem de que nessa tarde eu, o Vargas e o Ledoux, saímos acabrunhados de sua casa como vergados sôb o pêso dum sonho espantoso de Dôr e de Tragédia. O *Homem do violino* era êle, êle Luís de Carvalho, cujo espírito andava sempre vogando numa atmosfera muito diferente daquela em que se agita êste mundo cúpido e incerto. Veio depois êsse magnífico quadro *Nazareno*, tela digna dum primitivo de gênio e onde a fé se afirmava alta e forte em cada palavra e em cada descrição. Seguiu-se-lhe um outro conto de claro-escuros à Rembrandt e que servia de quadro à *Princeza Ilse*. Até que chegou ao grande romance incompleto, *A Família Mont'Arroio* o qual coroaria a sua obra.

Para êle carregava materiais com um entusiasmo infantil, esboçando perfís de personagens, pesquisando casos psicológicos inéditos, pondo na figura do protagonista — êle! — todo o almoroso cuidado que uma noiva põe no seu vestido de bôda. Constantemente se deleitava relendo trechos de capítulos, em voz alta, passeando agitado pelo escritório, gesticulando, como falando a sombras que o perseguissem. Erguia assim lentamente a vasta architectura da obra que havia de dar-lhe o renome literário e ao mesmo tempo o primeiro lugar entre os psicólogos da nova geração. A morte, porém, não o deixou continuar, e *A Família Mont'Arroio* ficou assim um amontoado de notas onde, não obstante, há páginas de um brilho inexcêdível e duma pureza lingüística como só se encontra em Bernardes. Uma tarde serena de há dois meses, o Luís, mais magro, mais branco, com os lábios mais descòrados e o olhar ainda mais encòvado, sentou-se à janela do escritório, na aldeiazinha de M..., e quando ao longe — como outrora! — soavam as Avé-Marias, fêz o sinal da Cruz e dôcemente adormeceu murmurando: *Avé Maria cheia de graça...*

Sim, meu caro Amigo, o Luís morreu há três meses; aquela alma eleita esvaiu-se suavemente como o fumo dum cigarro que se apaga; o

corpo desapareceu sob a última pãzada do côveiro, mas a alma, aquela doce e cândida alma de visionário e de poeta, de-certo que se abrigou no seio de Deus como a de um justo que muito sofreu porque muito amou.

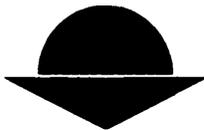
E o seu rasto magnífico ficou disperso pela sua obra incompleta e inédita que mãos amorosas de amigos vão breve publicar.

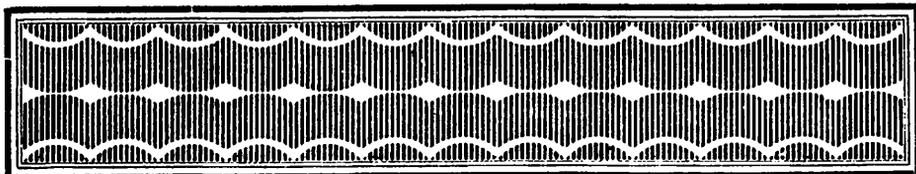
Adeus, meu caro Amigo. Perdoe-me se não satisfiz por completo o seu desejo. Mas é que recordar um grande Amigo que a morte levou é-me sumamente doloroso, e mais doloroso ainda é reviver os saüdosos momentos em que juntos brincamos, juntos estudamos, juntos sofremos os duros embates da Vida e em que através de todas as vicissitudes eu vi com alegria aquele belo espírito caminhar, embora por vias bem tortuosas, para a Luz que o iluminou à hora da morte.

Todo seu

JOÃO DA EGA

Pela cópia : António A. Dória.





# Qual devia ser a língua do Brasil? Qual o idioma brasileiro, teòricamente?

por ARLINDO VEIGA DOS SANTOS

**T**EMOS mais amiúde ouvido que lido sôbre o assunto da epígrafe. Qual devia sêr a língua do Brasil?

Pelo que alcançamos de outrem, deveria sêr idioma brasileiro a língua, ou, antes, a resultante do lavôr sôbre as línguas dos autoctones à qual se dá o nome de tupi-guarani, a «nheengatú», a língua-boua ou língua-de-gente, segundo os aborigenes.

É esta a opinião mais comum e talvez a geral, pois nunca ouvimos opinião que variasse muito dela. Se a tolice do sufrágio universal tivesse também o condão de fazer científica a opinião a peso de votos quantitativos (como se faz nas excelentíssimas repúblicas liberal-democráticas), já estabelecido estivera qual verdadeiro o alvitre referido.

Nesse caso, teria prevalência o direito da terra e do seu dono primitivo.

Não procede, contudo, o raciocínio dos que tal opinião defendem.

Não é histórico, nem verdadeiro, que a Pátria e Nação Brasileira seja obra puramente do Bugre, senão que efeito da luta, da dor, do trabalho, do sacrificio e da dedicação prodigiosa e épica das duas raças de côr — africana e indigena, e do português, de cuja mestiçagem deriva o que podemos hoje-em-dia dizer — a Raça Brasileira, que tem de absorver em si todos os mais elementos que começaram a nos vir de uns cincoenta anos para cá, não para formar nova Raça, mas para integrar-se na Raça tradicional advinda dos velhos troncos etnológicos.

Se o grande Brasil de hoje resulta do sacrifício e esforço dêsses três fortes grupos dentro da Terra de Santa Cruz, razão não há para que de um dêles tivesse prioridade a língua. Nunca se cogitou praticamente de tal problema no Estado Brasileiro. Por muito tempo as três línguas ou grupos delas se usaram a par e ao mesmo tempo, isto é, o português, o índio e o africano das nações aqui predominantes. Era o que, se bem nos lembra, se dava no original Estado dos Palmares.

Não predominou, porém, o direito do sólo, neste particular, nem o direito da maioria que havia de sêr, então, o das raças de côr, que deram mais numero à formação da Nacionalidade, indiscutivelmente, como à sociedade mostram as informações antigas.

\* \* \*

Pôsto que está de parte o direito da terra, resta o da gente formadora.

Aqui teremos os três grupos, não considerados numérica, senão funcional ou qualitativamente.

Prioridade biológica ou etnológica, não na reconhecemos a nenhuma das três raças; nisto, pômo-las em absoluto pé de igualdade. Sem embargo desta, em algo se diferenciavam: pela cultura e civilização, que era o apanágio dos Lusitanos, herdeiros das opulentas civilizações antigas e policiados pelos benefícios do Cristianismo.

Verdade é essa que se não pôde negar sem desaire. Não por nulos motivos «arianos»...

E, pois que é a língua instrumento de civilização e de cultura, e é a literatura duma língua o índice da magnificência do seu desenvolvimento, justo era que às língüagens bárbaras da Terra se preferisse o idioma culto dum dos elementos raciais formadores da Nação que se esboçava, idioma honrado por uma literatura tão brilhante, como jámais a teve mais vasta e rica um povo tão pequeno em todo o mundo.

Foi, por conseguinte, o facto do absoluto predomínio do Português um acontecimento em que a sociologia não contendeu com as razões científicas, ao contrário do que, mui de frequente se dá, visto como nem sempre à lógica obedece o movimento da formação dos povos ou de suas instituições.

Objectar-se-á, quem-sabe, a suposição de como se poderia dar incio à cultura do Tupí-guaraní, para que se impusesse, objecção que todavia não colhe, porquanto, para o direito preceder o facto, é mister que o facto exista... mas não existiu cá.

Isto pôsto, qual é o idioma brasileiro, teòricamente?

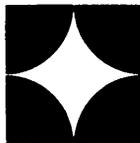
Uma vez que o Luso não foi assimilado pelo indigena idiomáticamente, nem pelos grupos africanos, e já que não prevalece o direito do solo nem o da maioria numérica, a língua brasileira é a própria língua actual, é o *Luso-brasileiro*, ao qual deram contribuição valiosa, maxime vocabular, os outros dois elementos tradicionais que com os Lusos formaram a Pátria Brasileira.

Assim sendo, não repugna, mas pelo contrário assenta muito bem, que ao nosso idioma se chame, se se quiser, *Brasileiro*, não em diminuição do Português, mas porque realmente o Luso-brasileiro é o nosso idioma nacional, logo *brasileiro*, o que aliás se não pôde dizer realisticamente do nheengatú, do boróro ou do mundurucú, do nagó ou do quimbundo.

\* \* \*

É pois, de facto e de juro o Luso-brasileiro o nossa materna língua, música que nos embala a infância, instrumento que manejamos na vida, lira em que cantamos as nossas alegrias, glórias e dôres, clarim que soamos nas guerras, incenso das nossas elevações a Deus, mensageiro das nossas loas à Virgem Mãe, saudade que deixamos à morte.

Cidade de S. Paulo (Brasil), 1932.



# Sentenças

I

**Se — Guimarães, perna torta,  
Pai dos cães — valor encerra,  
Este adágio não conforta  
Nem deprime a minha terra.**

II

**— Dêste pão não comerei.  
Não o digas nem por graça,  
Que pôde, um dia, passar,  
A' tua porta a desgraça.**

III

**— Mulheres de perto e chitas  
Ao longe. Pura ilusão.  
As Évas, perto ou distante,  
Enganam sempre um cristão.**

IV

*Duas sentenças de mágoa  
Que a mulher sente e suporta:*  
**— Nóras, nem de tirar água ...  
— Sogra, nem de barro à porta ...**

V

**— Trabalha e vencerás. Venho  
Lutando por meus ideais;  
Trabalho sempre, e que tenho?  
Ilusões, e nada mais.**

VI

**— Com paciência o Céu se ganha.  
Já o ganhei. É bom notar  
Que, porém, não tenho pressa  
De ocupar o meu lugar.**

VII

**— Muito riso, pouco siso,  
Lógo: nem muito nem pouco.  
Ri e sorri o preciso  
P'ra que não te chamem louco.**

VIII

*Não censure a vizinha  
Que da má fama não sai;  
Fica sabendo, menina,  
Que — em bom pano a nódoa cai.*

IX

**— O coração tem dois quartos.  
Pois o teu, doce Isabel,  
De tantos quartos que tem,  
Dá-me a impressão de um hotel.**

X

**— Foge do cão que não ladra  
(Esta vida é tão incerta.)  
E do homem que não fala.  
Boi sonso, marrada certa.**

XI

**— O corpo do pobre cabe  
Em roupa de toda a gente  
O pobre despreza o riso  
E o que quer é andar quente.**

XII

**— Culpas de nossos avós  
(O' doutrina dos sarilhos).  
Hemos de paga-las nós,  
Ou então os nossos filhos.**

(De um livro inédito).

Leão Martins.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1832

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Julho

**Dia 1** — Morreu o médico António José de Sousa Basto, morador atraz de S. Sebastião. Foi sepultado no dia seguinte na igreja dos Capuchos. (P. L.)

**Dia 3** — A vereação reuniu, em sessão extraordinária, para, em cumprimento do officio do desembargador da comarca, proceder à nomiação do tezoureiro geral e de um cobrador em cada uma das 4 freguezias da vila, para cobrar, receber e arrecadar o imposto das janelas, estabelecido pelo real decreto de 16 de Junho do corrente ano sendo nomeado tezoureiro geral da comarca Francisco José dos Santos e Silva «o Areias», proprietário, da rua Sapateira, e os 4 cobradores.

**Dia 8** — Chega a noticia da aproximação de D. Pedro com a sua gente à Beira Mar, tendo-se ouvido algum fôgo de artilharia. Em vista desta noticia expediram-se ordens aos juizes das freguezias, para que não consentissem que fôsse perturbado o socêgo público. As mesmas ordens se passaram às Ordenanças para que rondassem de dia e de noite. Á noite reuniu nesta vila muita gente das Ordenanças e a rondou tôda a noite. (P. L.)

**Dia 9** — Chegam, da cadeia da Povoia de Varzim, 3 presos políticos. (P. L.)

Ás 9 horas da noite chegou a noticia de ter entrado na cidade do Porto, ás 10 horas da manhã dêste mesmo dia, o senhor ex-imperador do Brazil, uma Regência em nome de sua filha snr.<sup>a</sup> D. Maria II (da qual era presidente com o titulo de Duque de Bragança), e um exército de 9 a 10 mil homens, compostos dos emigrados constitucionais que estavam na ilha dos Açôres, e de estrangeiros ingleses e franceses que vinham como voluntários. Tudo isto tinha principiado a desembarcar na tarde do dia antecedente, em Lavre, para as partes de Matosinhos, retirando a tropa do snr. D. Miguel que estava à Beira Mar, sem dar um tiro, e retirando-se do Porto para Lamego tôdas as autoridades e empregados. O povo, logo que a tropa retirou da cidade, levantou o grito : viva D. Maria II, a Carta Constitucional e o Regente pai da mesma Senhora ; e indo à Relação para soltar os presos políticos já achou a prisão arrombada e os não políticos a fugir, e não podendo obstar a que êstes não fugissem mataram dois carrascos que também iam a fugir. Logo que nesta vila se divulgou esta noticia, principiaram a sair para a aldeia imensos carros carregados de baús e caixões, e muita gente com troxas à cabeça. D. Pedro, logo que entrou no Porto, principiou a decretar como regente, publicando um manifesto e dando uma anistia. (P. L.)

**Dia 10** — Ás 6 horas da tarde principia a correr o boato (foi falso) de que vinham

entrar aqui os constitucionais de Fafe, o que fez muita gente fugir precipitadamente e outra fechar-se em casa. (P. L.)

\*

Principiaram a reunir as ordenanças do distrito desta vila para defender os direitos do sr. D. Miguel, sendo fornecidas de pão e tendo rancho, (de feijão e arroz que o corregedor mandou pedir para êste fim). (P. L.)

**Dia 11** -- Marcharam desta vila alguns milicianos de Basto que nela estavam, e ordenanças para repelirem os constitucionais de Fafe que andavam armados e tinham aclamado naquela vila a Snr.<sup>a</sup> D. Maria II e a Carta Constitucional; porém logo que tiveram noticia que os supraditos milicianos e ordenanças iam sôbre êles, retiraram tendo dado 1 tiro no capitão de milicias desta vila (o Africano, morador além do rio), que morreu poucas horas depois, tendo lá mesmo feito o seu testamento; veio em umas andas para a igreja de S. Francisco onde foi sepultado. As milicias e ordenanças voltaram para esta vila trazendo alguns presos. (P. L.) O capitão chamava-se José Moreira e morava na quinta da Africana, além de Fato.

**Dia 12** — Chegam pelo correio a esta vila alguns officios do sr. D. Pedro, datados do Porto, os quais eram dirigidos às autoridades locais, que nenhum caso fizeram dêles.

\*

Chegam aqui os restos do regimento de Valença, antigamente n.º 21, os quais estavam na sua praça e em Braga. Marcham no dia seguinte para o seu regimento. (P. L.)

\*

Suspendem-se as obras da reforma da igreja da Colegiada por causa do estado

crítico em que se achava a terra. (P. L.) Os fundos da fábrica foram para o Senhor D. Miguel.

**Dia 14** — Às 7 horas da manhã saíram as autoridades desta vila por terem noticia de ter chegado a tropa do Sr. D. Pedro a Vila Nova de Famalicão. Também se retirou muita gente ficando a vila quasi deserta. As autoridades, chegando a S. Romão de Mesão-frio, aí se demoraram algum tempo e jantaram em casa do abade (Joaquim de Sousa Queiroz). De tarde tornaram à vila e passando por algumas ruas dando vivas ao Sr. D. Miguel I, foram para Pinheiro. A tropa do Sr. D. Pedro, que chegou a Famalicão, foi para Braga, retirando-se daquela cidade o general interino da provincia, visconde de Monte-Alegre, as autoridades e muito povo. (P. L.)

\*

Indo as Ordenanças para perseguir os de Fafe, êstes lhe mataram um homem, trazendo aquêles 10 presos, os quais conduziram pela estrada de Paçõ para Pombeiro onde estavam as autoridades desta vila. Os de Fafe marcharam depois para Braga para se reunirem à tropa do snr. D. Pedro que lá estava. (P. L.)

**Dia 15** — Por os Cónegos terem quasi tôdos retirado, não há a procissão do Anjo Custódio. (P. L.)

**Dia 16** — Neste dia e nos 2 seguintes conserva-se a vila sem sêr perturbado o socêgo público (não obstante têr estado em tôdo êste tempo sem autoridade alguma) havendo apenas alguns rebates falsos de que vinha tropa do snr. D. Pedro que estava em Braga, e algumas desordens que fez o frei Bernardo Marinheiro, chegando a espancar alguma gente por não pegar em armas a favôr do snr. D. Miguel, andando êste frade, sem hábito e com espingarda. Os frades de S. Domingos saíram

tôdos do convento tirando tôdas as alfaias e até o SS. do Sacrário. (P. L.)

**Dia 18** — Estando no Passeio do Tournal um grupo de realistas, e representando-se-lhes que ouviram fôgo, entraram a dizer que era tropa do snr. D. Pedro, da que estava em Braga, pelo que uns fugiram, e alguns dos mais animosos fôram pela rua de Mata-Diabos para se desenganarem se era ou não. Averiguado o caso, era uma besta que estava a dar patadas no chão da loja do Prosódia. (P. L.)

**Dia 19** — Vem aqui o Padre Mestre Braga, frade franciscano, sem hábito e com um grande pau nas mãos. Chegando à praça do Tournal fez tocar um tambôr a ajuntar, e depois que viu que pouca gente se lhe reunia, foi por tôdas as portas, e tôdos aquêles que êle encontrava nas lojas, ou lhes batia, ou os descompunha por êles não pegârem em armas a favôr do snr. D. Miguel. Foi mandado pôr fóra da vila dentro em duas horas. Quando êste frade mandou tocar a ajuntar foi porque iam a passar à Conceição quarenta e tantos constitucionais de Basto que iam para o Porto. Tôdos iam armados e a maior parte a cavallo. A passâgem desta gente fez grande alvordço na vila, saindo a justiça e as ordenanças que fôram até ao Pevidem sem os alcançar. (P. L.)

\*

Sai de Braga para o Porto a tropa do snr. D. Pedro, que lá tinha entrado no dia 14 dêste mez. (P. L.)

\*

Recolheram-se a esta vila as autoridades que se tinham retirado no dia 14 do corrente. Logo que chegaram mandaram reunir outra vez as ordenanças e mandaram afixar decretos do snr. D. Miguel I que tinham recebido de Lisboa pelo cor-

reio de Viseu. O correio de Lisboa teve esta direcção por alguns tempos. (P. L.)

**Dia 20** — A justiça vai à casa do capitão do Reboto, e faz conduzir tôdos os trastes que êle lá tinha e põe-os em depósito. Foi por o dito capitão têr «vindo a Braga com a tropa do snr. D. Pedro quando êle veio». (P. L.)

\*

Vieram apresentar-se ao governador militar desta vila vinte e tantos ordenanças com o seu sargento-mór, tôdos do distrito de Santo Tirso, os quais não quizeram seguir o partido de outro sargento-mór, que estava comprometido, e que se foi apresentar, com muitas ordenanças, ao snr. D. Pedro, ao Porto. (P. L.)

**Dia 21** — Passaram ordens do juiz de fóra desta vila aos juizes das freguezias para aprontârem diáriamente um boi (juntandose para isso duas e trez freguezias), um alqueire de centeio, também diário em cada freguezia, e trez carros diários para a brigada do Sr. D. Miguel. (P. L.)

•

Ordenou-se a 1.<sup>a</sup> derrama pelas freguezias (será o referido acima?).

**Dia 22** — Nêste dia e no seguinte à uma grande acção em Ponte Ferreira dada pela tropa do Sr. D. Pedro comandada por êle mesmo à 1.<sup>a</sup> ou à 2.<sup>a</sup>? divisão do exercito do Sr. D. Miguel comandada pelo Visconde de Santa Marta, na qual esta sofreu grande perda. (P. L.)

**Dia 23** — Sai para Santo Tirso um troço de ordenanças, comandado por frei Bernardo Marinheiro, que volta para aqui no dia seguinte, e o mesmo frei Bernardo torna a marchar (passados alguns dias) com algumas ordenanças. (P. L.)

**Dia 26** — Foram presos dois frades Franciscanos, o Bastos (fr. António da Graça Bastos) e o Comissário, por intrigas e opinião de constitucionais. Depois de levarem uma correcção dada pelo Corregedor, este mandou-os ambos para o seu convento. (P. L.)

**Dia 27** — Passaram por esta vila para a de Amarante alguns frades de Vila do Conde por recusarem que ali entrasse tropa do Sr. D. Pedro. (P. L.)

**Dia 28** — Sabado — Já ouve missa de N. Senhora no convento de S. Domingos, assistindo a ela alguns frades. No dia seguinte já houve missas na mesma igreja (ainda não havia SS.<sup>mo</sup> no sacrário); e lausperene nos Terceiros. (P. L.)

**Dia 31** — Passam nesta vila algumas cargas de pólvora que iam para a 4.<sup>a</sup> divisão do Sr. D. Miguel que estava em Amarante e Penafiel. Ainda chegaram a esta vila alguns feridos do exército do Sr. D. Miguel. (P. L.)

Saiem daqui cento e tantos soldados livres, que se tinham reunido nesta vila em consequência de um decreto que o Sr. D. Miguel mandou passar para que todos aqueles que tivessem tido as suas baixas de ha 10 anos a esta parte se apresentassem. Marcharam para Santo Tirso. (P. L.)

Vieram em um barco de vapor a Vila do Conde cento e tantos homens da tropa do Sr. D. Pedro que estava no Porto; desembarcando mataram alguns paisanos que lhes fizeram fogo. (P. L.)

No fim deste mês ainda esta vila se conservava com quasi todas as portas fe-

chadas e bastantes famílias retiradas para a aldeia, estando ainda as ordenanças em armas para mandar gente de observação para as pontes da parte do Porto para não passar gente suspeita, espiolhando a que passava para que não trouxesse papeis incendiários e para escoltarem os viveres que iam para o exército do Sr. D. Miguel, que estava em Amarante e Penafiel. Também a falta de bacalhau e arroz se ia fazendo sensível, custando já cada arratel daquele 80 reis e deste 60 reis; o rapé, cigarros e sabão também se acabaram. Porém, passados alguns dias, veio algum de Lisboa pela estrada de Viseu. (P. L.)

## Agosto

**Dia 2** — Saiem do hospital desta vila para o de Lamego os voluntários realistas feridos, que nelle estavam, para se a tropa do sr. D. Pedro viesse a esta vila os não pilhar, pois a nenhum dava quartel. Os soldados de linha e milicias ficaram. (P. L.)

**Dia 4** — Sabado — Embarga-se todo o pão que há na feira, por ordem do Corregedor desta vila; veio para este fim o Dezembargador José Gaudencio Torres, intendente do exército do Sr. D. Miguel e comissário geral do mesmo. (P. L.)

**Dia 5** — 1.<sup>o</sup> Domingo — Vieram tão poucas bestas à vila que ninguém julgaria ser dia da feira de S. Gualter. (P. L.)

**Dia 6** — Chegou a esta vila frei Bernardo Marinheiro com 15 homens de ordenanças (os mais tinham-lhe fugido) tendo-se retirado de Carneiro por aí terem chegado as avançadas do Sr. D. Pedro que ainda se conservava no Porto. (P. L.)

Veem apresentar-se ao corregedor desta vila 6 soldados do batalhão de caçadores

n.º 3, do exército do Sr. D. Pedro. O corregedor tirou-lhe as armas e remeteu-os para o depósito de Chaves. (P. L.)

**Dia 8** — Às 10 e meia horas da noite chega ao corregedor desta vila um officio do visconde de Santa Marta em que lhe participa têr sido atacada neste mêsmo dia a divisão do exército do Sr. D. Miguel, comandada pelo general Povoas, por tropas do Sr. D. Pedro, em Souto Redondo, ao pé dos Carvalhos, vendo-se estas últimas na necessidade de retirárem em consequência da cavalaria carregar sôbre elas, vindo a perder uns 300 homens entre mortos, feridos e prisioneiros. Logo que o supradito corregedor recebeu êste officio mandou dar alguns foguetes, seguindo-se a êstes grandes repiques em tôdas as torres da vila, andando um grupo de gente com archotes a dar vivas ao Sr. D. Miguel I e morras aos Negros, iluminando-se sómente a Praça do Toural. (P. L.).

**Dia 9** — O Cabido principia no côro a cantar a ladainha de Nossa Senhora estando patente já ha alguns dias Nossa Senhora da Oliveira na tribuna da capela-mór, onde iam todos os dias imensas pessoas fazer-lhe as suas orações. Continuou por espaço de 3 dias, mandando o Tesoureiro-mór, Tomé Luiz Felgueiras, dar 40 reis a cada capelão que a ela assistisse. Por êste tempo já estava bastante gente na vila, conservando-se ainda muitas familias na aldeia. (P. L.).

**Dia 10** — Às 8 horas da noite chegam a esta vila vinte e tantos carros de soldados do exército do Sr. D. Miguel, os quais vinham do hospital de Penafiel. Logo que chegaram foram mudados para outros carros e foram nesta mesma noite para o hospital de Braga. (P. L.)

**Dia 14** — Principia nesta vila o alistamento para a fundação duma guarda urbana, composta de escreventes, estudantes,

etc. O alistamento foi feito em casa do corregedor e êle mesmo promoveu a sua organização. (P. L.).

**Dia 16** — Vem ordem ao corregedor desta vila para aprontar mais 6 mil rações diárias para as trôpas do Sr. D. Miguel que passaram o Douro para cá com o general Gaspar Teixeira, visconde da Régua, nomiado pelo Sr. D. Miguel comandante do exército de operações (P. L.).

**Dia 19** — Morreu na sua quinta em Joane, António José Peixoto de Lima, negociante de mesteiral e morador ao Postigo de S. Paio. No dia seguinte fez-se-lhe o officio de corpo presente com aquela grandeza com que se costumam fazer os grandes funerais. (P. L.).

**Dia 21** — Passam alguns carros com dinheiro em cobre, e também algumas cargas com dinheiro em prata: vinham de Barcelos e foram para Lamego, tudo escoltado por ordedanças. (P. L.).

**Dia 23** — O bacharel Fernando Sequeira toma posse da vara de provedor desta vila, com predicamento de 1.º banco. Ao acto assistiu tôda a Câmara e o juiz de fóra. Até 6 de Outubro não houve vereação. (F.).

**Dia 24** — O nosso cronista P. L. nada diz com respeito a êste dia, em que, segundo uma profecia duma *virtuosa mulher* de Guimarães, tinha de sêr arrasada a cidade do Pôrto. Assim o comunicou para a «Crónica Constitucional do Pôrto» um seu correspondente: — «Correu em Guimarães que o exército miguelista entraria no Porto no dia 24 de Agosto. A mulher do pregoeiro desta vila, moradora à Torre dos Cães, começou a dizer no dia 23 a tôda a visinhança que na sexta-feira 24, se ia abrasar e queimar a cidade do Porto e todos os malhados, e que ela havia de ouvir no mesmo dia a missa das almas, para que

elas ajudassem o sr Gaspar Teixeira e sua divisão a queimar tudo. Com efeito, na sexta-feira de madrugada, a boa mulher acendeu a vela a Santo António, e partiu para a missa; passado pouco tempo, vão os visinhos chama-la para acudir ao fogo em sua casa, e, como aqui não tocam os sinos a fogo, ardeu-lhe tudo, sem poder salvar um só traste», — «Ignoramos porque motivos os sinos de Guimarães não tocavam a fogo por esse tempo; o que sabemos é que ainda no dia 8 deste mês, pelas 10 horas da noite, elles repicaram desesperadamente, em tôdas as tôrres, por ordem do corregedor, apenas este recebeu noticia dos desastres que as tropas liberaes sofreram em Souto Redondo» — Comentário do Abade de Tagilde, (Oliveira Guimarães).

**Dia 26**— Vem ordem do corregedor para aprontar escadas, padiolas, cestos, sacos, enxadas, picaretas, varas de salgueiro, etc., e remeter isto tudo para o exército do Sr. D. Miguel que ainda se conservava nas imediações do Porto. Por isso, o corregedor manda pedir pelas freguesias da aldeia todos os objectos mencionados, e na vila manda embargar as enxadas e picaretas que havia nas lojas de ferragens assim como também ferro e carvão para fazer pregos grandes, remetendo tudo em carros e bestas. (P. L.).

No fim deste mês, já poucas familias faltavam na vila, e ainda se conservava o exército do Sr. D. Miguel nas imediações do Porto fazendo sitio ao exército do Sr. D. Pedro, saindo tôdos os dias desta vila uma grande brigada de carros com pão. (P. L.).

## Setembro

**Dia 1**— O Juiz de fóra manda embargar nas lojas de ferragens desta vila, serras grandes e pequenas, enxós e ver-

rumas, etc., para mandar para o exército do Sr. D. Miguel, por assim lho haverem requisitado. (P. L.).

**Dia 4**— Neste dia e nos 2 seguintes ha preces nas igrejas de S. Domingos e de S. Francisco desta vila, por ordem que os prelados das ditas igrejas tiveram dos prelados maiores para as fazerem, em vista das ordens que tiveram do governo do Sr. D. Miguel 1 por causa dos desacatos praticados no Pôrto e em outras partes onde estiveram as tropas do Sr. D. Pedro. Continuaram em todas as igrejas da vila e aldeia, por uma circular que veio, do vigário capitular de Braga remetendo cópia do Aviso Régio para tal fim recebido. (P. L.).

•

Chegaram 60 soldados que vinham do exército do Sr. D. Miguel para se recolherem ao hópital real desta vila; porém, não cabendo nêle, foram para as casas do Navarro, ao pé de Nossa Senhora da Oliveira, onde se formou um novo hópital. (P. L.).

•

Chegaram alguns soldados do regimento de Valença (antigamente n.º 22) e alguns milicianos de Vila do Conde conduzindo a caixa militar que tinham levado de Braga para Chaves quando naquela cidade entrou tropa do Sr. D. Pedro; marcharam outra vez para Braga. (P. L.).

**Dia 5**— Andou a justiça do Juiz de fóra desta vila a embargar esteiras por casa dos mesteiraes e rufinas (certas drogas) por casa dos armadores. Estas ultimas eram para cartuchos de peça de artilharia do exército do Sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 8**— Houve vivissimo fogo entre o exército do Sr. D. Miguel e o do Sr. D. Pedro, estando este intrincheirado no Portoe aquêle sitiando-o. Nesta acção mor-

reu bastante gente de parte a parte, ficando ambos os exércitos nas suas antigas posições. (P. L.).

**Dia 9** — O cabido canta a ladainha de Nossa Senhora no côro da igreja onde estava patente a Senhora da Oliveira, por têr chegado a noticia de têr principiado o exército do Sr. D. Miguel a atacar o exército do Sr. D. Pedro que ainda estava no Porto. (P. L.).

**Dia 10** — O Juiz de Fôra recebe ordem para embargar 300 resmas de papel e remette-las para Penafiel. Presumiu-se sêr para fazer cartuchos para o exército do Sr. D. Miguel. (P. L.).

Passam por aqui 20 carros de soldados doentes que vinham do exército do Sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 11** — Nesta noite e seguintes ouviu-se nesta vila muitissimo fôgo de artilharia para as partes do Porto, o qual durava até alta manhã. (P. L.).

**Dia 16** — De hoje para amanhã veio o exército do Sr. D. Pedro fôra das trincheiras do Porto e atacou o exército do Sr. D. Miguel que andava a postar artilharia; houve perda de parte a parte, sendo a do ultimo mais considerável. (P. L.).

**Dia 17** — Veio ordem ao corregedor, e êste mandou intimar os negociantes de mercearia, para aprontar arroz e outros mais gêneros para um novo hospital militar do exército do Sr. D. Miguel, que se havia estabelecido no convento da Formiga, imediações do Pôrto. (P. L.).

**Dia 18** — Por ordem do Corregedor fazem-se preces em várias igrejas da vila,

para que o exército do Sr. D. Miguel entre no Pôrto. (P. L.).

**Dia 20** — Hoje e nos dois seguintes houve na Colegiada Ladainha a Nossa Senhora, para que o exército do Sr. D. Miguel entrasse no Porto. Assistiu o Cabido, e no fim de cada uma foram distribuidos 80 reis a cada capelão do côro e coreiros, por ordem do tesoureiro-mór, Tomé Luiz Felgueiras. (P. L.).

**Dia 22** — Hoje e na noite antecedente, tentando parte do exército do Sr. D. Miguel entrar no Pôrto, esta foi atacada pelo exército do Sr. D. Pedro o qual a fez tornar às suas antigas posições, deixando bastante gente morta e ferida. (P. L.).

**Dia 24** — Chega neste dia a Guimarães o barão de Vila Pouca, coronel do batalhão de milicias desta vila, o qual vinha do exército do Sr. D. Miguel, que estava em frente das linhas do Pôrto, tendo dado parte de doente. (P. L.).

**Dia 29** — Nome de D. Miguel — Ao romper da aurora repiques e alguns foguetes do ar. Às 9 horas da manhã saiu um Bando da Câmara para pôr luminárias. Ao meio dia repiques e alguns foguetes. À noite luminárias andando pelas ruas uma musica a tocar o hino realista e algumas pessoas e rapazes dando vivas ao Sr. D. Miguel. (P. L.).

O exército do Sr. D. Miguel deu um ataque geral ao do Sr. D. Pedro, que estava entrincheirado no Porto, e depois dum vivissimo fôgo, que durou tôdo o dia, foi aquêle obrigado a retirar-se às suas antigas posições, tendo deixado muita gente morta, ferida e extraviada. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*«Temos gente magnífica, temos os melhores soldados do mundo. Refaçamos entre a gente nova, ainda capaz de um forte e enraizado idealismo, a mentalidade produtiva dos homens de acção; substituamos nos seus espíritos, cuja disciplina tem sido por vezes sacrificada a interesses inferiores de más ideologias, o amôr da formula e das palavras pela paixão das ideias e da acção, e nunca mais, na ordem moral, se poderá dizer que o nosso exército corre o risco de ser o méro pretexto de uma derrota.»*

BRIGADEIRO JOÃO DE ALMEIDA.

### RENASCIMENTO NACIONALISTA

**A**o comemorarmos o nono aniversário desta revista, só temos motivos de regosijo e de esperança pela acção nacionalista que se vai desenvolvendo no nosso país, criando novos e aguerridos nucleos de combate à mentira democrática e à mistificação pseudo nacionalista de certos meios ainda eivados da preocupação liberalista de fazer política de *centro*.

Quem, como nós, tenha acompanhado, quási desde inicio, a reacção nacionalista que ha anos se desenvolveu em Portugal, mercê do esforço e da sementeira de idéas dos doutrinadores do Integralismo Lusitano — é bom não o esquecer —, pode verificar, com consoladora esperança, quanto as almas moças sentiram o influxo da doutrina de resgate, tornando-a hoje a doutrina de fé de todos aquêles que se dedicam ao culto da Pátria, da Tradição e da Familia, contra a mentira do comunismo estrangeiro e desnacionalizador que procura reconduzir-nos à barbarie primitiva.

Na nossa imprensa da capital, temos já, a par das duas belas revistas de doutrina, «*Nação Portuguesa*» e «*Integralismo Lusitano*», o valoroso baluarte nacional-sindicalista «*Revolução*» que o espírito moço e combativo

de Rolão Preto comanda e orienta. Pela província, reagindo contra o caciquismo *progressista e regenerador* que agora volta a surgir mascarado de *Estado Novo*, vão-se erguendo novos baluartes de são e consciente nacionalismo, a depurar o ambiente asfixiante que se respira, e a incitar todos os portugueses de boa vontade na luta conta a mentira que pretende enredar e inutilisar a arrancada heroica de Gomes da Costa e dos seus valorosos soldados do «28 de Maio».

Ao esforço generoso da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, criadora da brilhante *Colecção de estudos políticos, económicos e sociais*, de que se publicaram já três valiosos volumes, veem-se juntar, agora, os *Cadernos de crítica e de formação intelectual*, os «*Cadernos Corporativos*» a colecção de «*Estudos Sociais*», todo o entusiasmo da nossa mocidade já tão nobremente provada pelo sangue, pelo espírito e pelo sacrifício.

Por isso, ao fim destes oito anos de combate nacionalista sustentado nesta trincheira, só temos motivos de esperança e de fé na vitória definitiva dos nossos princípios, ao vermos, a nosso lado, tantas dedicações, tantos entusiasmos, tantos novos que chegam e que veem reforçar a frente unica, inabalavel e inexpugnavel do nacionalismo integral, consciente e corporativo.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### Novos colaboradores

Neste fasciculo, inicia a sua valiosa colaboração na nossa revista o distinto escritor brasileiro e ilustre secretário da Faculdade de Filosofia de São Paulo, e chefe da Acção Imperial Patrianovista Sr. Dr. Arlindo Veiga dos Santos. O seu admirável artigo está destinado a despertar o maior interêsse, tanto em Portugal como no Brasil.

Também o poeta vimaranense e nosso querido amigo Leão Martins nos dá a honra da publicação de algumas das suas *Sentênças*.

Poeta satírico, que se tem afirmado nos seus livros, já publicados, *Cara-puçás e Lá diz o ditado...*, é com a mais viva satisfação que o vemos a nosso lado, honrando-nos com a sua colaboração.

### «Acción Española»

Depois da suspensão que lhe foi imposta pela *Liberdade* espanhola, voltou a visitar-nos esta Revista quinzenal de doutrina política, superiormente dirigida pelo Conde de Santibáñez del Rio.

A Espanha, pátria do Cid, debate-se hoje numa pavorosa crise política que a desagrega e a ridiculariza. *Acción Española*, é no meio dessa crise, um reduto da inteligência, a disciplinar e a esclarecer os espíritos. Por isso, ao reaparecer para o bom combate à mentira democrática que, tendo feito derruir um trono secular, se prepara, agora, para atirar o país visinho para convulsões gravíssimas, cujas consequências são, por agora, difíceis de prever, saúdamos a brilhante Revista e, nela, toda a imprensa espanhola que se tem sabido manter, nesta hora difícil, com altivez e dignidade contra o despotismo *Liberal*.

### **Dr. Alfredo Pimenta**

Foi nomeado para a Comissão Central do Conselho Superior de Instrução Publica, na vaga do sr. general Aquiles Machado, que atingiu o limite de idade, o sr. dr. Alfredo Pimenta nosso prezado colaborador.

Regosijamo-nos sinceramente com a justiça que vem sendo prestada ao sr. dr. Alfredo Pimenta, escritor de uma actividade e cultura raras em Portugal.

### **António Corrêa de Oliveira**

Os estudantes da Universidade do Pôrto vão prestar uma homenagem ao altíssimo Poeta António Corrêa de Oliveira, à semelhança do

que fizeram há três anos os alunos da Faculdade de Letras de Coimbra, com o apoio dos estudantes das três Universidades do País.

Nessa altura foi o ilustre Poeta agraciado pelo Governo com o Grande Oficialato da Ordem de Santiago, cujas insignias os estudantes do Pôrto vão oferecer ao homenageado, por subscrição publica.

\*  
\*       \*  
\*

Subscrito por alguns dos nomes mais ilustres na Cadeira, nas Letras e na Academia das Ciências, de Lisbôa, chegou já a Stokolmo e foi registada, a proposta do grande Poeta para o Prémio Nobel.

Esta noticia que encherá de jubilo todos os bons portugueses, ecoará, por certo, como um Cântico do Norte ao Sul do País. É que a obra de Corrêa de Oliveira é a mais formosa sintese do lirismo, da ternura, da emoção, da simplicidade e do poder de Beleza e Sacrificio de que é capaz a alma portuguesa.

Depois da Consagração Nacional, que lhe foi tributada pela Academia na Universidade de Coimbra, numa apoteose que ficou célebre, é justo que o Poeta receba uma consagração internacional que será grata ao nosso orgulho e ao nosso coração de portugueses.

**“Cadernos de Crítica  
e de Formação Intelectual”**

Saiu já o primeiro fascículo desta muito útil publicação, que insere a “Resposta e comentário Ao “Ideal Republicano” do Dr. Sá Nogueira”, estudo brilhante do nosso querido camarada Dr. António Pyrrait, um novo cheio de talento e por quem temos a maior admiração.

O fascículo a que nos estamos referindo insere ainda colaboração de Américo P. Pires de Lima, Francisco de Melo e Miranda da Rocha, êste último subscrevendo um enérgico e oportuno artigo intitulado *Agarrados a Cadáveres. Nunca! Mas Monárquicos. Sim!*

**“O Pintor de Santas”**

Deve sêr posto à venda, em breve, editado pela União Gráfica, de Lisboa, êste novo trabalho do nosso querido camarada e cola-

borador Horácio de Castro Guimarães.

Possuindo inegáveis dotes de escritor e de artista, Horácio de Castro Guimarães é um novo que ha-de marcar um lugar de destaque nas letras portuguesas.

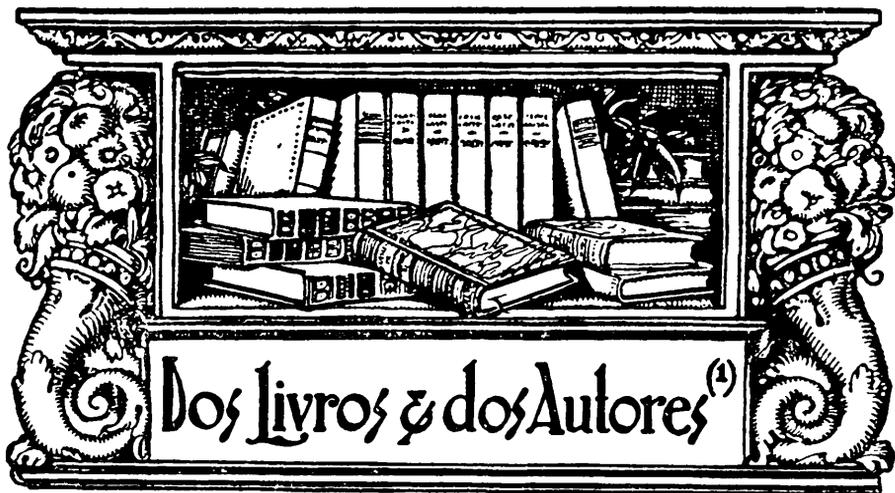
A sua novela é aguardada com justificada ansiedade e interêsse.

**“Cadernos Corporativos”**

Dirigida pelo nosso querido camarada Augusto da Costa, acaba de saír uma nova Revista de economia social que “à pulverização atómica dos individuos, à exacerbação das suas lutas fraticidas, alimentadas por coalizões de constituição patológica, ao desvairamento das ideias, opõe a ordem social construída sobre os princípios naturais que regem os aglomerados humanos: — a hierarquia e a disciplina”.

Saúdando a nova Revista, desejámos-lhe larga e próspera vida.





O DESASTRE DAS REFORMAS AGRÁRIAS, por *José Pequito Rebelo*. Edição da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano. — Coimbra, 1931.

Nêste livro deveras notável, critica o A. a tentativa de reforma agrária que o Sr. Ezequiel de Campos quiz realizar, quando, em 1925, foi Ministro da Agricultura.

Com competência técnica e saber de experiência feito, demonstra-nos o elegante escritor nacionalista, nêste seu novo e oportuno livro, que a crise económica é originada na falência dos sistemas e na ansia de reformas exóticas que, assentando em bases falsas, teem redundado em completos «desastres», porque são *estrangeiras* na sua *inspiração*, *ineficazes* na sua *técnica*, *injustas* na sua *contextura jurídica*, *contraproducentes* nos seus *crítérios agronómicos e económicos* e encerrando a-demais um *princípio de guerra civil* e de *dissolvente ataque à propriedade*.

Portanto, para se tentar alguma coisa de proficuo a favor da agricultura, tem que se mudar de sistema, tem que se combater a tirania absorvente do Estado que só tem contribuído para destruir «todas as criações naturais da sociedade e até a propriedade, primeiro na sua eficiência moral e por fim, no seu mecanismo económico».

Estuda ainda Pequito Rebelo as reformas agrárias na Roménia e na Checo-Eslováquia e a aniquilação da agricultura na Russia, que o bolchevismo transformou de Estado agrícola, que então era, no Estado anti-agrícola dos nossos dias.

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

EM MEMÓRIA DE UMA ROSA BRANCA, por *Nuno de Montemor*. Empresa Veritas — Guarda.

O admirável autor do *Amor de Deus e da Terra*, dá-nos, neste encantador livrinho, mais uma prova da sua alta inspiração poética na dificultosa feitura dos salmos. Como o *Cantico da Dor*, é este livrinho um grito de dor a recordar «o vdo dolorido de uma alma senhoril e doce, na hora em que uma morte bela a depoz nas mãos contentes dos Anjos».

UMA JOIA DA ILUMINURA PORTUGUESA, por *J. Cardoso Gonçalves*. Edições Pátria. — Gaia, 1931.

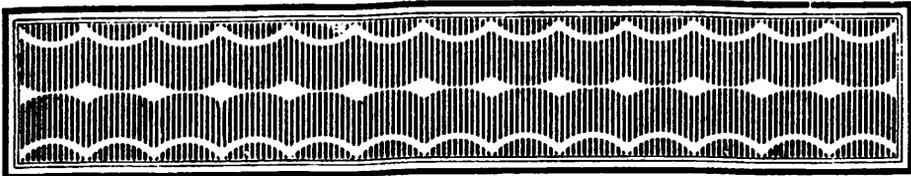
O *Missal Pontifical* de Estevão Gonçalves Neto, tem sido objecto de curiosos estudos. Obra prima da arte portuguesa do século XVII, existem dúvidas sobre a data em que seria principiado e concluído.

O Snr. Cardoso Gonçalves vem, neste estudo notável, prestar a sua valiosa contribuição para se tirar, a propósito das datas do começo e da conclusão, uma média aproximada.

Há quem discuta a originalidade da obra de Estevão Gonçalves dando-a como modelada nas composições de Zuccaro e de Baroccio. O Snr. Cardoso Gonçalves não confirma nem desmente esta versão e, embora julgando que Estevão Gonçalves nunca saíu de Portugal, não deixa de não reconhecer «que o trabalho do nosso iluminador revela a *maneira italiana*».

Reconhece, no entanto, que, no nosso artista, existe, também, a influência dos nossos pintores quinhentistas, para concluir por um apelo aos beirões para que a Estevão Gonçalves Neto se preste a homenagem devida. Concordamos com a *Nota Final* deste belo estudo, mas sugerimos a idéa de que essa homenagem não seja apenas prestada pelos beirões, mas sim por todos os portugueses.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# UM REI FANÁTICO... (\*)

por HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

**É** AINDA, procurando cumprir uma parcela mínima do grandioso encargo que António Sardinha legou às novas gerações nacionalistas, que eu hoje me encontro aqui.

Os mortos mandam... e é preciso que se cumpra o mandado do saudável Mestre do nacionalismo português, que ao novos confiou a missão de «restaurar a *história* na História de Portugal»!

Venho falar-lhes de um dos muitos caluniados reis da nossa História: D. João III, o soberano «inepto», «fanático e mau» dos nossos criminosos manuais de instrução primária e pobre vítima indefeza de todos os historiadores ignorantes e liberais...

Dêste qualificativo de *ignorante*, com que apelido os historiadores liberais, que sobre o Rei *Piedoso* teem cevado seus ódios à Igreja e à Realza, excétuado está, naturalmente, o nome de Herculano, que, nem sempre justo e seguro nas suas apreciações críticas, apenas levado pelos seus ressentimentos e despeitos para com o cléro, «tratou sem dó nem consciência» (1) aquêlo a quem «cabará, eternamente, a glória de ter sido o fundador do sistema colonial português — a melhor obra civilizadora da nação», no insuspeito dizer de Oliveira Martins.

Mas o meu trabalho não é, nem aspira a ser, uma obra original de rectificação histórica. Ao evocar, perante V. Ex.<sup>as</sup>, a sombra do grande e infeliz monarca, que nas páginas da nossa História tão mal tratado anda, eu não pretendo mais do que compendiar os vastos materiais de reabilitação, que, antes de mim, com mais brilho e mais valor, eruditos

---

(\*) Conferência feita em Fafe, no Centro 28 de Maio, em 30 de Março de 1932.

(1) Dr. Vieira Guimarães — «O Claustro de D. João III em Thomar».

escritores carregaram lentamente, sacudindo-os da poeira dos tempos. Para êsses pacientes e honestos investigadores, é que deve ir, neste momento, o preito da nossa admiração e do nosso leal reconhecimento. Pelo seu esforço e pela sua corágem moral, a figura de D. João III, arrancada à fumarada sinistra das fogueiras da Inquisição, já hoje resplandece, rehabilitada, nas justas proporções da sua grandeza e magestade!

Assim, aos poucos, tem sido dissipado o negrume da *lenda caluniosa*; e todo o meu desejo é poder também, com êste modesto trabalho, de algum modo concorrer, com o meu quinhão, para essa cruzada de justiça, contra a mentira sectária.

Durante muitos anos, a História outra coisa não foi mais, como afirmou um alto espírito, do que *uma conspiração contra a verdade*. E essa *conspiração*, feita com vagar e com método, através dum século de falsas e perigosas ideologias revolucionárias, ainda hoje envenena as inteligências e preverte os caractéres.

Foi preciso que entre nós surgissem homens da envergadura intellectual de Joaquim de Vasconcelos, António Sardinha, Lúcio de Azevedo, Carlos Malheiro Dias e tantos outros, para que muitos daqueles, que nos olhos traziam da Pátria uma imagem *deformada e aviltada*, começassem a distinguir, entre a treva dos êrros acumulados, formosas clareiras de luz!

O tremendo êrro, — para não dizer o grande crime — de todos os detractores de D. João III, tem sido querer desenquadrar o Rei do seu meio político e social, concebendo-o e analisando os seus actos como se êle vivesse na hora em que se escreve, e — o que é pior ainda! — trazendo para a apreciação de factos ocorridos há séculos, o esvurmar dos ódios e paixões do nosso tempo...

Ora, para bem estudarmos e compreendermos a figura do Rei Colonizador, não devemos isolá-la do agregado moral e social da sua época. Procuremos, antes, num retrospecto histórico, visionar o passado, identificando-nos com o ambiente português e europeu, que gerou e occasionou os sucessos do seu reinado. Só assim faremos obra honesta de revisão e depuração, opondo à imaginativa delirante dos sectaristas, o sereno raciocínio das nossas inteligências.

\*  
\*  
\*

Vamos agora, meus Senhores, retrogradar alguns séculos.

Transportemo-nos ao segundo quartel do século XVI, época em que reinava, em Portugal, «o mui alto e mui poderoso Rei Dom João, o

terceiro dêste nome», na airosa expressão de Gil, o dos *Aitos d'El-Rei*... Porém, antes de transpormos os umbrais dessas éras mortas, que não nos esqueçam os *preciosos* depoimentos de acusação dos detractores do Rei.

Não vergaremos — graças a Deus! — ao pêso do papel, porque desde Herculano, até aos dias de hoje, não conseguiram ainda os historiadores mudar de diapasão. É sempre a mesma, a nota desferida...

Num curioso e excelente volume de história de Arte, há pouco publicado, o seu autor, — o erudito académico snr. Dr. Vieira Guimarães, fazendo um pequeno acto de contrição, que muito o honra e dignifica, diz o seguinte: «Herculano fez escola e infelizmente nós fomos dos seus discípulos, embora o mais humilde, mas hoje, ultrapassando os 60 anos e tendo visto em nossa vida tantos e tão variados acontecimentos e assistido ao desencadeamento de tantas e tão variadas opiniões, políticas e sociais, ousamos explicar o procedimento de D. João III por ser de justiça rehabilitar êste grande monarca, a quem Portugal tanto deve em todos os campos da governação do Estado, à segunda metade do século XVI» (1).

De facto, os palavrões do grande Herculano fizeram *escola*; de então para cá, raro é o historiador liberal, mordido de hidrofobia anti-clerical, que não tenha glosado, à memória do grande reformador da instrução, o anacrónico e ensalivado mote. E desde «fanático, ruim de condição e inepto», como lhe chamou o autor da «História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal», até «rei nefasto», «de inteligência acanhada» e com «o seu nome ligado às duas principais causas da nossa decadência e ruína — os Jesuítas e a Inquisição», como ainda há pouco li num compêndio, adotado nas Escolas de Instrução Primária, da autoria de um mestre de primeiras letras, — são sempre desta singeleza eloqüente as amabilíssimas indicações, que a cada passo encontramos, sôbre o desvelado protector de literatos e artistas.

Uma outra «História», de edição recente, da autoria dum *Grupo de professores primários*, (que assim acoberta, na sombra do anonimato, o desafôro da sua ignorância colectiva), não se envergonha de despejar estas parvoçadas convencionais: «D. João III, rei fanático e pouco instruído, conseguiu que em Portugal se estabelecesse a Inquisição ou Tribunal do Santo Officio para perseguir todos aqueles que não se submetessem à autoridade religiosa do pàpa e criar desta forma, um novo sistema político».

---

(1) Dr. Vieira Guimarães — Obra citada.

---

«A Inquisição e os jesuítas contribuíram muitíssimo para a decadência de Portugal, atirando-o para uma melancolia profunda e cobrindo-o com o véu da ignorância, como convinha aos seus fanáticos ministros».

Perdõem-me V. Ex.<sup>as</sup> esta ejaculação *erudita*, colhida no florilégio dos tais professores reunidos, mas só assim poderemos ajuizar do valor intelectual de certos deformadores de cérebros infantis. Felizmente, porém, já semelhante linguagem nos vai parecendo velha e ridícula, depois dos estudos de Malheiro Dias, Sardinha, Fernando de Souza e Manuel Múrias, sobre D. João III e o século dos Jesuítas.

E é com esta braçada de acusações *formidáveis*, que nós vamos transpor os portais da éra de quinhentos e, como diria qualquer guedelhudo papagaio de Rousseau, julgar, à claridade tétrica dos autos-de-fé, o próprio Rei, — figura hedionda de Torquemada, que nos refohos da consciência, como em negra masmorra, abafa os gemidos e ranger de dentes das suas vítimas...

Cautela, pois, meus Senhores! Entremos devagar, *pé ante pé*, neste labirinto de ignorância e de horrores...

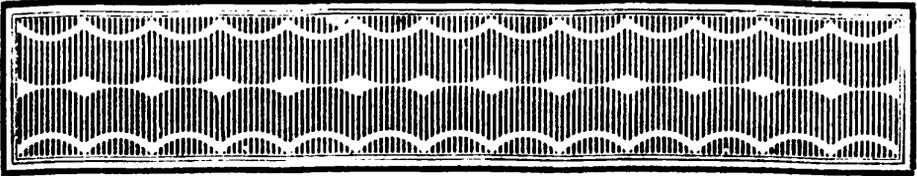
\* \* \*

O descobrimento do caminho marítimo para a Índia, destrancando as portas do Oriente, veio revelar, aos olhos pasmos do Ocidente, as riquezas fabulosas, o luxo requintado, a opulência inconcebível duma civilização misteriosa e quási desconhecida, pejada de cobiçosos atractivos.

A arrancada expansionista do Portugal das descobertas e das conquistas levava-nos a distâncias loucas. Dificil seria demarcar, então, com rigorosa exactidão, a área imensa dos domínios desta pequena ourela do Atlântico, que os barões de Afonso Henriques talharam, a golpes de montante, em terras de moiros e castelhanos.

Ela estendia-se, desde as praias da Península aos términos do Pacífico, desde os litorais africanos às selvas do Brasil, desde a bôca do Mediterrâneo às muralhas da China e às portas do Japão. Naus e caravelas portuguesas mediam em tôdas as latitudes a esfêra da Terra; e os nossos marinheiros, arrastando por todos os mares a mancha branca das velas manuelinas, faziam rugir, nas fauces dos canhões, a voz de Portugal, — terror do Levante, assombro das gentes da Etiópia, da Arábia, Pérsia e Indústão.

(*Continúa*).



## Homenagem a Guimarães

*A propósito de um artigo publicado num jornal de Braga, dirigiu o nosso querido Amigo Sr. Dr. Luiz de Almeida Braga, ao Sr. Presidente do nosso Município, a seguinte carta que é um verdadeiro preito de homenagem à nossa terra e que temos muito gosto em arquivar nas páginas da nossa revista, agradecendo, como vimezanenses, ao distinto autor da Paixão e Graça da Terra, as palavras de homenagem e de justiça que dedica à nossa cidade.*

Ex.<sup>mo</sup> Snr. Presidente da Comissão Administrativa  
da Câmara Municipal de Guimarães :

**C**HAMADA a minha atenção para o artigo que o Sr. Director do Museu Alberto Sampaio fez publicar no «Correio do Minho», de hoje, com o titulo «*Aquilo é connosco!*...», apresso-me a dirigir-me a V. Ex.<sup>a</sup>, na sua qualidade de verdadeiro representante da nobilíssima cidade de Guimarães, a fim de repôr as coisas no seu lugar, não vá algum leitor apressado tomar como exactas as considerações que aquêlê senhor desonvolve à roda de uma frásê, que uma notícia incompleta me attribue.

Ainda que eu tivesse dito: «*Tenho a certeza de que novos dias de progresso esperam a nossa cidade, que já não é uma cidade antiga que mereça sêr visitada pelos seus monumentos ou pelas suas ruinas*», nem assim seria legitimo entender que nessas palavras houvesse qualquer alusão a outra terra do país, que não fosse a minha querida cidade natal, único objecto, nessa ocasião, dos nossos cuidados.

Pretender achar naquêlê período uma referênciã desprimorosa para Guimarães, isso então excede tudo quanto possa conceder-se à mais extravagante fantasia!

Eu falei, porém, de outro modo.

Lastimando que tantos e tão belos monumentos do passado aqui tivessem sido criminosamente destruídos, fiz a distinção entre cidade antiga e cidade velha, para concluir que devemos conservar amorosamente o que é antigo e renovar o que fôr velho.

Antigo, — é o que é respeitavel, e tem alma e é eterno, e onde vive, para encanto de cada novo dia, a beleza do tempo que passou; velho, — é o que se tornou decrépito, feio, e está pôdre e sujo, e nos repele e entristece.

Isto disse eu, e creio que a ninguém poderei têr maguado no brio da sua terra.

Felizmente, até o que parece mau tem às vezes utilidade. Assim, foi-me dado o ensejo de manifestar directamente à Câmara Municipal de Guimarães o meu culto pela bendita cidade onde primeiro souo o nome livre de Portugal.

Guimarães é uma cidade-museu, que soube guardar venerandos despojos, — relicário de pedra doirada onde é gostoso revolver a cinza do tempo que lá vai.

Quantas vezes tenho percorrido enlevado as evocadoras ruas do carinhoso tempo Afonsino! Quantas vezes tenho alongado os olhos desde a Torre do Castelo e os tenho deixado, como cordeirinhos, adormecidos na suave formosura dos verdes campos que dali se avistam!

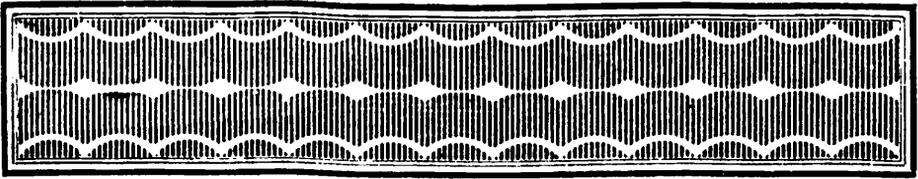
Ainda agora lembro certa noite de fundo silêncio e clarissimo luar em que andei rondando aquelas muralhas, e no deslumbramento do que me cercava senti o coração bater mais ligeiro, invádido por um tropel de gloriosas recordações.

Os que se deram ao trabalho de lêr o meu último livro, — *Paixão e Graça da Terra*, — não acharão novidade no que deixo dito. Lá exaltei, como soube e pude, os encantos da recolhida cidade, leal e brava, do nosso Rei primeiro. Por isso me doeu o intempestivo ataque. E só não é irritado o meu protesto, pelo gosto que tenho em outra vez contar como quero bem a Guimarães.

Aos votos officiais de saúde e fraternidade, junto o caloroso desejo de novos dias tão grandes como os que passaram.

Braga, 4 de Fevereiro de 1933.

(a) LUIS DE ALMEIDA BRAGA.



## Sombras da história

# Panfletários e energúmenos

por FERNANDO CAMPOS

**N**AS suas crônicas do *Diário de Notícias*, prossegue o sr. Rocha Martins — um dos últimos paladinos da *Liberdade* encartada — a tarefa quixotesca de arremeter contra os *vultos e sombras* do miguelismo, tentando persuadir os leitores desprevenidos de que os panfletários legitimistas não passavam, afinal, de uma récuca de energúmenos. E, no intuito de comprovar as suas afirmações, deu-se o fogoso polemista disfarçado em historiador, ao trabalho de transcrever, num dos citados artigos, alguns períodos de José Agostinho de Macedo, de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, de Alvito Buela de Miranda e do sábio Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, prosador entre os maiores da nossa língua, que viveu sempre alheado ao tumultuar das paixões.

Não foi, porém, certamente, o sr. Rocha Martins, quem teve a pericia de respirar os referidos depoimentos nos escritos copiosos desses autores. Tão raros são, na verdade, semelhantes excessos de linguagem nesses fervorosos defensores da legitimidade dinástica e das instituições tradicionais, que, pelo visto, quantos têm pretendido condená-los por esse motivo, sempre se viram obrigados a recorrer ao mesmo corpo de delicto, isto é, aos mesmos passos. E, assim, é que os períodos transcritos pelo cronista do *Notícias*, os vamos encontrar reproduzidos, com o mesmo objectivo, nas obras seguintes, pelo menos: na *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas (3.ª ed., vol. VIII, pág. 382 e 384); na *Historia de Portugal*, de Sousa Monteiro (vol. IV, pág. 489, nota); no *D. Miguel e a sua Realza*, de Tomás Ribeiro (pág. 166); no *Mario*, de Silva Gaio (2.ª ed., tomo I, pág.

182-183), e no *Tradicionalismo e Constitucionalismo*, do sr. conselheiro Luiz de Magalhães (pág. 193-194). Não nos deu, pois, grande novidade o sr. Rocha Martins, ao recordar êsses textos, tantas vezes invocados pelos corifeus do Liberalismo...

Mas, quem tenha lido os panfletos de José Agostinho de Macedo e de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, não ignora que, por cada período mais violento, por cada excesso cometido — facto aliás compreensível em quem defendia as instituições dos assaltos que os seus adversários lhes moviam à mão armada — são abundantes as afirmações comprovativas de que só provocados e forçados pela audácia dos inimigos é que êles, por vezes, aparentavam sentimentos de violência, que lhes não estavam no ânimo, conforme são os primeiros a reconhecê-lo certos autores liberais, mas sinceros, como por exemplo Teófilo Braga.

Ser-me-ia facil encher colunas com depoimentos confirmativos do meu parecer, embora êles se não encontrem na *História* de Pinheiro Chagas, essa obra que, para o articulista do *Notícias*, é uma fonte inesgotável de *documentos históricos*...

«Eu sou formado pela natureza de hum modo tal, — escrevia o P.<sup>c</sup> Macedo — que em hum dia de execução de pena ultima, seja o réo qual for, porque o delicto não lhe faz perder a qualidade de homem, o coração me bate de outra sorte, e huma horrivel convulsão me sacode os membros todos, nem o necessário alimento posso tomar». (1)

E, noutro lugar, confessava: «Ora pois, eu não sou inimigo dos Jesuitas, porque do coração não posso ser inimigo de ninguem, a não me fallarem em *Systema* representativo, porque então esbarrunto, e me converto em hum diabo vivo, sendo eu um bonacheirão meio morto». (2)

A figura prodigiosa dêste grande erudito e panfletário do século passado tem sido mais caluniada do que estudada, e os seus *maus instintos*, tão apregoados, muitas vezes serviram de arma literária a certos *burocratas do pensamento*, que os teriam de certo bem piores. Por isso, Teófilo Braga, num louvável intuito rehabilitador, pôde escrever, ao prefaciá-lhe as *Cartas e Opusculos* inéditos: «Macedo, abordado de perto, como elle mesmo confessa, era um homem incapaz de dizer — não — a qualquer pessoa; tinha as fórmulas exteriores da impetuosidade brusca e da phrase grosseira, em

(1) *O Desengano*, n.º16, pág. 9.

(2) *Obras Inéditas*, pág. 103.

parte sobreexcitado por graves doenças, mas no intimo era um coração benevolente». (1) E, ao referir-se à suposta *inãole sanguinãria*, quando comentava um dos seus períodos mais violentos, afirmava ainda o mesmo autor que «*Este furor sanguinario não estava no caracter de José Agostinho.*» (2)

De resto, esta opinião de Teófilo Braga harmonizava-se inteiramente com o testemunho de Pinho Leal, que fôra contemporâneo de Macedo, e de quem nos deixou registados estes traços biográficos: «Era o rosto mais *sympathico* e bello de ancião que hei conhecido. Quem lêsse os seus furibundos escritos politicos, diria que elle tinha um genio irascivel e cruel; todavia, no seu trato familiar era *affabilissimo*, tinha um coração bondoso e era excessivamente generoso e bem-fazejo...» (3)

Também do cultissimo Arcebispo D. Fr. Fortunato de S. Boaventura não escasseiam as afirmativas dêste teor, através dos seus panfletos e periódicos: — «Portuguezes, huma só gota de sangue que se derrame illegalmente, hum só Pedreiro que vós assassinasseis contra a vontade d'El-Rei, e a determinação das leis que felizmente nos governão, seria hum deslustre irremediavel de toda a gloria que sob os auspicios do Ceo temos adquirido para nós, e para os nossos vindouros». (4)

Foi ainda Teófilo Braga, quem, ao occupar-se de D. Fr. Fortunato reconhecia que êle era «*especialmente um erudito, um temperamento timorato, apesar dos seus exageros polemicos*».

E, de *exageros polemicos*, não passavam, em última análise, aquelas afirmações que tanto afligem o sr. Rocha Martins. Mas, conforme já um dia o lembrei, o *cacete* que D. Fr. Fortunato de S. Boaventura aconselhava como remédio a empregar contra os mações, no trecho duas vezes reproduzido pelo crónista do *Diário de Noticias*, não era de invenção miguelista. «O cacete é invenção liberal, — esclarecia D. Jorge Eugénio de Lócio — e não faltam ainda testemunhas — acrescentava — que viram um dos batalhões do 4 de infantaria usal-o, antes de 1828, quasi como arma prescripta pela organização do exercito, levando-o os soldados atravessado sobre as moxillas, adornado com a impagavel fitinha azul e branca. De igual

---

(1) Prefácio às *Obras Inéditas*, pág. xxxi.

(2) *Ibidem*, pág. xxxviii.

(3) *Portugal Antigo e Moderno*, tomo 1, pág. 367.

(4) *O Punhal dos Corcundas*, n.º 8, pág. 66.

arma e igualmente adornada usava na mesma epocha o 8 de caçadores, unicamente com a differença que os soldados deste corpo o traziam pendente de um botão da farda». (1)

E, a propósito, lembrarei que, já em tempos, o sr. Rocha Martins mais o autor destas linhas iam sendo vítimas de um cacête, que não era vibrado por miguelistas, mas pelos descendentes naturais dos Argonautas da Terceira...

O Arcebispo de Évora, um dos nomes mais altos da cultura portuguesa, não era nenhum espírito perverso, ao contrário do que poderão supôr os leitores dos *Vultos e sombras*, onde há mais *sombras* do que *vultos*. Dêle escreveu António Rodrigues de Gusmão: «Acerca do caracter moral deste celebre monge de S. Bernardo devo dizer, com a mão na consciencia, e debaixo da minha palavra de honra, que era inteiramente opposto ao que lhe attribuiram os seus adversários politicos, alcunhando-o de *sanguinário*, *furibundo*, etc. etc. Era todo brandura o bom de Fr. Fortunato, e de uma acrisolada caridade». (2)

Passando a D. Francisco Alexandre Lobo, observarei, apenas, que nunca foi um panfletário, limitando-se a proclamar a sua discordancia de que fosse concedida uma amnistia, enquanto os inimigos ferozes da Monarquia tradicional não desistissem de seus desígnios revolucionários.

O carácter e virtudes dêste grande português bem se revelam na *Memória* que traçou Francisco Eleutério de Faria e Melo, seu companheiro de exílio e biógrafo escrupuloso.

De Alvito Buela de Miranda, não vale a pena falar, pois é bem duvidosa a sinceridade com que defendia, nos seus escritos, a Realeza de D. Miguel. Os próprios desbragamentos a que descia no seu periódico, mais pareciam destinados a comprometer do que a salvar a causa de que se dizia defensor. Além disso, não eram tão grandes os seus pecados políticos que os liberaes o não acolhessem, quando êle se apressou a reconhecer os direitos da Senhora D. Maria II, antes da jornada trágica de Evora-Monte. O Padre Buela, a-final, é uma glória do Constitucionalismo, que o conservou tranquilamente na posse da sua abadia de S. Miguel de Rebordosa...

(1) *D. Miguel e a Sua Realeza, refutando, etc.* pág. 7.

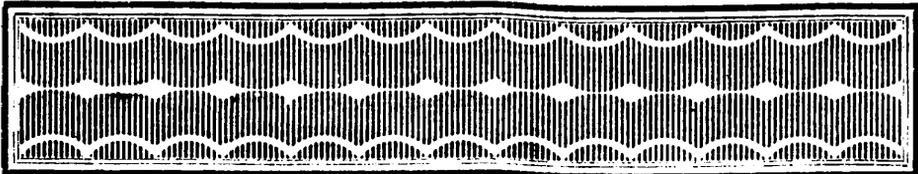
(2) In Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, tomo IV parte IV, pág. 156.

Mas, rectificando o que afirma o sr. Rocha Martins, lembrarei que Alvito Buela Pereira de Miranda era, sim, de origem espanhola, mas pedira às Côrtes constituintes carta de naturalização, a qual lhe foi concedida em 22 de Dezembro de 1821. Devia, pois, aos *vintistas*, a sua qualidade de português...

Também não é certo o que diz, quando escreve ter D. Francisco Alexandre Lobo, após dez anos de exílio, regressado à posse do seu bispado, o qual só por velhice não retomou. Já no meu livro *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal* (vol. 1), deixei definitivamente provado e documentado que o Bispo de Viseu nem reconheceu nunca o governo liberal, nem, por isso mesmo, se viu jámais autorizado a regressar à sua mitra, a onde só voltariam os seus restos mortais. Isto nos dizem os documentos, que também se não encontram na *História* de Pinheiro Chagas...

Panfletários ardorosos, formidáveis, teve-os, sem dúvida, o miguelismo, o *ardente movimento nacionalista*, que no justo critério de António Sardinha, nunca poderá aceitar-se como sinónimo de *absolutismo*. Os energúmenos, êsses, apareceram aos cardumes, logo na manhã *emancipadora* de 24 de Julho de 1833. Haja vista o que se passou em Lisboa, quando o exército miguelista abandonou a capital, segundo o relato que nos legaram autores como Luz Soriano, Marques Gomes, Oliveira Martins e Barbosa Colen, que não eram decerto reaccionários... Mas isso são contos largos, que ficam para outro artigo.





# Cartas sem franquia

## III

### Ao Director do CORREIO LITERÁRIO

Janeiro, 15.

Meu caro senhor Maginot:

**E**MBORA tarde, o que me desculpará, venho responder à sua grata carta de Dezembro perdida entre a minha vária correspondência a que, ai de mim, nem sempre posso contestar com a presteza que desejaria.

Nascido há um bom par de anos, o *Integralismo Lusitano* sofreu logo à nascença os rudes ataques da crítica acéfala do nosso país. Estava-se em plena bacanal demagógica, às vésperas do tremendo conflito que enlutaria o mundo anos passados. Tudo presagiava o fim duma idade e o início de uma nova, e de novo os Bárbaros se comprimiam junto das muralhas de Roma. Portugal, dôce país atlântico de perene céu azul e paisagem dulçorosa, estava havia quatros anos entregue à anarquia das facções democráticas que se impunham pela tirania parlamentar e pela do cacique, pelo assalto à mão-armada em pleno dia, pelo assassinio cometido a ocultas ou às escâncaras, com um impudôr revoltante. Anos antes iniciára-se a sangueira com a «montaria ao caçador Simão» prêgada por um poeta de talento e de sangue judeu, cuja bondade franciscana na hora extrêma encheu de espanto os que tinham ouvido prêgar às turbas:

*Odio sem termo, ódio sem jugo,*

*Odio sem lei!*

*Odio de herói que, digno de Hugo,*

*Sob o montante de um verdugo,*

*Cospe inda insullos contra um Rei!*

As páginas brilhantes das «Farpas» onde pontificavam dois escritores de raça, a obra negativista dum historiador artista, a crítica de garoto dum panfletário de talento e as apóstrofes venenosas dum poeta de trunfa dantónica, completariam a acção deletéria do autor da «Pátria». E a mocidade, a «louca heroína», louca e inconsciente, tomando por verdades eternas o que não passava de moda — bem má, por sinal — e esquêncendo a austera lição da História, a mocidade lançou-se nos extremismos internacionalistas, protegida pelas seitas secretas e até pela cumplicidade dos áulicos palacianos!

A tentativa de regeneração dum ministro talentoso mas sacrificando ainda ao mito liberalista, não pôde vingar porque tudo estava minado e conspirava para que a sua obra breve caísse sem frutificar. E numa tarde de Fevereiro, no meio dum borborinho não se sabe se de espanto se de aprovação, um Rei e um Príncipe jôvem e inocente caíram às balas dum místico professor de barba tolstoiana e de um caixeiro de olhar vago e louco. Ninguém protestou. O mundo espantado assistiu à tragédia esquiliana sem ouvir a voz de alguém que bradasse contra o crime e clamasse pelo castigo dos assassinos encobertos, porque aos outros, aos executores, despedaçara-os a sanha popular!

Perdão! Houve alguém que protestou. Um fidalgo de raça, duas vezes nobre pelo sangue e pelo talento, atreveu-se a clamar por *Justiça!* em plenas Côrtes vendidas e inertes. A sua voz, porém, cobriu-a a indiferença dos pais-da-pátria e o pundonoroso fidalgo foi esconder a sua dôr na paz do túmulo.

Nasceu a anarquia. Um moço Rei imberbe, escapo do morticínio e de braço ainda ao peito, subiu ao trôno e a tremêr como um colegial prestou o juramento às Côrtes. Pálido e trémulo, sempre ante seus olhos com a visão do Pai e do Irmão ceifados no vigôr da vida, só o animava a bôa intenção de bem reinar. A seu lado, mergulhada na sua dôr de Viúva e de Mãi, uma Rainha que para cá viera radiante de beleza transformava-se lentamente numa figura grandiosa de tragédia antiga. E a anarquia venceu. Dois anos passados, e o Rei que dias antes ainda recebêra o testemunho público da fidelidade do Exército, é surpreendido por uma rebelião da Armada e do povo, a qual venceu pela indiferença e até cumplicidade dêsse mesmo Exército que lhe jurara fidelidade. Como após a morte do Rei, houve um só homem que lutou pela defesa das instituições mas o seu protesto não obteve o ambiente próprio, pelo que êle, nobremente, tomou o caminho do exílio, seguido dentro em breve daquela parte sã da mocidade que não estava corrompida pela acção das alforjas e das «choças».

Implantou-se a república que se cimentou com o sangue de dois padres inermes e a que breve se juntaria o de mais pessoas cujo crime era talvez o de não quererem cantar a «Portuguesa» e o de resarem a Jesus pela salvação desta pobre terra.

Implantou-se a república e, ai de nós! agora vencedores os tais salvadores lançavam-se uns contra os outros quando lhes faltavam os adversários políticos. Encheram-se as prisões e as turbas eram electrizadas pela voz sêca dum Robespierre de trazer por casa, pela voz romântica dum Danton de barba preta e pela voz inclassificável dum Marat a quem alcunhavam de sujo. No fundo o mesmo interesse cúbido os animava e as turbas lá os seguiam satisfeitas e consciadas da sua vitória. Adiante...

O nobre oficial que o sol de África bronzeara e que ali afrontara a peito descoberto a sanha do gentio revoltado, lá andava agora pela fronteira, feito chefe de guerrilha, a guiar sôb a chuva e sôb a neve, pelos ásperos alcantís transmontanos, essa heroica mocidade que tudo deixou — prazeres, honras, estudo — para seguir a sorte incerta do paladino. Mas não era a dêsses bravos rapazes a sorte mais para lamentar. Cá dentro viviam, homisiados na própria pátria, aquêles que não tinham podido seguir o comandante e que pelas prisões choravam as lágrimas travosas do desespêro. E o banquete continuava...

Para que V. Ex.<sup>a</sup> possa compreender o que ora vou dizer-lhe, preciso se torna que descansemos um pouco em Coimbra, esta velha e lendária cidade do sonho... e dos doutores. Para compreender Coimbra é preciso antes de mais têr lá ido, têr lá estado e silenciosamente têr calcurriado ruelas e «couraças», meditado junto de Santa Cruz ou da Sé Vêlha e sonhado nas márgens suaves do suave Mondego. É única na nossa Terra essa cidade, que, vista de longe, parece um presépio onde a tôrre da velha Universidade domina ao mesmo tempo como sentinela e como guardiã. O Mondego, quieto rio de quietas águas, já sem as cóleras surdas com que desce da Estrêla, banha-a de-vagar, como que sorrindo, e ela, a feiticeira, como odalisca de formas esculturais, nêle se revê com meneios de mourinha... É Coimbra para nós, os que a havemos trilhado durante o estágio enfartante do nosso Direito, um lugar de refúgio onde anos volvidos, no limiar das primeiras cãs, vimos recordar — e com que saúde! — aquêles tempos que foram e não voltam mais.

*(Continúa).*

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1832

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Outubro

**Dia 1** — Chegam alguns soldados do exército miguelista, feridos no ataque de 29 de Setembro às linhas do Pôrto. São recolhidos no hospital militar de S. Francisco. (P. L.). -- No arquivo da Misericórdia consta terem dado entrada no dito hospital, que era da sua administração, 38 militares de diferentes regimentos e batalhões, evacuados da Formiga. (P. L. e F.).

**Dia 2** — Provisão nomiando delegado da repartição de Medicina em Guimarães o dr. José do Souto Coelho e Oliveira, por 3 anos. Prestou juramento a 23 de Fevereiro de 1833.

**Dia 6** — A vereação nomeou almotaçes para este 4.<sup>o</sup> trimestre os bachareis Bento António de Oliveira Cardoso e António Joaquim de Oliveira Cardoso. O dr. juiz de fóra, em sua casa, deferiu o juramento àquele.

**Dia 10** — A vereação acordou que se puzesse em administração o novo real concedido por provisão de 23 de Junho último para o consêrto das ruas e estradas desta vila e termo, cuja cobrança terá principio desde 13 do corrente mez em diante, sendo notificados todos os carneiros, vendeiros e matadores de porcos

para serem cientes do referido, e isto até ao fim dêste ano, em consequência de não haver arrematantes.

**Dia 13** — Recebe o corregedor «ordem para mandar apenar» todos os espingardeiros e serralheiros para irem trabalhar no Arsenal Miguelista que se montára em Penafiel, indo compôr o armamento do exército do Sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 14** — Veio a esta vila António Marinho, filho do ex-ministro de estado Manuel Marinho, de Roriz, para arranjar cobertores de damasco, faqueiros e outras coisas, para uma casa de Rio Tinto que estava destinada a aposentadoria do Sr. D. Miguel que se preparava para vir passar revista ao seu exército. (P. L.).

\*

*Extra* — Grande acção dada pela tropa do sr. D. Pedro, que estava no convento da Serra, à tropa do Sr. D. Miguel que a foi atacar para a desalojar daquele ponto, perdendo esta última um Brigadeiro e bastante gente, tornando outra vez aos seus postos. (P. L.).

**Dia 16** — *Extra* — Sai de Lisboa o Sr. D. Miguel com as Sr.<sup>as</sup> infantas D. Isabel Maria, D. Maria da Assunção e muitos titulares. O seu Estado Maior já há

muito que tinha saído. Na sua ausência deixou presidente do governo o Duque de Cadaval. (P. L.).

**Dia 17** — Em vereação «acordaram que atendendo a necessidade do consêrto em que tem existido e ainda existem as ruas e estradas desta villa e termo, e a que pode suceder vir El-Rey Nosso Senhor honrar esta villa com a sua presença. Ordenam, que dos fundos que se forem juntando do rial imposto da carne de vaca verde cuja administração teve principio em 13 do corrente mez, se mande conservar as ruas principais desta villa por onde seja mais presumivel a entrada do Mesmo Augusto Senhor, e que desde logo se principie por quem competir em semelhantes consêrtos. Que auctorisam para esta administração ao nosso Procurador, o qual dará as necessárias providências tanto para designar os sitios dos consêrtos como para a escolha de pessoa que fiscalise os mesmos; e que se officie aos almotacés para que sejam os 1.<sup>os</sup> encarregados desta importante diligência. Que esta camara usa deste meio, apesar de não ser o legal, em atenção á urgência e brevidade com que se espera El-Rey Nosso Senhor, e não haverem outros meios alguns de que se possa lançar mão, sendo esse o motivo porque se pediu a El-Rey a provisão de 23 de Junho do corrente anno, que concedeu o rial de carne de vaca».

**Dia 18** — O ex-prior de Aviz e bacharel formado, Manuel Teles da Silva, participa ao Cabido, que fóra nomiado D. Prior da Colegiada por S. M. o sr. D. Miguel 1.<sup>o</sup>. O Cabido mandou haver por 3 dias repiques e também luminárias nas casas dos cônegos e capelães da Colegiada. (P. L.).

**Dia 20** — Vindo de Lisboa chega a Coimbra S. M. o sr. D. Miguel e as sr.<sup>as</sup> infantas D. Isabel Maria e D. Maria da Assunção, aposentando-se na Universi-

dade, e depois que chegou mandou chamar Gaspar Teixeira e o exonerou do comando do exército de operações. (P. L.).

**Dia 24** — Sai um Bando da câmara, que manda pôr luminárias hoje e nas duas noites seguintes, com fogo do ar, para festejar no dia 26, o aniversário do Sr. D. Miguel. O Bando era composto de alguns tambores e um bombo; uma musica a tocar o hino realista; bandeiras dos officios; Misteres com duas bandeiras; Pregoeiro; guarda de honra do Corpo Urbano, composta de estudantes de casaca e com armas; e enquanto andou fóra déram-se alguns foguetes e tocaram repiques em todas as torres. (P. L.).

**Dia 25** — Chega um forte destacamento de milicias de Vila Real que no dia seguinte marcha para Viana para fazer a guarnição da vila.

**Dia 26** — Diado aniversário do Sr. D. Miguel. — Ás 10 horas da manhã *Te-Deum* a cantochão na capela de S. José, no claustro da Colegiada. Á noite saiu uma musica a tocar o hino realista e algum povo a dar vivas. D. Miguel deu em Coimbra uma amnistia aos do Porto, tanto aos paisanos como aos militares, só até capitão inclusivé. (P. L.).

**Dia 30** — O corregedor manda embargar todo o damasco das Irmandades (para não o emprestarem para fóra da vila) para no caso de que o Sr. D. Miguel viesse a esta vila, servir de adorno das janelas da casa da sua aposentadoria. Neste mesmo dia são intimados os armadores de Guimarães para irem para Valongo fazer arcos e outras armações para a chegada do Sr. D. Miguel e das Sr.<sup>as</sup> infantas. (P. L.).

**Dia 31** — Ordena o corregedor que todos os moradores da vila varram as testadas das suas casas e espánem as janelas, que se tire a pedra e madeira

situada no Padrão e praça da Sr.<sup>a</sup> da Oliveira pertencente à obra da igreja Colegiada, que se tirem todos os entulhos e canchotes que estejam pelas ruas; officia aos juizes almotacés que mandem compor a estrada de Braga e algumas ruas da vila; officia às irmandades da vila que mandem fazer arcos à sua custa para se pôr em algumas ruas, que o Cabido mande limpar e armar a igreja Colegiada (a qual estava ainda cheia de entulho, pedra e madeira, porque ainda estava aberta a obra): também por este tempo passa ordem o mesmo corregedor para que se preparasse a casa dos Coutos à Misericordia. Todas estas ordens tinham por fim preparar brilhante recepção ao sr. D. Miguel e às sr.<sup>as</sup> Infantas que se esperava viessem aqui. (P. L.).

*Extra* — Chega a Valongo S. M. o sr. D. Miguel 1.<sup>o</sup> acompanhado das sr.<sup>as</sup> Infantas, Duque de Lafões e muitos titulares. (P. L.).

Em vereação, o presidente apresentou um officio do corregedor da comarca, e aberto continha que «constava a chegada de El-Rey Nosso Senhor á cidade de Braga, 5.<sup>a</sup> feira o 1.<sup>o</sup> de Novembro próximo, e que talvez viesse a esta villa, berço da 1.<sup>a</sup> monarchia, affim de prevenir esta camara para ser recebido com pompa e demonstrações de regosijo que lhe são devidas»; deram as mais terminantes ordens ao dito fim.

## Novembro

**Dia 1** — *Extra* — Ás 8 horas da noite chegaram a Braga S. M. o sr. D. Miguel 1.<sup>o</sup> e as sr.<sup>as</sup> Infantas D. Isabel Maria e D. Maria da Assunção, Duque de Lafões e muitos titulares. Depois de ir à Sé, foi para o paço arquiiepiscopal. A sua entrada foi brilhante, segundo diziam as pessoas desta

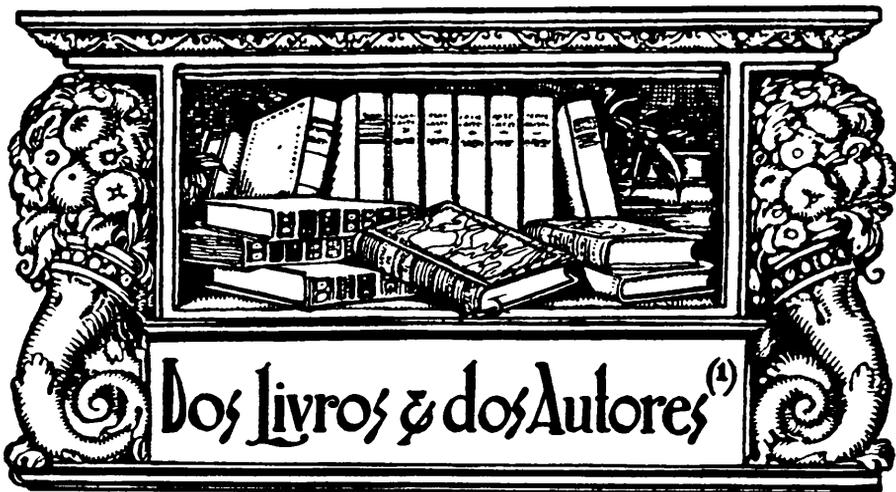
vila que de propósito a foram ver. No dia 3 as mesmas riais pessoas, foram ao Bom Jesus do Monte. (P. L.).

**Dia 5** — O Cabido manda a Braga uma deputação composta dos cônegos prebendados Pedro de Moraes Correia de Sá e Castro, António José Dias Pinheiro, Manuel de Barros Pereira e Joaquim Vaz Vieira de Melo e Alvim, felicitar S. M. o sr. D. Miguel 1.<sup>o</sup> e as sr.<sup>as</sup> infantas. (P. L.).

Chegam alguns soldados feridos e doentes do exército do sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 8** — Em sessão extraordinária da Camara, com a assistência do corregedor, foi deliberado levar à presença de El-Rei uma supplica: «reconhecendo com todo o mundo a coragem e valor pessoal que caracteriza a V. Mag.<sup>de</sup>, e receando que a proximidade do perigo faça com que o mesmo não possa ser contrabalançado pela prudência que aliás tanto resplandece em Vossa Magestade; tem concebido no excessso de amor que consagra a Vossa Magestade, os maiores receios sobre os perigos a que se exporá aproximando-se ao lugar da luta em que o valoroso e fiel exército se acha empenhado contra os rebeldes que occupam a cidade do Pôrto, perigos que o sublime discernimento de Vossa Magestade, melhor que esta Camara pode expor, saberá prever e devidamente pesar»... «se digne lembrar-se do risco que Sua Sagrada e Real Pessoa pôde correr apróximando-se ao lugar dos combates e pezar em Sua Alta a Régia Consideração que da Salvação da Sua Real Pessoa, pende a Salvação do Reino, e talvez de toda a Europa Monárchica, e que finalmente desculpe ao Corregedor e Camara esta supplica e seus receios»...

JOÃO LOPES DE FARIA.



A HORA VERMELHA — Romance — por *Nuno de Montemór*.  
Lisboa. 1932.

*A Hora Vermelha*, — o último livro de Nuno de Montemór —, surgindo logo nos começos desta temporada literária, marcou um lugar inconfundível entre as boas produções do ano. Romance de efabulação simples, mas plena de originalidade, com um encadeamento lógico de episódios intensamente emotivos, revela-nos, mais uma vez, a facilidade e o poder de composição do autor de uma já vasta bagagem literária de obras belas e moralisadoras.

Nuno de Montemór, apóstolo incansável dum nobre ideal, a que tem devotado o melhor dos seus esforços e do seu talento de escritor, (e que só espíritos mal intencionados ou pouco esclarecidos não querem ou não sabem compreender), deu-nos em *A Hora Vermelha* um livro que, ao mesmo tempo que ensina e deleita, vale, sobretudo, pela oportunidade do assunto tratado e pela agitação de ideias que a sua leitura suscita.

Entrou já o romance na sua 2.<sup>a</sup> edição. Prova evidente de que tem sido lido e tem agradado! Inútil será, portanto, darmos aqui um resumo do seu entrecho, pois que dum livro conhecido falamos. No entanto, e visto que o papel da crítica é explicar a obra e esclarecer o leitor, devemos observar áqueles que, porventura, nos queiram fazer notar que o A. de *A Hora Vermelha* apresenta, no decorrer da acção, algumas figuras irreais e pouco verosímeis, que de um livro de símbolos se trata e que Nuno de Montemór não foi pedir, à realidade, senão a hipótese duma catástrofe social, ameaça presente e continua, em tantos espíritos desvairados desta *hora vermelha* em que vivemos...

O *Piparra*, a *Celinha*, o *Dr. Silvano*, o *Padre Isidro*, o *Bispo Dom Jerónimo*, que são mais do que símbolos?! — símbolos da utópica felicidade comunista; da

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

inocência infantil; do criminoso egoísmo capitalista; das cobardes transigências; da palavra sublime do Sumo Pontífice, na incerteza tremenda do momento que passa!

No último capítulo do livro, Nuno de Montemór mostra-nos, pela voz da Igreja, o suave remédio para a questão moral em que o mundo se debate: «É só no amor e no sofrimento que a vida se exalta e purifica, é só no amor de Deus que está a salvação do mundo».

Belas, profundas e verdadeiras palavras estas, sim! Mas na realidade que nos rodeia, no desequilíbrio formidável creado pela *questão social*, o remédio espiritual, que é muito, não basta apenas, se uma Autoridade forte, que Deus instituiu para coordenar e dirigir os valores sociais, não aparecer também a coagir, a impôr-se, a orientar a humanidade ensandecida!...

DESORIENTADA — Romance — por *Aurora Jardim Aranha*.  
Edição de Américo Fraga Lames & C.<sup>a</sup>, L.da. — Pôrto, 1933.

D. Aurora Jardim Aranha publicou, há pouco, o seu segundo romance — *Desorientada* —, que marca, sem dúvida, um progresso notável sobre os seus outros trabalhos anteriores. Tem este livro, como é natural, defeitos e boas qualidades. Felizmente, porém, estas sobrelevam aqueles, fazendo-nos prever o aparecimento, para muito breve, da primeira obra definitiva desta interessante escritora. E para isso não necessita D. Aurora Jardim Aranha de extraordinário esforço. Apenas, talvez, um pouco mais de intuspecção crítica, evitando assim a pieguice ridícula de certas expressões: «ó meu», «ó minha», «Marisaüdade», etc. — e procurar, nos diálogos, imprimir-lhes mais carácter, tornando-os reais e desartificiosos, para que o leitor não sinta, como nós sentimos, a personalidade da A. a uniformisar a linguagem dos diferentes personagens, que pecam por demasiado *intelectuais* e bem falantes...

De resto, a autora da *Desorientada* possui inegáveis dotes de observação psicológica e nervos de artista. Nota-se, no seu romance, uma clara intuição da técnica deste género literário: forte poder imaginativo, facilidade de composição, movimento e contínuo interesse no decorrer da acção, através das 294 páginas, que a obra contém. Pequenos descuidos de forma e imperfeições de estilo, facilmente corrigíveis, revelam ainda o desprendimento e a precipitação de quem se habituou a escrever para jornais.

A par de algumas páginas excessivamente amorais, D. Aurora Jardim Aranha dá-nos curiosas e típicas descrições, como a da viagem ao norte de África; episódios flagrantes de observação e de verdade, como o da vida íntima dos *bastidores* de teatro.

O desenho moral das figuras, que arrastam, quasi todas, o *morbus* estranho



**D. AURORA JARDIM ARANHA**  
Desenho inédito de Adalberto Sampalo

duma paixão fatal, é bem traçado e sugestivo, na minudência dos seus gestos e atitudes.

Por todo o livro passa a borrasca dessa alma ardente, excitada e excitante, ao mesmo tempo, — dessa original e moderníssima Rafaela, a «desorientada», a *allumeuse*, «feita intenção e labareda de carne», que deambula na vida, presa à grilheta da fatalidade hereditária numa união romântica. A sua vida é um desesperado e angustioso soluço em vários capítulos, que termina pela renúncia, dentro dos preceitos da boa moral, a um sonho de amor impossível. D. Aurora Jardim Aranha dá-nos, desta Rafaela, um magnífico perfil, incarnando nela o tipo da mulher moderna, desorientada, caprichosa, fôlha impelida na vida ao sabor do instinto e das paixões.

As primeiras 24 páginas seriam absolutamente dispensáveis ao desenrolar da acção e de todos os capítulos do romance são, sem dúvida, os melhores e de mais intensidade emotiva, os dois últimos: *A excitadora* e *Desorientada*. A edição, belamente apresentada, encerra interessantes desenhos de vários artistas portugueses.

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA PORTUGUESA NO  
CANCIONEIRO DE S. SIMÃO DE NOVAIS (2.ª série)-por  
*Fernando de Castro Pires de Lima*. Lisboa, 1932.

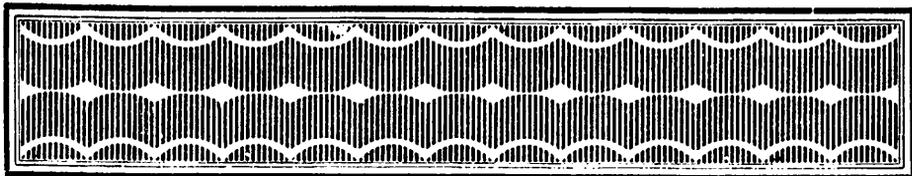
O trabalho que temos presente é a separata dum artigo publicado pelo Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, em Novembro do ano findo, na «Nação Portuguesa», e consta de uma pequena mas curiosa compilação de quadras populares, que O A. coordena em diferentes parágrafos respeitantes a: Política, Serviço Militar, Guerra, Mar e Brasil. Nêste último uma há, bastante interessante, que queremos aqui arquivar, e na qual o *poeta* popular como que prevê, a grande distância de anos, a Travessia aérea do Atlântico Sul:

*O coração das trís penas,  
Dá-me uma, quero voar!  
Qu'eu vou ao Brasil e venho;  
Na volta torno-Va a dar...*

DA DEFESA E CONCEITO DE PROPRIEDADE-por  
*António de Sousa Machado*. Pôrto, 1932.

A pequena e elegante brochura, que o Dr. António de Sousa Machado acaba de nos enviar, é a separata da sua magnífica conferência, pronunciada na C. M. de Fafe em 29 de Maio de 1932 e publicada nesta revista nos números 7 a 12 da série passada. Perfeitamente conhecem os nossos leitores o interessante e oportuno trabalho dêste nosso inteligente e culto camarada, que dêle fez uma tiragem apenas de too exemplares, fóra do mercado.

Horácio de Castro Guimarães.



# Cartas sem franquia

## III

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 50 — CONCLUSÃO)

**E**M Coimbra, meu caro senhor Maginot, foi que germinaram sempre as grandes ideias que revolucionaram esta pobre terra durante êsse infausto século XIX. E desde que os últimos soldados de Massena desapareceram para além do Águeda, até que as primeiras fúrias germânicas nos abalaram em 1914, em Coimbra se soltou sempre o grito de revolta que sacudiria o marasmo de Portugal. Em 1808 forma-se lá o batalhão académico que brilhantemente secundou os esforços do exército luso-britânico. Em 1820 a mocidade coimbrã saúda pela bôca do jôvem Garrett o «gesto» dos «casacas de briche». E só o período sanguinoso das nossas lutas internas impediu que ali se formasse uma pleiade que prêgasse mais alguma coisa. Por 1840 é Coimbra o foco do ultra-romantismo, e tudo são fados, e descantes, e amôres melancólicos no Choupal, e guitarras gementes a soluçar sôb dedos esguios. Mas isso tudo passaria quando o tufão racionalizador dos meados do século principiasse a destelhar o carcomido edificio universitário.

Pontificava o vélho Castilho nas letras e os jôvens poetas cercavam-no reverentes, à espera do elogio que, sóbrio e clássico, lhe brotaria dos lábios. Bárbaro seria o que o afrontasse e mais bárbaro o que atacasse o ídolo com pés de barro do formalismo oficial. Ai de nós, porém, meu caro senhor. Um irreverente, um «bárbaro», um «cita ou filisteu», um homem que a nevoenta filosofia germânica havia de desvairar, um fidalgo pelo sangue e pelas maneiras, Antero de Quental enfim, atirou a primeira pedra à tôrre ebúrnea do formalismo nas letras e a polémica inaugurou-se brava, subindo alto como chama atijada pelo vento dos brios magoados, não lhe faltando até o pormenor tràgi-cômico dum duelo. Castilho sumiu-se na sombra, os poetas dispersaram, Coimbra civilizou-se e os revoltados, todos ou a maioria, atassaram-se de «carrascão» na taberna das *tias* Camelas! Passou a época de revoltas e a geração seguinte,

mais calma, tinha outros ídolos além de Hugo, Gauthier ou Leconte de Lisle. Mallarmé, Moréas, Verlaine, eram os ditadores das jóvens mentalidades, e os poetas coimbrões davam-se à confecção dum verso com o mesmo cuidado e o mesmo gôsto que um ourives põe na filigrana que irá adornar o peito branco de qualquer Tais de cabelo cortado. Já não há a curiosidade mental nem o largo amôr pela humanidade, que encheram o peito da geração de 66. Há menos e mais do que isso: há o amôr da forma plástica da prosa ou do verso. E nêsse amôr persistiram os jóvens, e nêsse amôr se fizeram os poetas simbolistas até que a geração seguinte disso se desinteressou e passou a dar os seus cuidados a qualquer coisa de *très sale et sentant l'égoût* — a política. Tal foi a geração de 1906 que entrou na história pela mão... duma grêve académica.

Mas as desditas da Pátria que se seguiram ao crime de 1908 acabrunharam os ânimos, e a geração de 1910 era mais triste, mais estudiosa, mais ensimesmada do que qualquer das anteriores. Não a seduzia o «fado» nem as serenatas pelas velhas ruas do burgo coimbrão tampouco se ficava mandriando pelo Choupal ou pelo Penedo da Saudade. Estudava e meditava, e, talvez por isso, provocou o movimento de ideias mais notável que de 1866 até hoje se produziu em Portugal.

Foi essa mocidade, Ex.<sup>mo</sup> Senhor, que entrava na vida quando estalava a guerra, quem deu corpo e alma ao *Integralismo Lusitano*. Muitos dêsses moços eram republicanos convictos e que haviam esperado da república a regeneração do País em todos os campos: moral, mental, económico e político; outros, porém, eram herdeiros da tradição legitimista a que pusera fim a Convenção de Évora-Monte. Irmanados no mesmo amôr pela Pátria doente, êsses jóvens pensavam que em tão grave crise não deixaria de haver um remédio. Estudando as nossas instituições sociais, frequentando a riquíssima biblioteca universitária, lendo nas folhas vivas dos nossos monumentos a lição austera da nossa Tradição, breve se lhes apresentou aos olhos deslumbrados o panorama do Portugal de outros tempos, *quando o Rei governava as repúblicas municipais*, livre de quaisquer peias parlamentaristas e de palavrosos e vão discursos floreados. Atraídos para o Passado com o mesmo sentimento irresistível que dêle afastara os de 1866, os estudantes de 1914 foram até às narrativas ingênuas, sim, mas seguras, dos nossos primeiros cronistas, onde se lhes mostrou maior ainda o contraste entre os tempos «ominosos» e a «felicidade» de que gozavam. A-par disso eram tirados do limbo do esquecimento nomes que no seu tempo foram notáveis na filosofia política e que tomavam presentemente uma oportunidade aflitiva. E assim começaram a tornar-se conhecidas as obras de José Agostinho de Macedo,

de Gama e Castro, do Marquês de Penalva, de Fr. Fortunato de S. Boaventura, de José Acúrsio das Neves, de António Ribeiro Saraiva e de tantos outros que nos seus dias deram o melhor do seu saber e do seu sangue pela causa da Legitimidade.

E eis que êsses jôvens tão bem intencionados se atrevem a trazer a público o resultado do seu estudo e das suas investigações, nas páginas fortes da primeira revista de filosofia política que olhos portugueses haviam visto: «Nação Portuguesa».

Mas quê? O burguês indígena, assustado, reagiu caluniando, e os profissionais da desordem desorientaram-se e bradaram alérta para as alfurjas. Era pois quando êles julgavam morta definitivamente a Monarquia que do seio da geração nova partia um grito renovado de morte à Rêpública?! E depois não se contentavam êsses moços com a Monarquia deposta em 1910? Queriam a que para sempre se sumira em Evora-Monte? Era pois o regresso às ferozes alçadas miguelistas, às forcas, às masmorras de Almada e, — quem sabe? — ao Teles Jordão! Outros riam e chacoteavam acusando os rapazes de copiarem e traduzirem para vernáculo as doutrinas de Maurras e da *Action Française*. Tudo aquilo era tradução mal-feita do Maurras!

E assim o cretinismo nacional, alheio ao estudo e à meditação, saúdava êsse brilhante sol nascente que sanearia o pensamento português e o levaria de olhos mal refeitos ainda a mergulhá-los no manancial fecundíssimo da Tradição não para a copiar, mas para nela se colherem os ensinamentos de sempre que, na hora presente, preparem um futuro de paz e prosperidade a êste País malfadado.

Porque até os conselheiros já retirados da política e de peitos cheios de comendas e *crachás*, atacaram êste movimento juvenil. A nossa incultura apenas viu o aspecto superficial da nova doutrina: e assim ou lhe assacavam a pecha de sêr uma tradução apressada do francês ou lhe supunham intuítos de restauração integral do passado, sem atentarem, os ignorantes, que o passado não volta e que o que foi não há-de tornar a sêr. Sòmente o que êles não compreenderam ou não quizeram compreender foi que o movimento ia mais fundo e era uma completa *revolução intelectual, política e moral*, penetrando até ao âmago das questões que haviam preocupado dezenas de gerações que não tinham encontrado a fórmula satisfatória por não sêr empírica como o liberalismo.

O *Integralismo* é uma doutrina viva porque inspirada no interêsse nacional. Não busca ressuscitar o passado mas apenas aproveitar a lição da nossa gloriosa história restaurando, embora sôb aspectos modificados, aquelas instituições à sombra de que Portugal se formou e que o tornaram forte sôb o signo de Avis. Poder-me-ão contestar que os tempos são outros

e que a mentalidade de hoje não poderá aceitar formas de pensar obsoletas. Mas o Povo Português é eterno e aquelas instituições que o elevaram outróra poderão mantê-lo perpétuamente no mesmo nível desde que as suas virtudes não pereçam sôb o vento revolucionário.

O Rei, o Município, a Corporação, eis a trindade sôbre que assentáram outróra as bases do Portugal Velho e sôbre a qual deverão assentar de futuro as do Portugal Novo.

E para que V. Ex.<sup>a</sup> veja até onde chega a inconsciência dos que chamam ao *Integralismo Lusitano* uma tradução de Maurras, dir-lhe-ei apenas isto: enquanto que para a *Action Française* a época do esplendor e que deverá servir de norma é a de Luis XIV, quando o poder absoluto do soberano se consolidava, nós vamos procurar a nossa época-tipo à monarquia rural dos Afonsos e de Avis, antes das navegações e do delírio da Índia, Muito antes que Maurras tivesse chegado à conclusão monárquica e, abandonando a república, atingisse os átrios da Monarquia Integral no periodo agudo do *dreyfusismo*, nós tínhamos cá um grupo de magníficos doutrinadores que foram, para não irmos já até ao velho Fernão Lopes ou aos escritores de Quinhentos, o marquês de Penalva, Gama e Castro, José Agostinho de Macedo e muitos outros que incansavelmente se mantiveram na brecha combatendo por aquelas verdades que são de sempre e que sempre ampararam Portugal, até mesmo na sua decadência.

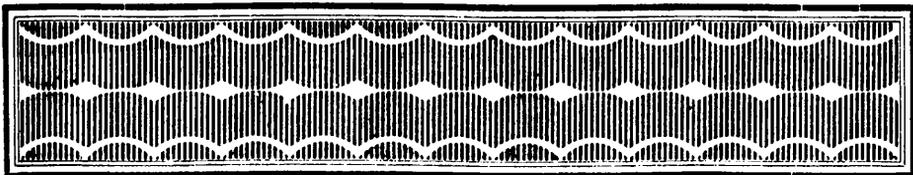
E depois o *Integralismo Lusitano* vai mais longe. Enquanto que a *Action Française*, num momento infeliz, discute com o Chefe da Cristandade pontos de doutrina que lhe estão vedados, o *Integralismo* aceita filialmente os ensinamentos do Herdeiro de Pedro e proclama altivamente a supremacia da Igreja Católica no espiritual e no moral. Não é já o regalismo de Pombal e seus sequazes: é a compreensão nítida de que o espiritual está para além das vãs tentativas humanas e de que, independentemente de credos e doutrinas, todos somos filhos de Cristo. E assim o fortalecimento das virtudes cristãs traz, implícitamente, o fortalecimento da Família, a célula-mãe de todas as outras: — o Município, o Sindicato, a Corporação.

E aqui tem V. Ex.<sup>a</sup>, resumida e pàlidamente, um tanto sôbre o joelho, o que posso dizer-lhe sôbre o *Integralismo Lusitano* e a sua doutrina hoje melhor compreendida, embora ainda superficialmente. E faço votos para que estas ligeiras ideas possam servir-lhe para tecer um daqueles luminosos ensaios que V. Ex.<sup>a</sup> costuma oferecer aos numerosos leitores do «Correio Literário» e dos quais sou eu um dos mais fieis.

Todo seu

JOÃO DA EGA

Pela cópia: António A. Dória.



## Sombras da história

# Os energúmenos da Liberdade

por FERNANDO CAMPOS

**A** FIRMEI, ao terminar o meu último artigo, que panfletários ardorosos, formidáveis, os teve, sem dúvida, o miguelismo; mas que os energúmenos, êsses, surgiram aos cardumes, logo na manhã emancipadora de 24 de Julho de 1833, quando as tropas de D. Miguel abandonaram a capital. E lembrei que, a persuadir-nos dessa verdade insofismável, bastavam os testemunhos legados por tantos autores insuspeitos de aversão àquela *Liberdade* encartada, de que tão saudoso se mostra o sr. Rocha Martins.

Para não ficar em afirmações, aqui me proponho documentar o meu dito, o que não deixa de vir a propósito num momento em que o redactor do *Arquivo* não se cansa de falar no *terror absolutista*, nos *sicários do miguelismo*, e noutras coisas tenebrosas, muito próprias para entreter as imaginações simplistas de muitos que só conhecem a história de Portugal através de certas brochuras rocambolescas, distribuídas aos domicílios.

Vejamos pois o que se passou em Lisboa nesse dia famoso de 24 de Julho e nos que se lhe sucederam, recorrendo, para o saber, apenas a historiógrafos liberais, a quem o facciosismo político não logrou perturbar inteiramente a clarividência do espírito, e que, por isso, em termos claros e precisos souberam narrar os factos e desvendar, sem hesitações, os êrros e vícios do novo sistema importado na bagagem de Lord Stuart.

Seja Oliveira Martins o primeiro a esclarecer-nos e a demonstrar-nos as desastrosas consequências dessa jornada constitucional:

« Assim que o exercito miguelista abandonou Lisboa, viu-se rebenotar

e que a mentalidade de hoje não poderá aceitar formas de pensar obsoletas. Mas o Povo Português é eterno e aquelas instituições que o elevaram outróra poderão mantê-lo perpétuamente no mesmo nível desde que as suas virtudes não pereçam sôb o vento revolucionário.

O Rei, o Município, a Corporação, eis a trindade sôbre que assentáram outróra as bases do Portugal Velho e sôbre a qual deverão assentar de futuro as do Portugal Novo.

E para que V. Ex.<sup>a</sup> veja até onde chega a inconsciência dos que chamam ao *Integralismo Lusitano* uma tradução de Maurras, dir-lhe-ei apenas isto: enquanto que para a *Action Française* a época do esplendor e que deverá servir de norma é a de Luis XIV, quando o poder absoluto do soberano se consolidava, nós vamos procurar a nossa época-tipo à monarquia rural dos Afonsos e de Avis, antes das navegações e do delírio da Índia, Muito antes que Maurras tivesse chegado à conclusão monárquica e, abandonando a república, atingisse os átrios da Monarquia Integral no periodo agudo do *dreyfusismo*, nós tínhamos cá um grupo de magníficos doutrinadores que foram, para não irmos já até ao velho Fernão Lopes ou aos escritores de Quinhentos, o marquês de Penalva, Gama e Castro, José Agostinho de Macedo e muitos outros que incansavelmente se mantiveram na brecha combatendo por aquelas verdades que são de sempre e que sempre ampararam Portugal, até mesmo na sua decadência.

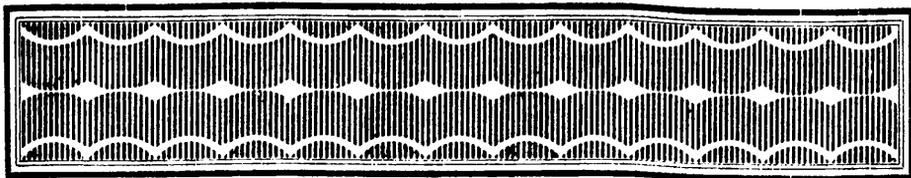
E depois o *Integralismo Lusitano* vai mais longe. Enquanto que a *Action Française*, num momento infeliz, discute com o Chefe da Cristandade pontos de doutrina que lhe estão vedados, o *Integralismo* aceita filialmente os ensinamentos do Herdeiro de Pedro e proclama altivamente a supremacia da Igreja Católica no espiritual e no moral. Não é já o regalismo de Pombal e seus sequazes: é a compreensão nítida de que o espiritual está para além das vãs tentativas humanas e de que, independentemente de credos e doutrinas, todos somos filhos de Cristo. E assim o fortalecimento das virtudes cristãs traz, implicitamente, o fortalecimento da Família, a célula-mãe de todas as outras: — o Município, o Sindicato, a Corporação.

E aqui tem V. Ex.<sup>a</sup>, resumida e pàlidamente, um tanto sôbre o joelho, o que posso dizer-lhe sôbre o *Integralismo Lusitano* e a sua doutrina hoje melhor compreendida, embora ainda superficialmente. E faço votos para que estas ligeiras ideas possam servir-lhe para tecer um daqueles luminosos ensaios que V. Ex.<sup>a</sup> costuma oferecer aos numerosos leitores do «Correio Literário» e dos quais sou eu um dos mais fieis.

Todo seu

JOÃO DA EGA

Pela cópia: António A. Dória.



## Sombras da história

# Os energúmenos da Liberdade

por FERNANDO CAMPOS

**A** FIRMEI, ao terminar o meu último artigo, que panfletários ardorosos, formidáveis, os teve, sem dúvida, o miguelismo; mas que os energúmenos, êsses, surgiram aos cardumes, logo na manhã emancipadora de 24 de Julho de 1833, quando as tropas de D. Miguel abandonaram a capital. E lembrei que, a persuadir-nos dessa verdade insofismável, bastavam os testemunhos legados por tantos autores insuspeitos de aversão àquela *Liberdade* encartada, de que tão saudoso se mostra o sr. Rocha Martins.

Para não ficar em afirmações, aqui me proponho documentar o meu dito, o que não deixa de vir a propósito num momento em que o redactor do *Arquivo* não se cansa de falar no *terror absolutista*, nos *sicários do miguelismo*, e noutras coisas tenebrosas, muito próprias para entreter as imaginações simplistas de muitos que só conhecem a história de Portugal através de certas brochuras rocambolescas, distribuídas aos domicílios.

Vejam os pois o que se passou em Lisboa nesse dia famoso de 24 de Julho e nos que se lhe sucederam, recorrendo, para o saber, apenas a historiógrafos liberais, a quem o facciosismo político não logrou perturbar inteiramente a clarividência do espírito, e que, por isso, em termos claros e precisos souberam narrar os factos e desvendar, sem hesitações, os êrros e vícios do novo sistema importado na bagagem de Lord Stuart.

Seja Oliveira Martins o primeiro a esclarecer-nos e a demonstrar-nos as desastrosas consequências dessa jornada constitucional:

« Assim que o exercito miguelista abandonou Lisboa, viu-se rebar

o apóstema das coleras e vinganças comprimidas, e correu pelas ruas da cidade a baba podre dos maus instinctos que se acclamavam vencedores com a victoria da Liberdade: um delirio de sevicias, de roubos, de assassinatos — quasi um saque». (1)

Relato que estava de inteiro acôrdo com a seguinte afirmação de Luz Soriano, o qual não conseguiu pintar o quadro doutra forma mais suave, sem ficar mal com a sua consciência:

«Por esta occasião se commetteram então não poucos assassinatos, que mal podia cohibir um governo ainda não firmado no seu respectivo poder, e cujos delegados se achavam por conseguinte sem força, para fazer respeitar as auctoridades e a lei». (2)

Escutemos agora Barbosa Colen o liberal continuador do liberalissimo Pinheiro Chagas, em tantos passos seguido pelo sr. Rocha Martins. Assim nos descreve êle os successos dêsse dia redentor:

«Ao mesmo tempo, como sempre succede, commettiam-se varios excessos. Houve muita gente que se arvorou em auctoridade... para prender os que lhe eram desaffectedos. Com esses se apresentavam nas cadeias, conseguindo dos carcereiros que alli os retivessem... á ordem do duque da Terceira. Foi preciso, depois, que o duque publicasse um edital para pôr cobro ao abuso e á violencia, declarando *que ninguem podia ser preso á sua ordem, não pertencendo ao exercito*. Mas as violencias são como um vinho capitoso: quando vem a embriaguez os excessos são sempre em progressão. Nas ruas foram assassinados alguns frades. Agora era com um B que marcavam nas costas os suspeitos, para os denunciar á vingança dos exaltados. E como lhes chamavam burros... cuidaram de arrear alguns, e fazel-os assim passear pelas ruas da cidade! Foi o que succedeu a um desembargador, que foi puxado por um freio, e com uma albarda ás costas, desde o Poço Novo até ao Correio Geral, — onde expirou. A casa do conde de Basto foi entregue á pilhagem. O *Alfaiate Côxo* commandava uma quadrilha que espancava os suspeitos — e dava assalto ás casas abandonadas pelos miguelistas, ou pelos mais receiosos, que haviam querido acautelhar a segurança das suas familias contra as violencias do primeiro momento.» (3)

(1) *Portugal Contemporaneo*, 4.<sup>a</sup> ed., t.ºmo 1, pág. 356.

(2) *Historia da Guerra Civil*, 3.<sup>a</sup> ep., t.ºmo IV, pág. 416.

(3) *Historia de Portugal*, vol. IX, pág. 273.

Passavam-se estes *mimos*, desnecessários de comentar, sem que Lisboa tivesse resistido às forças assaltantes. Que teria sucedido em caso contrário?

Mas o pior havia de acontecer na hora em que o novo govêrno liberal já tinha obrigação de estar «firmado no seu respectivo poder», como escrevia Luz Soriano. Com efeito, êsse dia 24 de Julho não passou de uma simples amostra do período *de socêgo* iniciado um ano depois, e descrito da seguinte forma por outro historiôgrafo liberalista, Marques Gomes:

«É triste dizel-o, mas é verdade, os vencedores não foram generosos para com os vencidos. Muitos dos vencidos de Evora Monte, que em virtude do decreto de amnistia de 27 de Maio recolhiam ás terras de sua naturalidade, foram barbaramente assassinados em nome da liberdade. Estes attentados, mil vezes reprehensíveis, não se limitavam só ás provincias, estenderam-se até á propria capital. Em Lisboa tambem foram assassinados muitos miguelistas, o que levou o ministro do reino, Bento Pereira do Carmo, a dizer em portaria de 5 de Junho de 1834: *Que haviam extremamente maguado o coração do duque de Bragança os excessos praticados n'aquelles ultimos dias contra algumas pessoas que recolhiam á cidade, fiadas na protecção da lei, que punha em esquecimento seus passados crimes politicos.*» O citado historiador não se esquecia de acentuar que de nada tinham valido as providencias do Governo para conter tais excessos, confessando que «a matança continuou, e infelizmente por bastante tempo ainda.» (1)

O mesmo Oliveira Martins, ao historiar a *anarquia liberal*, traçava dêste modo suggestivo o panorama do *regabofe* constitucionalista:

«A segurança de uma victoria tão custosa, tão disputada, sobretudo incerta por tanto tempo, embriagava homens que ouviam aos mestres doutrinas feitas a proposito para os desenfrear. Soltaram-se com effeito todas as cubiças e odios; pagaram-se a tiro todas as offensas; roubou-se e matou-se impunemente. O miguelista era uma victima, um inimigo derrubado: o vencedor punha-lhe o joelho no ventre e o punhal sobre a garganta. Caçavam-se como se caçam os lobos, e cada offensa anterior, cada crime, era punido com uma morte sem processo. Os vencedores, suppondo-

---

(1) P.

se arbitros de uma soberania absoluta, retribuiam a cento por um o que antes haviam recebido.» (1)

«Em vão se tinha duplicado (de 70 a 140) o numero dos julgados: era impossivel corrigir uma desordem que a tantos convinha. Guerrilhas armadas levavam de assalto as casas do miguelista vencido, roubando, matando, dispersando as familias. Havia uma verdadeira, a unica absoluta liberdade — a da força! Na Beira houve exemplos de uma habilidade feroz singular. Matava-se a familia, deixando a vida apenas ao chefe, em troca de um testamento a favor de alguem. Dias depois o pobre apparecia morto e enriquecia-se d'esse modo.» (2)

Tão negra era, na verdade, a paisagem, que Oliveira Martins se julgou obrigado a observar:

«Não se imagine que escurecemos as côres do quadro. Leia qualquer as memorias do tempo, ouça os que ainda vivem, e ficará sabendo como a anarchia na doutrina, que era uma anarchia no governo, era tambem uma anarchia de bandidos por todo o reino, matando e roubando impunemente. E por cima de tudo isto pairava um medo positivo que entorpecia a acção dos mandantes, e justificava, no sentido de uma defeza feroz, a caça do miguelista.» (3)

A dois anos da vitória, em 1836, declarava o ministro Passos Manuel, em pleno Parlamento:

«Das participações e relações das auctoridades de todo o paiz consta que até hoje se teem commettido *dezeseis mil e tantos assassinios* e teem sido *roubadas mais de sete mil casas.*» Acrescentando que considerava essas relações deficientes, o que não deixaria também de acentuar o deputado Franzini, quando, nas Côrtes de 1838, apresentou uma nota relativa ao periodo decorrido entre 33 e 37, e da qual constavam nada menos de 1442 assassinatos e 3119 roubos. É elucidativa, neste ponto, a leitura de Oliveira Martins, D. Jorge Eugenio de Lócio e D. Miguel Soto-Maior. Foi esta a paz, a tranquillidade inaugurada pelo 24 de Julho, *paz e tranquillidade* que chegaram aos nossos dias, através daquela *guerra dos cem anos*, que tão bem nos descreveu o meu querido camarada, dr. Caetano Beirão.

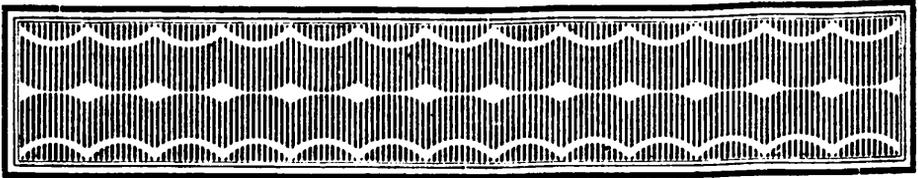
(1) *Portugal Contemporaneo*, tómo II, pág. 46-47.

(2) *Ibidem*, pág. 48-49.

(3) *Ibidem*, pág. 50-51.

Quanto às vantagens da empresa, quanto às conquistas e progressos que a *Liberdade* nos trouxe, também não deixa de ser curioso ouvir os autores que citei, e aos quais poderíamos adicionar, entre outros, Garrett e Herculano, que não duvidaram confessar publicamente, a sua amarga descrença na eficacia dos princípios que, de arma ao ombro, haviam ajudado a triunfar. Mas isso é já outro assunto que está fóra do programa, e que os limites dêste artigo não comportam. Propuz-me, apenas, comprovar o que afirmára no meu artigo anterior, contrapondo aos supostos energúmenos do miguelismo, em que o sr. Rocha Martins nos falou — ao tratar, com a sua erudição apressada, dos panfletários legitimistas — os energúmenos autênticos da *Liberdade*, daquela *Liberdade* estrangeira e encartada, que teve por pai um brasileiro e por padrinho um inglês.





# UM REI FANÁTICO...

por HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 40)

Duas palavras sintetizam o pensamento dominante de todo o esforço português : a Fé e o Império !

Não manchemos a estatura moral dos nossos feitos heróicos, acreditando na opinião materialista dos que apregoam, que às nossas navegações e conquistas apenas presidia a avidez do lucro, o mero instinto da pirataria ...

Não, meus Senhores ! «No século XVI, descoberta a Índia, ainda todo o esforço gigantesco de Portugal era olhado como uma cruzada, — cruzada contra Ismael» (1) — como afirmou um dia, aquele que é hoje uma alta figura da Igreja : Sua Eminência o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira. A dilatação da Fé, pela imposição da civilização cristã aos povos infieis, eis o lema da acção portuguesa, ao erguer, na história do mundo, o monumento épico, imperecível, da *loucura* heroica dos Descobrimentos. Tudo o mais são efeitos secundários, tristes conseqüências da mísera fragilidade humana ...

O que é Verdade inegável, perfeitamente reconhecida, é que Portugal foi forte e poderoso pela energia indomável da Fé. Dela lhe veio a confiança serena na fôrça do seu braço e a consciência da sua missão colonizadora. As glórias da Nação à nossa crença se devem, — «à crença religiosa, que, na definição dum grande orador português (2), lhe imprimiu

---

(1) Dr. Gonçalves Cerejeira — «Gil Vicente e a História de Portugal,» in «Labareda» — 2.<sup>a</sup> série, n.os 7 e 8.

(2) Alves Mendes — «Orações e Discursos» 1.<sup>o</sup> volume.

sua fôrça vivaz, suas tendências cosmopolitas, seu espírito social, sua prática do dever, seu culto à unidade, seus hábitos de organização, seus processos de tenacidade, seu prestígio civilizador e seus princípios de disciplina».

É que, como escreveu o anti-clerical Herculano, «onde quer que um pensamento grande precisa tôda a energia de uma unidade social para se desenvolver e realizar, lá haveis de encontrar a religião produzindo essa energia». E foi a religião, cimentando sôbre os alicerces da unidade da crença a unidade nacional, que fez de Portugal, no século XVI, a cabeça da Europa e ainda, no próprio reinado do monarca *Piedoso*, o eixo do mundo moderno.

Lisboa, com os seus cem mil habitantes, era a capital dêste vasto império; nas suas ruas, de grande cidade cosmopolita, principalmente naquelas que *conduziam à Ribeira*, «circulava — como nos conta um ilustre historiador dos nossos dias (1) — grande número de peões, escravos, populares, gente de negócio; frades e sacerdotes que discretamente se ocultavam na gravidade dos seus hábitos negros; fidalgos que garbosamente montavam insofridos corseis; damas que ostentavam lindos vestidos, com ricas pedras estrategicamente dispostas onde melhor podiam despertar atenções; ociosos que affectavam grandeza, na expectativa da fortuna que poderia alcançar um parente que embarcara para a Índia. A Rua Nova era a mais freqüentada por gente de distinção e de dinheiro. Ali procuravam nas lojas ricos objectos vindos do Oriente, porcelanas finíssimas de vários feitios, conchas, côcos lavrados de diversos modos, caixinhas guarnecidas de madre-pérola e cousas semelhantes. Na rua onde alinhavam as lojas dos ourives de ouro, compravam-se pedras preciosas, diamantes, esmeraldas do mais puro brilho, rubis de suave gôsto e muitas outras gemas de apurado lavor. Os ourives de prata faziam grande negócio, porque muita gente usava pratos, bacias e outros vasos daquele metal. A êste espírito de ostentação correspondiam nos trajos excessos de luxo, que os monarcas debalde procuravam corrigir em suas pragmáticas».

O luxo oriental da côrte de D. Manuel sugestionava e causava espanto. Contaminou a nação. Já nas côrtes de 1525 e 1535, pediam providências os procuradores do povo contra o desatino dos fidalgos, que em seus paços alardeavam desmesuradas pompas, arruinando suas casas e recrutando turbas inúteis de servidores, cujos braços, indispensáveis à

---

(1) Dr. Fortunato de Almeida — *In* «História Ilustrada da Lit. Portuguesa». 1.º volume.

economia nacional, eram roubados à cultura das terras e ao manejo dos officios.

Gastava-se dinheiro a rodos! A Lisboa chegavam, nas naus da Índia, mercadorias exóticas, — todo o rico produto das chatinagens de Ormuz, de Malaca e Ceilão. Atraídas pela miragem fascinante dos lucros mercantis, vinham de longe legiões de aventureiros estranhos, «lombardos, venezianos, flamengos, alemães, castelhanos, franceses, tripulantes e mercadores, viajeiros e melquetrefes, brichotes e perigrinos», cruzando, em todos os sentidos, os ladrilhos das ruas dessa nova *terra da promessa*, «numa ingresia de vozes formidável» (1).

Do contacto corrosivo dessas gentes e dos excessos do luxo adquirido, resultou, naturalmente, a notória ausência de escrúpulos, a depravação e desmoralisação duma grande parte da sociedade portuguesa do tempo.

Era o veneno dos *fumos* da Índia, de que nos falava o grande Albuquerque...

Como nos encontravamos já separados, pela distância profunda dos hábitos e costumes, da sobriedade e do espiritalismo mediêvo, que as «gentes... de mui preversa maneira», de que se queixava Gil Vicente, trocaram pelos epicurismos do Oriente, na alucinada demência do Portugal renascentista!

Escutemos o Dr. Fortunato de Almeida: «Eram numerosas as mancebias de homens solteiros e casados, a-pesar-das cominações das penas que as leis eclesiásticas e civis fulminavam em tais casos. Os monumentos jurídicos e os processos inquisitoriais revelam-nos as aberrações da sodomia, do safismo e da bestialidade. No próprio cléro não era raro o escândalo da mancebia, tal era o desfalecimento geral de escrúpulos em semelhante matéria».

Ajuntemos a isto, meus Senhores, a prática vulgar de feitiços e demais superstições, que a lei reprimia; o cancro do jôgo, que já então se encontrava funestamente generalizado, contaminando tôdas as classes e trazendo «como consequência de seus delírios, a discórdia doméstica, a miséria e até o roubo», (2) de tal maneira, que as Ordenações Manuelinas o proibiram severamente, — e eis a largos traços, a paisagem impressionante da vida íntima do país. E sôbre êste quadro de falsas grandezas e profundas misérias morais, pairava a garra mercantil da usura judaica,

(1) Matos Sequeira — «Tempo passado».

(2) Visconde de Santarem — «História e Theoria das Côrtes Gerais». (Cap. sôbre as côrtes de 1525 e 1535).

mal disfarçada sob as tintas acomodatícias duma conversão aparente, desfibrando o corpo da Nação e enceleirando os rendosos lucros da imprevidência dos cristãos.

É neste cunho de *vil tristeza*, que se grava o reverso da effigie heroica duma Pátria, que, no meio do tripúdio de chatins e judeus, de cortezãos, de devassos e de tartufos, conseguia ainda triunfar nas armas, mantendo com nobreza e bravura praças fortes nos litorais da África e da Índia e, com o sangue dos seus soldados, resgatava os vícios da metrópole e a venalidade dos traficantes da Ásia. E no meio desta sociedade corrompida pela moleza dos requintes orientais, empobrecida pela avidez dos agiotas judeus e flamengos, arquejando de fadiga por mais de meio século de lutas e empezas desconformes, erguia-se, nobre e austero, na sua régia dignidade, o vulto de D. João III.

Dizem que era meão de estatura, mas grosso de corpo; movia-se pesadamente, sem a desenvoltura ágil dum príncipe educado nos exercícios da guerra e sôbre o pescoço curto a cabeça apertava-se-lhe um pouco entre os ombros largos; eram seus olhos dum azul esverdeado e um ar natural de gravidade e altivez, que dele se desprendia, a todos continha nos «limites da reverência»; a cicatriz sôbre o ôlho direito, (proveniente duma queda da varanda dos paços de Santos-o-Velho) mais lhe fazia ressaltar a dureza dos traços na fisionomia triste, que as barbas à Carlos V e o bigode descaído emolduravam de escuro, imprimindo à sua figura o aspecto sombrio e severo, que o quadro atribuído a Cristóvão Lopes ainda hoje nos mostra, no côro da Igreja da Madre de Deus.

Eram vagarosas e pausadas as suas falas. Modesto e sóbrio no vestir, entrajava-se ciosamente à portuguesa, mais cuidando das virtudes e liberalidades do espírito, que das galanices do corpo, com que o resto da côrte se enfeitava, à flamenga e castelhana...

Escasseavam-lhe os dotes de beleza física e do aspecto marcial, que tanto sugestionam e fascinam os olhos superficiais das multidões. Sobejavam-lhe, porém, os atributos da alma e do carácter, comos vamos vêr, ao analisarmos o seu retrato moral, que os próprios actos bem melhor se encarregam de traçar.

E agora, que temos diante de nós a sombra plasmática do Rei, recapitulemos, de novo, as acusações que lhe assacam. Melhor poderemos, assim, «depurar a verdade dos falaciosos ornatos com que a mentira se arreja», como dizia o famoso Calisto Eloy, de Camilo, — digno antepassado dos *pais da pátria*, de angustiosa recordação...

Fanático, mau, nefasto, ignorante e inépto, instituidor, em Portugal, das duas causas da nossa decadência e ruína: a Inquisição e a Companhia

de Jesus, — eis tôda a matéria crime do processo instaurado, há séculos, contra D. João III, pelas mentalidades liberais da nossa terra.

Examinemos, então, a consistência destas acusações, procurando invocar os testemunhos mais insuspeitos.

O primeiro sintoma de fanatismo do soberano deve estar no facto de, segundo conta Fr. Luiz de Sousa, logo no dia da sua coroação, ter oferecido aos frades dominicos de Almeirim, cujo convento, ainda príncipe, instituiu, o rico manto de brocado utilizado na cerimónia, para ser aproveitado em ornamentos do culto. Recusa depois o casamento incestuoso com a própria madastra, que as conveniências económicas do Estado lhe indicavam, pela bôca de sisudos conselheiros. E esta repugnância da sua consciência de homem e de cristão, é também, por certo, fanatismo...

No entanto, meus Senhores, êste Rei *intolerante e fanático*, manda a Gil Vicente que imprima as suas obras, onde, por vezes, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem, o clero tão rudemente é atacado e permite que diante de si e da sua côrte se represente o formidável «Auto da Feira», onde o genial comediógrafo, acusando aqueles que «fazem as compras na feira do demo», põe na bôca dum Serafim, «enviado por Deus a petição do Tempo», êste pregão terrível:

*«Á feira, à feira, igrejas, mosteiros,  
Pastores das almas, Papas adormidos;  
Comprae aqui pannos, mudae os vestidos,  
Buscae as çamarras dos outros primeiros  
Os antecessores.  
Feirae o carão que trazeis dourado;  
Ó presidentes do crucificado,  
Lembrae-vos da vida dos sanctos pastores  
Do tempo passado.  
Ó Principes altos, imperio facundo,  
Guardae-vos da ira do Senhor dos Ceos;  
Comprae grande soma do temor de Deos  
Na feira da Virgem, Senhora do mundo,  
Exemplo da paz,  
Pastora dos anjos, luz das estrellas.  
À feira da Virgem, donas e donzellas,  
Porque este mercador sabeí que aqui traz  
As cousas mais bellas.»*

.....

(Continúa).

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1832

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Novembro

**Dia 9** — O Corregedor manda publicar uma portaria do sr. D. Miguel, datada em Braga, na qual proibia a feira de S. Martinho em Penafiel. (P. L.).

Em sessão extraordinária da Câmara: pelo Doutor Juiz de Fôra, Presidente, foi dito que não tendo até agora honrado esta vila El-Rei Nosso Senhor, como se esperava, achava conveniente que desta Câmara se dirija uma deputação composta de 2 membros dela a felicitar o Mesmo Augusto Senhor na sua Côrte e cidade de Braga onde se acha... Assentaram que fossem o 2.º vereador José António Mendes da Silva e Bragança e o 3.º Rodrigo Lobo de Sousa Machado e Couros, em consequência do legitimo impedimento de saúde que neste acto patenteou o 1.º vereador Manuel Joaquim Pereira Soares de Azevedo, oferecendo-se para ir pessoalmente quando melhorasse a sua saúde. Foram no dia 17.

**Dia 10** — Neste dia e no seguinte ouviu-se muito fogo de artilharia para as partes do Pôrto, advertindo que na noite de 10 para 11, não obstante o chover muito, assim mesmo se ouviu. (P. L.).

**Dia 12** — *Extra* — Sai de Braga para o exército do sr. D. Miguel o Duque de

Lafões. O Conde de Barbacena já há dias que tinha ido. (P. L.)

**Dia 13** — *Extra* — Neste dia e no seguinte ouviu-se nesta vila muito fogo para as partes do Pôrto (neste dia último choveu muitissimo). O fogo deste dia foi em Vila Nova, porque as tropas do sr. D. Pedro aí foram atacar as do sr. D. Miguel, havendo muita mortandade de parte a parte, ficando morto nesta acção o Juiz de Fôra de Taboço, comandante duma guerrilha do sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 16** — Publica-se aqui um decreto do sr. D. Miguel 1.º, datado em Braga, no qual chamava às armas todos aqueles soldados que tivessem dado baixa desde 1814 para entrarem nos corpos de linha para preencherem a falta dos que tinham morrido e dos que estavam incapazes de servir por haverem ficado feridos; e prometia, no mesmo decreto, dar baixa passados 2 anos àqueles paisanos que voluntariamente assentassem praça. (P. L.).

**Dia 17** — *Extra* — Sai fôra das trincheiras do Pôrto alguma tropa do sr. D. Pedro atacando pela Cruz da Regateira as tropas do sr. D. Miguel, onde umas e outras sofreram grande perda. (P. L.).

**Dia 18** — Morre na sua quinta das Lamas, em Pentieiros, António Cardoso de Meneses Ataíde, o Lameiras, comendador da Ordem de Cristo e brigadeiro de melicias de Guimarães (até 3 de Julho de

1830 em que foi reformado pela ordem do dia n.º 39). Foi sepultado no dia seguinte na igreja de Pentieiros. (P. L. e F.).

**Dia 19** — Passam nesta vila 15 cargas de dinheiro escoltadas por bastantes soldados de cavalaria. Vinham de Braga e foram para Penafiel para entrar na tesouraria do exército do sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 22** — O Prior do convento de S. Domingos desta vila acaba uma novena que fez a Nossa Senhora do Rosário para que pedisse a Deus ajudasse as tropas do sr. D. Miguel a triunfar das do sr. D. Pedro. A novena constava duma pratica feita pelo dito Prior e recitação do rosario com a contemplação em cada um dos seus misterios. (P. L.).

**Dia 23** — Chegam alguns carros de soldados doentes que vinham do exército realista, e recolhem ao hospital militar de S. Francisco. (P. L.).

*Extra* — Ouve-se nesta vila muito fogo de artilharia para as partes do Porto. Foi de uma bateria do exército do sr. D. Miguel, no sitio da Furada, em Vila Nova, para uns navios que vinham a entrar pelo Douro com vários géneros, gente e cavalos, tudo estrangeiro, e que vinha para o exército do sr. D. Pedro. (P. L.).

**Dia 27** — Por ordem do corregedor embargam-se nesta vila, serras, formões e vários ferros pertencentes a carpintaria, tudo para o exército do sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 28** — Ouve-se nesta vila muito fogo para as partes do Porto. Foi uma acção que o exército do sr. D. Pedro veio dar ao do sr. D. Miguel, havendo grande perda em ambos, retirando aquêle para o Porto, e ficando êste nas suas antigas posições.

Já de noite vem um officio de Braga ao corregedor desta vila para mandar concertar a estrada desde a Falperra até aqui. Em vista dêste officio, o corregedor ficou persuadido que o sr. D. Miguel viria a esta vila e mandou pôr os arcos (já estavam feitos desde que veio para Braga) e arranjar outras mais cousas. No dia seguinte veio bastante gente da aldeia e uns creados do Paço, comprar algum atalhado voltando para Braga. Disseram que El-Rei tencionava aqui vir, mas não sabiam quando. (P. L.).

**Dia 30** — Ouve-se nesta vila, muitissimo fogo de artilharia para as partes do Porto. Foi das baterias de Vila Nova, do exército do sr. D. Miguel, para as do Porto, e destas para aquelas. (P. L.).

No fim dêste mez ainda se achava no Porto o exército do sr. D. Pedro, muito bem entrincheirado, e o do sr. D. Miguel nas suas imediações fazendo-lhe sitio, continuando, por conseguinte, a sair desta vila uma grande brigada de carros de pão cosido, fazendo-se quasi todos os dias várias remessas de taboado, ferros de carpintaria, palhas, etc. A vila achava-se privada de muitos géneros, como: arroz, assucar, café e bacalhau, não aparecendo já alguns por preço nenhum. Nos fins dêste mês também houve um Capitulo intermédio no convento dos Capuchos desta vila por nêle se achar o seu Provincial (tinha-se retirado para esta vila em consequência da entrada das tropas do sr. D. Pedro no Porto), a que concorreram os Guardiães e Definidores dos mais conventos. Também nos fins dêste mês se reuniram nesta vila bastantes soldados livres que o sr. D. Miguel tinha chamado ás armas por decreto de...?, e foi mandado para comandar esta

gente um tenente coronel reformado. (P. L.).

## Dezembro

**Dia 2** — Chegam aqui bastantes soldados livres, da provincia de Traz-os-Montes, que vinham reunir-se aos desta provincia que já há dias estavam nesta vila onde era o depósito. (P. L.).

**Dia 6** — Os estudantes não saíram mascarados como de costume. Sómente foram à renda e depois recolheram a suas casas por assim lho haver ordenado o corregedor. Na véspera saiu o pregão levando os estudantes as caras pintadas e outras cousas que pouca diferença faziam de mascarar; no dia nem isso se lhes consentiu. (P. L.).

**Dia 9** — Recebe o hábito de religioso de S. Domingos, José Luiz, credenciário que foi na Colegiado e voluntário realista. Entrou pela prenda de grande cantor e teve o noviciado aqui no mesmo convento onde recebeu o hábito. (P. L.).

**Dia 11** — Embargam-se nesta vila algumas balanças grandes e pêsos de grande lote, por serem requisitados para os assentos do exército do sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 13** — Andaram 2 escrivães do geral desta vila a pedir para o fardamento do exército do sr. D. Miguel. O General de operações do mesmo exército, visconde de Santa Marta, e o corregedor de Guinarrás já tinham oficiado para o mesmo fim a todas as corporações e a algumas pessoas particulares. (P. L.).

**Dia 14** — Ouve-se nesta vila muito fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.).

**Dia 15** — Em vereação: foram eleitos 6 individuos para o lançamento

das cisas do corrente ano. — Posto a pregão (3.º dia) o consérto das calçadas e ruas desde a Ponte de Santa Luzia, rua da Fonte Nova e largo ao pé do chafariz do Toural: não houve lançadores; mandou-se passar ordem para os artifices de Braga e dêste termo lançarem nelas no dia 29 dêste.

*Extra* — O sr. D. Miguel, acompanhado de alguns titulares, saí de Braga, indo pernoitar a Santo Tirso e chega no dia seguinte a Valongo onde se demora até ao dia 20 dêste. As sr.<sup>as</sup> Infantas ficaram em Braga. Passa uma passageira revista ao seu exército na qual condecora o general de operações, visconde de Santa Marta, com a grã-cruz da Torre e Espada, e aos comandantes das divisões, brigadas e corpos, com os hábitos e comendas de todas as ordeus militares. (P. L.).

**Dia 17** — Às 5 horas da manhã principia a ouvir-se nesta vila um tão vivissimo fogo de artilharia para as partes do Porto que causou grande admiração aos habitantes. Esse fogo até dentro das casas se ouvia, e durou até ao meio dia sem interrupção alguma, em consequência dum ataque que as tropas do sr. D. Pedro foram dár às do sr. D. Miguel que estavam para Vila Nova para lhe destruir as baterias que as mesmas tropas tinham formado até à Barra. Neste ataque houve muita perda de gente de parte a parte, tendo as tropas do sr. D. Pedro conseguido o fim desta sortida, trazendo algum vinho e incendiando o convento de Val de Piedade que ardeu todo. (P. L.).

**Dia 18** — Em sessão extraordinária, a vereação, sendo-lhe pedido pelo corregedor que nomeasse um individuo conhecidamente abonado para aceitar e guardar a prata pedida a diversas pessoas para servir na aposentadoria de El-Rei quando chegue a

esta vila, nomeou José Francisco de Araujo e Silva, dos Laranjaes.

**Dia 20** — *Extra* — Chega a Braga o sr. D. Miguel que vinha de passar uma abreviada revista ao seu exército. Veio em 6 horas de Valongo a Braga sem o acompanhar pessoa alguma da sua comitiva.

**Dia 21** — Constando ao corregedor que no Salgueiral tinham passado alguns voluntários realistas desertores do exército do sr. D. Miguel, mandou logo o seu meirinho e oficiais de justiças todos armados, os quais prenderam só 2 em S. Roque, e os outros que fugiram foram presos depois em razão das ordens que o dito corregedor mandou passar para as aldeias; uns e outros foram remetidos, presos e algemados, para o seu corpo, que era o batalhão de voluntários realistas de Montalegre. (P. L.).

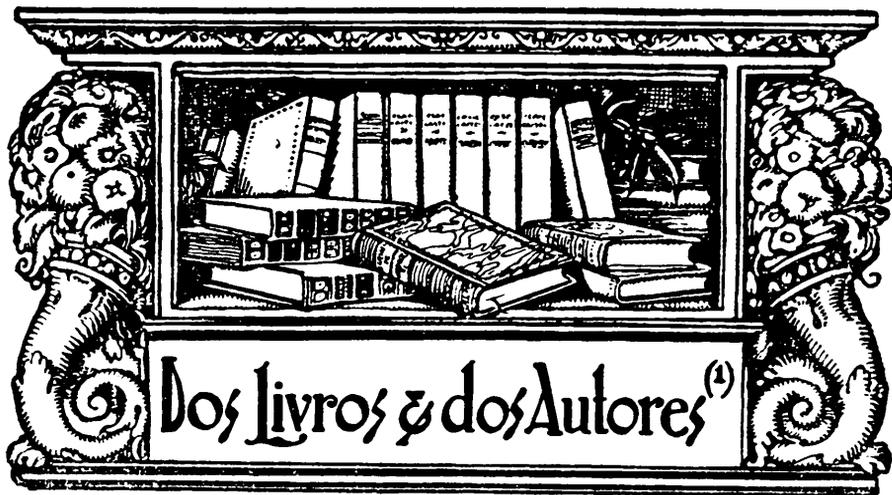
**Dia 23** — Sai daqui para o exército do sr. D. Miguel um troço de Ordenanças para render outro que tinha marchado com o mesmo destino no dia 9 deste mesmo mez. (P. L.).

Decreto nomeando para o regimento de Milicias de Guimarães: capitão da companhia de granadeiros o tenente graduado em capitão da mesma companhia, José Leite de Oliveira; cirurgião-mór Francisco de Azevedo Varella e capelão o Padre José Rodrigues.

**Dia 31** — Saiem desta vila para Penafiel 400 e tantos soldados livres, para passarem ao exército do sr. D. Miguel; iam com os seus vestidos ordinários e de paus. Dêste depósito já tinham saído cento e tantos homens para fazerem a guarnição de Almeida. (P. L.).

*Extra* — No fim dêste ano ainda se conservava no Porto o exército de D. Pedro, estando muito bem entrincheirado, e tendo recebido alguns reforços de estrangeiros, principalmente ingleses, franceses e polacos, tendo vindo desarmados e voluntários. Também o mesmo tinha recebido alguns cavalos, munições de guerra, e viveres para o exército e gente da cidade, etc. A cidade tinha sofrido grandes estragos causados pelas muitas granadas que o exército do sr. D. Miguel estava continuamente lançando para ela, sendo incendiados, além de muitos edificios particulares, os conventos de S. Domingos e o das Benedictinas, ardendo aquêle todo e um armazem que estava ao pé e tinha em linho o valor de alguns 90 mil cruzados, e êste sómente parte. Também tinha sido vitima das granadas muita gente, principalmente mulheres. O exército do sr. D. Miguel estava nas imediações do Porto, fazendo sitio à cidade, tendo feito baterias principalmente em Vila Nova para cortar a entrada da barra para não entrar nada ao exército inimigo, tendo feito bastante estrago até a embarcações estrangeiras. O mesmo exército do sr. D. Miguel tinha grandes abarracamentos para todos os corpos, sendo fornecido de todas as terras do reino, o qual fornecimento tinha feito um incalculável prejuizo principalmente à lavoura; porém achava-se bastante roto, e os soldados sem terem recebido soldo há 4 meses e os officiaes há 8. Por êste mêsmo tempo ainda nas prisões de Lamego, Almeida, Covilhã, etc., se achavam presos constitucionais (estavam alguns presos desde 1828) em algumas das quais morriam bastantes por causa de uma febre que nelas andava. S. M. o sr. D. Miguel e as sr.<sup>as</sup> infantas ainda estavam em Braga. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



A MAÇONARIA EM PORTUGAL, por *Da Cunha Dias*,  
Edições Delta — Lisboa, 1930.

Este livro oportuno do Dr. Da Cunha Dias é o complemento de uma série de artigos que foram publicados na «A Voz» sobre a negregada seita, que tem enleado a vida de Portugal, arrastando-o para destinos incertos e situações humilhantes.

Hoje mesmo que a luz clareou já muitos espíritos e a gente nova se desfez dos mitos grosseiros que se levantaram na praça pública a apregoar a influência da sua filiação nas alforjas suspeitas, a Maçonaria é ainda um grande travão a retardar a marcha vitoriosa para novos, mais altos e mais largos destinos.

Numa inconsciência que chega a roçar pelo ridículo, não se tem querido vêr o que está bem a claro e não admite soluções provisórias. Por toda a parte, e principalmente sob as arcarias do Terreiro do Paço, a Maçonaria mantém ainda intacta a sua organização de compadrio e de protecção aos *irmãos*.

Oxalá este trabalho magnífico e benemérito, que recomendo a todos os portugueses, tenha o condão de despertar todos aquêles que, alheios às manifestações anti-maçônicas da juventude académica, persistem em deixar insolúvel um problema que não admite delongas nem artes de prestidigitação.

Combater a Maçonaria é, — como muito bem diz o Autor de *A Maçonaria em Portugal* —, amar a Pátria que se quer «sádia e una, senhora de si, revendo-se no culto do passado, amante ciosa das tradições da Raça; progressiva, mas forte, e não dispersa, entregando-se no desvaio dos sonhos a utópicos internacionalismos».

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

SANTO ANTÓNIO — JORNADA DO CENTENÁRIO — por  
*Afonso Lopes Vieira.*

Afonso Lopes Vieira, peregrino da Raça portuguesa, foi a Pádua e, junto do túmulo de Santo António de Lisboa, condignamente representou os portugueses na celebração do 7.º centenário da morte do nosso Santo.

Dessa romagem do Poeta ao túmulo do glorioso Santo, resultou, como um cántico de fé, este roteiro maravilhoso, cheio de encanto e de poesia, que nos extasia e nos maravilha, onde a arte *une des grandes sources de vie*, como o afirmou um grande pedagogo francês, resplandece em toda a sua pureza, naturalmente, sem exageros nem artificialismos.

Ao lêr este livro, tão português e tão encantador, não podemos deixar de concordar com Brunetière quando nos diz que as obras mais belas, são as que trazem ao nosso espírito o sentimento da arte, alentando o nosso coração com motivos fortes de moralidade e de virtudes.

As virtudes antigas da nossa Raça são nitidamente focadas neste livro que, sob a descrição da paisagem, dos monumentos e da palpitação religiosa, nos leva, desde o jarguinho da Sé de Lisboa às parágens ardentes de Marrocos e às terras distantes de Pádua, numa invocação saudosa das virtudes e da santidade do mais popular dos taumaturgos.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

PAIXÃO E GRAÇA DA TERRA — por *Luis de Almeida Braga.* — Américo Fraga Lames & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup> — Pôrto. 1932.

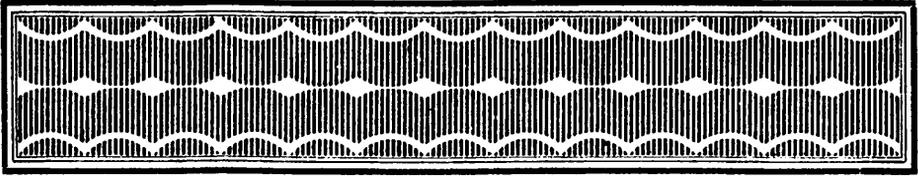
Dr. Luís de Almeida Braga, o conferencista brilhante de *O Culto da Tradição e O Mar Tenebroso*, o estilista admirável do *Pão Alheio* e um dos mestres mais autorizados do Nacionalismo português, acaba de nos dar em *Paixão e Graça da Terra*, três formosas joias literárias.

« Não pretendendo ser um livro de politica, é este, essencialmente, um livro político », diz o A. no seu interessante antelóquio. « Reúne três conferências, agora ampliadas, em que exaltei os três amores que ordenam a minha vida e que devem governar o pensamento de todos os portugueses: o amor da provincia natal; o amor do trabalho disciplinado e útil; e o amor da Pátria forte e grande, arrancando do escuro do tempo as vitoriosas memórias para melhor projectar pelo mundo fóra a sombra da sua alma ».

Eis em admirável síntese, e aproveitando as palavras do A., o que é este livro encantador, que se lê com extraordinário interesse e nos proporciona deliciosos momentos de enlévo espirital.

O *Presépio da Raça*, a primeira conferência, é um verdadeiro cántico de ternura e de amor à nossa provincia do Minho; *A Lei do Trabalho*, a segunda, é uma sábia lição de economia política em prol da restauração de Portugal pelo espírito corporativo; a terceira e última, *Na Manhã das Profecias*, é um poema, um hino entusiástico, onde as palavras são notas de musical inspiração e onde o mais belo dos vocábulos, — **Pátria** — *ganha seu primitivo e intimo sentido.*

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.



## UM POETA EMINENTEMENTE NACIONAL

por A. G. DA ROCHA MADAHIL

**E** STÁ feita a crítica ao último livro de versos do **Dr. Sanches da Gama**, aparecido não há muito ainda, e dela se não pôde dizer que tenha ocupado apenas restrito número de escritores.

Com efeito, interessaram-se por êle os jornais de todos os matizes, e críticos consagrados o analisaram com cuidado e consciência. Resultou daí uma saudação calorosa e unânime, significativa pelo perfeito acôrdo de vistas.

É, portanto, livro que ficou conhecido, e que foi consagrado com inteira justiça.

Se nos detivermos agora um momento, por breve que seja, a reflectir no que tem sido a obra poética do autor dêsses salutarres e admiráveis versos "*Pela vida fóra*", e quisermos integrá-la no género estético que mais convenha ao seu tipo e processos, ainda que não tenhamos senão a pretensão de tentar compreendê-la e de a explicar a nós mesmos, logo acode à memória aquele curioso balanço dado pelo **Sr. Aubrey Bell** à nossa produção literária com o fim de responder conscienciosamente à pergunta que a si dirigia sôbre *o que tem a literatura portuguesa de seu, próprio*.

O lusófilo ilustre, que ao estudo da nossa literatura tem aplicado os primores da sua notável argúcia e senso crítico, sublinha em primeiro lugar *a sátira céltica e o místico lirismo galeciano* como sempre presentes na literatura portuguesa.

Acusa a sua sensibilidade, depois, o *génio narrativo*.

E por fim encontra êle em nós *poesia peculiarmente realística e naturalmente bucólica, gerada pela falta que temos de grandes cidades, pelo clima aprazível e pela fertilidade do solo*.

A observação não é de modo nenhum descabida; e, bem meditada, desvenda-nos realmente o segrêdo do nosso lirismo sempre vivo, de fundas raízes na literatura nacional, e voltado à contemplação bucólica antes mesmo que o descritivo e o sentimento da Natureza se apresentassem como temas literários nos países que ditam ao Mundo os padrões estéticos, e, em especial, como motivos de composição poética.

Sempre ao português, na verdade, sorriu o tema bucólico que da alma latina herdou; não significa isso inaptidão absoluta para as abstrações filosóficas nem incapacidade de evocação dramática ou epopeica. É um pendor natural, produto de Raça e Meio. A demonstração da tese, sem, aliás, oferecer dificuldades de maior, viria a levar-nos, afinal, à proto-história da poesia portuguesa.

Longe de nós tão pretencioso propósito!

Ao evocar a inteligente conclusão do **Sr. Aubrey Bell** apenas quisemos apôr-lhe, como documentação viva e flagrante, o exemplo da obra poética do **Dr. Sanches da Gama**.

\*

\*        \*

O Poeta, que pelas suas tendências estéticas traz por vezes até nós ecos ainda muito vivos da geração, hoje distante, e a que êle já não pertenceu, dos românticos da última fase (na sua concepção do amor, no seu culto pela mulher, no vago sentimento de saúde que na sua obra se encontra diluído, imponderavel quasi), alberga afinal no seu espírito, eternamente moço como o seu coração, em concórdia perfeita e em harmonia absoluta, a sátira certeira e demolidora, a narrativa fluente e o mais delicado e sorridente lirismo.

Tudo natural, tudo espontâneo.

Bastou-lhe para isso ser sincero e ser português; ou, repetindo **Aubrey Bell**, por onde principiámos, *peculiarmente realista, naturalmente bucólico*.

Porque é isto, afinal, a poesia portuguesa, se excluirmos, como deve ser, as produções *de escola*, artificiais, alcançadas à sôbreposse e de espírito preconcebido, sem a espontaneidade dos sentimentos sinceros cuja singeleza constitui o seu maior encanto e atractivo.

Não há em **Sanches da Gama** nem a tristeza romântica integral, nem o impertigado desdem do decadentismo: antes uma grande dinamização de amor servida por um sólido equilíbrio de formas e de ideias, um natural bom-gôsto na escolha dos temas e na fixação dos metros.

Da actuação dêsse equilíbrio proveio, muito cedo, a sátira admirável *Nós todos*, contraposta ao *Só*, de **António Nobre**, ainda hoje memorada, que refreou, pelo cautério do ridículo, os excessos dos simbolistas portugueses, então incipientes.

A veia do humorismo não se estancou aí; o grande público desconhece os manuscritos das suas sátiras, mas aquêles que a sua bondade admite ao convívio do seu espírito sabem de sobra quantos tesouros de boa graça portuguesa, sádia e franca, aguardam o momento da publicação, absolutamente necessária e que por todos os títulos merecem.

Vieram a lume também, dispersas, ou em opúsculos de ocasião, aguarelas delicadíssimas de bucólico descritivo e evocações frementes de emoção ao momento que decorria.

É que o Poeta não se encerrava na sua tôrre de visionário desferindo apenas acordes raros em atitudes de requintado narcisismo, fazendo Arte pela Arte, ou provocando com falsa superioridade a admiração forçada do leitor casual.

**Sanches da Gama** vibrou sempre com o ambiente que o cercava, reflectiu as inquietações do seu tempo e os anseios da Humanidade que conheceu.

A sua Arte é viva, é profundamente humana, responde às solicitações da vida que a rodeia.

Nêsse grito estridente de viril paixão que é o «*Relicário de Simão Gouveia*», mais as suas notáveis qualidades de paisagista e de lírico se verificam; há aí páginas definitivas que a literatura pátria guardará como modelos de bom gôsto e de graciosidade poética. Só é capaz de interpretar assim quem superiormente sente.

Vem, por fim, a colectanea «*Pela vida fóra*», abrangendo um largo lapso de tempo de composição, documentar abertamente as tendências líricas, características do Poeta, porque não são versos dum determinado momento, mas criações duma vida inteira.

Por êles verificamos como êste extraordinário artista, qualquer que seja o tema inspirador, sabe manter-se, por natural instinto, essencialmente emotivo e sempre lírico.

Aí emoção é, mesmo, a qualidade dominante do seu processo artístico, chegando êle a consentir o predomínio, frequentemente, do sentimento sôbre a forma, para não desviar a espontaneidade e o curso da idea emocional.

Lirismo nunca falta, e do mais puro, brotando sem sombra de esfôrço.

Não é fácil, também, depois de lembradas certas composições de Gonçalves Crespo, e depois de Cesário Verde, encontrar na Literatura portuguesa poeta que tenha compreendido melhor a paisagem e com mais justeza de observação a descreva; as suas poesias são verdadeiros quadros dum grande colorista, cheios de luz e de movimento, onde na verdade a água do rio canta no açude, o sol doirado tudo anima, e a Natureza circundante esplende e estua, em efeitos puramente picturais.

Como *abstractum* aos seus versos, há sempre uma filosofia natural, simples e bondosa. Espontaneamente, sem se torturar em rebuscadas introspecções, o Artista excede, afinal, o que outros, em malabarismos complicados de análise, artificialmente encastelados, friamente exibem, sem ponta de emoção sincera.

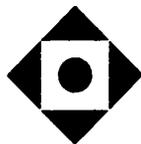
A fluência e naturalidade da sua poesia são inexcedíveis; é êsse o segredo da sua Arte, a razão do seu triunfo.

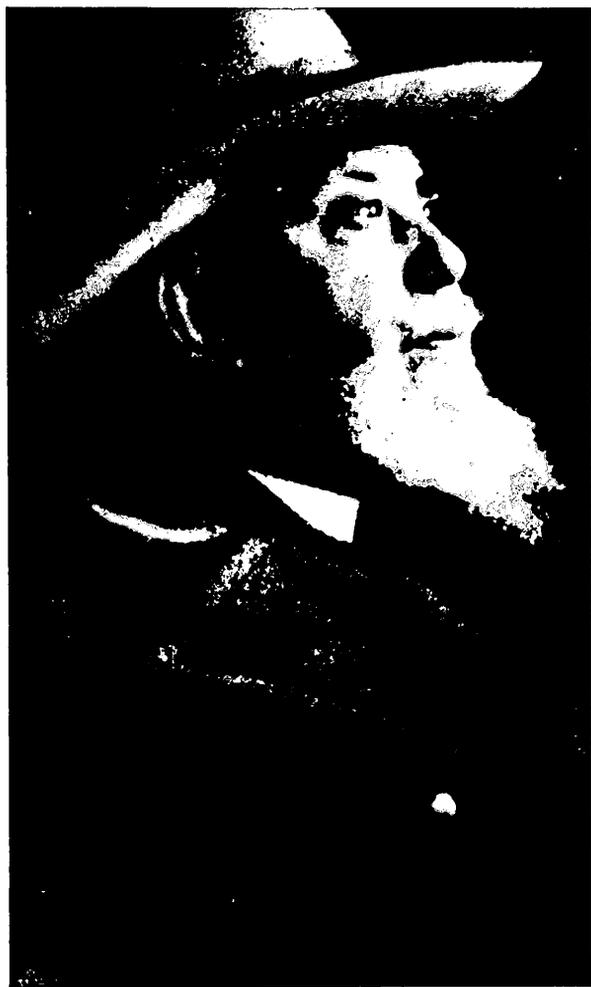
Assim compreendo e a mim próprio explico, pois que quasi só para mim escrevo, a Arte naturalíssima de Sanches da Gama: *é um poeta que permaneceu fiel à sua inspiração e fiel às tendências estéticas da sua terra*, que êle nos seus versos amorosamente vê e canta.

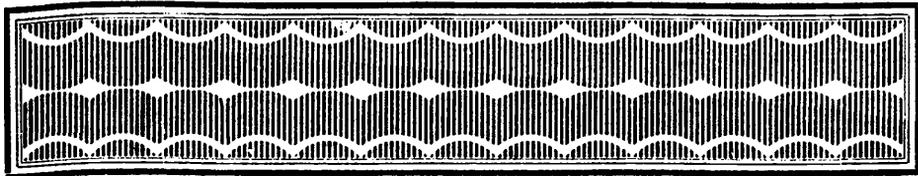
Documenta, mais do que ninguém, as características gerais da Literatura Portuguesa: a *sátira viva*, o *místico lirismo*, o *génio narrativo*, e, sobrepondo-se a tudo ainda, *poesia peculiarmente realística e naturalmente bucólica*.

Saudêmo-lo, pois, como *um Poeta eminentemente nacional*.

Coimbra, 1933.







À margem duma conferência

## Ramalho Ortigão

por FERNANDO CAMPOS

**N**A sua conferência de Vigo, em que se ocupou da figura gigantesca de Ramalho, terminou o sr. dr. Joaquim Manso por afirmar que o grande escritor das Farpas — que censurara Alexandre Herculano pelo seu afastamento voluntário — ao tocar o termo da existência, «bateu no peito, murmurando: *Como vós, sou um desiludido!*»

Não passará sem reparo êste paralelo infeliz, pois a verdade é que Ramalho Ortigão, à inversa do solitário de Val-de-Lobos, não morreu *desiludido*, mas *convertido*, convertido aos princípios e doutrinas do nacionalismo integral.

Desiludido morreria, com efeito, o historiador das origens, como, de resto, tantos liberais, cujo testemunho sincero se reveste para nós de excepcional importância, por isso mesmo que a sua desilusão, confessada, reflecte, nitidamente, a falência de um sistema que nunca lançou raízes em Portugal.

São de Alexandre Herculano as seguintes afirmações, recolhidas dentre tantas que abundam nos seus escritos:

«O sonho da liberdade, o sonho da minha juventude, esta fonte da poesia e de acções generosas, converteu-se para mim n'um pesadello cansado.» <sup>(1)</sup> — «Além disso, morro sem acreditar que as instituições

---

<sup>(1)</sup> *Opúsculos*, 4.ª edição tomo 1, pág. 85.

democrático-republicanas convenham á velha Europa, sobretudo a estas sociedades meio-romanas, meio-germanicas na indole, e celto-romanas na raça, que estanceiam ao occidente». (1)

Mas as palavras que proferiu na hora extrema, — «*Isto dá vontade de morrer!*» são ainda a melhor confissão do historiador.

Em pleno Parlamento, proclamava Garrett o seu desengano, em palavras desassombradas, como estas, que recordo :

«Torno a dizer, Senhores, são passados mais de vinte anos de experiencias infelizes, de tentativas mallogradas, e seria a maior de todas as vergonhas se nos envergonhassemos agora de confessar que errámos, que errámos muitas vezes, e que tanto mais errámos quanto mais tentámos dissimular o primeiro erro. Não venha o funesto sophisma do medo do passado impedir-nos de voltar ao que havia de bom e de justo e de livre — que era muito — nas instituições de nossos maiores». (2)

Noutro discurso, dizia: «Eu sou o primeiro a confessar-me réo n'esta accusação, a querellar de mim mesmo pelo que tenho contribuido com a minha inexperiencia e cego zêlo para muitas d'essas desvairadas provisões, d'essas imitações e traduções estrangeiras, com que erradamente, sem methodo, sem nexo, temos feito d'este pobre paiz um campo experimentado de theorias, que, basta serem tantas e tam encontradas, para nenhuma se poder realizar». (3) E, a poucos dias da morte, confessava a Pereira da Cunha: «*Estou desenganado. Isto sahii-me o contrario do que se me afigurava. Os meus enthusiasmos apagaram-se.*» (4)

Repetindo as passadas do visionário de Val-de-Lobos, também Luz Soriano acabaria descrente, e à margem da balburdia constitucional; também, como êle, o cronista da *Guerra civil* podia ter afirmado que o *sonho da liberdade* se lhe convertera, por fim, num *pesadelo cansado*. Mais audacioso do que os seus pares na jornada revolucionária, proclamou, porém, essa descrença, sem hesitações nem rodeios, nas *Memórias* da sua vida, no opúsculo *Utopias desmascaradas do sistema liberal em Portugal*, e até nalgumas páginas da própria *História* que o govêrno o encarregara de elaborar, atraindo assim as censuras dos defensores mais exaltados da desordem liberalista, que não lhe perdoavam também a manifesta impar-

(1) *Cartas*, tomo I, pág. 209.

(2) *Discursos parlamentares*, 1904, pág. 145.

(3) *Ibidem*, pág. 160.

(4) Pereira da Cunha, *Selecta*, nota a pág. 194.

cialidade revelada ao relatar os sucessos do seu tempo. São, por isso, frequentes, nas obras de Soriano, os passos dêste teor:

«Depois da enumeração, que temos feito, dos males inherentes ao regimen constitucional, é hoje tido para nós como certo que a nação está longe de se poder reputar feliz com semelhante regimen, que a certos respeitos nada mais tem sido do que um regimen de grandes patronatos, fóco de immoralidades, e imperio de facções e anarchia.» (1)

E, para findar, este desabafo: «Não pôde pois causar espanto que na nossa avançada idade de setenta e oito anos sejamos levados a dar inteiramente de mão á politica, e que desenganados de nada mais serem do que meras utopias muitos dos dogmas do systema liberal, tenhamos tomado por systema domar as nossas ambições de figurar politicamente nos destinos do paiz, ao qual temos aliás prestado na nossa humilde posição social serviços de bastante monta, não tendo na nossa velhice outros desejos mais que os de terminar tranquillamente o pouco que nos resta de vida.» (2)

Outro tanto diríamos de Oliveira Martins, já mais próximo da verdade, descrente da *Vida nova* que tentara, mas mergulhado no seu amargo pessimismo, e confessando, como o seu mestre, ao deixar a vida: «*Morro triste, não levo saudades do mundo*».

Desenganados morreram todos estes liberaes, e muitos outros que o espaço me não permite citar. Mas, Ramalho Ortigão, ao contrário do que afirmou o sr. dr. Joaquim Manso, não se proclamava desiludido, ao cabo da existência.

A confirmá-lo, aí estão as *Ultimas Farpas*, onde se inclui êsse admirável documento, que é a *Carta de um velho a um novo*, dirigida ao dr. João do Amaral, carta que pôde bem considerar-se como o testamento político do escritor.

Aí dizia o formidavel panfletário: «A orientação mental da mocidade contemporanea comparada á orientação dos rapazes do meu tempo estabelece entre as nossas respectivas cerebrações uma differença de nivel que desloca o eixo do respeito na sociedade em que vivemos obrigando a elite dos velhos a inclinar-se rendidamente perante a elite dos novos».

Ora, essa *orientação mental* das modernas gerações, a que Ramalho Ortigão se referia com elogio, era aquella, precisamente, que lhe imprimia o *Integralismo Lusitano* ao dar os primeiros passos da sua jornada resga-

---

(1) *Utopias desmascaradas*, etc., pág. 95.

(2) *Hist. da Guerra Civil*, etc., 3.ª ep. t. I, pág. XXXV.

tadora. «Em face da batalha de sentimentos e de ideias no conflicto portuguez dos nossos dias — acrescentava — entendo que á ala dos veteranos cabe o dever marcial de apresentar as suas antigas armas a essa nova ala de namorados, que se não batem já pelo perecível prestigio da sua dama, mas pela belleza imortal da sua convicção, e batem-se não em combate fortuito, de torneio de gala, mas em pugnas regulares e successivas em que quotidianamente arriscam os seus interesses, a sua liberdade e a sua vida os redactores dos modernos jornais monarchicos e os de publicações periodicas de tão consideravel importancia philosophica e educativa como a *Lusitania*, a *Nação Portuguesa*, *Aqui d'El-Rei*, os *Cadernos de Mariotte*, a *Alma Portuguesa*, a *Chronica Política*, a *Entrevista*, etc.

«A incontestavel superioridade dessa pleiade estudiosa — acentuava ainda — consiste em ter admiravelmente presentido a necessidade culminante da reeducação integral do povo portuguez.»

Essa *pleiade estudiosa*, a cuja *incontestável superioridade* o autor da *Carta de um velho a um novo* prestava inteira justiça, era constituida pelos fundadores do *Integralismo Lusitano*, pelos mestres e precusores do nacionalismo português.

Julgo desnecessário insistir nas transcrições dessa carta, tão conhecida ela é, e onde Ramalho, ao penitenciar-se dos pecados da geração a que pertencera, perfilha sem reticências aqueles princípios essenciaes do nacionalismo integral. Lembrarei apenas, que aí deixou, por exemplo, afirmações desta ordem, que ninguém poderá torcer :

«Atolados ha mais de um seculo no mais funesto dos illogismos politicos, esquecemo-nos de que a unidade nacional, a harmonia, a paz, a felicidade e a força de um povo não teem por base senão o rigoroso e exacto cumprimento collectivo dos deveres do cidadão perante a inviolabilidade sagrada da familia, que é a celula da sociedade; perante o culto da religião, que é a alma ancestral da communidade; e perante o culto da bandeira, que é o simbolo da honra e da integridade da patria.»

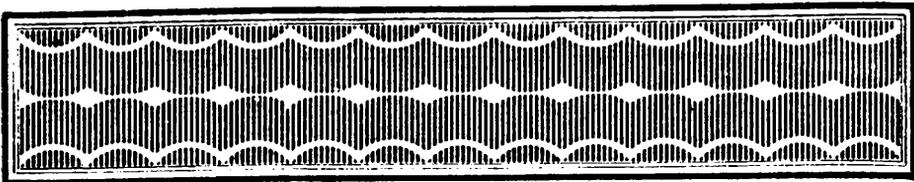
Aí chama à Revolução francesa, «*supersticiosa lenda*» e se refere com o merecido desprezo à «estafada, ensanguentada e enlameada *declaração dos direitos do homem*». Aí sustenta que «Quebramos estouvadamente o fio da nossa missão histórica. Desmoralisamo-nos, enxovalhamo-nos, desportuguesamo-nos». Aí regista que nos desenraizámos do torrão paterno, retrogradando da ordem ascendente da evolução social, «principiando por substituir o interesse da Pátria pelo interesse do partido, depois o interesse do partido pelo interesse do grupo e por fim o interesse do grupo pelo interesse individual de cada um». Não basta, pois, afirmar; importa documentar o que afirmamos. E, a justificar ainda o meu reparo, está esta

declaração, que, ao próprio Ramalho, ouviu o dr. Alberto Monsaraz: — «*A unica alegria, a unica consolação dos meus brancos anos, são vocês, rapazes, é a vossa obra que decerto já não vejo terminada, mas que ao menos dou graças a Deus por ter visto empreender*». (1)

Não. O autor das *Ultimas Farpas* — mais feliz do que Oliveira Martins, a quem não foi possível desvanecer aquela duvida torturante, aquela interrogação pessimista com que encerrava a sua *História de Portugal* — não morreu desiludido. Ramalho Ortigão *concluiu*; concluiu pela verdade portuguesa, pelas verdades do nacionalismo integral. E, se a sua vida já longa mais se tivesse prolongado, a *mocidade contemporânea* da *Carta de um velho a um novo* nêle havia de proclamar o Chefe do movimento renovador, que tão justa e vibrante simpatia lhe mereceu.

---

(1) Vide *Nação Portuguesa*, I.ª série, n.º 9.



# UM REI FANÁTICO...

por HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 70)

D. João III é sincero e fervoroso na sua crença religiosa.

E, como diz o escritor Malheiro Dias, êle — «Rei duma nação cristã, propagadora da fé nas nações idólatras e bárbaras, quere cristianisar o seu reino. Convicto de que a religião que professa é a única verdadeira, não lhe admite desacatos. Propõe-se a sanear os focos de corrupção. Aspira a ser o rei dum povo piedoso, à sua imagem. Contra os delitos da fé reclama uma justiça armada dos mesmos direitos e atribuições da justiça secular». É então que, contra todos os obstáculos de Roma, obtem a introdução do Tribunal do Santo Offício. E êsse *crime* que, como afirma Oliveira Martins, «a sê-lo, cabe à nação inteira», vem de encontro a uma velha aspiração popular, — à vontade do povo, do povo onnipotente e soberano, segundo o dogma das Democracias. É, portanto, a Inquisição, no século XVI, uma medida essencialmente *democrática*... (1)

Ao mesmo tempo, a jurisdição legalisada dêste Tribunal correspondia a uma medida de ordem pública e de humanitária protecção aos cristãos-novos e judeus, sôbre os quais a alucinada fúria popular, por mais de uma vez, se exercêra já em sanguinárias retaliações.

Todos conhecem, por certo, o episódio trágico de 20 de Abril de 1506, em que a populaça de Lisboa, durante dois dias e duas noites, dando largas à sua ferocidade, esquartejou e queimou alguns milhares

---

(1) Carlos Malheiro Dias — O «Piedoso» e o «Desejado».

de cristãos-novos. Garcia de Rezende, na sua «Miscellanea», dá-nos conta do successo em admirável síntese :

*«Vi que em Lisboa se alçaram  
povo baixo e vilãos  
contra os novos cristãos,-  
mais de quatro mil mataram  
dos que houveram às mãos.  
Uns deles vivos queimaram,  
meninos espedaçaram,  
fizeram grandes cruetas,  
grandes roubos e vilezas  
em todos quantos acharam» (¹).*

Portanto, mesmo sob o ponto de vista humanitário, a criação do tribunal inquisitorial impunha-se; «era o único meio de conter e moralisar os furores fanáticos da turba, e de evitar o sistema de matanças e pilhagens do reinado anterior». (²) Vê-se, pelos escritos e documentos do tempo, que os reis só deixavam de interpretar a vontade popular quando eram benévols e transigiam com os judeus, ou protegiam essa casta execrada, em quem o povo só via os exploradores do fisco, os sacrílegos, cuja presença empestava as igrejas, os assassinos de Cristo, causadores de tôdas as fomes e desgraças que caíam sôbre a Pátria. Isto mesmo confirma o Sr. António Sérgio, quando diz a páginas 34 do seu «Bosquejo Histórico de Portugal»: «De quando em quando rompia o rancor em carnificinas que obrigavam o soberano, para manter a ordem, a inimizar-se com o seu próprio povo, em benefício de uma gente estranha, de outra fé, de outra raça, e renitente (acaso com motivo) a deixar-se assimilar (a origem, talvez, de todos os males de que se queixava). Percebe-se, pois, que D. João III se batesse com o papado, vinte anos, para lhe arrancar o estabelecimento do Santo Officio — única maneira de refrear, legalizando-a, a ferocidade anárquica do vulgo».

«No espírito de D. João III, diz Oliveira Martins, cintilava a mesma chama, então fulgurante em tôda a nação». E acrescenta: «os judeus, porém, efectivamente martirisados, não merecem o lírico aplauso de uma

---

(¹) Garcia de Rezende — «Miscellanea». Est. 145. Ortografia modernizada.

(²) Oliveira Martins — «História de Portugal». Tomo 2.º.

filantropia rasteira, porque o amor dos homens é sobretudo o amor da dignidade humana; e êsses mártires não a conheciam, na abjecção com que tudo confiavam ao dinheiro corruptor, e na indignidade com que se submetiam a praticar os actos duma religião aborrecida». «O ódio aos judeus era tradicional em tôda a Espanha: Portugal não fazia excepção». E, meus Senhores, aquilo que, entre nós, alguns espíritos não sabem ou não querem vêr, já lá fóra se interpreta com clareza. Na sua recente «Histoire du Portugal», trabalho consciencioso e interessante do escritor francês Mr. Théodoric Legrand, o autor faz estas afirmações exactas: «l'Inquisition dirigé contre les nouveaux chrétiens ou juifs convertis, que le peuple accusait de mille maléfices et jalousait parce qu'ils jouissaient fréquemment d'une aisance acquise dans les affaires commerciales ou industrielles, fut réclamée à plusieurs reprises par l'opinion publique».

Um dos mais elevados aspectos da grandeza de D. João III é, sem dúvida, a exaltação convicta e sincera com que serviu a crença religiosa, dentro do critério histórico do seu tempo. Por ela, evitou o monárca a propagação das ideias nefastas da Reforma, entre nós, conseguindo a absoluta neutralidade do País na convulsão das guerras religiosas, que, em grande parte da Europa, rugiam ameaçadoras, dividindo os povos das mesmas nações e encharcando de sangue as cidades protestantes da França, da Alemanha e da Inglaterra. E se dêste modo Portugal conseguia, internacionalmente, uma situação de prestígio e uma paz apetecida, cá dentro, a unidade da crença consolidava a unidade moral e social da Nação, apertando nos mesmos laços o coração e a alma dos portugueses. *Cor unum et anima una...*

Por conseguinte, a expulsão e perseguição dos judeus, «tam difíceis de assimilar ao corpo da Nação», <sup>(1)</sup> e os processos regulares do Tribunal do Santo Offício, julgando e condenando tôda a heterodoxia religiosa, não devem sêr encarados, pelo pensamento realista e sereno do nosso tempo, como simples actos de cego fanatismo, mas antes como providenciais medidas de alto critério governativo, que nos soube defender das perigosas cisões internas. E qual de nós, meus Senhores, não conhece e sente o mal dessas cisões, que separam as almas, dividindo e retalhando os povos?

(Continúa).

(1) Manuel Múrias — «Cultura Peninsular no Renascimento».

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*«Liberdade e licença! Liberdade e desfôro! Mas que linha as divide ou qual é o critério que as distingue? Ah! eis aí onde a doutrina naufrága, assim que a põem a navegar no barco de uma constituição.»*

OLIVEIRA MARTINS.

### SAUDAÇÃO AO DR. ROLÃO PRETO (\*)

EX.<sup>mo</sup> SENHOR DR. ROLÃO PRETO:  
MEUS SENHORES:  
CAMARADAS!

Nesta hora de grande júbilo e contentamento para todos nós, eu sinto que as minhas palavras não possam transmitir todo o nosso contentamento, toda a nossa alegria, por vermos entre nós, nesta terra que Deus fadou para berço de Portugal, o Chefe querido e prestigioso do Nacional Sindicalismo, de que tenho a honra, — a grande honra para mim, — de ser um soldado, obscuro, é certo, mas leal.

Mas, se às minhas palavras não posso transmitir todo o calor do nosso entusiasmo, da nossa fé e do nosso reconhecimento, pode V. Ex.<sup>a</sup> crêr, Senhor Doutor Rolão Preto, que elas são, no entanto, a expressão sincera do nosso sentir e da nossa lealdade à causa que abraçamos livremente e queremos servir com o melhor dos nossos esforços.

---

(\*) Discurso proferido no dia 8 de Maio, por motivo da inauguração da séde do Nucleo Nacional-Sindicalista de Guimarães.

O Nacional Sindicalismo, cuja marcha ascencional e progressiva se deve ao esforço inteligente, heroico e decidido de V. Ex.<sup>a</sup>, surgiu na hora própria, quando, de todos os lados, se levantava um clamor de desesperança por se verificar que o movimento patriótico do saúdo Marechal Gomes da Costa, ia sendo minado por infiltrações duvidosas e se principiava a escarnecer aquêles que à causa nacionalista deram sempre, nas horas perigosas do batuque democrático, toda a dedicação da sua inteligência e, quantas vezes, foram sacrificados à sanha feroz dos agentes maçónicos.

Assim foi possível, já em plena Ditadura, o sacrifício de Morais Sarmiento, e, mais tarde, numa praça de Évora, a tragédia que fez desaparecer o nosso querido camarada Silva Dias, crimes que ficaram envolvidos na sombra densa que encobre tudo quanto se relacione com a negregada seita que tem enleado nos seus tentáculos, que ainda não houve a coragem de cortar, o futuro desta Pátria gloriosa.

O Nacional Sindicalismo surgiu então, como uma alvorada nova de esperança, a alentar as almas abatidas, a abrir novos horizontes ao nacionalismo português.

Sim, nacionalismo português, prégado por uma pleiade brilhante de portugueses, orientados por êsse grande português que foi António Sardinha, tam cêdo arrebatado aos seus queridos companheiros de luta e aos seus discípulos dedicados.

Porque — meus Senhores — se o movimento de 28 de Maio foi possível, é porque a terra estava arroteada e a sementeira dos princípios nacionalistas estava feita. A sementeira principiava a frutificar e, com êsse movimento glorioso do nosso Exército, principiava a afirmar-se a vitória desses princípios tam corajosamente defendidos e propagados pela pleiade de portuguêses que soube despertar Portugal para novos e melhores destinos.

Quando êsse grupo de bons portuguêses se lançou na propaganda dos princípios novos, teve a acolhê-lo o sorriso idiota dos vários conselheiros Acácios, que Eça focou admiravelmente nas páginas causticantes dos seus livros.

Eça pertenceu a uma geração de derrotistas que formon um ambiente de desânimo. O lápis formidável de Bordalo, auxiliava, por outro lado, a consumação da derrocada, que era, ao mesmo tempo, a condenação dos princípios liberalistas da monarquia constitucional, que se ia desagregando, encaminhando a Nação para a balburdia que se seguiu a 1910 e a que o Exército poz termo na arrancada gloriosa que Gomes da Costa chefiou.

Depois do triunfo desse movimento de resgate nacional era necessário consolidar a vitória. E essa vitória consolidou-se, porque, nas horas negras dos movimentos revolucionários em que, por várias vezes, os políticos lançaram o país, Portugal teve a seu lado a gente moça, destemida e audaz, que soube aniquilar, com a sua bravura e com o seu sangue generoso, as tentativas sediciosas dos inimigos do interior.

É essa mocidade, tantas vezes heroica pelo sacrifício, que hoje se agrupa à volta do Nacional-Sindicalismo, à volta de V. Ex.<sup>a</sup> que é o Chefe prestigioso dessa milícia nacional.

Os princípios em que o Nacional Sindicalismo assenta as suas bases, tem conquistado o coração e a inteligência dos trabalhadores portugueses, porque os que são contra Portugal, os que sacrificam a sua Pátria, a sua Família e a sua Terra ao desvairamento bolchevista, perderam a sua qualidade de portugueses para serem unicamente... *ruços*. E como tal teem de ser tratados.

Congreguemo-nos todos, pois, à volta do Nacional-Sindicalismo, na defeza do Estado-Novo. Não um Estado-Novo que o seja apenas de fachada ou sirva de isco de comício. Não um Estado-Novo feito à imagem e semelhança do Estado-Velho, servido por gente que não compreende a idéa nova e só procura fazer triunfar e só procura fazer vingar a idéa velha.

Nós queremos que os princípios tão brilhantemente expostos pelo grande restaurador das finanças portuguesas, Snr. Dr. Oliveira Salazar, na memorável sessão da Sala do Risco, na data nacional de 30 de Julho de 1930, não sejam traídos nem modificados.

Queremos, também, que à propaganda dos nossos princípios seja concedida a mesma liberdade que tem sido concedida aos defensores da idéa velha.

Mas, de qualquer maneira, a hora do Nacional-Sindicalismo ha-de soar.

A V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Dr. Rolão Preto, com as saudações muito sinceras dos nacionais-sindicalistas de Guimarães, quero afirmar-lhe a nossa grande fé, a nossa grande certeza na vitória definitiva dos nossos princípios.

Camaradas! Amigos! Se é possível, mais fé, mais coragem! Porque, a bem da Nação, isto vai, isto vai por Deus!

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

## Conde de Margaride

Uma grande figura de Vimaranesse e de Português acaba de desaparecer.

O Dr. Henrique Cardoso Martins de Menezes, 2.º Conde de Margaride, alma generosa e devotadamente cristã, era querido por todos, porque a todos se impunha a rectidão do seu character e do seu proceder como um exemplo e um modelo vivo das virtudes antigas da nossa gente.

Por isso a sua morte foi tam sentida, tam pranteada pelos corações Vimaranenses, deixando em todos uma grande saudade que ha-de perdurar num testemunho inapagavel de gratidão.

„Gil Vicente” recordando a memória do Vimaranesse illustre ajoelha-se reverente junto da humilde sepultura do cemitério de Mezão-Frio onde repousam os restos mortais do saudoso Conde de Margaride.

## António Corrêa de Oliveira

Como já nos referimos, várias personalidades em relêvo nas letras propuseram a candidatura do Poeta Corrêa de Oliveira ao *Prémio Nobel* a mais alta recompensa literária de todo o mundo.

É das respectivas condições que o candidato seja apresentado por intellectuais, centros universitários, agremiações scientificas, etc.

Assim, a Universidade de Hamburgo deu o seu parecer nestes termos:

“Os professores abaixo assina-dos, que dentro da Universidade de Hamburgo se consagram aos estudos espanhois e portuguezes, apoiam calorosamente a candidatura do Poeta António Corrêa de Oliveira ao Prémio Nobel da Literatura dêste ano”.

\*

O festejado poema *Job*, que bastaria para immortalizar o talento de Corrêa de Oliveira, está a ser traduzido para francês e alemão.

## Doutor Pedro Teotónio Pereira

Pelo Snr. Dr. Oliveira Salazar foi escolhido para o cargo de Sub-Secretário do Estado das Corporações o nosso querido amigo e apreciado colaborador Snr. Dr. Pedro Teotónio Pereira.

É com a mais viva alegria que registamos êste facto, por vermos que às altas qualidades de intelligência e de character do Snr. Dr. Pedro Teotónio, foi o illustre Presidente do Ministério confiar o espinhoso encargo do Sub-secretariado de Estado das Corporações.

Sabemos quanto difficultosa é a

tarefa que foi confiada ao nosso querido Amigo; mas conhecemos também de quanto é dotada a sua força de vontade e quanto vale a sua cultura e a sua actividade môça. Por isso a sua acção ha-de ser proveitosa para o país e alguma coisa de novo e de construtivo se vai realizar.

Cumprimentamos muito sinceramente o Snr. Dr. Pedro Teotónio Pereira.

### Um grande amigo de Portugal

O Professor italiano Snr. Guido Battelli, nosso brilhante colaborador, que tem elevado, lá fóra, o nome para si muito querido de Portugal, ainda agora, na sua linda terra de Florença, se lembra com saudade do nosso país, fazendo larga difusão da literatura portuguesa que primorosamente tem traduzido na cantante língua da sua pátria.

Reunindo primeiro, num volume, um grupo de líricos portugueses, traduziu, depois, Antero de Quental e João de Deus e, ultimamente, em forma primorosa e elegante, alguns dos mais belos versos dos saudosos poetas António Nobre e Gomes Leal.

Há dias ainda, fez uma conferência no «Arcadia», em Roma, sobre «Poetas portugueses modernos», a que assistiu o ilustre Ministro de Portugal junto da Santa Sé.

Bem haja o bom amigo por nos dar o grato prazer de lembrar lá fóra o nome de Portugal, que muitos portugueses esquecem e até deprimem.

Bem haja o querido amigo, que

daqui abraçamos com saudade e reconhecimento.

### Nação Portuguesa

Após uma forçada suspensão de alguns meses, reapareceu a revista «Nação Portuguesa», a mais antiga publicação de cultura nacionalista, que tem por director o nosso prezado camarada Manuel Múrias, por secretário o nosso colaborador Fernando Campos e por editor José Fernandes Júnior.

O fascículo que temos presente (fascículo VIII, do vol. VII), encerra uma óptima colaboração, e uma das últimas folhas do livro, em publicação, de Fernando Campos, «O Pensamento contra-revolucionário em Portugal», folha em que termina o ensaio consagrado a D. António de Almeida, o cultíssimo defensor da vinculação, no século passado.

Os serviços de administração da revista foram provisoriamente transferidos para a Rua dos Retrozeiros, 83, local para onde deve ser dirigida toda a correspondência. Foi em virtude dessa transferência e da consequente perturbação por ela ocasionada, que o presente fascículo da «Nação Portuguesa» saiu com tão grande atraso. Removidas porém essas dificuldades, e uma vez organizados os serviços em novos moldes, anuncia a sua Administração que de futuro será a revista publicada com a maior regularidade.

Só nos podemos regosijar com semelhante declaração, pois sempre tivemos em justo apreço a gloriosa revista «Nação Portuguesa», de que foi director o malogrado António Sardinha, e em cujas colunas se proclamaram os princípios renovadores do nacionalismo português.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1833

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Janeiro

**Dia 2** — Chega ao convento do Carmo uma freira dos Remédios, em Braga, removida para aqui por causa das suas opiniões liberais. Outras mais do mesmo convento e pelo mesmo motivo foram nesta ocasião removidas para outros conventos. (P. L.).

\*

Em vereação, foram nomeados juizes almotacés para este trimestre, Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu e Domingos da Costa Vaz Vieira.

**Dia 3** — Neste dia e nos 2 seguintes, há preces nas igrejas de S. Sebastião, S. Domingos e Capuchos (naquela por ordem do vigário capitular de Braga e nestas por devoção) «para que não obstante o numeroso exército do senhor D. Miguel, o Senhor Deus dos Exércitos o ajudasse a destroçar os Rebeldes do Porto»; — assim se expressava o vigário capitular aos párocos. Continuaram em todas as igrejas da vila. (P. L.).

**Dia 5** — Chegam bastantes soldados doentes, que vinham do exército do sr. D. Miguel, e recolhem-se ao hospital militar no convento de S. Francisco. (P. L.).

**Dia 6** — Sai desta vila para o exército do sr. D. Miguel, um troço de Ordenanças que ia render outro que há 15 dias para o mesmo fim tinha marchado. (P. L.).

**Dia 8** — Ouviu-se bastante fogo de artilharia para as partes do Porto, o qual durou até à madrugada do dia seguinte. Era um ataque que Teles Jordão fôra dar ao castelo da Foz, o qual estava guarnecido de tropas do sr. D. Pedro. O ataque foi renhido sendo a divisão atacante obrigada a retirar deixando muitos mortos, feridos, apresentados e prisioneiros. A tropa do sr. D. Pedro ainda ficou ocupando o castelo da Foz.

**Dia 10** — É nomiado coronel agregado do regimento de milicias de Guimarães o tenente-coronel de Arouca, José Pinto Coelho Guedes, continuando a servir às ordens do tenente-general graduado Visconde de Santa Marta.

**Dia 11** — Saiem do depósito dos soldados livres, estabelecido nesta vila, e vão para o exército do sr. D. Miguel, trinta e tantos soldados que se tinham apresentado. (P. L.).

**Dia 12** — Foi dirigido o seguinte agradecimento ao corregedor: — «Tendo sido presente a El-Rei Nosso Senhor o officio que v. mercê me dirigiu, datado de 31 de Dezembro p. p., com a relação dos habitantes dessa vila que ofereceram 476 camisas para o batalhão de voluntários realistas da mesma vila; manda comunicar a v. m. que mereceu a Sua Real Aprovação o procedimento de v. m., e que houve por bem aceitar este donativo como uma prova dos honrados e fieis sentimentos de que

se acham possuídos aqueles habitantes pela defesa da sagrada causa do Altar e do Trono. Deus Guarde a v. m. Paço de Braga, em 12 de Janeiro de 1833. Senhor António Joaquim de Carvalho, corregedor da comarca de Guimarães.»

**Dia 13** — Neste dia e no seguinte ouve-se nesta vila muito fogo de artilharia para as partes do Porto. Foi de baterias. (P. L.).

**Dia 16** — Vindas de Braga passam nesta vila 16 cargas de dinheiro, que iam para a tesouraria do exército miguelista estabelecida em Penafiel. (P. L.).

**Dia 17** — Tendo-se recolhido de dar um passeio António José da Fonseca, droguita e morador à Porta da Vila, morreu de repente. Foi depositado no dia seguinte na igreja de S. Francisco e sepultado no Campo Santo. (P. L.).

**Dia 18** — Ouve-se nesta vila muito fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.).

**Dia 19** — A ordem do exército publica, em decreto de 13 d'êste mês : — Regimento de milicias de Guimarães : Demitido por o ter requerido, a fim de assentar praça de soldado no regimento de infantaria de Chaves, o alferes da 4.<sup>a</sup> companhia, Justiniano de Abreu de Araujo e Azevedo. — Regimento de milicias da Barca : Demitido, a fim de continuar como soldado no regimento de milicias de Guimarães, o alferes António José Barbosa.

**Dia 20** — Sái desta vila um destacamento de Ordenanças para o exército do sr. D. Miguel, para render outro que tinha saído há 15 dias.

\*

Por decreto desta data, foi demitido do posto de capitão da 4.<sup>a</sup> companhia das

Ordenanças de Guimarães, António Henriques Domingues de Andrade.

**Dia 22** — Ouve-se nesta vila muitissimo fogo de artilharia para as partes do Porto, continuando a ouvir-se até ao dia seguinte. Foi de algumas baterias para a Foz para não deixar entrar alguns navios que estavam fóra, com gente e viveres, os quais vinham para o exército do sr. D. Pedro que estava no Porto, fazendo estes também fogo para terra. Entraram todos. (P. L.).

**Dia 24** — Pelas duas horas da tarde principia a ouvir-se nesta vila muitissimo fogo de artilharia para as partes do Porto, o qual durou até às 9 horas da noite, causando bastante admiração aos habitantes, pois que não havia parte alguma onde se não ouvisse. Este fogo foi motivado pela tentativa de entrada de alguns navios que estavam fora da barra, trazendo gente e viveres, protegidos pela esquadra do sr. D. Pedro, que tinha estado em Vigo, sendo a maior parte do fogo que se ouviu da supradita esquadra. Também as tropas do sr. D. Pedro deram combate às do sr. D. Miguel, para as partes de Matozinhos, morrendo muita gente de parte a parte. Entrou tudo o que vinha nos navios. (P. L.).

**Dia 30** — Neste mês sái despachado Coronel agregado do regimento de milicias desta vila, José Pinto de Simões, casado com a filha de Domingos Manuel, do Ribeiro, moradores às Molianas.

## Fevereiro

**Dia 1** — A ordem do exército publica, por decreto de 25 de Janeiro último : — Regimento de milicias de Guimarães — Reformado na conformidade da lei, em consequência do ferimento de bala, o capitão da 2.<sup>a</sup> companhia, João da Silva Teles.

**Dia 3** — Saíram daqui para o exército do sr. D. Miguel uns 200 homens de ordenança para trabalharem no entrincheiramento que o mesmo exército andava fazendo. De toda a província andavam nestes trabalhos 2 : 000 homens. Também nesta ocasião foram mandados alguns ferreiros com todos os instrumentos próprios do seu officio. (P. L.).

**Dia 4** — Saíram desta vila os officiaes da correição e geral com uns poucos de milicianos de Basto e Ordenanças, e foram para a Falperra para prenderem alguns ladrões que nos últimos dias tinham apparecido para aquêles sitios, tendo-se feito, em uma das noites antecedentes, um grande roubo próximo a S. João da Ponte. Também veio de Braga para o mesmo fim uma escolta de cavalaria, ordenanças e justiça. (P. L.).

**Dia 5** — Ouviu-se aqui algum fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.).

**Dia 6** — Foi nomiado governador militar desta vila o coronel reformado Gaspar Leite, do Cano, sendo exonerado o seu antecessor, Fortunato Cardoso, e mandado recolher ao seu corpo (não foi porque estava doente), isto por o coronel effectivo Bernardo Correia vir com licença para se tratar. (P. L.).

**Dia 8** — A ordem do exército publica, por decreto do corrente mês : — Regimento de milicias de Guimarães — Demitido por o requerer, alegando motivos atendiveis, o capelão Padre José António Rodrigues. Graduado em capitão o tenente da companhia de granadeiros, Manuel de Freitas e Castro, em consequência do distinto zelo com que se emprega em toda a ocasião de combate. Alferes da companhia de granadeiros, Alvaro da Cunha Berrance e Pedro de Barros Leiva. Capitão da 3.<sup>a</sup> companhia, o tenente da mesma, Paulo de Melo Mendes. Tenente da 3.<sup>a</sup>

companhia o alferes José Alves Pereira de Sousa. Alferes da mesma, José António Rebelo Lobo. Demitidos pela sua incapacidade e inhabilidade para o serviço, o capitão da 3.<sup>a</sup> companhia, Francisco Joaquim Lopes Pimenta ; o tenente da 1.<sup>a</sup>, Manuel Macedo da Cunha e o alferes da mesma, José Maria Carneiro.

**Dia 10** — Predeu-se nesta vila e freguezias gente para servir no exército do sr. D. Miguel, dizendo-se que em todo o reino se fazia um exército de 500 homens. (P. L.).

\*

Saíram desta vila para o exército do sr. D. Miguel uns 200 homens de Ordenança para trabalharem nas trincheiras. (P. L.).

**Dia 11** — É afixado nesta vila um decreto do sr. D. Miguel, lavrado em Braga onde ainda se achava com as Sr.<sup>as</sup> Infantas, no qual perdoava aos soldados de todas as linhas que tinham desertado do seu exército. (P. L.).

\*

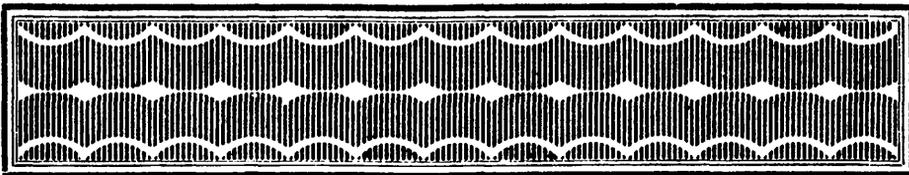
Ouvem-se alguns tiros de artilharia para as partes do Porto. (P. L.).

\*

Pela ordem do exército é demitido, por decreto de 10 do corrente, o capitão da 1.<sup>a</sup> Companhia, João Pereira Soares de Azevedo.

**Dia 12** — Portaria do ministro da guerra louvando Gaspar Leite de Azevedo e Araujo, por ceder do valor de uma parelha que se achava no serviço da artilharia do exército.

JOÃO LOPES DE FARIA.



# UM REI FANÁTICO...

por HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 88)

Apareça, hoje, em Portugal, o *homem* com o tino governativo de D. João III, que nos saiba defender da onda anárquica, desnacionalizadora e imoral, que brame já de encontro às nossas fronteiras, e *êle* será merecedor do reconhecimento eterno dos bons patriotas!

Não pretendo, nem cabe nos delineos dêste trabalho, justificar o Tribunal do Santo Officio, que, tendo usado embora os processos crueis do tempo, foi, como provei, uma instituição de ordem e poupou ao nosso país as cenas de sangue, inevitáveis, que as lutas de religião lhe trariam. O seu nome anda ligado ao do Rei que o instituiu e é de justiça dizer-se, que Portugal altos serviços lhe deveu e que a maior parte dos abusos de que o accusam deram-se, sobretudo, quando a sua função, desvirtuada, foi posta ao serviço exclusivo dos interesses e vinganças do poder, como no tempo da ditadura pombalina...

\* \* \*

Senhor dum vasto império, que se estendia por todos os continentes, o Rei, ao subir os primeiros degraus do Trono, é logo obsidiado por uma aflitiva crise financeira. Lá ao longe, o Oriente é um sorvedoiro glorioso de homens e dinheiro. O rendimento das especiarias não chega para custear a construção das armadas, o soldo e as munições dos soldados, a reparação das fortalezas.

É uma conquista cara, — uma amante de luxo, essa Índia distante e portentosa. Preverte e enriquece os homens, mas arruína o Estado!...

Fomes repetidas assolam o reino; e o soberano, Pai piedoso do seu povo, compungido por tantos infortúnios, manda vir, à custa da sua fazenda, carregamentos de trigo da Flandres e de Dantzig.

Ao Conde de Castanheira, que um dia lhe apresenta as listas numerosas dos seus servidores necessários e dos inúteis, dá esta resposta célebre: «*Dêstes tenho eu necessidade, e êstes outros teem necessidade de mim*». E não despede ninguém; antes continúa a prodigalisar aos vassallos honrados, tenças e favores, — «*o mais barato soldo porque se pôdem achar soldados*».

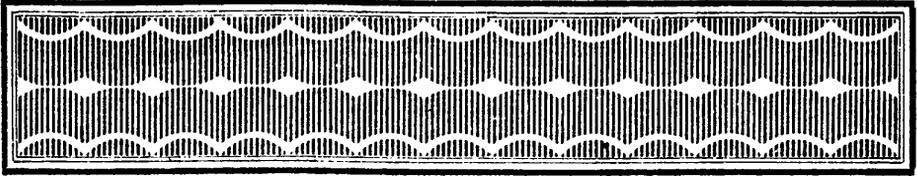
Procura moralisar os costumes; suprime o castigo bárbaro das mutilações e marcas de ferro nos criminosos; ordena terminantemente que ao rei de Ceilão sejam restituídos o dinheiro e as joias que lhe haviam extorquido; manda Vasco da Gama novamente à Índia, para com a sua autoridade e prestígio enfrear a devassidão e indisciplina, que ameaçam dshonrar o nome de Portugal.

Eis, meus Senhores, as apregoadas monstruosidades dêsse Rei *fanático e mau*...

No entanto, «nenhum príncipe tomou mais a sério os negócios do Estado do que êste monarca de estilo espanhol», valendo-nos ainda da opinião de Malheiro Dias, que um escritor francês, o já citado Legrand, confirma nestas palavras: «*Ce prince intelligent et lettré comme l'avait été son père sut s'entourer de conseillers de valeur, protégeat les lettres et les sciences... fortifia un grand nombre de villes, fit construire de nombreux aqueducs carrossables qui aidèrent au progrès commercial et économique du royaume*».

Cria, pela primeira vez entre nós, um serviço de correios; estabelece leis sôbre higiene, demografia e finanças. Protector das Artes e das Letras, sustenta as obras dispendiosas dos conventos dos Jerónimos e de Tomar, — dois belos monumentos que afirmam ao mundo culto o valor da nossa architectura — e mantém dezenas de *bolseiros* nas mais afamadas Universidades de Espanha, Bélgica e Inglaterra e nos melhores colégios de Paris, como Montaigne e Santa-Bárbara.

(*Conclue no próximo fasciculo*).



# Cartas sem franquia

## IV

a MIGUEL ANGELO F...

Lisboa, Janeiro.

Meu caro:

**A** tua carta depois de andar pelo Alto-Minho à minha procura, veio encontrar-me hoje, friorento e encolhido, nesta linda cidade que um frio siberiano cobre, pondo nas faces das mulheres uma palidez de marfim que não vai nada mal à habitual magreza das lisboetas. E neste frio, com um céu baço, o vento fazendo ramalhar dôcemente as árvores, eu tenho uma impressão toda realista de Petrogrado — perdão! Leninegrado —, das suas neves, das suas peliças, ia dizer até dos seus grão-duques... que já não existem.

E aconchegado a um fogão, os pés metidos em confortáveis pantufas, um *couvre-pieds* sôbre os joelhos, eu vou alegremente relendo e saboreando a tua espirituosa carta. Na realidade, meu caro, é extraordinariamente pitoresco que tu, um homem educado em Paris, essa admirável cidade que governa o mundo, faz as modas e as revoluções, tu, um português de velha cêpa alentejana, rico, estudioso, com um sentido quási perfeito das realidades, venhas neste patusco século xx, depois da Grande Guerra e dos disparates magníficos da Sociedade das Nações, fazer ainda o elogio e a defesa da filosofia a quem chamas, com penetrante ironia ou adorável ingenuidade «a mãe das ciências e fonte do conhecimento».

Pelo que pessoalmente me diz respeito, eu, homem aborrecido, alheio a métodos e a sistemas, a discussões e a conventículos, filho desta linda terra onde em tempos floresceu o conselheiro Acácio (cuja vasta prole inunda hoje o país) eu, olhando os montes da Outra Banda,

quási perdidos por entre uma neblina azulada, tomo o partido muito coërente de me rir às gargalhadas de ti, da tua carta, da filosofia e de outras pilhérias que vão por êsse mundo de Cristo! Que queres? Não posso tomar a sério que um homem como tu, de sangue meridional, cheio de seiva, habituado a percorrer os descampados do seu Alentejo natal, vivendo em comunicação constante com a natureza, venha fazer incoerentemente a defesa dessa *charpente* engenhosa chamada filosofia. E julgo não ser muito difícil provar-te que isso que entusiasticamente perfilhas não passa dum fantasma que tem vindo enganando o homem, desde os remotos tempos de Tales até modernamente ao nosso conspícuo e solene Einstein.

Filosofia, se me não atraioam os meus já quási esquécidos conhecimentos de grego, é uma palavra composta de *philon*, amigo, e *sophia*, habilidade manual, saber, ciência, conhecimento. Isto é, filosofia tanto é o gôsto pelas habilidades de artífice como pelo saber, pela ciência. Ora nós, por motivos ignotos e que se perdem nos lóbregos caminhos da lînguística, chegamos, graças à civilização, a transformar por completo o sentido às palavras, e esta é uma das tais, transformada por completo. E se primitivamente, ainda em tempo de Aristóteles, filosofia era na realidade o estudo da ciência, ou melhor das ciências, de tudo aquilo que então se sabia, com o dobar das eras a palavra mudou de significação e hoje pode-se dizer afoitamente que a filosofia é uma engenhosa «treta» da qual se ocupam apenas os espíritos desocupados e que não têm asas para voar por outras regiões mais límpidas, nem para serem úteis a si, à sua terra e aos outros homens. Conclusão paradoxal e cheia de cómico imprevisito, por nos levar a chamar ignorante ao que devia ser um «amigo da sabedoria»!...

Lançando uma rápida vista de olhos sôbre a história da humanidade desde que na China ou no Egito ela principiou a balbuciar, até à presente era dominada pela máquina e por mitos que se vão desfazendo, que vemos? Sistemas e idéas combatendo-se, aniquilando-se, chocando-se num pavoroso abismo de incertezas, arrastando ao ceticismo, ao suicídio, à loucura, espíritos esclarecidos, desvairados ao tentarem prescrutar o eterno segrêdo das coisas. E tudo, meu caro, porque houve sempre tantas filosofias quantos os filósofos, e nunca se teve possibilidade de conciliar opiniões tão antagónicas nem mesmo naquella extraordinária «plataforma» que se chamou «eclectismo».

Já na classificação dos sistemas filosóficos principia a grande confusão e Vitor Cousin, o eclectico, enganou-se chamando ao misticismo um sistema quando é antes uma predisposição da alma para se ensimes-

mar em um determinado sistema seja qual fôr. Mas, se fechados os olhos à inumerável legião de sistemas, conseguirmos arrumar as idéas em grupos mais ou menos definidos, poderemos ver, nem sempre com absoluta clareza, que as filosofias podem sêr baseadas no *ceticismo*, talvês a mais coêrente de todas porque assenta sôbre a dúvida e reconhece a sua impotência para a explicação do universo, no *idealismo*, para a qual a única realidade "palpável" é o espírito, no *materialismo*, talvês uma variante do ceticismo, reconhecendo a essência do universo apenas na matéria e finalmente no *panteismo*, uma embrulhada magnífica, onde o espírito e a matéria se confundem numa pretensa unidade que não existe... senão no cérebro de quem ideou o sistema.

Já na explicação do mundo e da sua origem os filósofos se contradizem, se embrulham, se perdem em explicações mais ou menos engenhosas, mais ou menos interessantes e seguras por ténues fios prontos a rebentar ao primeiro puxão. Para Tales a *água* era o princípio de toda a vida, mas logo Anaxímenes o atribuía ao *ar*, no que ambos eram contraditados por Heraclito que tudo reduzia ao *fogo* e explicava o mundo como uma série de transformações, precedendo de perto de 2600 anos a teoria de Lavoisier. E como se já não bastasse esta confusão entre as confusas idéas dêstes confusos filósofos, aparece-nos Anaxíman-dro a berrar que não senhor, que o início da vida não estava na terra, na água ou no fogo, mas em um elemento indeterminado e transformável em todas as coisas viventes ou inertes!...

E se os filósofos passam da explicação do universo para o interior do incompreensível animal que é o homem, então aí é uma embrulhada mil vezes maior. Para Sócrates nada existe na aparência e por esta somos levados a reconhecer uma evolução permanente e que sendo o próprio indivíduo em constante evolução, é o *conceito* a única verdade invariável! Para lá chegarmos há que nos servirmos dum método próprio e êste é a indução, a dialectica de pitoresca memória. Platão, seu discípulo, embrulhou cuidadosamente os *conceitos* socráticos em brilhantes roupagens estilísticas e falou ao mundo *de rebus pluribus* com uma eloquência a que muitos chamaram superficial. É todavia nêste árido campo das ciências filosóficas, um dos mais belos marcos miliários, um dos oásis acolhedores a cuja sombra é grato por vezes repousar de uma tão fastidiosa viagem, embora a sua *República* seja tão utópica e ao mesmo tempo tão pitoresca como as ideologias românticas do suiço Rousseau.

Durante a Meia-Idade, talvez pelo profundo espírito de religiosidade que animou a Europa, então as filosofias pareciam caminhar para uma quási conciliação, quero dizer para uma uniformidade de

vistas sôbre o mundo e sôbre o homem, e isto pela influência salutar do cristianismo que fez táboa raza das execrências pagãs; mas a-pesar disso na alta Idade Média logo as heresias contaminaram a límpida fonte do rio cristão e mais tarde a rivalidade de Tomás de Aquino e de Duns Scoto nos mostra que até dentro do mesmo sistema é impossível a concordância. Com o advento da Renascença, meu caro Miguel, e abertos os diques da disciplina que a Escolástica impunha, os filósofos e os sistemas surgiram com uma abundância de cogumelos em manhã de chuva, e desde então que vês tu? Uns preconizando o regresso puro e simples às filosofias da antiguidade clássica e pedindo em altos brados a volta à mitologia grecò-latina; outros caminhando mais ou menos afoitamente para um materialismo puro; outros ainda tentando impôr ao próximo ideologias que nem êles próprios sabiam definir; e outros finalmente correndo à desfilada sem uma norma definida, pelo campo das idéas. Confusão, dispersão, vaidade, eis no que se resumiu em todos os tempos a filosofia. Porque ela, homem ingénuo, tal como os filósofos a têm compreendido, padece de três grandes males: é confusa, é perniciososa e carece de bases. Nunca se chegou a saber verdadeiramente o que pretende e ninguém ainda a definiu com clareza a-pesar das dezenas de definições propostas até hoje. A apregoada felicidade que podemos atingir por meio dela é uma perfeita mistificação, pois que o filósofo vive acabrunhado e infeliz, na ância constante de atingir fins que lhe são vedados até pela natureza e opresso pela preocupação de defender a «sua» filosofia das filosofias alheias. E depois leva-nos a conclusões dogmáticas e obriga-nos a aceitar como verdades incontroversas hipóteses engenhosas que àmanhã se desfarão como miragens, gera a inimizade, o ódio a outros sistemas, leva à negação apriorística, numa palavra à intolerância.

As quatro clássicas divisões da filosofia são outras tantas mistificações: psicologia, lógica, moral e metafísica. A primeira ocupa-se do espírito humano, a segunda das regras de bem pensar, a terceira dos costumes e a quarta... sabe-se lá do que se ocupa a quarta?... Até Conte a banuiu do campo da sua célebre filosofia positiva precisamente por ver que à sua volta nada mais havia do vácuo, *le néant*.

Mas na verdade a psicologia, a lógica e a moral terão alguma vez explicado aquilo que se propuzeram? De modo nenhum. O espírito humano... que há de mais flutuante, de mais indeciso, de mais vário do que êle? Poderemos reduzir a leis imutáveis todas as manifestações espirituais? Chegar-se-á a alguma conclusão definida sôbre êle, sendo cada homem tão diferente espiritualmente dos outros como o é física-

mente? Não, de-certo. E embora Lavater tenha criado a sua *Fisiognomia* pretendendo conhecer o caracter do homem por certos dados genéricos da sua fisionomia, a verdade é que a psicologia lá não pode chegar; a «fisiognomia» poderá concluir, até certo ponto, por determinados aspectos *exteriores* do rosto humano; mas a psicologia não concluirá por dados *interiores*, por conseguinte invisíveis a toda e qualquer pessoa, porque, para isso, tornar-se-ia necessário ter a certeza da lealdade do *sujet* para alguma coisa de positivo se obter da «experiência experimental». E ainda assim as conclusões nunca poderiam ser dogmáticas porque um indivíduo não é regra, aliás chegaríamos à conclusão apressada daquele inglês que chegando ao Havre, por uma manhã de intenso nevoeiro, e vendo no cais só um côxo, concluiu «lógicamente» que todos os franceses eram côxos! Mas, dir-me-às, há laboratórios experimentais junto de grandes hospitais de alienados para o estudo do cérebro, há factos, há experiências notáveis, etc., etc. Histórias, meu caro, histórias. O cérebro de um anormal nunca poderá servir de norma para o estudo de creaturas normais e desde que se chega ao ponto de exercer filosofia em laboratórios estamos caídos no campo da medicina e o filósofo deixa de o ser para ser um simples esculápio. Ai de nós, Miguel amigo, quantas vezes o esculápio se mascara de filósofo e nos deixa ainda mais tristes do que antes, com os seus chavões de cátedra, ôcos e mal soantes!...

A lógica! Mas onde há lógica? Cada sistema filosófico tem a sua lógica, lógica dogmática, que por via de regra tem a pretensão de aniquilar as outras. Sim, há muitas lógicas, imensas lógicas, tantas quantas são as filosofias e conseguintemente inumeras maneiras de pensar que chegam à mais extrême contradição, obrigando o pobre mortal a mandar ao diabo as filosofias e a bendizer a mais crassa estupidez!

E a moral? Que grande pilhéria a da moral! Aqui a confusão é ainda maior, pois que a moral já não é pertença exclusiva da filosofia mas é também a base de qualquer religião, ainda a mais rudimentar. E assim que pretende a moral? Impôr leis aos costumes, conseguintemente indicar as regras de melhor nos conduzirmos na vida e atingirmos, por aí, uma parte daquela felicidade que todos buscamos por caminhos tão desvairados e às vezes sabe Deus quão rudes. Mas quê? Uma regra moral nunca pode tomar um aspecto dogmático, a não ser que seja religiosa. Religião subentende universalidade, por conseguinte todo e qualquer adepto deve aceitar as regras morais que ela lhe impõe. Mas onde está a autoridade da filosofia para impôr regras morais? Sôbre que assentam estas? Também sôbre hipóteses? Nada disso; sôbre factos,

mas as mais das vezes tão confusos que melhor fôra assentar antes sôbre doiradas nuvens. Com S. Tomaz é cristã, ao passo que é nitidamente laica com os filósofos do século xvii, e com Augusto Comte aparece-nos uma híbrida união a que poderemos chamar moral «laicamente religiosa». Mas ainda assim, fazendo tábua rasa de quantas diversidades de moral há, poderemos separá-las confusamente em dois campos únicos: moral religiosa e moral laica. Na primeira há a considerar tantas morais quantas as religiões e dentro duma só religião, v. g. o cristianismo, outras tantas quantas as confissões. A moral laica então é extraordinariamente variada e pode afirmar-se afoitamente que há tantas quantos são os homens porque não há dois que tenham as mesmas vistas sôbre o assunto. Conclusão: por abundância de morais o homem, sêr pitoresco que povôa os quatro cantos do mundo, é a creatura mais imoral que existe na natureza.

E a metafísica? É ela qualquer coisa de instável e inexistente que tem levado à morte ou à loucura muitos daqueles que se embrenharam pelos seus ásperos caminhos e que pretendendo atingir alturas sublimes se viram forçados a dar um tiro na cabeça ou a confessar uma Verdade que entreviram e não esperavam — Deus!

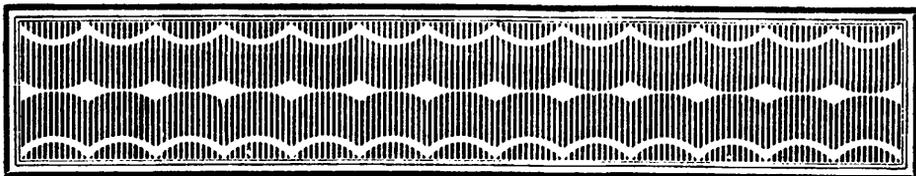
\* \* \*

Eis «muito pela rama», como gostava de estudar o conselheiro Pacheco, as considerações que me sugeriu a tua carta. Meu caro: és novo, és rico, és inteligente e tens a ânsia do saber. Razão de sobra para estudares os homens nos homens e não nos livros. Desanuvia o teu espírito e não procures em alfarrábios idiotas a razão de ser do homem e o porquê das coisas. Mal não nos fica confessarmos a nossa ignorância em face da grande incógnita do universo; o contrário é que é ser filósofo, isto é não conseguir atingir os segredos da natureza e pretender dogmáticamente explicá-los. Repito-te: viaja e distrai-te. E se queres um conselho de amigo, um conselho que te seja útil, faz aos teus livros de filosofia o que o Cura e o Abade fizeram aos livros de cavalarias daquele pobre senhor da Mancha que à fôrça de os ler ficou maluco de todo. Tu também à fôrça de leres os teus livros de filosofias (outras espécies de patranhas no género dos *Amadis*) podes ficar «mancheço». Cuidado, pois!

Abraça-te o teu *et nunc et semper*

JOÃO DA EGA.

Pela cópia: António A. Dória



# António Ribeiro Saraiva

---

por FERNANDO CAMPOS

*Numa bela edição de J. Fernandes Júnior, acaba de ser publicado o 2.º volume do magnífico trabalho do nosso querido amigo e distinto colaborador Fernando Campos, intitulado O Pensamento contra-Revolucionário em Portugal, em que se reúnem estudos sôbre D. Frei Fortunato de S. Boaventura, Visconde de Santarém, Dr. José da Gama e Castro, António Ribeiro Saraiva, D. António de Almeida, Gouveia Pinto e Faustino da Madre de Deus.*

*Permitimo-nos transcrever um excerpto do excelente estudo sôbre António Ribeiro Saraiva.*

**F**oi outro esforçado e lealíssimo defensor da legitimidade dinástica, êste honrado português, êste «*beirão de bôa gema*» — como António Sardinha lhe chamou — perante cuja memória é nosso dever curvarmo-nos com rendida veneração.

António Ribeiro Saraiva de Moraes e Figueiredo nasceu em Cernancelhe, que foi centro da reacção miguelista, a 10 de Junho de 1800 e recebeu o baptismo a 18 dêsse mês, conforme o atesta a certidão respectiva e já por mais de uma vez publicada, razão por que a não reproduzo.

Por seus pais, o desembargador José Ribeiro Saraiva e D. Francisca Xavier Constantina de Moraes e Macedo, entroncava o futuro diplomata nalgumas das melhores famílias da Beira, como se prova também pelo facto de ter frequentado, em Coimbra, o Real Colégio dos

Paulistas, onde só era admitida a mocidade de sangue limpo e nobreza incontestada.

Com pouco mais de 15 anos, matriculou-se Ribeiro Saraiva na Universidade, que frequentou com bom aproveitamento, vindo a formar-se em Leis, a 14 de Julho de 1821, depois de haver também cursado, durante o segundo ano jurídico, a cadeira de Grego. No intuito, porém, de alargar os seus conhecimentos científicos, dispôs-se ainda Saraiva, uma vez terminada a formatura, a cursar as Faculdades de Matemática e Filosofia, que seguiu durante dois anos, até 1823, não se encontrando, daí por diante, no Arquivo da Universidade de Coimbra, qualquer referência a seu respeito, segundo o averiguou e declara o meu prezado camarada e laborioso investigador, sr. José da Cunha Saraiva.

Em Coimbra, conviveu Ribeiro Saraiva com alguns dos maiores poetas do seu tempo, que então faziam parte da academia, e, principalmente, com António Feliciano de Castilho, de quem foi íntimo amigo, e a quem, para sempre, ficou ligado por estreitos laços de amizade, a despeito das divergências políticas. Êle próprio se revelou possuidor de prometedoras faculdades poéticas, mais tarde confirmadas na produção dalguns poemetos românticos, de sabor garreteano, cuja leitura levaria António Sardinha a dizer que a significação de Ribeiro Saraiva, "adentro do nosso Romantismo é das mais expressivas e mais completa até que a de Garrett debaixo de determinados aspectos."

Da cidade universitária, no testemunho de Pinho Leal, teria logo Ribeiro Saraiva passado à côrte, onde, em breve, lhe era concedida a mercê do Fôro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, e cujo alvará, expedido pela Chancelaria de D. João VI, tinha a data de 3 de Junho de 1824.

Dois anos depois, a seguir à morte do rei, regressava ao lar paterno da Beira, tomando partido pelo infante D. Miguel, em decidida opposição às aspirações liberalistas dos partidários da Carta, jurada pouco antes.

Em 1827, quando os vários pronunciamentos militares, contra o constitucionalismo nascente, tiveram por epílogo a derrota do marquês de Chaves em Ponte da Barca, e a retirada das suas forças vencidas, para Galiza, acompanhou-as Ribeiro Saraiva, emigrando, para só regressar quando viu D. Miguel elevado ao trono.

Parece que durante êsse ano de ausência, a princeza da Beira, D. Maria Tereza, casada em Espanha, o tomára por seu agente particular, empregando-o em sucessivas comissões políticas, na Austria, Baviera, Inglaterra e França, e conseguindo, por fim, que D. Miguel abandonasse Viena, objectivo em que havia posto grande empenho e valimento.

Uma vez regressado a Lisboa nomeou-o D. Miguel secretário da missão do governo em Londres, posto em que se conservou, revelando a maior diligência, até 1834. As razões dessa nomeação repentina, que Saraiva não solicitára, não seriam estranhos, talvez, como sugere um historiador liberalista, os recursos literários e jornalísticos que o nomeado revelára, durante o ano de emigração, e que, especialmente, o indicavam para o cargo a desempenhar.

O representante de D. Miguel junto da côrte inglesa era o visconde de Asseca, a quem o ministro dos negócios estrangeiros, lord Aberdeen, acolhera de bom grado, prometendo favorecer-lhe os objectivos diplomáticos, embora secretamente, para não contrariar, de modo ostensivo, a opinião geral, pouco afecta ao novo monarca português. Por isso mesmo, o visconde de Asseca, num officio confidencial de 9 de Agosto de 1828, dizia ao visconde de Santarém, ministro de D. Miguel, que, para modificar essa opinião, e com ela, as circunstâncias diplomáticas, todo o trabalho devia ser feito «*pelas gazetas*», e que em tal ia empenhar todo o tempo e dinheiro necessários, terminando por esta justificação: «Bem conhece v. ex.<sup>a</sup> que em um paiz onde se escreve livremente contra o governo e contra o mesmo rei, não ha outro remedio.»

Daí inferia Marques Gomes que «Talvez fosse esta necessidade de fazer propaganda pela imprensa que levou o visconde de Santarem a nomeiar Antonio Ribeiro Saraiva secretario da embaixada em Londres, em fevereiro de 1829, para onde o fez logo partir.» Acrescentando que «As publicações de Ribeiro Saraiva feitas no ano anterior em Paris, recomendavam-n'o sobremaneira para o desempenho d'aquella missão, e tudo faz crer que assim fosse, pois este não esperava nem pedira tal nomeação.»

Se tais foram, com efeito, por parte do governo de D. Miguel, os intuitos da nomeação de Ribeiro Saraiva, não podia ela ser mais acertada, pois incalculáveis serviços veio a prestar o novo secretário, no exercício, bem ingrato, das suas funções diplomáticas.

Para descrever o papel desempenhado por António Ribeiro Saraiva — que, a partir de 1831, ficava encarregado de negócios — necessário se tornava historiar as graves dificuldades, de ordem internacional, com que o governo de D. Miguel se viu forçado a lutar, durante os seis anos do seu reinado tempestuoso.

.....

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1833

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Fevereiro

**Dia 18** — A ordem do exército nomeia tenente da 1.<sup>a</sup> companhia do regimento de milicias de Guimarães, por decreto de 16 do corrente, Pedro Pereira da Rocha e alferes da mesma companhia os alferes da companhia de granadeiros, Alvaro da Cunha Berrance e Pedro de Barros Leiva.

\*

Na cadeia da correição deu entrada Bento José Rodrigues Guimarães, «o Fábrica», da casa do Quintal, em S. Francisco de Guimarães, casado, negociante de rendas, linhas e pano de linho, de 43 anos, preso pelas ordenanças de Montelongo, pelas rebeliões de 1828 e 1832. Foi para Braga em 21 deste mez e ano.

**Dia 20** — Chegam a esta vila 3 officiais espanhois que tinham emigrado para este reino por causas politicas havidas em Espanha. Outros mais, por iguais motivos, tinham chegado a diferentes pontos da raia. Foram no dia 22 para Braga. (P. L.).

**Dia 21** — Hoje e nos 2 dias seguintes ouviu-se nesta vila bastante fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.).

**Dia 22** — Aniversário da chegada de S. M. o Sr. D. Miguel a Portugal. — A iluminação foi geral por o ordenar a Câmara. (P. L.).

**Dia 24** — Sáiem desta vila para o exército do Sr. D. Miguel 200 homens de ordenanças com enxadas, paus, etc., para trabalharem no intrincheiramento que o mesmo exército andava fazendo. Logo ao saír fugiram alguns. (P. L.).

\*

Neste mez houve grandes temporais que causaram bastantes estragos. (P. L.).

\*

Nos fins dêste mez foi exonerado do comando de operações do exército do Sr. D. Miguel, o visconde de S.<sup>ta</sup> Marta e nomeado, em seu lugar, o conde de S. Lourenço, actual ministro da guerra ficando a servir de ministro da guerra interino o Conde de Barbacena. (P. L.).

**Dia 27** — Em vereação: por impedimento geral de António Manuel Calvos, auzente, foi nomiado depositário geral dos bens sequestrados nesta comarca, José Francisco de Araujo e Silva, negociante e proprietário, da rua dos Laranjais. Sendo notificado, bem como Nicolau Luiz Pereira, também depositário geral, para, no dia 2 de Março, prestarem abono, não o fizeram.

## Março

**Dia 2** — Ouviu-se nesta vila algum fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.).

Em vereação: lido o officio do capitão-mor, foi nomiado para médico das revistas das ordenanças desta vila e termo, por ser falecido o que havia, o bacharel Manuel José do Souto Coelho, por sêr antigo nesta vila, por sêr delegado do fisico-mor do reino, e pelos distintos serviços que era público e notório têr praticado tanto no hospital civil como no militar.

**Dia 3**—Saíram desta vila para o exército do Sr. D. Miguel uns 200 homens de ordenanças, levando enxadas, e paus, etc., para trabalharem nas trincheiras que continuava a fazer o mesmo exército. (P. L.).

Ouviu-se aqui bastante fogo de artilharia para as partes do Porto não obstante chover muito. O fogo continuou até ao dia seguinte, sendo também de fuzilaria. Foi um ataque que as tropas realistas foram dar às constitucionais que estavam occupando o castelo da Foz. Morreu muita gente de parte a parte, ficando as tropas nas suas antigas posições. (P. L.).

**Dia 4**—Morreu, tendo vinte e tantos anos de idade, a filha do José da Azenha, a qual se tinha lançado duma janela abaixo por ter perdido o juizo. Foi sepultada no dia seguinte na igreja de S. Francisco. (P. L.).

**Dia 5**—Sáiem daqui para Chaves 200 recrutas do depósito desta vila. (P. L.).

Chegam aqui vários officiaes, sargentos e cabos de diferentes corpos, para instructores e recrutas. Marcham no dia seguinte para Chaves para o novo depósito. (P. L.).

**Dia 8**—Ouviu-se nesta vila bastante fogo de artilharia para as partes do Porto; era por causa de algumas embarcações que vinham a entrar no Porto, com géneros e gente para o serviço do sr. D. Pedro. (P. L.)

**Dia 9**—Nasce Francisco Martins de Gouvêa Moraes Sarmiento, filho de Francisco Joaquim Gouvêa de Moraes Sarmiento e de D. Joaquina Rosa de Araujo Martins.

É lançada aos proprietários da vila, termo e comarca, uma derrama de 22 mil alqueires de pão para o exército do Sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 10**—Saíram desta vila para o exército do sr. D. Miguel uns 200 homens de ordenanças para continuárem no serviço de entrincheiramento do mesmo exército. (P. L.).

Chegam a esta vila 5 carros de soldados doentes do Sr. D. Miguel, e mais alguns que vieram a pé. Recolheram ao hospital militar em S. Francisco. (P. L.).

**Dia 12**—Logo ao romper da manhã ouviu-se nesta vila bastante fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.).

**Dia 18**—Ouviu-se nesta vila bastante fogo de artilharia para as partes do Porto. Era das baterias para a Barra a impedir a entrada de alguns navios que traziam géneros para a cidade do Porto e gente para reforçar o exército do sr. D. Pedro. (P. L.).

**Dia 20**—Nasce o Padre José Joaquim de Afonseca Matos, que foi jesuita, notável polemista, distinto orador sagrado e muito respeitado, tanto na Nunciatura como no Paço Real.

**Dia 22** — São embargados no termo e comarca os cereais existentes nos celeiros dos particulares e corporações, podendo apenas utilisarem-se da terça parte e ainda com licença da Câmara. (P. L.).

**Dia 23** — Andaram nesta vila os juizes almotacés a lançar camas e a pedir faqueiros e outras peças de prata, tudo para serviço do Sr. D. Miguel e das Sr.<sup>as</sup> Infantas que se esperavam por estes dias. O corregedor da comarca também deu providências para outros arranjos. (P. L.).

Ouve-se nesta vila algum fogo para as partes do Porto. Foi em razão das tropas do Sr. D. Miguel tentarem tomar um forte no Monte Pedral ocupado por tropas do Sr. D. Pedro, no qual as do Sr. D. Miguel sofreram grande perda. Em Matosinhos também houve fogo, onde se perdeu alguma gente. Nesta acção morreu um alferes de voluntários, natural de Pombal, e mais alguns voluntários. (P. L.).

**Dia 26** — Chegam alguns carros de soldados feridos do exército do Sr. D. Miguel, dos que entraram na acção de 23 deste mês. Também veio ferido o alferes de voluntários desta vila, João Ferreira dos Santos, mestre da gramática latina e um frade capucho, filho de um louceiro morador às Dominicas. (P. L.).

Neste dia e nos dois seguintes, ouviu-se bastante fogo para as partes do Porto. (P. L.).

**Dia 31** — Saíem desta vila para o exército do Sr. D. Miguel uns 200 homens de ordenanças, levando enxadas, paus, etc., para trabalharem nas trincheiras. (P. L.).

## Abril

**Dia 1** — Houve grande temporal, que causou bastantes estragos, deitando sacadas abaixo, levantando telhas dos telhados e arrancando bastantes árvores, etc. (P. L.).

Morreu o bacharel António Joaquim da Cunha, morador no terreiro da Misericórdia. (P. L.).

**Dia 5** — *sexta-feira santa* — Ouvia-se hoje e no dia seguinte, nesta vila, muitíssimo fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.). Nos dias 14 e 28 também se ouviu bastante fogo. (P. L.).

**Dia 6** — Saíem mais 200 homens daqui, para trabalharem no intrincheiramento do exército do Sr. D. Miguel. (P. L.) — Iguualmente nos dias 7, 14 e 28.

**Dia 7** — *Dia de Páscoa* — Morreu o bacharel formado em teologia e reitor de Guilhofrei, Bernardino José Alves da Silva, natural desta vila, tendo a idade de 30 anos, pouco mais ou menos. Foi sepultado no dia seguinte na igreja do Campo da Feira. — A margem do livro diz: Foi sepultado na igreja de S. Pedro, por ter entrado para irmão dous dias antes de morrer. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.



COMENTÁRIO E RESPOSTA AO «IDEAL REPUBLICANO» DO DR. ANTÓNIO DE SÁ NOGUEIRA, por *António do Amaral Pirrayt*. Tipografia de José Fernandes Júnior. Rua das Flores, 11 — Lisboa, 1933.

Às afirmações feitas pelo Dr. Sá Nogueira numa conferência realizada em Lisboa, no Teatro da Trindade, de defeza do ideal republicano e depois publicada em volume, opõe Amaral Pirrayt, espirito novo, lúcido e estudioso, este belo trabalho de defeza dos principios novos contra a mentirosa mistificação liberalista e democrática.

Páginas vivas de comentário e de crítica, escritas num estilo vigoroso e sadio, firmadas no testemunho insuspeito de diversos escritores, revelam-nos quanto há a esperar da inteligência lúcida de Amaral Pirrayt, um novo de espirito combativo posto na defeza e serviço de Portugal.

Não podia sêr mais auspiciosa a estreia dos *Cadernos de Crítica e de Formação Intelectual*, pois o trabalho de Amaral Pirrayt é daquêles que devem figurar na estante de todos os portugueses estudiosos.

A REVOLUÇÃO DA ORDEM, por *João Ameal*. Lisboa, 1932.

Livro de doutrinação nacionalista, êste novo trabalho de João Ameal refere-se especialmente à acção desenvolvida pelo fascismo na restauração da velha Itália.

O movimento operado por Mussolini, no momento em que as avançadas bolchevistas amiaçavam já a terra dos Cesares, trouxe à Itália um novo periodo de prosperidades e de esplendores. No entanto, em 1922, como no-lo historia João Ameal, os fascistas

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

tenham sofrido uma derrota formidável nas eleições italianas desse ano. Menos de três meses depois, Mussolini iniciava a marcha sobre Roma dando forma prática à afirmação que fez de que «os grandes movimentos históricos não resultam duma adição de números; são criados por uma vontade!»

Os movimentos nacionalistas, como está comprovado pelo fervor fascista e, mais recentemente, pela vitória dos «nazis» tem que se desenvolver fora dos meios estagnados das massas conservadoras e apáticas. A Revolução da Ordem, ainda apenas esboçada no nosso país, tem que se completar, tem que se levar por diante.

Este novo trabalho de João Ameal constitui um incentivo forte para que se caminhe à reconquista de Portugal, porque «a ciência de construir exige que a violência demagógica e internacionalista, sempre latente, não se hesite em opor a violência ordenadora e nacionalista. Assim se levará ao seu termo e se fundará em alicerces inabaláveis — a Revolução da ordem.»

REVOLUÇÃO SOCIAL, por *Eugénio de Belonór*. Edição da «Reacção». Agueda, 1933.

Estamos em presença de um trabalho admirável e estruturalmente revolucionário.

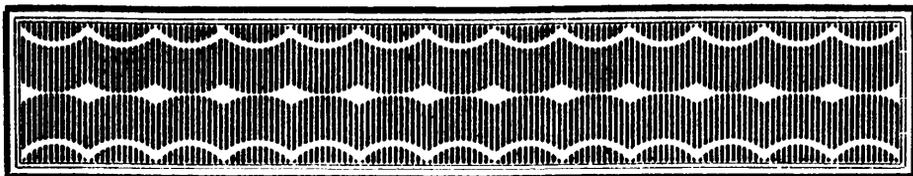
A capa, de cor rubra, prende logo a nossa atenção. Mas se exteriormente somos atraídos pela cor berrante da capa, dentro encontramos uma satisfação de alma na leitura destas páginas de revolta contra uma sociedade que se suicida e se paganisa amarrada ao mais dissolvente materialismo.

Em *Revolução Social*, Eugénio de Belonór, expõe com notável clareza qual deve ser a noção cristã da propriedade e quanto ela pode contribuir para a libertação e dignificação do trabalho nesta «ingente crise económico-social que esmaga o mundo».

Pondo em foco a acção de Marx na organização da internacional dos trabalhadores, Eugénio de Belonór defende a doutrina admirável das encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo anno*, para que possamos «retomar o abandonado espírito corporativo, em toda a sua alta e inflamada mística de colaboração, de auxílio mútuo, de fraternidade, de caridade e justiça intimamente entrelaçadas, fundidas até numa virtude só, mas faze-lo em atenção às actuais condições económicas, que reclamam uma organização ampla no seu conjunto, rigorosamente científica nas suas linhas, que a corporação medieval, com os seus moldes acanhados e estreitos de sindicato de classe, não pode já fornecer».

*Revolução Social* é, pois, um belo e forte livro de doutrina, cheio de frêmito e de acção renovadora e essencialmente cristã e portuguesa.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



## Fastos da Revolução

# O 14 de Julho

por FERNANDO CAMPOS

**N**os arraiais da Democracia, celebra-se, a 14 de Julho, uma das datas mais solenes dos fastos da Revolução, dessa empresa *humanitária*, da «*regeneração social pela guilhotina*», conforme a denominou Camilo Castelo Branco.

Para quem não tenha informado unicamente a sua cultura histórica nas evocações românticas de Vitor Hugo e Michelet, nas páginas apaixonadas de Quinet, de Henri Martin e de Aulard, ou nos compêndios maçonizados dos Malets & C.<sup>ª</sup>, já não constitui novidade o afirmar-se que a celeberrima tomada da Bastilha não passa de uma das maiores mistificações da História, mistificação acolhida e propagada com cegueira lamentável, pelos supostos luminares do século passado, do *século das luzes*, a que Léon Daudet chamou *o estúpido*...

Essa lenda *heróica* entrou a desvanecer-se, ou a tingir-se das suas próprias côres — as côres do sangue e do lódo — a partir da hora em que a Inteligência francesa recuperou os seus direitos, em que a historiografia romântica e sectária cedeu o passo a uma pleiade brilhantíssima de escritores, para quem a verdade histórica triunfava da mística revolucionária, e os quais, enfrentando com coragem o ambiente político do seu tempo, souberam documentar-se, rigorosamente, e proclamar as suas conclusões numa prosa requintada.

Falar desses autores, é recordar Mortimer Ternaux e o seu estudo monumental sobre o Terror, o primeiro golpe vibrado no espírito jacobino, depois da guerra de 70; é lembrar os Goncourt da *Société française sous la Révolution*; Augusto Cochin e as *Sociétés de Pensée*; o Taine das

*Origines de la France contemporaine*; O Jacques Bainville da verdadeira *Histoire de France*, o moço e erudito Pierre Gaxotte de *La Révolution Française*, publicada ha cinco anos, etc.

Quem pretenda conhecer, pormenorizadamente, e sem os falsos retoques do Romantismo, êsse período tenebroso da história da França, não pôde de modo algum ignorar os trabalhos magistrais dos autores a que me referi, de-certo menos glorificados do que os historiadores revolucionários do século XIX, mas bem mais autorizados do que êles, pois nem tudo o que luz é oiro, nem a história se cultivava com os instrumentos da poesia, o que tantos românticos fizeram, julgando, erradamente, que o seu talento poético e literário supria a necessária aptidão para abordar assuntos históricos... Já Boileau observava que :

«... souvent, un esprit qui se flatte et qui s'aime  
Méconnaît son génie et s'ignore soi-même.»

É seguindo os relatos dêsses autores, relatos documentados e ilustrados pela melhor crítica histórica, que nós verificamos não se terem passado as coisas, como geralmente se supõe, nêsse dia 14 de Julho de 1789, festejado ainda agora pelo batuque das *lojas*.

O que agitou Paris, no dia 11 de Julho dêsse ano, foi a demissão de Necker. Não estava êle sem dúvida, à altura das circunstâncias, das suas graves responsabilidades. Mas, à semelhança de certos políticos do nosso tempo, se é certo que arruinava a França, não é menos certo que possuia a confiança de muita gente. Os duzentos ou trezentos mil juristas parisienses acreditavam no seu génio, estavam intimamente persuadidos de que a sua demissão corresponderia à banca-rôta. Sem Necker, adeus juros, adeus coupons... Banqueiros e especuladores viam pelo mesmo prisma. Os agiotas tinham jogado na tendência optimista, no triunfo da Assembleia, na reforma financeira, na alta dos fundos do Estado... A saída de Necker era a baixa, a liquidação desastrosa, numa palavra, a falência. O encerramento dos *clubes* e o *saneamento* da cidade, teriam sido, antes disso, bem acolhidos pelos comerciantes e proprietários que reclamavam a organização de uma guarda burguesa para defesa da ordem e da propriedade. Foi a demissão de Necker que transformou êsses conservadores em revolucionários. *Clubes* e agitadores trataram logo de explorar o pânico, de o fazer reverter em seu proveito...

«No dia 12, ao meio dia — escreve Pierre Gaxotte — Paris não é mais do que uma enorme confusão.

Num turbilhão de clamores, de toques a rebate, e de boatos, revoltou-se uma multidão enlouquecida, em que se acotovelam os portadores de títulos, defendendo o seu dinheiro, e aqueles que já estiveram a contas com a justiça e que só aguardam o momento de os roubar. Aqui, passeiam-se em triunfo os bustos de Necker e do duque de Orléans. Além, pilha-se, assassina-se, embriaga-se a turba... A noite de 12 para 13 e o dia 13 foram sinistros. Dir-se-ia assistir-se à decomposição total da sociedade. Os burgueses entrincheiram-se nas suas casas. A rua está entregue ao populacho mais vil e horroroso». (1)

Foram estas hordas asselvajadas que, no dia seguinte, tomaram de assalto a Bastilha, ou antes, a quem a fortaleza foi entregue, pela hesitação do seu governador, de Launay.

No dia 14 pela manhã, essa multidão de assassinos e cadastrados, de alcoólicos e vândios, atirou-se sobre os Inválidos, e depois sobre a Bastilha.

«O governador, Mr. de Launay, com a sua reduzida guarnição de Suiços e de Inválidos, poderia ter-se defendido sem dificuldade — acentua Gaxotte — mas, à sua filosofia, repugnava-lhe fazê-lo. Parlamentar, retira os canhões, manda obstruir as aberturas das muralhas, consente que um emissário do *Hotel de Ville* visite a fortaleza, e convida dois delegados dos assaltantes a sentarem-se à sua mesa». Mas todas essas atenções do cavalheiresco governador não impedem que a balburdia vá aumentando, reforçada por milhares de curiosos, que o tiroteio prossiga sem interrupção, e que se tente incendiar até uma das torres. Por fim, dois assaltantes armados de machados, conseguem quebrar as correntes da ponte levadiça que abate com grande estrondo.

Logo a seguir, é o primeiro pátio invadido pela feroz população que vai pilhando quanto encontra pelo caminho. A guarnição aterrorizada tenta, a princípio, repelir a invasão, ripostando ao seu ataque. Mas, seguidamente, à mingua de um comando, obriga de Launay a capitular.

Um militar de patente inferior que dirigiu a guarda dos assaltantes, promete sob a sua honra que a ninguém se fará mal. «A-pesar disso, — confirma Gaxotte cuja narrativa vamos seguindo — Launay é massacrado e o seu corpo arrastado para o rio». (2) Um moço de cozinha, «que

---

(1) *La Révolution Française*, pág. 119.

(2) *Ibidem*, pág. 120.

*sabia trinchar carnes*», corta-lhe a cabeça, espeta-a na ponta da lança, e, seguido por um bando de autênticos selvagens, passeou o trofeu macabro até ao cair da noite.

Mais tres officiaes da Bastilha são depois trucidados como o governador. Dois Inválidos da guarnição foram enforcados; a outro, cortam-lhe a mão... A multidão, enfurecida como o touro à vista do sangue quente, invade então, de vez, o reduto, e percorre a Bastilha em todos os sentidos, mas, só encontra, adentro dos seus muros, sete prisioneiros: «quatro falsários, um joven libertino, ali encerrado a pedido da familia, e dois loucos». (1) Era tudo o que havia na Bastilha. Os falsários debandaram sem mais explicações. O *menino* devasso encaminhou-se para os *clubes* a declamar contra a tirania e o despotismo, falando talvez com entono das virtudes cívicas dos camaradas *sans-culottes*, e até das suas próprias... Os dois loucos, aclamados à saída com grande entusiasmo pela massa dos assaltantes, foram no dia seguinte encerrados no manicómio de Charenton.

Grave injustiça, na verdade, se nos lembrarmos do papel preponderante que os alienados desempenharam no decorrer da Revolução, e até no próprio assalto do dia 14 de Julho...

Ainda não há muito, o professor Laiguel Lavastine e o dr. Jean Vinchon publicaram na *Revue scientifique illustrée*, um ensaio notabilíssimo em que estudavam, na obra de Pinel e dos seus discípulos, *les aliénés de la Révolution*.

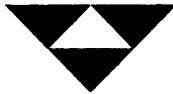
Eis ao que se reduz, no critério dos mais autorizados historiadores, a celebre tomada da Bastilha que não passava, afinal, de uma prisão da nobreza...

A lenda que a descrevia como um baluarte odiado, do despotismo, de um despotismo que não existia, desfez-se por fim, ao sopro do bom-senso histórico, dissipou-se por virtude das investigações inteligentes e honestas de historiógrafos como, por exemplo, Funk-Brentano, para quem não ha segredos nos arquivos da Bastilha, como os não têm, para Gaxotte, os das províncias francesas, no que se refere às matérias da Revolução. E não serão, já agora, as páginas vibrantes, mas idealistas de Henri Béraud, no seu livro recente — *Le 14-Juillet*, que virão a dar fóros de verdade histórica ao que não ultrapassa, na declaração do próprio autor, o desejo de dramatizar a lenda, de reconstituir o passado pelo

(1) Ibidem, pág. 121.

esfôrço da imaginação. Mas, até no campo lendário, Béraud se vê constrangido a confessar as cenas ignobeis que se passaram após a tomada da Bastilha, recusando-se, apenas, a reconhecer «*le vrai peuple*» naquela onda de assassinos que ensanguentaram as ruas de Paris na tarde de 14 de Julho. Se aquele não era, porém, o *verdadeiro povo*, era o povo que fez a Revolução e o qual os precursores e corifeus dos *Imortais Princípios* tinham formado à sua imagem e semelhança, porquanto não se mostraram, no decurso da jornada *emancipadora*, menos corruptos e criminosos do que êle. Quem os conhecia, a fundo, era António de Araujo de Azevedo, nosso ministro em França, no período revolucionário, e que, para o seu governo, escrevia pedacinhos como êste, nas suas correspondências e ofícios: «Em Paris, não se dá passo algum sem dinheiro, e é preciso destinar três ou quatro milhões de libras para comprar os *directores*, ainda que a saída de Letourneur, que era um dos corruptiveis, diminuiu aquela despeza. O secretário do *directório* e o ministro das Relações Exteriores são igualmente corruptiveis, e Barras vende-se a quem mais dá».

De Danton, já nós sabemos, como se prova pelos documentos, que a sua acção de agitador era generosamente recompensada pelo oiro do ministro britânico em Paris. Por isso mesmo, a Revolução de 89 foi definida por Taine nesta frase lapidar, com a qual darei por finda a minha comemoração da *grande data* festejada nos arraiais da Democracia: A Revolução, dizia o historiador das *Origines*, foi «*une petite féodalité de brigands superposée à la France conquise*».



# A Monja do Coração

Á “Gil Vicente,,

dedica Amador Santelmo

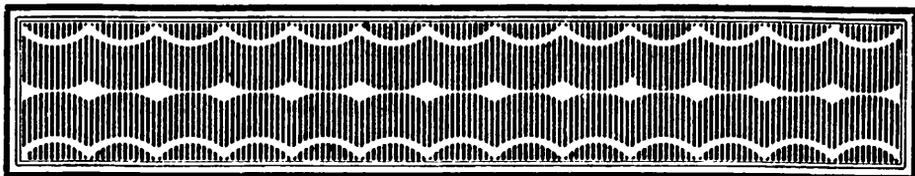
*Meu coração parece triste ermida,  
A capelinha antiga do convento  
Onde rebôa a nênia dolorida  
Das freiras salmantes de tormento.*

*Nem um raio de sol teve na vida !  
Dentro — a Dôr — anda em lúgubre lamento  
Que nem monja de rastos, compungida  
A prêgar o sermão do sofrimento.*

*Quando as ansias mais fundas fazem côro  
Às penas a rezar o breviário,  
Ouve-se então um lancinante chôro :*

*Não penseis que sussurra a ventania :  
São as máguas — passando seu rosário,  
As dores a carpir minha agonia !*

*Rio de Janeiro, Agosto de 1932.*



# UM REI FANÁTICO...

por HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 98 — CONCLUSÃO)

E àqueles que, por ignorância ou acinte, falam na decadência de Portugal neste reinado, citemos-lhes apenas os nomes de Camões e Gil Vicente, Sá de Miranda, António Ferreira, João de Barros, Damião de Góis, Diogo de Teive, André de Gouveia e outros, nas letras; — os architectos Torralva e Gonçalo Baião; — Grão Vasco, Gregório Lopes, Jorge Afonso, Frei Carlos, Cristóvão Lopes, para só falar dos maiores, na pintura. «É um dos momentos decisivos na história da mentalidade portuguesa. Por vias múltiplas e convergentes a mocidade, nobre e plebeia, leiga e religiosa, convive com o espírito europeu e importa a nova tábua de valores intellectuais», afirma o lente da Universidade de Coimbra, snr. Dr. Joaquim de Carvalho.

Dezenas de portugueses ilustres ensinam também em Universidades estrangeiras e em 1527, Diogo de Gouveia (Sénior) escreve a D. João III: «Crea Vossa Alteza que tem ganhado mais nome e gloria que em tomar Fez». E assim era, porque muitos dos homens eminentes do século, como Erasmo, João Fernel, Luis Vives, etc. honraram o nome do rei português com a dedicatória, impressa, de livros seus. «Reconhecia-se o valor de Portugal,— diz ainda o snr. Dr. Joaquim de Carvalho — sentindo-o conviva do grande banquete do espírito europeu». (1)

E a-pesar-de não o ter Deus fadado para as grandes empresas da

---

(1) Dr. Joaquim de Carvalho — Os Bolseiros d'El-Rei. In «História Ilustrada da Lit. Portuguesa ». 1.º vol.

cujos membros — êsses tão odiados e incompreendidos jesuítas —, prestam à obra civilizadora das missões relevantes e inapagáveis serviços. E desde o Padre Anchieta ao insigne António Vieira, e dêste até ao despotismo de Pombal, são sempre os jesuítas que acompanham, passo a passo, tôda a história da colonização portuguesa do Brasil, servindo Deus, a Pátria e a Humanidade.

Recorramos, ainda, ao depoimento imparcial dum estrangeiro, o já nosso conhecido Mr. Théodorie Legrand e à sua «Histoire du Portugal»: ... «les membres de la Sociéte de Jésus eurent un rôle éminent, au XVIII. siècle, dans la civilisation des colonies portugaises, et, au Portugal, même dans l'enseignement et l'éducation de la jeunesse».

Sinto muito ter de frisar apenas, com duas pinceladas fugidias, os pontos principais desta matéria. O assunto é vasto e eu tenho de ser sintético; não posso alargar-me na defeza da Companhia de Jesus, o que eu faria com prazer, sem me escassearem os elementos. Isso, porém, levar-me-ia longe, afastando-me do tema que me propuz tratar. Passemos, por conseguinte, ao último ponto: a reforma da Universidade de Coimbra e a sua entrega aos jesuítas, reconhecendo com António Sardinha, que «nós, portugueses, não podemos, na verdade, separar a nossa história da história da Companhia».

Não pretendo converter V. Ex.<sup>as</sup> à mesma admiração que eu sinto, pela obra de cultura e educação dos jesuítas! Apenas lhes peço, apelando para a sua intelligência e para a sua consciência de homens de boa-fé, que os julguem e lhes apreciem os actos, livres de todos os preconceitos, livres de todos os ódios inadmissíveis, com que um século de liberalismo procurou reduzir a sua obra e cegar o nosso entendimento. E então V. Ex.<sup>as</sup> verão que o *humanismo*, que os jesuítas ensinaram e professaram, creou à nossa língua uma prosa inegalável, — a prosa dos Seiscentistas —, «onde mergulha as suas raízes quanto, no falar português, existe de sóbrio, de grave e de definitivo». (1)

É a linguagem incomparável de Vieira, Bernardes, Fr. Luís de Souza, D. Francisco Manuel de Melo, Rodrigues Lôbo e tantos mais, que nas escolas da Companhia de Jesus ensaiaram o verbo português. Nas mesmas escolas foram também educados, — sem *deformarem* o espírito e o carácter —, os estadistas, capitães e diplomatas notáveis das campanhas

(1) António Sardinha — O Século XVII. In «Lusitania», Fasc. I (vol. II).

guerra, ainda no seu reinado atinge o zenite o poderio das armas portuguesas. Tristão Vaz da Veiga, Manoel de Sousa e Fernando Vaz Sernache, Luís de Menezes, Nuno da Cunha, António da Silveira, D. João de Mascarenhas e D. João de Castro, António Galvão e D. Luís de Ataíde, — todo êsse núcleo de gigantes, desde Ormús a Calecut, desde as Molucas a Diu, deixa bem vincado, em traços de bravura, o heroísmo da Raça portuguesa!

É certo que o Rei teve de abandonar, em África, Alcácer-Seguer, Arzila, Çafim e Azamor — padrões imortais da glória de outros éras —, a conselho de seus ministros, que lhe dizem, como D. António de Ataíde, que essas praças «se sostem com fazendas d'orfãos e viúvas, a que Vossa Alteza não paga o que deve...» Era a falta de dinheiro a suster, o ímpeto do braço português; era a política fatal da Índia a desviar a Nação do rumo natural das suas antigas aspirações. E é curioso observar, que os mesmos que condenam D. João III pela desocupação daquelas praças, são os mesmos que insultam a memória de D. Sebastião, porque, mais tarde, desiludido da Índia, tenta reatar o fio quebrado da política do norte de África....

Propositadamente, meus Senhores, deixei para o fim os dois factos culminantes do reinado de D. João III: a colonisação do Brasil e a reforma da Universidade de Coimbra. É que ambos êstes factos se encontram ligados à introdução, em Portugal, da Companhia de Jesus, — a decantada causa da nossa *decadência e ruína*.

No período mais grave da crise económica, que avassalava o erário, e quando já o magnífico sonho da Índia começava a revelar-se, aos olhos do soberano, como a mais dolorosa das realidades, manda êste à terra bárbara do Brasil Tomé de Souza, «para acudir aos donatários e associar-se a êles no tentamén de fundar outro império no Ocidente». (1) Iam surgir, assim, os fundamentos da futura colonisação brasileira, donde, mais tarde, levedado com o suor e as lágrimas do sacrificio, ressurgiria, engrandecido, um outro Portugal.

É então aí que vai exercer-se a nossa verdadeira função de povo colonizador, graças, sobretudo, à intervenção da Companhia de Jesus

---

(1) Carlos Malheiro Dias — O «Piedoso» e o «Desejado».

da Restauração, como Salvador Correia de Sá, Matias de Albuquerque, D. Sancho Manuel, Francisco de Souza Coutinho, Padre Antônio Vieira, Andrade Leitão, etc.

Foram êsses, meus Senhores, os fructos da *longa e asfixiante* tutela jesuítica! Nunca, em Portugal, se escreveu e voltou a escrever melhor. «A idade mais elegante da pureza da nossa língua deve contar-se desde o ano de 1540 em que começaram a ler na Universidade de Coimbra os insignes mestres que El-Rei D. João III nela estabeleceu», declara-se na *Introdução ao Dicionário da Língua Portuguesa*, de Pedro José da Fonseca.

De tal modo a divulgação do ensino é feita pelos padres da Companhia de Jesus, que se chega a pontos de procurar atalhar «à falta de homens para outros exercícios lícitos», pelos «inconvenientes que há em haver em Portugal muitos letrados», educados «nos colégios, gratuitos, espalhados em todo o reino». (1) E já o vèdor da Fazenda, Conde de Castanheira, se queixava ao Rei, «por sobejarem estudantes e faltarem soldados»...

Querem V. Ex.<sup>as</sup> melhor desmentido ao aleive, por tanto tempo propalado, sôbre êsse período de *ignorância e obscurantismo*?

Que importa que D. João III não fôsse um Rei de extraordinária cultura?! Nem sempre os sábios são os mais aptos para governarem os povos. A-pesar-de que podemos afirmar hoje contra a mal-querença de muitos, que D. João III, se não era um sábio, foi, pelo menos, um espírito culto, com grande inclinação para as matemáticas, desmentindo categoricamente, com a sua desvelada protecção às Artes e às Letras, o injusto epíteto de *ignorante e inepto*.

O seu interêsse pela instrução manifesta-se logo, em 1540, mandando vir de Paris uma pleiade brilhante de mestres, para ensinarem na Universidade de Coimbra. E se, em 1555, (quando ordena a Diogo de Teive, reitor das escolas menores e do colégio das Artes, que entregue o govêrno e regência dessas escolas ao provincial da Companhia de Jesus, Padre Diogo Mirão), já tinham sido despedidos do ensino os mestres Vinet, Fabrício, Resende, Costa e Buchanan, é porque, como confessa Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas,— «um soberano que obrava com diligência de boas intenções, como el-rei dom João III, teria na verdade algum motivo maior, que os serviços indubitáveis dos professores de

---

(1) Ferreira Deusdado — «Educadores Portugueses».

letras dos seus dias, para os remover». E êsse motivo era a acusação de heresia e desregramento de costumes, formulada e provada contra os lentes Diogo de Teive, João da Costa e Jorge Buchanan, prêsos em 11 de agosto de 1550, em casa do bispo, e entregues ao Tribunal da Inquisição-Sôltos, tempos depois, e absolvidos, em atenção aos seus conhecimentos e anteriores serviços, foi dado ao primeiro um canonicato em Miranda e ao segundo a Igreja de S. Miguel de Aveiro. Buchanan, natural da Escócia, excelente latinista e «tão eloqüente como herege», na frase dum contemporâneo, seguiu para a sua pátria, onde se envolveu nas pugnas políticas e religiosas do tempo, renunciando ao catolicismo e declarando-se, publicamente, membro da egreja protestante. Foi então que, em substituição dêsses mestres demitidos, tomaram definitivamente posse das cátedras universitárias os membros da Companhia de Jesus, — «os únicos que, na verdade, superando-os pelas virtudes, podiam substituí-los pelo saber». (1)

Meus Senhores: Vou terminar. Não quero, nem tenho o direito de abusar, por mais tempo, da gentilíssima deferência das pessoas que me escutam. Alonguei-me demais, é certo, ultrapassando os limites da benevolência de V. Ex.<sup>as</sup> Desculpem-me... e creiam que muito ficou ainda por dizer! Reconheço, com pesar, que apenas consegui comunicar-lhes uma pálida imagem da grandeza dêste Rei e do esplendor do seu reinado. Procurei, contudo, cumprir um dever, dentro das minhas frágeis possibilidades intelectuais.

Eu poderia justificar, mesmo à luz dêste sèculo, os actos do govêrno de D. João III, estabelecendo um paralelo entre os despotismos da Rússia bolchevista, da Espanha de hoje, anárquica, incendiária, espoliadora dos bens religiosos e particulares, e o Portugal *fanático* de quinhentos, — dos jesuítas e autos-de-fé. Lucraríamos, sem dúvida, com o confronto!

Não o faço, porque à minha inteligência repugna êsse falso conceito, que condeno absolutamente. No emtanto, eu sei que os nossos adversários usam e seguem, por ignorância ou desfaçatez, um tal critério.

Que importa?! Os nossos processos são diferentes; entre a mentalidade dum nacionalista de hoje e a de um liberal de ontem, há o abismo intransponível de duas épocas irreconciliáveis...

Os homens e os factos vêem-se e analisam-se dentro do ambiente

---

(1) Manuel Múrias — «Cultura Peninsular no Renascimento».

próprio em que foram gerados, em que viveram e agitaram suas ideias e paixões.

A nossa geração, na feliz expressão duma alta mentalidade do nosso tempo, (1) «tem sede de certeza e fome de verdade». Nós queremos que a História seja depurada e rectificadada; que se desfaçam as lendas caluniosas, que envolvem tantas e tantas figuras do passado, que, nesta hora de tremendas misérias morais, de baixa propaganda anti-nacionalista, de grosseiros materialismos e torpes egoísmos, — são ainda os melhores exemplos a apontar, de coragem moral, de heroísmo, de virtude, de ideal, de sacrificio e dedicação pela Pátria.

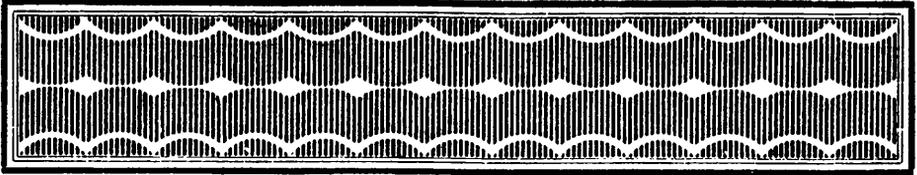
Essas figuras máximas da nossa História são o património inviolável da Nação. Encorajam-nos nas agruras do presente e estimulam o nosso esforço para um futuro que há de vir!...

Cometer o execrável sacrilégio de demolir e apedrejar êsses símbolos do valor da grei, é rastejar nas lamas da terra; é aviltar a consciência da dignidade colectiva; é, enfim, meus Senhores, perder com o sentido da vida interior, o verdadeiro objectivo da vida nacional!

Março — 1932.

---

(1) Alberto Pinheiro Torres — Novo Sebastianismo. In «Labareda». 2.ª série, n.º 1 e 2.



# Cartas sem franquia

V

a JOSUÉ ZADOK

RABINO EM M...

Lisboa, Junho.

Apreciável Amigo:

**N**ÃO, não tem razão nas suas queixas, embora eu as compreenda a dentro duma certa lógica me seja simpática a sua atitude de protesto. Você, como judeu, não poderia deixar de defender os seus irmãos de raça «tão duramente expoliados por Hitler», como com tanta melancolia diz, à maneira lamentosa daquele doce Samuel Usque, seu longínquo compatriota. Mas eu, latino e português, também não posso deixar de apoiar as medidas que o «duro germano» tem pôsto em prática, embora por meios nem sempre defensáveis e chocando quási sempre a nossa aguda sensibilidade de meridionais.

Compreendamo-nos, meu caro Amigo; somos de raça, de ideologia, de mentalidade, de religião diferentes. Você, filho de judeus espanhóis muito coerentemente nasceu na vèlhissima Sião, formou-se mentalmente no convívio da Tora e no estudo do Talmud de Jêrusalém, crê em Jeová, deus dos exércitos, e acredita na predestinação de Israel para comandar as nações. Eu, filho, neto, bisneto e descendente directo de portugueses de velha cêpa lusitana, sem enxêrtos venenosos, nasci naquele portuguesíssimo e ridente Minho de que hoje me encontro ausente, formei a minha mentalidade na convivência de Vergílio, de Camões e dos Evangelhos, creio na infinita bondade de Deus, criador dos mundos e pai dos homens, e na divindade de Cristo Jesus, e não na predestinação da minha terra a não ser para dar lições de fé, crença funda e altos ideais civilizadores a todos os povos do universo. Será vaidade talvez, mas é comprovada por oito séculos de gloriosa história que se encontra espalhada pelo mundo inteiro.

Nesta conformidade vê Você bem que não há possibilidade de concordância consigo nem tampouco de aplauso às suas diatribes contra Hitler. Talvez por razões de sentimentalismo — o português foi sempre amavioso!... — eu pudesse concordar, mas olhando friamente a questão vejo mais dureza de coração, mais arrogância mental, mais intolância nos rabinos que levaram ao suicídio Uriel da Costa e perseguiram Baruch de Espinoza, do que naquele austríaco naturalizado que agora rege os destinos da Teutónia.

Meta a mão na consciência e compare, Josué amigo, a situação da Alemanha desde a paz e a de Portugal ao raiar o século XVI. Em ambas as nações o judeu constituía um estado dentro do Estado, com as suas leis especiais, as suas crenças estreitas, os seus preconceitos de raça e a sua intriga congénita de semitas. E assim como os fagocitos isolam os parasitas do sangue e acabam por devorá-los para evitar a propagação do mal, assim os povos reagindo arredam do seu seio o judeu para que êle não contamine as fontes límpidas da vida das nações, apoderando-se dos lugares eminentes e do comando dos povos. Quando no corpo humano um tumor nasce, o bisturi do cirurgião apressa-se a extirpá-lo para que ao doente volte a saúde. É o que faz Hitler na Alemanha, foi o que fez D. Manuel I de Portugal, e o que fizeram os Reis Católicos em Espanha; é o que fazem todos os povos quando o judeu ameaça apoderar-se subrepticamente da vida mental, social, económica das nações. Mesmo agora vê Você que a-pesar das lamentações que vão por êsse mundo as nações, ainda as mais benevolentes para com Israel, estão a tomar providências para evitar esta invasão de judeus alemães que já as ameaça. Protestaram contra as medidas «nazistas» enquanto o mal lhes não tocou pela porta e essa simpatia pelo judeu manifesta-se apenas enquanto êle está acolhido a casa alheia. Uma vez que o semita se aproxime, aí vão por água abaixo as belas ideas humanitárias!

E veja Você que o judeu desde a tarde sangrenta da queda de Jerusalém aos golpes de Tito, até à actualidade, não conseguiu nunca integrar-se nos meios onde vive. Desapareceram romanos, suevos e visigodos e uns tantos povos que terminaram por fundir-se com os conquistadores. Como planta daninha, que embora aqui se arranque vai renascer além, o escalracho judeu em qualquer parte onde esteja é sempre um estrangeiro, é sempre judeu, fale francês, português ou polaco.

Dir-me-à Você, Amigo, que isso só prova a admirável vitalidade duma raça que em 2.000 anos tem resistido a todas as perseguições

movidas pelo mundo inteiro. Mas é precisamente essa vitalidade tão louvada o grande perigo para os povos que albergam o judeu no seu seio, espécie de serpente ingrata e vingativa. Depois o dinheiro dos filhos de Israel, que afrontou em todos os tempos até mesmo os privilegiados da fortuna, esse dinheiro raras vezes serviu a civilização; pelo contrário, foi sempre a mola movimentadora de todas as perturbações do mundo; todos os grandes cataclismos políticos, seja a revolução de 89, seja a sanguieira bolchevista, seja até a Grande Guerra, são frutos do oiro judeu cujo brilho sinistro nos aparece no fundo de todas as questões perturbantes da hora presente. Porque a judiaria internacional, causadora do mal-estar do mundo desde que se espalhou pelo universo como veneno subtil pelas veias dum animal, encontrou nos filhos de Hirão um braço executor magnífico e que ela maneja a seu bel-prazer.

Cristo, que Vocês os judeus desconhecem como Deus e até escarnecem como Profeta, tentou chamar os Hebreus ao caminho da salvação, pelo exemplo sublime da sua sublime humildade, mas Israel cuspiu nas faces do Profeta, coroou-o de espinhos e crucificou-o no meio de ladrões e de risos insultantes. Cristo perdoou, mas não perdoou Israel, porque calcado, espezinhado, maltratado, expulso de toda a parte como réprobo e como deícida, o judeu vingativamente apossou-se de todos os lugares de destaque nas nações arianas e esmaga o cristão sob o pêso do seu oiro sem pátria!

Não culpe pois Você a Hitler. Êste não é mais do que a reacção muito compreensível do mundo escravizado sob a garra esmagadora dos filhos de Israel. Não me fale em intolerância medieva, porque eu não posso esquecer jámais o corpo de Uriel da Costa feito farrapo imundo à porta da sinagoga de Amsterdão.

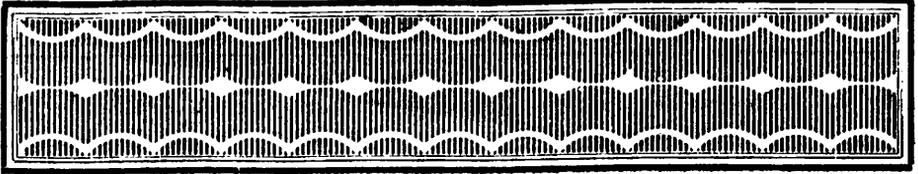
Como para o Baltazar bíblico chega agora a Israel a hora de ser «pesado, contado e repartido», justo prémio das suas imemoriais expoliações, vinganças e cruezas.

Mas, meu caro Josué, embora judeu Você pessoalmente é uma excelente pessoa, culto, viajado, que no íntimo me deve estar a dar razão. Porisso, eu, cristão e ocidental, não deixarei de o abraçar muito afectuosamente desejando-lhe que êste nosso lindo sol lhe aclare as ideas e o leve a reconhecer o êrro dos da sua raça.

Todo seu

JOÃO DA EGA.

Pela cópia: António A. Dória.



## À Margem de uma Novela

# "O PINTOR DE SANTAS", de Horácio de Castro Guimarães

---

por Claudio e António Corrêa  
d'Oliveira Guimarães

**É** PORTUGAL de tal forma um País de novelistas que à novela nacional, transbordante de comunicativa seiva humana, se pôde sem exagêro atribuir a glória de haver creado, através dos tempos, alguns ciclos literários de autêntica expansão e profundidade universal. Sendo assim, mal se explica a ausência entre nós e na nossa época de uma autêntica literatura do género, (de que o «conto» extenso, tão cultivado pelas últimas gerações, não é mais do que o imperfeito e pálido reflexo), literatura aberta aos mais benéficos horisontes morais e a toda a luz da alma portuguesa, como nenhuma outra emocional e delicada, pois através dela se plasmou durante alguns séculos a índole amorosa de outros povos, alheios em absoluto ao nosso temperamento particularíssimo. Na hora presente, a sua missão seria a de apurar o nosso inferior sentimento colectivo, transmitindo um milagroso ritmo de saúde às sensibilidades doentes que a leitura dos romances ligeiros, importados de França, com seus desmaios de alcova, suas intrigas canalhas e seu mundanismo fácil mais dessora e preverte. Para combater esse mal, que as actuais condições do problema livreiro, limitando a natural produção literária duma geração fadada providencialmente para a tarefa difícil de construir, mais agrava e dificulta, nasceu há anos, sob os melhores auspícios, a *Colecção Veritas*, tão

fecunda a principio e tão minguada, agora, no dominio da sua productividade editoria.. Esse esvaimento de esforço realizador devemos attribui-lo às mil e uma dificuldades de ordem prática, que são neste ambiente propicio, ainda hoje, á banal exploração de frivolos motivos literários, o doloroso calvário de todas as tentativas honestas. Com o principio da Primavera deu-nos, porem, a benemerita *Colecção* o seu primeiro trabalho editorial deste ano: «*O Pintor de Santas*» que Horácio de Castro Guimarães escreveu. Bem a propósito, em tal quadra do ano, se publicou êste livro, cheio de perfumada singeleza e de primaveril espiritualismo.

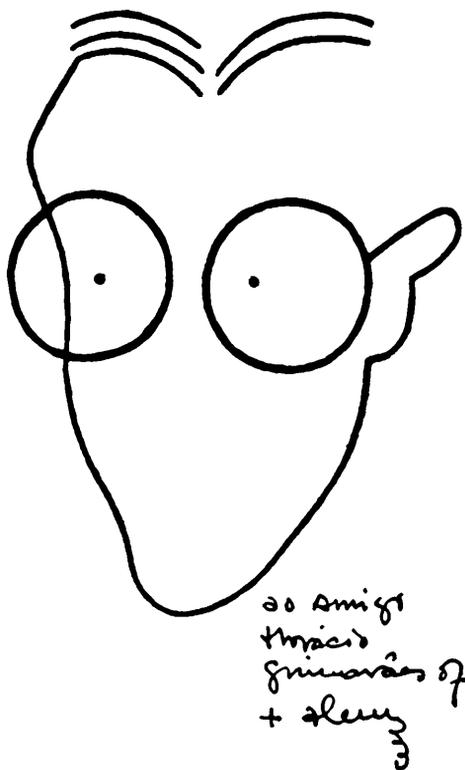
Póde afirmar-se, afoitamente, sem exagêro e sem lisonja, que o nome de Horácio Guimarães já não é hoje, para a maioria do público culto da nossa terra, o de um desconhecido. A sua actividade literária, das mais constantes e fecundas que animam os escritores da sua idade e do seu tempo, reunida, parte, em alguns interessantes volumes, e esparsa, a restante, pelas eruditas páginas das nossas melhores revistas de cultura, tem afirmado sobejamente as bem vincadas qualidades dum prosador elegante e sóbrio, pródigo de recursos e possuidor de uma intelligência culta e clara, toda obediente à disciplina duma doutrina de exaltação e de resgate nacional. O mérito da *Colecção Veritas* não consistiu, portanto, desta feita, na revelação dum implume talento ignorado, a que faltasse as azas daquela relativa possibilidade editorial que Horácio Guimarães já conquistou, mas permanece, contudo, para a maioria dos *debutantes* das nossas Letras, tão longinqua e vaga como um sonho amorosamente apeteçido e nunca alcançado; o seu mérito consistiu, sim, em haver dado à estampa uma novela deliciosa, impregnada de leveza e graça, que todos nós devemos colocar cuidadosamente na nossa estante, entre os volumes cuja leitura mais apeteçemos e estimamos.

Porque é a exaltação do sacrificio e da dôr individualmente aceite com alegria e encerra uma lição preciosa contra o individualismo infrene do nosso tempo, sujerida e inspirada pelo mais profundo conceito católico da vida, «*O Pintor de Santas*» é uma obra bemfazeja e salutar que satisfaz plenamente a finalidade cristã da *Colecção Veritas*.

A essencial virtude que se desprende dessas páginas encantadoras que o nome de Horácio Guimarães subscreve é a virtude entre todas difícil da simplicidade: simplicidade de conflito e de efabulação, simplicidade das almas e dos caracteres, simplicidade do próprio estilo em que são escritas, — simplicidade que não traduz, evidentemente, pobreza de imaginação, ausência de vigor psicológico, hesitação ou deslises de factura, antes, pelo contrário, largamente confirma a personalidade forte dum escritor que sem se *diminuir* procura o ensejo de subordinar á razão supe-

rior do valor social da arte as por vezes desencontradas exigências do seu espírito e da sua sensibilidade de Artista.

Tendo sofrido, ao iniciar a sua carreira literária, como um grande número dos prosadores da sua geração, uma manifesta tendência para os processos da velha «*escola realista*» tão em voga há trinta anos, valorizando-a,



é certo, pela feição construtiva que àquela «*escola*» inteiramente faltava, (leia-se, por exemplo, «*Ruínas de Amor*», uma das suas melhores novelas) Horácio Guimarães vence em «*O Pintor de Santas*» essa tendência precoce que nele e noutros (possivelmente, até, nos próprios autores destas linhas) representou o derradeiro eco duma malfadada herança, o dolorido «*canto de cisne*» duma geração que tendo malbaratado a sua mocidade na tarefa esteril de destruir só na lição do arrependimento conservou sôbre nós o seu prestigioso ascendente intelectual. Acentue-se, porém, que tal tendên-

cia, por sêr toda superficial, se encontra dominada completamente, neste volume, por Horácio de Castro Guimarães, sem a minima deslocação da sua personalidade de escritor, demasiadamente forte e sincera para recorrer ao artificialismo duma expressão literária que não sentisse nem compreendesse, na mira egoísta de excepcionais circunstâncias oferecidas ou d'uma proveitosa publicidade pessoal. Sem alimentar pruridos de criticos que não somos, diremos, no entanto, que o moço e talentoso auctor desta novela se filia, naturalmente, como escritor, na galeria daqueles que melhor sentem e interpretam a nossa forma de sêr colectiva, ou seja a dos sensíveis e dos emotivos, que por olharem a existência no seu aspecto justo, no seu claro-escuro de tragédias emocionantes e de alegrias puras, tão longe se encontram do exagero brutal dos «realistas» que em tudo proclamam *ausencia d'alma*, como do exagero doentio dos românticos, inversão sentimental das realidades e da vida.

Há nas fugidias descrições de paisagem minhota que aqui e além esmaltam com a sua graça colorida as páginas de «*O Pintor de Santas*» mais do que o olhar do artista que fixa e copia, a alma que ama e sente; de igual modo, as figuras desta novela são tocadas de subtil e perfumada bondade, movendo-se dentro dum conflito, pobre de cenografia espectacular e de grosseira teatralidade, mas que é vivido por elas num completo estado «interior», pleno de subjectivismo. Não precisou Horácio Guimarães para pintar os seus personagens de abstrair das realidades, de as tornar menos possiveis e humanas. Perpassam na sua novela *typos* que não viveram simplesmente na imaginação do escritor, que mereceram, realmente, o estudo da sua observação interessada. Encontramos êsse exemplo, sem ir mais longe, em Luiz de Menezes, agronomo devotado que na paixão absorvente e na exaltação comovida da Terra encontra o compensador lenitivo da amargurada derrota que sofreu, ainda moço, o seu confiante coração de marido. Dentro dos limites regionais em que «*O Pintor de Santas*» se enquadra, facil será, até, identifica-lo. Reais ou imaginarios, porém, os protagonistas d'esta novela teem verdade e equilibrio: não há neles as contorsões psicológicas, complicadas e doentias, nem os enervantes amoralismos em cuja pintura fruste se comprazem, sequiosos de originalidade, os que na républica das Letras, à falta de melhor titulo, vaidosamente se entreteem a reclamar o privilegio de «modernos». Não são também figuras banais, as d'esta novela. Há um forte cunho pessoal a identifica-las. Mais do que isso: hà um rasto de simbolo. Assim, na alma da filha do Pintor, ainda creança, se reflete como em cristal translucido, a alma de Constança, já mulher; assim na alma d'esta se pressente desabrochada em perfume e em flôr a alma tenra e ainda em botão de Ana Maria. Elas

formam, até uma só figura, desdobrando-se numa identica harmonia sentimental e na mesma evocação afectiva.

Este novo trabalho de Horácio Guimarães, é, senão pela eurytemia e belesa da forma que já noutros seus trabalhos anteriores larga e esplendidamente se afirma, pelo menos pelo grau de espiritualidade que o anima, o mais *perfeito* dos seus trabalhos. Não o consideramos, ainda, é certo, aquela obra definitiva que correspondendo inteiramente à extensão do formoso talento do auctor, alvoraçadamente ficamos aguardando da sua pena. Tanto não era licito exigir de «*O Pintor de Santos*», dentro duma *Colecção* que por exigencias compreensíveis de industria, impõe aos seus concorrentes aquelas condições limitadoras de espaço que obrigam a mutilar, tantas vezes, sem piedade, a quem escreve, o desenvolvimento logico e necessário duma ideia ou da acção. Essa preocupação de resumir e abreviar se denota, até, com claresa, especialmente nas suas ultimas páginas, n'esta novela de Horácio Guimarães.

Por tudo isto — que é tanto — «*O Pintor de Santos*» constitue, sem favor, um dos melhores volumes de que se compõe a *Colecção Veritas*. Alegra-nos imensamente confessa-lo, habituados como estamos a admirar atravez de muitas belas páginas e duma interessantissima convivencia intelectual que sinceramente estimamos, as largas possibilidades de talento real e de vontade realisadora que fazem de Horácio Guimarães um dos mais curiosos e completos prosadores da nossa geração.



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1833

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Abril

\*

**Dia 10** — Nesta vila ouviu-se bastante fogo de artilharia para as partes do Porto. Também hoje se ouviu fogo de fusilaria em razão de um ataque que as tropas do Sr. D. Pedro vieram dar às do Sr. D. Miguel, tomando-lhe um forte que estas tinham feito para a Areosa, junto à estrada de Guimarães. Nesta acção contaram-se muitos mortos e feridos de parte a parte. Entre outros, ficou ferido (era a 3.<sup>a</sup> vez em diferentes acções) o alferes de voluntários realistas desta vila, João Ferreira dos Santos, professor régio de gramática latina. (P. L.). — Este João Ferreira dos Santos, que pela 3.<sup>a</sup> vez ficou ferido nesta retomada do Covelo, havia-o sido pela 2.<sup>a</sup>, em 24 do mês antecedente no ataque ao Monte Pedral. O dr. José de Freitas Costa escreveu no livro de seu tio P. L.: — «Este homem era um grande entusiasta pela causa de D. Miguel. Fui seu discipulo no colégio da Madre de Deus, em Braga, e lembro-me de que em 1846, estando êle na aula leccionando os seus discipulos, e ouvindo tocar o rei chegou, deixou os rapases e correu, sem chapéu na cabeça, a apresentar-se ao comandante do corpo cuja musica lhe despertara os seus antigos entusiasmos bélicos, acompanhando desde então, até ao fim da guerra civil, as forças do general miguelista Mac Donnell.»

**Dia 11** — Ouve-se algum fogo de artilharia para as partes do Porto, e também nos dias 12, 20 e 21. (P. L.).

À noite entram bastantes carros de soldados feridos do exército do Sr. D. Miguel, que recolheram ao hospital militar de S. Francisco. (P. L.).

**Dia 15** — Passa nesta vila o Marquez de Tancos, ajudante-general do Sr. D. Miguel e mais outro figuro. Vinham de Braga de inspeccionar a estrada de lá até Amarante para ver se a família real poderia passar por ela, — acompanhando D. Miguel, — quando êste fosse passar revista ao seu exército em frente do Porto, pois que estando em Braga desejava vir por Guimarães. (P. L.).

O Provedor da Misericórdia faz a seguinte proposta à Mesa, que por unanimidade ficou aprovada: «que tendo-se estabelecido um segundo hospital de S. Francisco, desta vila, para o tratamento dos militares enfermos do exército, debaixo da administração desta Santa Casa, e tendo falecido um dos religiosos do mesmo convento, e estando outro em risco de morrer com a gravissima *febre maligna*, que ganharam no mesmo hospital, em que tinham servido de capelães, e tendo-se por despedido o Prelado do mesmo convento de fornecer mais religiosos para aquelas funções, e não havendo quem quizesse aceitar pelo risco de vida, em consequencia daquelas pestilentas

e malignas febres que grassavam naquele hospital, tinha recebido requerimento do padre Luiz António de Araujo da freguesia de Brunhaes, do concelho de Lanhoso, então residente nesta vila, oferecendo-se a tomar conta da capellania daquele hospital militar, uma vez que se lhe pagasse segundo o seu merecimento; por convenção que com ele fizera o mesmo provedor foilhe estabelecido o ordenado mensal de 4\$800 reis, em metal.»

**Dia 17** — Morre frei Clemente, franciscano, morador neste convento e nelle sepultado no dia seguinte. Morreu da maligna que apanhou no hospital militar de S. Francisco onde era confessor, a qual já ia grassando entre os que tinham mais contacto com os doentes do mesmo hospital. Atacados do mesmo mal estavam já um médico e um cirurgião. (P. L.).

\*

Em vereação: officio do desembargador corregedor, pedindo nomeassem os cobradores do novo imposto das janelas, na forma do decreto de 16 de Junho de 1834, para as 4 freguesias da vila, no corrente ano: reelegeram os mesmos nomeados em 3 de Julho de 1832.

**Dia 18** — O Sr. D. Miguel sai de Braga e vai passar revista ao seu exército, mandando pagar 15 dias de soldo aos soldados tão somente; chega no dia 21 deste a Braga. (P. L.).

**Dia 19** — Em vereação extraordinária: Apresentado um officio do corregedor, para nomeação de almotacés, acordaram nomear António Pedro de Barros para servir em lugar de Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu que não aceitou a recondução que a Câmara lhe havia feito, e que nos officios que se lhe dirigissem, se lhe fizesse saber a necessidade que havia de se fazerem limpar as ruas e becos, e mesmo obstar que os

ferradores sangrem as cavalgadas às portas das suas casas, e tudo o mais que seja util à purificação do ar, que se torna mais necessária do que nunca em consequencia das febres malignas que presentemente existem nesta vila; e que cumpra em tudo o seu regimento sob o juramento que já tinha.

**Dia 21** — Morre de maligna, dentro de 3 dias, frei José de Guimarães Azurem, capucho desta vila. (P. L.) — Foi guardião em 1810 e 1816. (F.).

**Dia 22** — Preces na Colegiada e em mais algumas igrejas da vila, por causa da peste de que já algumas pessoas tinham morrido. (P. L.).

**Dia 24** — Por causa da peste que grassava, vem em procissão pelas ruas da vila, acompanhada por alguns frades da Costa e grande concurso de povo, a imagem de S. Roque da Serra, que recolhe à igreja de S. Francisco. (P. L.).

•

Morreu na sua casa d'Além do Rio, tendo 102 anos, D. Maria Teresa Brandão. Foi sepultada no dia seguinte na igreja de S. Francisco. Era bisavó paterna do dr. José de Freitas Costa. — Tambem morreu D. Maria Gertrudes, bastarda da casa do Tournal. Foi sepultada no dia seguinte na capela dos 3.<sup>os</sup> dominicos. Neste dia enteram-se 7 pessoas nesta vila. (P. L.).

**Dia 26** — Sai em procissão extra-muros a imagem de S. Sebastião desta vila, acompanhada pelas irmandades da sua igreja e muito povo, tendo um sermão à saída e outro à entrada, estando fechadas as portas das casas nas ruas por onde passou, e tendo precedido 3 dias de Preces por causa da peste que grassava nesta vila e em diferentes partes do reino. (P. L.).

**Dia 27**—Como medida preventiva, são distribuídos pelos habitantes de Guimarães bastantes ramos de loureiro, alecrim e pinhas, para à noite serem queimados nas ruas da vila, como desinfectantes da maligna que então aqui grassava, os quais foram mandados distribuir pelos juizes almotacés, e conduzidos pelos lavradores das freguesias das aldeias, que para isso foram embargados. (P. L.).

**Dia 28**—Chega a noticia de se ter manifestado em Lisboa o «colera morbus» havendo dias em que morriam 20 pessoas, durando algumas só tres horas. (P. L.).

## Maio

**Dias 2, 3 e 4**—Ouve-se aqui bastante fogo de artilharia para as partes do Porto. Este de hoje e dos 2 dias antecedentes foi dos fortes do Sr. D. Pedro para os do Sr. D. Miguel, e destes para aquêles, morrendo entre mais gente um sargento (o conteiro ourives, morador na Praça de S. Tiago) dos voluntários realistas desta vila. (P. L.).

**Dia 5**—Professa (o acto foi feito com bastante grandesa) o habito de religiosa de Santa Clara, uma filha do Viegas ourives, morador à Tulha. (P. L.). — A religiosa chamava-se Antónia Amalia da Assunção Viegas, entrou sem dote em atenção à prenda de cantora, e foi a ultima freira que em Guimarães faleceu.

\*

Saiem uns 200 homens de ordenanças para irem trabalhar nas trincheiras do Sr. D. Miguel; a maior parte ia presa com cordas. (P. L.). — Isto repetiu-se no dia 12; no dia 19 saiu uma porção dêles, e também no dia 26. (P. L.).

**Dia 9**—Saiu de Braga o Sr. D. Miguel, que foi passar revista ao seu exército, onde

se demorou alguns dias, voltando outra vez para Braga. (P. L.).

**Dia 12**—Entraram nesta vila uma immensidade de carros de pinhas, ramos de loureiro, alecrim, etc., tudo por ordem dos juizes das freguesias, os quais foram distribuídos pelos habitantes para à noite fazerem fogueirinhas às portas de suas casas. Estas medidas, além de outras como a limpeza das ruas, foram tomadas em consequencia de se ter manifestado o *Colera Morbus* (epidemia) em Lisboa e em outras partes do reino. (P. L.).

**Dia 14**—Chegam mais carros com doentes, vindos do exército de D. Miguel, para serem recolhidos no hospital da Santa Casa, onde não poderam ser admitidos por falta de meios para as despesas do mesmo estabelecimento, havendo-se já gasto trinta e tantos mil cruzados que havia em cofre. Por esta razão foram aqueles doentes remetidos para o hospital de Braga. (P. L.).

**Dia 15**—Ouviu-se algum fogo de artilharia para as partes do Porto, que durou até alta noite; e no dia 16, logo de madrugada, principiou a ouvir-se imenso fogo de artilharia que continuou por todo o dia e noite. Este fogo, do dia 16, foi dos fortes do exército do Sr. D. Miguel por ser este dia o do aniversário da revolução do Porto, em 1828, a favor da Carta Constitucional e da Sr.<sup>a</sup> D. Maria. (P. L.).

**Dia 20**—Pelas 11 horas da manhã chegou aqui o Sr. D. Miguel, acompanhado do conde de Soure e de outro titular, e do chantre eleito da Colegiada desta vila o qual vinha a cavallo numa besta de albarda, trazendo chapéu desabado, uma veste de peles e um pau ás costas. Já era conego em Évora e estava nomeado chantre para a Colegiada desta pelo Sr. D. Miguel. O Sr. D. Miguel, além destes figuros, só trazia dois creados de farda e

um cavalaria. Entrou pela rua de Santa Luzia, passou pela rua de Mata-diabos, e foi pela rua dos Mercadores á Senhora da Oliveira onde viu as coisas mais celebres daquela, Colegiada, demorando-se pouco tempo na observação das mesmas. Da Sr.<sup>a</sup> da Oliveira foi pela rua dos Açoitados (que ficou a ser e ainda é conhecida por viela de D. Miguel) na qual a Maria da loja levantou um «viva o meu reisinho»; seguiu pela rua de Santa Maria e Carmo aos quarteis, onde também se demorou pouco tempo, voltando outra vez pelo Carmo, rua de Santa Maria, Praça da Sr.<sup>a</sup> da Oliveira, Sr.<sup>a</sup> da Guia, Tráz-o-Muro, terreiro de S. Francisco, Praça do Toural, rua Mata-diabos, rua de Santa Luzia e foi outra vez para Braga. Logo á sua entrada, que não era esperada, houve imensos repiques de sinos, foguetes do ar e cobertores nas janelas, havendo muitos vivas. Á noite houve iluminação geral. (P. L.).

**Dia 24** — Passou uma escolta de cavalaria e infantaria que acompanhava umas poucas de cargas de dinheiro que vinha de Braga e ia para a tesouraria militar de D. Miguel, em Penafiel. (P. L.).

**Dia 25** — É publicada a Bula que, por causa da desordem do reino, se não tinha publicado em Janeiro. (P. L.).

**Dia 26** — Ouviu-se nesta vila algum fogo d'artilharia para as partes do Porto; também houve fuzilaria. (P. L.).

**Dia 28** — Passa nesta vila uma escolta de cavalaria que vinha de Lisboa guardando dinheiro que ia para a tesouraria de Braga. (P. L.).

**Dia 29** — A Câmara oficiou aos vereadores que tinham servido, para que no dia de Corpus Christi se prontificassem a pegar ao pálio.

## Junho

**Dia 1** — Á uma hora da manhã saiu de Braga o sr. D. Miguel, as sr.<sup>as</sup> infantas D. Isabel Maria e D. Maria d'Assunção, todo o estado maior, grandes do reino, etc. Foram pernoitar a Valongo e dali continuáram a viagem até Coimbra. A sua não esperada saída não deixou de causar grande sensação, não só ao povo de Braga, mas ao de toda a província, por temer um rompimento das tropas do sr. D. Pedro que ainda estavam no Porto e se tinham aumentado muito, não só com reforços que lhe tinham vindo das nações estrangeiras, mas também com muitos soldados que do exército realista e de diferentes partes do reino se lhe tinham apresentado P. L.).

\*

Em vereação: os oleiros elegeram, por pluridade de votos, juses do seu officio, a António Pereira e Pedro Francisco Alves, ambos da Cruz de Pedra, os quais juraram.

•

Ouviu-se aqui muitissimo fogo de artilharia para as partes do Porto durante todo o dia e toda a noite. Foi porque os do Porto tentaram tomar um forte. Também se ouviu muitissimo fogo no dia 24; nos dias 2, 4, 25 e 29, ouviu-se bastante fogo que durou até alta noite assim como no dia 16 e 27. (P. L.).

**Dia 2** — Sáiem daqui para o exército do Sr. D. Miguel alguns homens de ordenança para trabalharem nas trincheiras do mesmo exército. No dia 8 saiu uma pequena porção deles, porque muitos tinham fugido e alguns iam presos; no dia 15 saíram uns 200, levando enxadas, alviões, etc.; nos dias 22 e 29 saiu nova porção. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Anarquia na economia, anarquia na política, eis, portanto, a definição positiva do liberalismo».*

OLIVEIRA MARTINS.

### ESTADO NOVO, PROCESSOS VELHOS

Aos que, já antes do movimento de 28 de Maio, defendiam os princípios nacionalistas que, mais tarde, Salazar perfilhou e magistralmente expoz na Sala do Risco, não passam despercebidos certos propósitos que se teem tentado e que se continuam tentando para dar a impressão, aliás falsa e injusta, de que a doutrinação nacionalista só agora principia a sêr feita e só agora encontrou os seus verdadeiros apóstolos.

Mas, se descermos um pouco às realidades, se nos libertarmos um pouco das frases empoladas de certos oradores e dos encomiásticos artigos de fundo de certos jornalistas da hora que passa, nós vemos, nós podemos vêr por êsse país além, que as palavras não correspondem aos actos, antes êstes as desmentem a todo o momento.

Quanto mais se fala em Estado Novo, mais se ergue o estado velho, com todos os seus condenados processos de política essencialmente caciqueira e estruturalmente anti-nacional.

Enquanto os novos de inteligência, enquanto os que verdadeiramente conhecem e sentem o que é e o que significa *Estado Novo* aguardam ainda que a sua certidão de idade atinja o limite que lhes é imposto para pôrem à prova os seus dotes de inteligência, de caracter e de acção, vão os velhos (em idade e em política), tripudiando livremente, impondo o seu querer, criando *egrejinha* eleiçoeira, prejudicando, por todos os meios, o desenvolvimento e a expansão da política nova que é necessário fazer triunfar definitivamente no nosso país.

Incapazes de compreender uma política que não seja a antiga política dos corrilhos e das facções, contra a qual se fez o movimento resgatador do grande Gomes da Costa, os antigos caciques apelidam de *irrequietismo* todas as manifestações de descontentamento que se vão produzindo em todos os pontos do país onde há portugueses dignos e nacionalistas conscientes.

Porque somos nacionalistas e, portanto, seguimos idéas e não homens, nós, que ha uns quatorze longos anos, vimos dando, o melhor que podemos e sabemos, todo o nosso concurso e aplauso às idéas de resgate nacional que os nossos Mestres da contra-revolução nos ensinaram a defender e a propagar, compreendemos bem quanto de nobre, de justo e de levantado ha nêsse *irrequietismo*, que é seiva nova a dar alento e a preparar as almas para melhores feitos e mais altos destinos.

A onda de desânimo que invádiu já o espírito desalentado de muitos que a nosso lado combateram, tem que desaparecer, para bem de Portugal. Se assim não acontecer, negros destinos aguardam o futuro da Nação, pois a onda comunista, mercê da política indefinida que se tem seguido, tem alastrado e ha que contar com ela.

E se essa onda se avolumar e se o esforço titânico dos novos fôr vencido pelo esforço satânico dos velhos, se o caso da Espanha fôr possível em Portugal, não poderão assacar responsabilidades ao nosso *irrequietismo* mas sim à política de corrilhos e de facções que se tem seguido e que faz criar no nosso país um Estado Novo com processos velhos.

A bem da Nação, confiemos e tenhamos fé no nosso *irrequietismo*!

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### **Brigadeiro João de Almeida**

Foi nomiado comandante da Escola Central de Oficiais, em Caxias, o grande português sr. brigadeiro João de Almeida.

É com o maior contentamento que registamos esta notícia. De facto não era admissível que, num país como o nosso, em que os altos valores faltam, se não tivesse feito

ainda a merecida justiça a João de Almeida, uma das mais puras glórias do nosso Exército e um dos homens que legitimamente se podem ufanar de ter prestado à Nação mais altos e relevantes serviços.

E se felicitamos o sr. brigadeiro João de Almeida pela justiça que lhe foi feita, não queremos deixar de felicitar também o sr. Ministro da Guerra pelo acto de inteligência

que praticou com a escolha que fez para o Comando da Escola Central de Oficiais.

É que o prestígio e a bravura de João de Almeida assinalaram-se já nas campanhas dos Dembos e do Sul de Angola e na administração de Huila onde conseguiu realizar obra impercível. João de Almeida é ainda o publicista e doutrinador que tanto admiramos e que tem escrito algumas das mais brilhantes páginas da nossa literatura.

Investido nas suas novas funções, o sr. brigadeiro João de Almeida ha-de contribuir para levantar ainda mais alto o nome de Portugal.

### **«O Pensamento contra-revolucionário em Portugal»**

Acaba de publicar-se o volume II desta bela obra do nosso prezado amigo e ilustre colaborador Fernando Campos.

É um trabalho de grande mérito e oportunidade, que veio ressuscitar a sólida e salutar doutrinação contra-revolucionária portuguesa.

Neste volume inserem-se estudos e transcrições de D. Frei Fortunato de S. Boaventura, Visconde de Santarém, José da Gama e Castro, António Ribeiro Saraiva, D. António de Almeida, António Joaquim de Gouveia Pinto e Faustino José da Madre de Deus.

De cada um destes doutrinadores, traça Fernando Campos um esboço bio-bibliográfico, apresentando aos leitores as suas figuras restauradas das deformações causadas pela paixão política.

### **«Integralismo Lusitano»**

Entrou no 2.º ano de publicação esta admirável revista de *Estudos Portugueses*, dirigida pelos nossos queridos amigos e distintos escritores srs. drs. Luiz de Almeida Braga e Hipólito Raposo.

No primeiro volume, já publicado, impoz-se esta revista pela sua doutrinação nacionalista.

Agora, que iniciou já a publicação do seu vol. II, saudamos os queridos companheiros do «Integralismo Lusitano», nossos camaradas de idéas e de acção.

### **Amador Santelmo**

Dá-nos hoje a honra da sua colaboração o nosso querido amigo e compatriota Amador Santelmo, poeta distintissimo que ha 40 anos deixou Portugal, e, em terras de Santa Cruz, se tem consagrado a diversos trabalhos poeticos, que têm merecido as melhores referencias da crítica.

Conquanto não possamos aplaudir todos os seus trabalhos, queremos aqui testemunhar ao querido

amigo a nossa muita estima, admiração e agradecimento.

### «Revolução»

Suspendeu temporariamente a sua publicação o órgão da organização Nacional-Sindicalista, superiormente dirigido pela inteligência lucida e pelo espírito combativo do Dr. Rolão Preto,

«Revolução» é um vibrante clarim de guerra, a despertar energias, que é preciso fazer-se ouvir de novo.

Comprimntando o Dr. Rolão Preto e os seus queridos companheiros desse baluarte inexpugnável da defeza da Nação daqui bradamos: — *Revolução! Revolução! Revolução!* por Portugal!

### Itália Renovada

Foi o nosso país visitado, há pouco, por uma esquadra italiana e, agora, pela esquadilha de aviação comandada por Italo Balbo.

Foi graças a Mussolini e aos seus companheiros das primeiras horas que a Itália deixou de ser um país a desfazer-se na desordem do socialismo, do comunismo, do liberalismo e do democratismo, para se transformar numa grande nação que sabe impôr a sua vontade ao mundo.

. É o ardor do Fascio, é o entusiasmo e a consciência do valor próprio transmitido a toda a Itália, a todos os italianos, pelo entusiasmo, pelo vigor e pela inteligência de Mussolini.

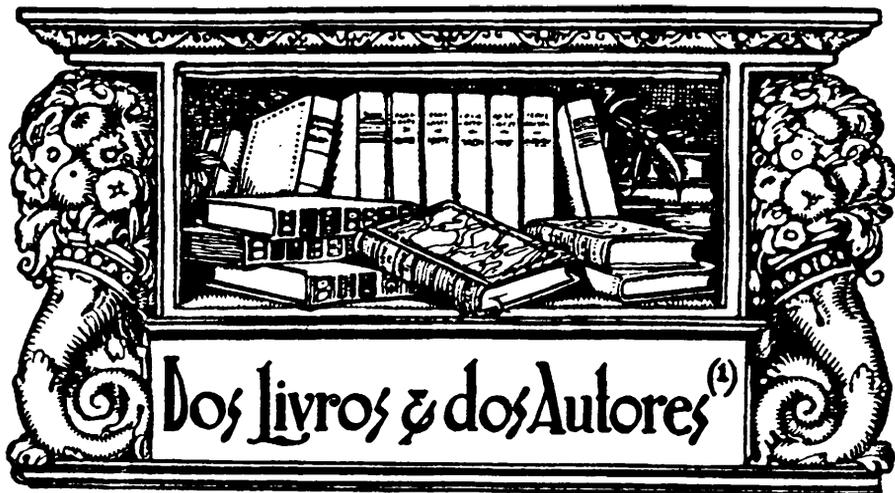
A «Itália Renovada» é bem a renovação de um povo, é bem a restauração das idéas a que preside o Duce.

Saudamo-la nos seus gloriosos marinheiros e na glória dos seus aviadores que Balbo conduziu a uma das mais belas aventuras dos tempos modernos.

### Organização do Trabalho Nacional

Após alguns meses de labor intenso e proficuo, o ilustre sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência deu à publicidade os decretos-base da organização do trabalho Nacional para se conseguirem as profundas transformações sociais e políticas que vão ser realizadas em obediência aos novos conceitos do Estado.

Julgamos necessário encarecer a alta importância e oportunidade das medidas a adoptar, rendendo a homenagem do nosso apreço ao sr. dr. Pedro Teotónio Pereira, a cuja inteligência e esforço fica a Nação devendo a realização de obra tão notável e de tão grande alcance social.



LITORAL — versos. ALÉM-MAR — poemeto — por João Cabral do Nascimento. Funchal 1933.

Já há muito que eu sigo, com prazer espiritual, a ascensão poética de João Cabral do Nascimento. Embora não tenha tido ensejo de conhecer — *As três Princesas mortas num palácio em ruínas* — esse livro de que um dia me falou, com entusiástico louvor, o falecido mestre e amigo António Sardinha, o que é certo é que, o que tenho lido d'ele, desde os seus tempos de Coimbra, justifica plenamente a minha admiração pelo seu talento de Poeta e de Artista.

João Cabral do Nascimento é, de facto, um verdadeiro Poeta, pelo ritmo e pela sensibilidade lírica dos seus versos, que um requintado gosto aristocrático mal esconde sob a frieza aparente do classicismo formal. E é, ao mesmo tempo, um Artista, pelas suas tendências tradicionalistas, pelo preciosismo e originalidade dos temas escolhidos, pelo relêvo simbolista das imagens.

Tudo isto, que eu havia sentido já ao ler *Alguns Sonetos*, voltei a encontrar no *Litoral*, onde há versos deliciosos, de enternecida intimidade, que eu lamento não poder, por falta de espaço, trancrever aqui.

*Além-Mar*, o formoso poemeto que o A. publicou em 1917 e de que nos dá agora uma nova edição refundida, é, como disse António Sardinha nas colunas da «Monarquia», em artigo que João Cabral juntou à edição actual, à laia de prefácio, — «a entrada do poeta nas formas tradicionais e na aspiração secular da sua raça. Festeja a história tormentosa das caravelas que aportaram à Ilha do Sanhor Infante na madrugada do século XV.»

Dezasseis anos decorreram já, após estas palavras do grande Mestre do nacionalismo português, e «sobre a glória que o futuro reserva ao moço poeta», eis que a profecia de António Sardinha entra de cumprir-se...

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em duplicado, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

PÁGINAS DE JORNALISMO — por *Horácio Bento de Gouveia*. Alcobça. 1933.

Numa edição elegante e bem cuidada, deu-nos o dr. Horácio Bento de Gouveia uma colectânea interessante e variada das suas melhores crónicas jornalísticas.

Livro de estreia, desprezencioso e de mero diletantismo nos labores de imprensa, lê-se com agrado, com a certeza de que o espírito culto do seu A. — ávido de mais profundas curiosidades intellectuais —, apenas aqui ensaiou seus vãos para novos e altaneiros empreendimentos literários. Não lhe faltam, para isso, dotes e possibilidades. Espírito reflexivo e observador manejando a técnica difícil da linguagem com facilidade e saber, não é extemporâneo prever nele o futuro crítico e ensaísta de juízos seguros, através dos pequenos estudos: *A civilização e a derrocada da Família; Camilo; da riqueza da linguagem*, etc.

Muitas das suas páginas são de delicioso descritivo costumes e paisagens da terra natal, — essa encantada ilha da Madeira, retalho de Portugal na vastidão azul do Atlântico, sonho fascinante de Artistas nacionais e estrangeiros . . .

Fecha o volume um Inquérito à Vida intellectual portuguesa, onde depõem os Drs. Agostinho Fortes, Hernani Cidade, Vieira de Almeida e D. Adelaide Felix, — opiniões curiosas, mas sujeitas, como é natural, a fundas discordâncias.

Ao dr. Horácio Bento de Gouveia, com as nossas saudações, o desejo sincero do aparecimento, para breve, do livro que definitivamente consagre os seus méritos de homem culto e estudioso.

A ACÇÃO MISSIONÁRIA DOS JESUÍTAS PORTUGUESES — conferência — por *J. da Costa Lima*. 1932.

Com um interessante desenho, na capa, de Carlos Carneiro, e texto profusamente ilustrado com elucidativas fotografias, publicou o snr. Joaquim da Costa Lima a sua bela conferência, realizada no primeiro Congresso Missionário Nacional de Barcelos, em 4 de Setembro de 1931. Trabalho curioso e que se lê com prazer, é mais uma magnífica achega para a história missionária de Portugal, formosa Epopeia de heroísmos e sublimes dedicações, de que os caluniados e incompreendidos filhos de S. Inácio de Loyola, tem sido dos mais dedicados e activos pioneiros. «Falar das Missões da Companhia de Jesus, é recordar um capítulo integrante da História Civilizadora de Portugal», diz o A. E historiando e documentando essa obra gigantesca de caridade e Amor, revela-nos, num belo trabalho de síntese, todo o labor missionário dos Jesuítas portugueses pelas cinco partidas do mundo, nas suas gloriosas Missões do Oriente, Africa e Brasil.

O estudo do snr. J. da Costa Lima, escrito numa linguagem elegante, clara e desprezenciosa, recomenda-se ainda como uma obrasinha de investigação inteligente e patriótica.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

DA POESIA MEDIEVAL PORTUGUESA, por *Antrey F. G. Bell*. Imprensa da Universidade. Coimbra, 1933.

Nêste volume, que António Alvaro Dória traduziu primorosamente, reúnem-se dois estudos de Bell «Algumas observações sobre as Cantigas de Amigo» e «A origem das cantigas encadeadas».

São notáveis os serviços que às nossas letras tem prestado a inteligência admirável de Bell e a dedicação que tem mostrado pelos assuntos essencialmente portugueses.

Estes estudos sobre as cantigas de amigo que o espírito lucido da saudosa D. Carolina Michaëlis aprofundou, apaixonam sempre a nossa sensibilidade porque — como diz Bell — as «singelas líricas que parecem ser tão facéis depois de escritas e actualmente se julgam simples de escrever, são sempre o resultado do final de um profundo e prolongado estudo ou experiência, do sofrimento ou do pensamento».

O ESPIRITO DA RAÇA PORTUGUESA NA SUA EXPANSÃO ALÉM-MAR, por *João de Almeida*, Parceria António Maria Pereira, Rua Augusta, 44. Lisboa, 1933.

Um livro de João de Almeida, constitue sempre um acontecimento notave para as letras portuguêsas.

Pela erudita segurança e lucido critério que orientam todos os seus trabalhos valiosísimos de crítica e de história, João de Almeida tem marcado um lugar inconfundível.

Ao lêr êste novo trabalho não deixei de recordar êsse outro livro «Visão do Crente» que deliceou, em tempos distantes, o meu espírito ainda em formação e que tanto contribuiu para me conduzir ao bom caminho nacionalista e estruturalmente português.

Em *O Espírito da Raça Portuguesa na sua expansão Além-Mar*, (conferência realizada na Sociedade de Geografia de Paris, em 25 de Novembro de 1931, sob a presidência do Marechal Lyautey e do Ministro das Colónias de Portugal), há páginas admiráveis de saber e crítica, de erudição e de patriotismo.

É um alto serviço prestado a Portugal e uma lição de história e de exaltação patriótica dedicada aos «novos que procuram assentar o orgulho de nacionalidade em factos da História e da Rasão, que venham ocupar o lugar dum sentimentalismo inerte feito de lugares comuns.»

ANTÓNIO NOBRE LIRICHE, tradotte de *Guido Battelli*. Libreria Seeber. Via Tornabuoni, 20. Firenze, 1933.

Guido Battelli, o distinto professor enamorado da nossa arte e das nossas letras, continua a interessar-se pela difusão da literatura portuguesa nos centros de cultura italianos.

Depois de traduzir e publicar na colecção *Poeti Portoghesi Moderni*, que criou, os mais belos versos de Antero de Quental e João de Deus, coube a vez a António Nobre, o poeta admirável do *Só*.

É este o IV volume daquela colecção, magnificamente apresentada e dedicada à cidade do Porto «cara ad ogni cuore italiano per la memoria di Re Carlo Alberto».

Como introdução, publica o Professor Battelli um curiosissimo estudo sobre António Nobre, que classifica «se non il maggiore, certo il più tipicamente nazionale dei poeti portoghesi moderni».

DA VIDA AGRÁRIA (folheto), por *Marino S. Ferreira*.  
Secretariado do Distrito de Leiria do N. S. — Rua do  
Comércio, 23 — 1.º — Leiria, 1933.

O movimento nacional-sindicalista que tem conquistado a inteligência e o coração dos portugueses de boa vontade, criando, num curto espaço de tempo, uma força indomável e invencível, continua no seu afan de propaganda intensa.

*Da vida agrária*, em que se revela a magnífica inteligência de Marino S. Ferreira, é um belo folheto de propaganda dos princípios do N. S., onde, num bem lançado diálogo, vamos acompanhando a explanação da doutrina que muitos ainda combatem por a ignorárem.

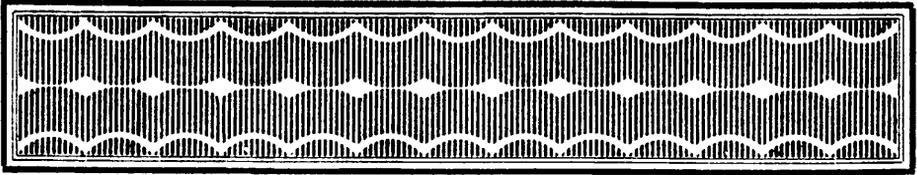
Claro e precioso nos seus mínimos detalhes, este folheto deve sêr largamente divulgado. Um ligeiro reparo, porém, desejamos fazer. No decorrer do dialogo fala-se, algumas vezes, no «nosso partido». Ora o N. S. não é um partido. É um corpo de doutrinas que se destina à reforma da mentalidade portuguesa e dos processos de fazer política. É contra a política dos partidos e a favor da política da Nação.

UN SAINT POUR CHAQUE JOUR DU MOIS — Février,  
Avril, Juin, Juillet — Maison de la Bonne Presse, 5 Rue  
Bayard, Paris.

Recolhidas da «Revue des Saints» publica a Maison de la Bonne Presse, em volumes mensais, a vida dos santos, de leitura muito proveitosa para aliar mais intimamente os cristãos à vida dos herois e martyres da religião cristã.

Belamente apresentados e recheiados de magníficas gravuras, nestes volumes perpassa, num admirável simbolismo e numa escrupulosa documentação histórica, toda a tragédia e martirio dos apóstolos da Fé.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# D. Fr. Fortunato de S. Boaventura e os estudos antonianos

por FERNANDO CAMPOS

**N**ÃO é a primeira vez que me ocupo da figura prestigiosa de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, o sábio Arcebispo de Évora, que foi também um dos mais notáveis precursores do nacionalismo português.

Ainda ha perto de cinco anos, tentei quebrar o silêncio injusto que envolvia a sua memória, tomando-lhe o perfil político e literário para tema de uma conferência realizada em Coimbra, e não deixei de lhe consagrar um dos capítulos mais extensos do segundo volume da minha obra — *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal*.

Excederia, de-certo, os limites impostos a êste artigo, recordar pormenorizadamente os passos da sua vida atribulada pelas tempestades políticas do século, nem tão pouco seria possível dar uma notícia desenvolvida da sua copiosa bibliografia, que ocupa muitas páginas do *Dicionário* de Inocencio, o qual para melhor ordenar a descrição, a dividiu nas seguintes categorias: obras históricas, críticas e filológicas; memórias académicas; sermões e orações fúnebres; escritos periódicos e pastorais impressas e inéditas, num total de 61 obras, declarando o bibliógrafo, baseado no testemunho de António José de Figueiredo, que, além dos escritos enumerados, muitos outros deixára D. Fr. Fortunato, os quais, ou se haviam perdido, ou existiam em mãos desconhecidas, dêles restando apenas a memória. Do valor dêsses manuscritos, a que Inocencio fez alusão, podemos formar ideia, pelo inédito que o sr. Marquês de Faria publicou no volume IV da obra *Portugal e Italia*, e a que, mais adiante, farei referência.

Numa longa existência de trabalho aturado e fecundo, largamente contribuiu o douto Arcebispo para o engrandecimento cultural da sua Pátria, que êle tanto amou e bem serviu. E se enquanto viveu em Portugal não conhecera repouso a sua incansável actividade de historiador monástico, de humanista e de erudito investigador, de igual forma procedeu, depois de haver empreendido a jornada do exílio, a que se viu constringido pela vitória do Liberalismo.

Fôram rudes e tormentosos os anos que D. Fr. Fortunato de S. Boaventura viveu em Roma, até à data da sua morte, ocorrida na *urbs* cristianíssima, em 1843, segundo nos informa a inscrição que na igreja de S. Bernardo lhe ficou recordando o nome glorioso.

Mantendo sempre uma honrada intransigência de princípios, privado de toda a espécie de rendimentos, mas esmolando, ainda assim, os poucos recursos de que dispunha, como fizera nos tempos da opulência, enclausurou-se o Prelado na Biblioteca Vaticana, onde havia de descobrir um precioso códice latino, relatando a vida do nosso Infante Santo, o qual traduziu para português e fez imprimir em Modena no ano de 1836.

Nêsse decénio da sua emigração, só a fé e o trabalho persistente lhe serviram de linitivo ao coração alanceado pelas saudades da Pátria e pela recordação das misérias que a Liberdade estrangeira acarretára ao seu rebanho.

Grande exemplo de sacrificio à fé jurada e de entranhado amor às letras e ao estudo é a vida dêste monge, cujo nome as gerações do Liberalismo se esforçaram por votar ao esquecimento mais injusto.

Mas não é meu propósito repetir, nem o espaço chegaria para o fazer, tudo o que escrevi já, noutros lugares, relativamente à biografia de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura. Proponho-me, hoje, apenas, relembrar a contribuição que êle trouxe aos estudos antonianos, uma das mais valiosas, conforme se verifica, lendo o que passo a expôr e a trancrever.

\*  
\*       \*  
\*

No prefácio ao seu último livro — *Santo António — Jornada do Centenário*, escreveu o sr. dr. Afonso Lopes Vieira o seguinte, ao referir-se às fontes a que o cônego Lepitre aconselhava a recorrer quantos pretendessem inteirar-se do pouco que se apurou da vida do taumaturgo lisboeta:

«Ora, dessas fontes, a principal, e até, no seu conjunto, a única, é a *Legenda prima*, composta a seguir à morte do Santo.

«Foi de Portugal que a *Legenda prima* partiu para o conhecimento do mundo erudito, quando Herculano a publicou em 1856, nos *Portugaliae Monumenta Historica*. Porém, o exemplar de que me servi saiu da Imprensa da Universidade de Coimbra em 1830 e continha a *Legenda* inédita, vertida e anotada por frei Fortunato de S. Boaventura. Foi, pois, o monge de Alcobaça quem a descobriu num códice da livraria do seu mosteiro, e foi êle, também, o primeiro historiador que entrou com ânimo sereno na selva prodigiosa das lendas de Santo António. Foi êle o primeiro que teve a glória de citar o célebre passo de Rolandino, confrontando a verídica narração dêste com as imaginações de tantos autores; o primeiro que não aceitou o nome de Bulhões; o primeiro que citou João Rigauld, cuja obra se publicou, em França, como novidade, em 1890. É honroso para nós-outros que, cêrca de setenta anos antes dos historiadores modernos, o cisterciense português tivesse estabelecido os fundamentos da critica-histórica antoniana, e houvesse reconhecido na *Legenda prima* o documento essencial da Vida de Santo António.»

A obra a que se alude, nos períodos que transcrevi, e actualmente muito rara, é a seguinte: *Vida e milagres de Sancto Antonio de Lisboa; obra de um auctor anonymo, porém da Ordem dos frades menores: posta em linguagem e enriquecida de notas criticas e historicas*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1830, 8.º gr. de 283 pág. (com o texto latino em frente).

Justa, merecida referência foi esta do sr. dr. Afonso Lopes Vieira, ao sábio Prelado, para cuja memória a cultura portuguesa tem ainda uma grande dívida em aberto. Desnecessário se torna acentuar o mérito dêste trabalho, pois bem o pôs em relêvo, com a sua indiscutível autoridade, o escritor da *Jornada do Centenário*.

Não foi, porém, só como tradutor e anotador da *Legenda*, que D. Fr. Fortunato de S. Boaventura contribuiu para o avanço e maior esplendor dos estudos antonianos. Na obra *Portugal e Italia* (vol. IV, Leorne, 1905), em que o sr. Marquês de Faria publicou um valioso manuscrito do Arcebispo de Évora, encontramos um capítulo consagrado a Santo António de Lisboa. Aqui vou reproduzi-lo, na íntegra, visto sêr muito pouco conhecido êsse escrito do monge cisterciense:

«Começando a serie dos illustres Portuguezes, que pelo seu saber se distinguirão e fizerão celebres na Italia, não posso deixar de ter a mui boa parte, que seja o primeiro na Ordem Chronologica quem por tantos e soberanos titulos foi o mais sinalado de todos os Portuguezes na sciencia das sciencias ou na pratica das virtudes que constituem os Santos. Fallo de S. Antonio de Lisboa, que pelos fins do seculo 12 nasceo nesta famosa Cidade, e que levado por superior destino a Sicilia e dahi a varias cidades

de Italia e nomeadamente a Padua, que elle devia honrar com a sua presença, com as suas doutrinas, e mais que tudo com tal copia de milagres que em toda a Italia o fizeram chamar o Thaumaturgo, e nas proprias cidades de Padua — o Santo — por excellencia . . . Não consentindo o principal sujeito desta obra, que eu proponha aos meus leitores alguns traços da sua gloria posthuma ; e ainda menos, que eu refira quanto vejo na Capital do mundo Christão, e quanto vi, e achei nas cidades de Italia, e especialmente na pia e devota Módena de obsequios e rendimentos á preciosa memoria deste Santo, levou a palma o doutissimo Padre Manoel de Azevedo, da Companhia de Jesu, que ainda terá nestas memorias, o lugar que por tantas razoes lhe pertence, e notando de passagem, que a pesar das reflexoens e duvidas dos Sabios Wadingo, e Azzonguedi parece incontestavel o Magisterio que este Santo exerceo na Universidade de Bolonha, só devei acrescentar ao muito que corre impresso de tão abalizado heroe de sabedoria, e de santidade, huma até duas especies, de que o publico Lusitano deve ser inteirado, para que succedendo escrever-se novamente deste Santo, e dos seus estudos e progressos na Sagrada Theologia, se evitem alguns erros que posto fossem commettidos de boa fé, deverão emendar-se, para que se restitua a cada hum o que he seu, mormente quando se trata de hum Portuguez, honra immortal da sua patria, e que abundando em glorias proprias não carece por certo nem das falsas nem das usurpadas. Corre entre todos os seus historiadores como certo, que elle teve Mestre em Verceil ao Abbade Thomaz Gallo Conego Regrante de S. Agostinho . . . Sem agora entrar na questão se o nosso Portuguez necessitava da apprender, quanto he certo que de Portugal sahira já Mestre das Sciencias Ecclesiasticas, limito-me ao que descubrio a este proposito, hum assas douto e Laborioso Escritor Italiano, bem conhecido no orbe litterario por outra gloria, que victoriosamente disputou aos Conegos Regulares, para a vingar, e restituir á Ordem Benedictina . . . Não he cegueira que eu tenha pela ordem cisterciense, a que me obriga, a diser pela primeira vez em lingoagem aos meus compatriotas, que o Mestre de S. Antonio foi cesterciense. Fundo-me para isto na propria figura deste Abbade esculpida no seu tumulo, e que ainda hoje se vê trajar veste Monastica e não Canonical, e ainda mais confio no que o citado Auctor extrahio do codice membranaceo das taxas da ordem Benedictina, que se guarda Manuscrito na Bibliotheca Vaticana, donde consta que a Abbadia de S. André de Verceil, somente em 1464, e no Pontificado do S. P. Paulo 2, passou dos Cestercienses para os Conegos Regulares Lateranenses.

He mais consideravel, e de mais intima relação com o meu principal intento, que se deve ponderar, e corregir quanto aos escritos do nosso



D. FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA

(Reprodução de um retrato  
existente em Itália).

Santo muito mais depois que huma testemunha maior de toda a excepção a saber o meu Predecessor na Igreja Eborense D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas boas, em muitas paginas da sua eruditissima obra: *Cuidados litterarios do Pastor de Beja*, não só applaude muito a descoberta dos sermoens de Santo Antonio sobre os Salmos, e a edição delles feita em Bolonha pelos annos de 1757, e accurada pelo Padre Azzouguidi, mas tambem delles uza para avaliar a sciencia de letras humanas, em que o Santo se distinguira....

Taes sermoens, que oxalá fossem genuinos para que eu não tivesse o disgosto, nem ainda de apontar o erro em que involuntariamente cahirão esses grandes homens... bem longe de serem o que parecem isto he produção genuína do Santo, são apocryfos, e posto que do mesmo seculo em que florescia o Santo, e de hum seu Confrade, mui cedo cahirão da gloria a que aspirou o seu Auctor ou editor, pois não ha hoje nem Bolonhez versado nestes assumptos, nem Italiano douto e lido nas cousas da ordem Franciscana, que não esteja prompto a defender que taes sermoens não deverão ser tidos como obra genuína do Santo Portugal.>

A obra a que êste capítulo pertence, e donde o transcrevi fielmente, intitulava-se — *Litteratos Portuguezes na Italia ou Colleção de subsidios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal, que dispunha e ordenava. F. F. M. C.* (Frei Fortunato Monge Cisterciense).

Êsse trabalho, que hoje podemos ler, devido à benemérita iniciativa do sr. Marquês de Faria, só confirma quanto o virtuoso Arcebispo era versado nas letras sagradas e profanas, e o ardoroso empenho com que, na terra distante do exilio, se esforçava por engrandecer o nosso patrimonio literário.

Apraz-me reproduzir êstes documentos, e traçar estas linhas de homenagem à memória de D. Frei Fortunato de S. Boaventura, na hora, precisamente, em que um dos últimos paladinos do Liberalismo encartado, deturpando-lhe as feições, o pretende apresentar ao grande público, como se fôra um energúmeno. Veleidades de um primário disfarçado em historiador...

**P. S.** — Importa registar que já depois de escrito êste artigo, resolveu a Comissão Administrativa da Camara Municipal de Lisboa dar a uma das novas ruas da capital o nome de Fr. Fortunato de S. Boaventura.

Foi uma justa homenagem que veio, também, pôr mais uma vez em relêvo o espirito nacionalista da referida Comissão a que preside o sr. tenente-coronel Linhares de Lima, e de que faz parte o distinto arqueólogo e nosso prezado camarada, sr. Luís Pastor de Macedo.

# A S. A. R. DOM DUARTE NUNO

*Tu hás-de vir grandioso, ó Rei dos Lusitanos,  
qual novo Sebastião, o Encoberto Esperado.  
Ligarás o presente à glória do Passado  
e, por Ti, morrerão os velhos desenganos.*

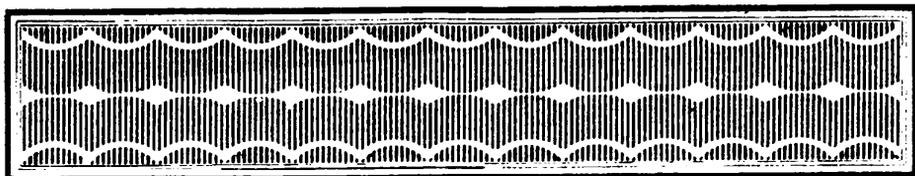
*O lábaro de Cristo, um'outra vez alçado  
em caravelas do ar e nas naves de oceanos,  
virá justificar os nacionais arcanos  
de Afonso, João de Aviz e do Bragança amado.*

*E à tua voz real, cheia da voz da História,  
se erguerá toda a Grei, cansada de desgraça,  
rediviva pra Deus, para o futuro e a glória.*

*O milagre da Cruz porá a Nação de pé!  
E Tu, Duarte II, unirás toda a Raça  
para manter o IMPÉRIO e dilatar a FÊ.*

*Cidade de São-Paulo (Brasil).*

*Arlindo Veiga dos Santos.*



## À Margem de "O ESPÓLIO DE FRADIQUE"

por ANTÓNIO DE SOUSA MACHADO

**E**M 1920, a 2 de Janeiro, no exílio de Badajoz, escreveu António Sardinha para o *In Memoriam* de Eça uma interessante meia centena de páginas sobre Fradique: Sardinha acompanha o estudo biográfico de Eça, sobre êsse espírito bizarro do genial autor das *Lapidárias*, fazendo uma ou outra correcção geneológica do illustre descendente da casa da Trofa, (e não Troba como diz Eça), e detem-se largamente a estudar um curioso problema que a mais de um autor tem preocupado; saber qual o contiúdo daquele cofre espanhol quinhentista que Fradique confiára a Madame Lobinska e que, certamente, não foi poupado pela grande fogueira bolchevista lá no domínio de Starobelsk. Sardinha detem-se nêsse problema e, num estudo magnífico, feito sobre a biografia que o grande Eça nos deixou dessa estranha e admirável figura de Fradique e nas cartas dêste, conclui, sem que a alguém possam ficar duvidas (tal a dedução rigorosa e a penetração inteligente dêsse estudo), que o espólio de Fradique mais não continha que um tratado de *filosofia da reacção na política e na arte*.

Na verdade, eu bem me convenço que outra coisa não podia ter deixado Fradique que numa carta a E..., a VI das suas cartas inéditas e publicadas depois em 1929, classificava o liberalismo com o mais enérgico dos termos que nos é dado empregar para exprimir devaste, a palavra terramoto no trecho seguinte: «Como todas as coisas e os entes deliciosamente pitorescos do século XVIII português, que se afundaram, se sumiram no grande terramoto constitucional que tudo nivelou e achatou — tipos, costumes e caracteres.»

Claro que Sardinha, não poude, para fazer o seu arduo estudo, esquecer, deixar de entrar em linha de conta com o pensamento dominante da geração de Fradique e, então, tem palavras magníficas de crítica sobre

figuras de relevo dessa geração enorme de Antero e Oliveira Martins. Nêste momento pretendo deter-me no que sobre Eça, o grande biógrafo de Fradique, Sardinha diz, para vêr até que ponto por próprias palavras de Eça são corroboradas as considerações que o saudoso mestre do Nacionalismo lhe faz. Esta corroboração é feita simplesmente à face da correspondência de Eça de Queiroz, publicada em 1925, já posteriormente à morte do autor do *Purgatório das Ideas*.

Não vou transcrever para aqui a tése que, sôbre Eça, Sardinha sustenta; parto do principio que o leitor que nêste momento lê coisa má, é ávido de boas leituras e porisso tem presente êsse estudo. Passo pois aos meus considerandos.

Eça de Queiroz é comumente acusado, como os mais da sua geração, de grandes responsabilidades nos males que sôbre nós hoje pesam, responsabilidades que lhes imputam pelo feito pessimista e demolidor que prepassa nas suas obras. É verdade que nós não temos nos homens dos fins de mil e oitocentos, uma obra construtiva e, achamos nêles, é certo e apenas, uma obra de crítica escarpelicante à sociedade do tempo. Mas eu pergunto se a uma geração só poderia caber tam notável papel como o de desfazer uma sociedade cheia de corrupção demo-liberal e ao mesmo tempo erguer as bases duma sociedade inteiramente nova, firmada em bases rectificadoras de tradição, daquela tradição já não portuguesa que a geração de Antero foi a primeira a abandonar, conscientemente. Eu pergunto se a essa geração era possível construir, sem primeiro demolir e, pergunto se à geração de hoje, nobremente construtiva, era possível a sua acção se não tivesse achado o campo aberto à sua obra, pela geração de mestres que a antecedeu.

Eça demoliu, escarpelizou, mas «escarpeliza uma sociedade de posições, em que a mentira se aninha debaixo do disfarce de uma aparência de honradez.» (1) Sôbre êste aspecto temos que aceitar a confissão de Eça: «mas eu não ataco a família — ataco a família lisboeta...

«A minha ambição seria pintar a sociedade portuguesa, tal qual a fez o constitucionalismo desde 1830 — e mostrar-lhe, como num espelho, que triste país êles formam — êles e elas... É necessário acutillar o mundo official, o mundo sentimental, o mundo literário, o mundo agri-

---

(1) António Sardinha, «Purgatorio das Ideias», pág. 30.

cola, o mundo supersticioso — e como respeito pelas instituições que são de origem interna, destruir *as falsas interpretações e falsas realizações* que lhes dá uma sociedade podre.» (1)

Sim, a geração de Eça é demolidora e pessimista mas porque só encontrou uma sociedade que era necessário demolir, uma sociedade impregnada do vírus político do romantismo que nada tinha a conservar; essa geração mesma, reconhece o porquê do mal dessa sociedade e acusa as próprias faltas quando *não é superior ao meio*.

Todos sabem quantas vezes se acusa Eça de ser um desnacionalizado. Mas não é ele o primeiro a reconhecê-lo e a verberá-lo? Não preciso de transcrever as considerações admiráveis de *O Francesismo das Últimas Páginas*; mas transcrevo um pequeno trecho da Carta XI, a Oliveira Martins: «A nossa arte e a nossa literatura vem-nos feitas da França, pelo pacote, e custam-nos caríssimas com os direitos de alfandega. Eu mesmo não mereço ser exceptuado da legião melancólica e servil dos imitadores».

E na carta XV, ao Conde de Ficalho, é mais frisante: «Sempre a França, sempre ela! Sempre os mesmo nossos males públicos ou privados, resultantes da chôcha imitação da reles tradução, que nós fazemos da França, em tudo desde a ideia aos *potages*!

«E a culpa é sua! Está claro que é sua, e dos seus amigos, os liberais, e do Snr. D. Pedro IV, e dos homens de 20, e do execrando Fernandes Tomaz!

«Essa gente não compreendeu que este país para ter prosperidade e saúde, não se devia afastar nunca da verdadeira tradição nacional, da legítima, da antiga, com um rei absoluto e paternal, frades, merendas nos adros, capote de cabeça, e o belo assado no espeto, e o delicioso arroz de forno... Mas qual! Quiseram ser humanitários, leram os Enciclopedistas, papaguearam os Direitos do Homem, fizeram-se liberais, filósofos, polidos, literários, *francêses*, e substituíram a nobre vaca cosida dos avós, pelo abominável *boef à la mode* do jacobinismo. E aí tem V. as consequências: o país, no lindo estado que Você sabe e eu, aqui no Porto, com incómodos gástricos há oito dias tomando bismuto! Belsebuth confunda o liberalismo e os molhos liberais!»

Eça escreve a um amigo e como sempre, nunca dá um pouco de prosa pesada; e aquelas verdades amargas, as responsabilidades do

---

(1) Carta a Tiófilo Braga, pág. 41 da «Correspondência».

D. Pedro IV, dos homens de 20, de Fernandes Tomaz são amenizadas com umas *blagues* simpáticas, de carinho por tudo quanto é português, à antiga, pelas mais simples coisas — o assado no espêto e o capote de cabeçaõ... É bem o Jacinto feliz da Cidade e das Serras que transparece nêste amôr.

Em todos êstes trechos aqui transcritos sobressai bem a responsabilidade que à cópia de França cabe no mal português; e essa cópia é principalmente lamentável no campo político. Há algumas passágens mais que são inequivocamente demonstrativas do pensamento anti-liberal de Eça de Queiroz. Eça mesmo confessa quanto a sua língua era desbragada quando se referia à Democracia e outros espantalhos, (1) ao maquinismo constitucional, pura mistificação como lhe chamou Oliveira Martins. Vê absoluta necessidade de sair dêsse estado de coisas; e *a falta* de uma mentalidade formada em princípios contra-revolucionários, a falta de uma inteligência enquadrada na tradição de um *Portugal português*, como dizia Fradique, não lhe consente vêr senão a saída simples e unica de uma ditadura que Eça confunde com tirania: «Em todo o caso eu não vejo senão uma solução simplista — uma tirania. É necessario um *sabre* tendo ao lado um *pensamento*.» Eça empregando incorretamente a palavra «tirania» não trai a sua ideia. Tirania pode ser exercida em pleno regime parlamentar como pode ser exercida em sistema absoluto; podemos defenir a tirania como o exercicio do governo em beneficio de um só ou de uma classe; a sobre-posição do interêsse de um ou de uma casta ao interêsse nacional.

E é interessante notar que em Portugal foi uma ditadura, uma ditadura com *sabre e pensamento*, que, em 28 de Maio de 1926, arrancou o poder das mãos de um partido que em regime constitucional o exercia tiránicamente. Eça confundiu os têrmos, mas o seu pensamento ressalta claro e a sua solução simplista foi aquela a que tantas vezes Portugal tem recorrido para se vêr livre das tiranias partidárias, até que um dia encontre uma organização política, assente na tradição nacional que Eça venerava e estimava, livre da França, da democracia que Eça criticou e a que atribuiu todos aqueles defeitos de uma sociedade falsa e podre de que se enojou e que, conseqüentemente, soube escarpelizar.

Para findar, eu chamo a atenção dos leitores para o orgulho consciente com que Eça se vangloria de ter descoberto uma expressão

---

(1) Carta XXV, ao Conde de Arnoso.

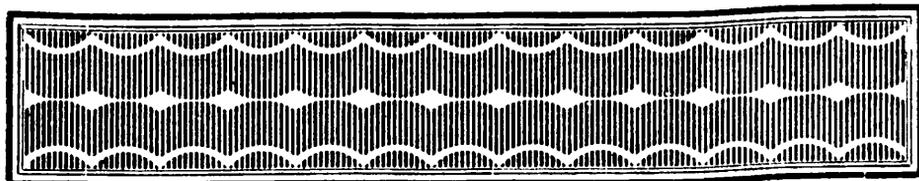
bem própria para designar a eloquência estéril e copiosa do parlamento. Na carta XXVII, a Oliveira Martins: «A respeito de politica, chamo a tua atenção para a nova palavra «verborreia» com que no artigo classifico a nossa eloquência S. Bental». E que a Oliveira Martins êsse têrmo tam feliz e apto, não passou desapercibido, demonstra-o o artigo dêste, publicado em 21 de Março de 1888, no *Reporter*, para que me permito remeter o leitor na impossibilidade de o transcrever tódo. Contudo de algumas passagens dou mostra por nelas encontrar o melhor fecho para estas desprezenciosas linhas: «Uma das doenças filhas do parlamentarismo é a que o nosso querido Eça de Queiroz ainda ontem chamou aqui *verborreia*. A verborreia não tem nada que vêr com eloquência; está para ela como na fábula, a rã quando inchava a imitar o boi.

«E o pior é que não estoira! A verborreia é a arte de falar indefinidamente sem dizer nada, ou dizendo apenas sensaborias...

«Desde que o palavriado é a mola principal do sistema, a verborreia é a maior das forças. Falou três horas! Falou trez dias! *É um homem.*»

Foi assim que alcançou a celebridade de homem máximo, o sr. João Camoezas. Por um intenso ataque de verborreia!





# ANTÓNIO

---

Che notte d'inverno! che freddo! Ravvivo  
la brace morente:  
riverso carboni: riempie un estivo  
calore l'ambiente.

*Terra di messi e di fiori,  
dove io nacqui in riva al mar!*

O vecchia Carlotta, seduta qui accanto  
deh! fossi, parlando;  
or ch'io le memorie di un tempo e l'incanto  
pensoso riando.

*Gli avi miei navigatori  
di gran regno fur signori,  
di qua e di là dal mar.*

Becchino, che allegro ti sento e scurrile  
scavando cantare,  
mi presta la marra, mi presta il badile,  
ch'io voglio scavare.

*Stride il vento furioso:  
che sarà de'naviganti  
là sul mare procelloso?*

Già su dal sagrato, che tutti li aduna,  
a schiera i sepolti  
si levano: un'alba malcerta di luna  
ne illumina i volti.

*Poni un cero, o sorellina,  
alla Vergine divina  
per le navi periglianti!*

Ed ecco Carlotta, che in grembo un'aurora  
cullandosi, dice:  
o bimbo mio bello, che nostra Signora  
ti faccia felice!

*Nacqui ahimè di martedì,  
e un lamento di campana  
per la grigia aria s'udì.*

E Antonio cresceva robusto, sereno;  
ma insieme il dolore  
covava segreto, sottile veleno,  
nel picciolo core.

*Per la strada meno trita  
vulli uscir;  
e in un certo martedì  
meditato ho di morir!*

Vestito come angelo, con ali di raso,  
presagio crudele!  
mi diero a portare, nè certo per caso,  
la spugna del fiele.

*Crudo gelo avvolge i monti,  
l'acqua agghiaccia ne le fonti...*

E la zia Delfina, si buona, si pura,  
dormia al mio lato:  
pregava a me sempre la buona ventura,  
ma fui disgraziato.

*... l'acqua trepida cantante,  
come nenia di nutrice  
a la culla de l'infante*

Di maggio, a la Chiesa ripiena di fiori,  
tra canti ed incensi,  
pregando sentivo dolcezze e tremori;  
uscivo dai sensi.

*Clamorosa da la via  
sale a me de gli studenti  
l'allegria.*

Divota e compunta la buona madrina  
prostravasi al pie'  
del suo confessore; ed una mattina  
condusse anche me.

*Come voi pur io fui lieto;  
or lasciatemi nel quieto  
mio refugio poëtar.*

Che falli o peccati narrare io poteva?  
neppure uno solo;  
e il Padre, levando la mano, diceva:  
va in pace, figliuolo.

*Giobbe, o Giobbe fratel mio!  
come te, piagato anch'io.*

Al suon de le squille, cadendo la sera,  
pregavasi — ancora  
io prego —. Sul fuoco capace teiera  
bolliva canora.

*A graffiar l'ugna s'avventa  
su la scabbia che m'addenta.*

«Signore, i defunti tu in pace riposa:  
Amèn, così sia.»  
E tutto vestito, nell'ombra dubbiosa  
dell' angl dormia.

*Cade giù gelata e fina,  
dal mulino de le stelle,  
cade a staja, la farina.*

O ancelle veglianti tra i rossi bagliori  
del ceppo a filare ;  
o gufi gementi, e desto ai rumori  
Farrusca latrare !

*Chi a fatica il piè'malcerto  
entro il bianco nembo affretta?*

Tal Ze, con sua moglie, vicino abitava :  
e questa, di poi  
che l'uom le morì, se il pan le mancava,  
bussava da noi

*Scalzo va sopra la neve,  
da'suoi cenci mal coperto.*

La turba mendica, cui nulla la Sorte  
nemica pur lascia,  
più densa ne'giorni di fiera alle porte  
chiedendo s'accascia.

*Membra ignude questi panni  
miei vestite; o piedi scalzi,  
queste scarpe mie calzate:  
a me un paio basterã.*

E zoppi e attrappiti, gottosi ed erpetici,  
con piaghe e cancrene :  
che tristi sembianti!... Fra tutti, degli etici  
sentivo gran pena.

*Quando il duol m'abbia consunto,  
date il corpo del defunto  
alle inquiete onde del mar.*

Arriva una lettera, vergata a stampiglia,  
listata di nero :  
ahi! tristo cui muore lontano la figlia  
su letto straniero.

*Tocchi lenti, dolorosi,  
la campana su dal Pantheon,  
risonò...*

Garofani rossi, al fiato autunnale  
pur ora dischiusi,  
di lente rugiade, con l'acqua lustrale  
dell'alba suffusi.

*E Vittor Ugò bambino  
sta scendendo su le dita  
un ribelle alessandrino.*

É notte : sei volte e sei volte ha cantato,  
giù in sala, il cucù :  
e il nonno, buon anima, per l'uscio sbarrato  
vien dentro. Gesù!..

*Con che tristi occhi mi guardi,  
o vicino? e imprechi bieco  
me vedendo a mensa... Vieni...*

Il nostro Vincenzo, che buon sarchiatore!  
che polsi e ginocchia!  
Vi par meraviglia? fa pure il fossore  
qui ne la parrocchia:

*Siedi meco: il pane il vino  
teco, amico, partirò.*

Moriva il più vecchio doméstico; andai  
piangendo al suo letto:  
dicesse al mio nonno: «non muoion giammai  
rimpianto ed affetto!»

*Dormi omai, Quartier Latino,  
e me lascia riposar,*

Correnti e ruscelli soave-parlanti  
dai verdi ricetti  
di ripe fiorenti, o fiumi cantanti  
ballate e rispetti.

*Taci, o Giorgio, già sei roco;  
taci e tu, pazzo Bulvár.*

Sul grande mio fico salivo, e pian piano  
gittavo giù i fichi :  
il rotto cappello tendeano e la mano  
contenti i mendichi.

*Spiriti, giù dall'infinite  
altitudini. m'udite !  
io v'invoco, o spiriti buoni,  
deh ! venite.*

I primi miei versi graffiti ho sul canto  
del nostro portal :  
dicevan di quella, che è gloria, che è vanto  
del mio Portogal.

*Ciechi andanti per la via  
a tentoni . . . ahì fiera vista ! . . .*

La Luna col magico suo riso d'argento  
insegna a la Terra  
i canti ; e dai fonti, dai boschi, il concerto  
sonante disserra.

*É la vita così trista,  
ch'è ventura il non veder !*

E il conte di Furnas, che Orazio citava,  
e sempre appuntino,  
sù e giù per la vasta sua sala, mi dava  
lezion di latino.

*Sola amica ora m'avanza  
lei che pace mi darà.*

Mi posero a scuola ; pur ieri mi sembra :  
che giorni eran quelli !  
Portavo um vestito sì adatto alle membra,  
e al vento i capelli.

*Io l'attendo : có suoi carmi  
saprà il duolo addormentarmi.  
Ninna nanna ! Ora verrà.*

I piccoli augelli rubati dai nidi  
ben spesso comprai:  
pietoso ai richiami materni ed ai gridi,  
volar li lasciai.

*O Luigi di Camòens  
fulgid'astro in notte illune!...*

Sporgea da le grate di ferro un prigion  
la faccia sua smorta:  
le guardie io pregava, che fossero buone,  
gli aprisser la porta.

*Ne la torbida procella,  
per il nome del tuo Giau,  
mi sorridi, amica stella!*

E se da un crudele vedevo percosso  
un bimbo: perchè  
lo batti in quel modo? gridavo commosso:  
ti sfoga su me.

*Vecchio cane, fido amico,  
tu comprendi il mio tormento.*

Vagò per i monti fantastica e folle  
la nostra cugina.  
Ah! pur nel mio sangue qual cosa ribolle  
che lento l'inquina.

*Il tuo triste mugolare  
s accompagna al mio lamento.*

E crebbero gli anni, passarono i dì:  
io pure con gli anni  
crescevo, e con gli anni la gioia fuggì,  
restaron gli affanni.

*Prior di Monte Crestello,  
fammi entrar nel tuo convento.*

M'avvidi che il mondo è inganno e nequizia :  
la rea verità  
mi spense nel cuore l'ingenua letizia,  
l'innata bontà.

*Raso il capo, scalzo il piede,  
vestirò rude mantello,  
il capestro cingerò.*

Disfatto e perduto rimasi siccome  
quel tal Pietro, che  
sul mare ebbe navi possenti e gran nome,  
ma tutto perdè.

*Ahi! Lusiade rampollo,  
tu non piangi sol per te!*

Il volto sparuto, le tempie canute  
accusan di fuore  
l' estreme illusioni per sempre cadute  
dal vedovo cuore.

*Essa pur l'estremo crollo .  
dà la Patria nostra: ahimè!*

La vecchia Carlotta, m'ascolta, s'accora :  
mi guarda e poi dice :  
mio povero bimbo, che nostra Signora  
fé tanto infelice!

ANTÓNIO NOBRE  
TRADUZIONE DI G. CELLINI

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1833

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Junho

**Dia 5** — Tendo alguns dos ex-vereadores escusado-se, por motivos atendíveis, a pegar nas varas do palio na próxima procissão de Corpus Christi, a Câmara mandou ao procurador do senado que convidasse eclesiásticos que preenchessem por esta unica vez o impedimento dos ditos ex-vereadores.

**Dia 8** — Saiem daqui para o seu colégio dos graciosos, em Coimbra, o filho do Pedreira (o celebre fr. Domingos Pedreira), de Traz de S. Sebastião e o filho dum vendeiro do Miradoiro. Foram para o seu colégio por o corregedor desta vila os mandar sair em 24 horas, por desafectos à realza. (P. L.).

**Dia 12** — Foi deferido juramento a Joaquim António Rodrigues, desta vila, que a Câmara havia admitido para louvado fazendeiro do concelho.

O corregedor oficiára à mesa da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco para que lhe mandasse sapatos para os recrutados do exército; ela mandou-lhe 20 pares.

**Dia 15** — O juiz de fóra mandou apresentar todos os cavalos dos fidalgos e particulares, para examinar aqueles que serviam para a remonta da cavalaria (segundo se dizia), remetendo-os para o depósito estabelecido em Braga. (P. L.).

**Dia 17** — Nêste dia e nos seguintes há preces na igreja de S. Domingos por causa da *Colera-morbus* já manifestada em Valongo e em outras imediações do Porto, (também se dizia que dentro da cidade do Porto e que dela tinha saído), morrendo bastantes soldados do exército realista. (P. L.).

**Dia 22** — Pelas 11 horas da noite morreu numa quinta em Paredes, próximo a Penafiel, Martinho Correia de Moraes Lacerda, marechal de campo dos reais exércitos, comendador da Ordem de Cristo, condecorado com várias medalhas, 1.<sup>o</sup> visconde de Azenha, etc, estando, quando morreu, em uma comissão estabelecida em Valongo pelo Sr. D. Miguel. Foi sepultado no dia 24 na igreja da freguesia onde morreu (P. L.).

**Dia 24** — Pelas 11 horas da noite morreu João Pinto Bezerra, bacharel formado, filho de Francisco Pinto Bezerra, morador que foi no Guardal. Foi sepultado no dia 26 na igreja de S. Domingos. (P. L.)

**Dia 27** — Vem ordem do Governo para se fazerem preces, pois só em Lisboa tinham morrido mais de 12 mil pessoas com a *Colera*. (P. L.).

Frei Gaspar da Cunha Berrance, filho do já falecido António Joaquim da Cunha Berrance e de D. Rita de Abreu Cardoso

Teixeira da Cunha, professa, em Alcobaça, o habito de religioso de S. Bernardo. (P. L.).

**Dia 29** — Enterraram-se nesta vila 7 pessoas. A maior parte morreu da maligna.

Principia na Colegiada a haver ladainha a Nossa Senhora por causa da *Colera*, tendo precedido 3 dias de preces. (P. L.).

## Julho

**Dia 2** — Apareceu morto na cama, em casa de João Pasteleiro, na praça, o P.<sup>e</sup> Manuel Pereira Touqueiro, irmão do Inácio Touqueiro que morou na rua de Gatos, o qual não se tendo desobrigado em S. João de Ponte, onde estava como freguez, foi excomungado, e, por morrer assim, o conego cura José Joaquim de Abreu o participou ao vigário capitular de Braga que ordenou se enterrasse no adro da igreja, sem sinos nem acompanhamento, e que lhe suspendessem os sufrágios. Enterrou-se no Campo Santo. (P. L.).

**Dia 3** — O hospital de colericos principia a receber doentes. (P. L.).

Ouve-se bastante fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.)

**Dia 4** — Chega a noticia de ter sido nomeado Dezembargador da Suplicação o corregedor desta comarca. (P. L.).

Suspendeu-se o fornecimento de pão cosido que ia desta vila para o exercito do sr. D. Miguel desde que o mesmo exercito foi, em tantos de Outubro de 1831, para a Beira Mar, parando a brigada de carros

(pelo menos dez) que ia directamente. O fornecimento para o dito exercito estabeleceu-se por contrato em Valongo (P. L.).

**Dia 10** — Neste dia e nos seguintes houve preces na igreja de S. Domingos, para que Deus N. Senhor ajudasse o exercito do Sr. D. Miguel a entrar no Porto e nos livrasse da *Colera Morbus* que tantos estragos continuava a fazer em Lisboa e em outras terras do reino. (P. L.).

**Dia 11** — Foram requisitados 140 carros para irem por Valongo, os quais o Corregedor mandou embargar pelas aldeias, para cujo fim saiu toda a justiça. (P. L.).

**Dia 13** — Ouve-se bastante fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.).

**Dia 14** — Ultimo dia de Preces na basilica de S. Pedro, por causa da *Colera Morbus*, saindo em procissão pelas ruas da vila a imagem do Senhor da Agonia. Á saída houve sermão. (P. L.).

O bacharel formado, Manuel Teles da Silva, conselheiro e moço fidalgo, comendador e prior-mór de Aviz, visitador geral da mesma ordem, toma posse (por procuração que passou ao conego tesoureiro-mór Tomé Luiz Felgueiras) do D. Priorado de Guimarães vago por obito do dr. José Teles da Silva, tendo sido nomiado pelo Sr. D. Miguel e colado em 10 deste mez, pelo vigário capitular de Braga, na pessoa do dezembargador e provisor daquela cidade, José Firmino da Cunha Reis da Mota Godinho, a quem passou procuração para este acto. Assistiram à posse as pessoas de bem da terra e os prelados das corporações, convidados todos pelo tesoureiro-mór, havendo no fim um copo de

agua no paço prioral. Assinaram o auto, como testemunhas, o visconde de Azenha, João Machado de Melo Figueiroa e Nicolau de Arrochela Malheiro, todos 3 da melhor nobreza da vila.

*Notas:* Porém, por decreto de 5 de Agosto de 1833 de D. Pedro IV, foram anulados todos os actos que D. Miguel havia praticado como rei, e a relação eclesiástica de Braga anulou igualmente, em 7 de Julho de 1849 a colação e posse do referido D. Prior. O Padre Caldas, no 2.º tomo do seu «Guimarães», descrevendo os D. Priores da Colegiada, não menciona este, e Albano Belino, seguindo-o, diz no seu livro «Archeologia Christã» e no n.º 14, 1.º ano, do semanário «A Memória» ser o D. Prior Manuel de Albuquerque o 1.º de nome Manuel, quando é o 2.º, porque o Dr. Manuel Teles da Silva foi colado e tomou posse canonicamente, sem ser estorvado, até à publicação do decreto de 5 de Agosto, estando de posse 23 dias, ou seja desde 14 de Julho a 5 de Agosto de 1883, sendo, portanto o 1.º D. Prior de nome Manuel e o Albuquerque o 2.º, pelo que o Padre Caldas o devia ter incluído na relação citada. Manuel Teles da Silva era, em 1819, desembargador da Relação e Casa do Porto, Juiz executor das rendas da patriarcal, conego da Sé de Vizeu e abade sem cura de S. João de Ovil e sua anexa de Santa Comba de Tolões do Monte.

**Dia 17** — Chegam alguns carros de soldados doentes do exercito do Snr. D. Miguel. Vinham do hospital militar estabelecido no Bustelo, e recolheram ao hospital desta vila. (P. L.)

**Dia 20** — Marchou (daqui) para o exercito de D. Miguel, um troço de ordenanças com armas, fugindo bastantes logo ao sair da vila. (P. L.)

**Dia 25** — De madrugada ouviu-se nes-

ta vila muitissimo fogo de artilharia para as partes do Porto. (P. L.)

Falece João de Vasconcelos Menezes e Ataíde, cónego prebendado da I. e R. Colegiada de Guimarães, cavaleiro das ordens militares de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e condecorado com várias medalhas. Era senhor reservatório da casa das Lameiras, por falecimento de seu irmão que era o senhor dela, e tinha renunciado à sua prebenda, em coadjutoria e futura sucessão, em José Bento Ribeiro Agra. Foi sepultado no dia seguinte no claustro da Colegiada. (P. L.)

## Agosto

**Dia 1** — «Não chegou a esta vila o correio de Lisboa, o qual não tinha chegado no dia do correio antecedente, o que fez com que se julgasse ter-se revoltado a capital a favor da sr. D. Maria 2.ª e da Carta, retirando-se o Duque do Cadaval, ministério e varias familias.»(P. L.)

Em vereação, foi apresentado pelo dr. juiz de fóra o officio do desembargador corregedor, em que solicitava se tomassem providências para socorrer as pessoas acometidas da *Colera* no caso que infelizmente grassasse nesta vila, lembrando, para esse fim, a casa sita na rua da Arcela, que tem servido de Lazareto e outras providencias, e isto em consequencia de ter falecido uma mulher nesta vila com alguns sintomas daquela doença. Foi acordado adoptar essa casa para hospital e para obter recursos para o curativo constituíram comissão composta dos membros da câmara, 5 negociantes e todos os empregados do juizo da correição e do juizo do geral, e que se tomassem todas as mais providências que o caso exigisse.

**Dia 3** — É eleita abadessa de Santa Clara D. Maria Maxima, a qual já tinha sido abadessa alguns (2) trienios, e, ha pouco tempo, fôra deposta de vigaria *in capite*, em razão de um conhecimento que veio tirar um desembargador eclesiástico de Braga, em 29 de Agosto de 1832. Depois da eleição houve repiques e foguetes do ar. (P. L.)

Sai desta vila um troço de ordenanças com paus e armas para o exército do snr. D. Miguel. Á saída da vila já poucos iam. (P. L.)

Falece em Coimbra, onde tinha chegado 2 dias antes, vindo em retirada de Lisboa pela aproximação das forças do Duque da Terceira, o conde de Basto, José António de Oliveira Leite de Barros, natural de S. Gens de Fafe, casado em 2.<sup>as</sup> nupcias com a vimaranense D. Catarina Lusitana Correia de Moraes Leite de Almeida e Castro, filha do 1.<sup>o</sup> visconde de Azenha.

Diz o Dicionário «Portugal»: «Foi sepultado com o habito da Ordem de Cristo na igreja do colégio de Santo Tomaz, e, quando em 1834, depois da extinção das ordens religiosas, os constitucionais entraram em Coimbra, o cadaver foi ignobilmente tirado do tumulo, arrastado pelo templo e dilacerado.» Mas diz o nosso cronista P. L. que foi conduzido para a sua capela de Basto. (Vide o dia 8 dêste mês.)

Vem ordem para que os militares doentes que se achassem no hospital militar desta vila fôsem conduzidos para Valença. Os dos hospitais que estavam ao pé do Porto fôram levados para diferentes terras. Estas medidas fôram tomadas em consequencia do exército do snr. D. Miguel preparar-se para levantar o cêrco do

Porto, ou ir ao encontro do exército do sr. D. Pedro que já vinha a marchas forçadas, caminhando de Lisboa sôbre o Porto, ou para retirar para alguma posição no Minho ou em Traz-os-Montes. (P. L.)

**Dia 8** — Mandou o corregedor avisar alguns sujeitos desta vila para pegarem em armas e formarem uma Guarda, excluindo aqueles que tivessem nota de constituições. (P. L.).

Chega a noticia de ter falecido no dia 4, em Coimbra, o conde de Basto, José António de Oliveira Leite (vide a sua biografia no dia 4). O cadaver foi conduzido à sua capela em Basto, por ele assim o ter determinado. (P. L.). No dia 4 lê-se o contrário.

**Dia 10** — Indo a sair os homens de Ordenanças para o exercito do Sr. D. Miguel, fugiram todos, saindo só o comandante, que, depois, tambem se resolveu a fugir. (P. L.).

Chegam aqui alguns médicos, cirurgiões e boticários, vindos do hospital militar da Formiga. Vão no dia seguinte para Lamego para o novo hospital que aí se formou, por o exército do sr. D. Miguel sair quasi todo dos acampamentos de ao pé do Porto e marchar na direcção de Coimbra, indo o Sr. D. Miguel com ele. (P. L.).

**Dia 13** — Cnegam trinta e tantos soldados do regimento de caçadores 1, do Algarve, para escoltarem 300 carros que foram requisitados para o exercito do sr. D. Miguel. Marcharam outra vez na manhã do dia 15, conduzindo perto de 100 carros. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*« Tempos houve em que os demónios falavam e o mundo os ouvia; mas depois que ouviu os políticos, ainda é pior o mundo ».*

PADRE ANTÓNIO VIEIRA.

### POLÍTICA NOVA COM GENTE NOVA

Frizei, no meu último artigo, quanto de prejudicial havia para a organização do Estado Novo no aproveitamento de pessoas, que, pelo seu passado caciqueiro, pelos compromissos tomados e pela mania de em tudo fazerem prevalecer o seu prestígio pessoal, eram a negação mais absoluta, o entrave mais pernicioso à propaganda dos princípios novos que é necessário instaurar em Portugal.

Essa influência perniciosa — é necessário confessá-lo — mantém-se, apesar de tudo. Por toda a parte campeia o mais descarado caciquismo. A política velha triunfa, com grande contentamento dos velhos políticos que estiveram senhores do poder e contra os quais se fez a arrancada generosa e patriótica do sempre saudoso Marechal Gomes da Costa.

Chega-se até ao desprante, à audácia, ao descaramento revoltante de apontar os nacionalistas que mais contribuíram, pela sua acção e pela sua propaganda, para a preparação e eclosão do movimento de 28 de Maio, como os piores e mais terríveis inimigos da Ditadura Nacional. A intriga caciqueira vai medrando e vai produzindo os seus perniciosos efeitos.

Os decretos que se têm publicado, tendentes a assegurar a melhoria de condições dos trabalhadores, são letra morta. As autoridades na sua quasi totalidade não os cumprem porque os não compreendem. Ludibriados, escarnecidos, desorientados, os trabalhadores revoltam-se, reagem e aliam-se aos piores inimigos da sociedade, da Pátria e da civilização.

O agrupamento político que a Ditadura criou, nada mais é que um aglomerado de bons burgueses, bastante conservadores e liberais, que não gostam de se exporem nem de criarem inimizades, visto que dependem ainda dos antigos políticos de quem receberam favores e a quem não querem ser ingratos. Nasceu enfésado e, a continuar assim, pode ser expropriado por utilidade publica ou considerado velharia digna de museu.

Foram já publicados os decretos da organização corporativa que a inteligência moça do Dr. Pedro Teotónio Pereira elaborou. É preciso propagar, dinamisar, orientar e animar essa organização, para que ela se não perca amarfanhada e ridicularisada pelos velhos caciques que são contra tudo que represente renovação, doutrina nova, «nacionalismo», enfim.

É necessário mudar de rumo, para que se não perca todo o esforço generoso dos novos de Portugal.

Contra tudo e contra todos, é preciso entrar definitivamente em política nova com gente nova.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### Dr. Sanches da Gama

Na sua residência em Celas (Coimbra,) faleceu em 22 de Setembro o sr. dr. Eugénio Albuquerque Sanches da Gama, professor muito distinto do Liceu José Falcão daquela cidade.

O dr. Sanches da Gama, a quem ha pouco a nossa revista prestou uma inerecida homenagem, era um dos mais consagrados poetas da nossa terra. As suas produções afirmavam o seu belo talento e inspiração poética.

Nascido em Coimbra em 11 de Junho de 1864, pertenceu à geração de António Fogaça, Agostinho de Campos, Alberto de Oliveira, Eugénio de Castro, etc., sendo um dos

fundadores da revista literária «Boemia Nova», onde travou grande polémica com os «Insubmissos», revista literária que Eugénio de Castro dirigia.

Em 1885 publicou o seu primeiro livro de versos, intitulado «Primaveras», sendo os seus ultimos trabalhos «Relicário de Simão de Gouveia» e «Pela vida fóra». Colaborou em vários jornais e revistas do país tendo salvo o formoso Parque de Santa Cruz de um vandalismo reformador que em tempos se quiz praticar.

«Gil Vicente» apresenta sentidas condolências á família enlutada.

### Dr. Fortunato de Almeida

Em Vilar Seco (Nelas), faleceu em 27 de Setembro o sr. dr. Fortu-

nato de Almeida Pereira de Andrade, historiador culto e estudioso e um dos nossos mais distintos professores de ensino secundário.

Escreveu várias obras, duas das quais, «História da Igreja em Portugal», em 4 tomos e 8 volumes, e a «História de Portugal», em 7 volumes, são verdadeiramente notáveis e das que honram a cultura portuguesa. A primeira é um trabalho monumental, único na historiografia portuguesa, e representa o estudo de muitos anos e paciente pesquisa e coligenda pelos arquivos e pelos escritos dispersos sobre os assuntos da especialidade. A «História da Igreja em Portugal» é indispensável para o estudo da história pátria e fornece, pela copiosa indicação das fontes, material abundantíssimo para o estudo de numerosas questões ainda em litigio entre os eruditos.

A «História de Portugal» é excelente pela ordenação da matéria e pelo cotejo dos elementos documentais. É a única totalmente escrita por um só autor, pois a de Pinheiro Chagas foi continuada por Barbosa Colen e a de Schaeffer continuada por José Agostinho. Além destas, escreveu o dr. Fortunato de Almeida numerosas obras didacticas e de cultura.

Paz á sua alma.

## Integralismo Lusitano

Do fasc. IV, volume II, da Revista «Integralismo Lusitano», transcrevemos a seguinte nota, de excepcional importância:

«Em cumprimento das ordens de El-Rei e de quem dignamente O representa em Portugal;

Tendo em consideração os documentos políticos ultimamente publicados que converteram a Causa Monárquica num amplo organismo que abranje a totalidade dos portugueses obedientes à suprema autoridade e direcção de El-Rei o Senhor Dom Duarte II;

A Junta Central do Integralismo Lusitano, inspirada no mais alto interêsse nacional e segura de bem servir a Doutrina de Salvação Pública que há perto de vinte anos teve o destino de formular e até agora o encargo e honra de manter inflexivelmente, resolve:

1.º Saudar com o mais profundo respeito na Pessoa de El-Rei Dom Duarte II, o Descendente, Sucessor e Representante Legítimo de Dom Afonso Henriques, Fundador da Nacionalidade, de D. João I e de Nun'Alvares que a emanciparam e de Dom João IV que a libertou do domínio Castelhanao;

2.º Saudar o Lugar-Tenente de El-Rei, Conselheiro João de Azevedo Coutinho, personificação viva das virtudes cívicas e militares da nossa

raça, por seus feitos heróicos já proclamado benemérito da Pátria;

3.º Congratular-se sinceramente pela união dos monárquicos portugueses, hoje fortalecidos pela identidade de pensamento, de comando e de acção;

4.º Dirigir a expressão do seu melhor aprêço àqueles monárquicos fieis à realza do Senhor Dom Manuel II até à sua morte, que, na compreensão do verdadeiro dever de portugueses e à voz das suas convicções, reconheceram em El-Rei Dom Dearte II, o chefe da casa de Bragança e o Continuidor da Dinastia a que está ligado indissolavelmente o encargo tradicional da grandeza, da honra e da independência nacional;

5.º Saudar os monárquicos portugueses do nosso Ultramar e os que vivem no estrangeiro, especialmente os das organizações do Brasil, os quais na hora incerta em que alguns vacilavam por fraqueza moral ou condenáveis acomodações, souberam manter erguida a bandeira do definitivo resgate de Portugal;

6.º Saudar comovida e gratissimamente aqueles leais portugueses, os mortos e os vivos, que através dos sacrificios, dos perigos e das horas más do infortúnio, confiaram na sua direcção política, aceitando-a e seguindo-a até ao dia de hoje, em que alguns dos princípios fundamentais das nossas reivindicações, por cuja defesa tantos integralistas foram perseguidos e presos,

já são proclamados de salvação nacional pelos próprios poderes da República;

7.º Por julgar cumprida a sua missão, delibera, finalmente, dissolver-se e declarar dissolvida a organização política do *Integralismo Lusitano*, recomendando por último dever a todos os componentes das Juntas Provinciais, das Juntas Municipais, Nucleos e Juntas Escolares, que aceitem na organização nova da Causa Monárquica os lugares e situações que lhes forem atribuídos e os sirvam com a mesma dedicação e lealdade, certos de que, ao procederem assim, esta Junta e os seus dirigidos de hontem, contribuem para o revigoramento da última e primeira reserva de salvação pública que tem a sua expressão política na Monarquia e no Rei.

Viva Portugal!

A JUNTA CENTRAL.

«Estado novo, processos velhos»

Este artigo do nosso querido Director snr. Manuel Alves de Oliveira, publicado no último fascículo da nossa revista, foi integralmente transcrito por *A Voz de Fafe*, combativo semanário nacionalista, no seu n.º 18, de 9 de Setembro, classificando-o «de uma flagrante oportunidade política», e por *O Barcelense*, brilhante semanário-re-

gionalista, no seu n.º 1173, de 16 de Setembro.

Também a *União Nacional*, valoroso semanário Nacional Sindicalista, de Leiria, se referiu a êsse artigo, no seu n.º 265, de 19 de Setembro, nos seguintes termos:

«O nosso prezado colega *A Voz de Fafe*, pela pena ilustre e desassombrada do nosso prezado assinante e camarada N. S., sr. Manuel Alves de Oliveira, diz, e diz muitíssimo bem:

*Quanto mais se fala em Estado Novo, mais se ergue o Estado Velho, com todos os seus condenados processos de política essencialmente caciqueira e estruturalmente anti-nacional.*

De norte a sul do país todos os verdadeiros amigos do Estado Novo falam desta maneira... mas ninguém os atende! »

### «Um Rei Fanático...»

Um lamentável salto tipográfico alterou a paginação da conclusão deste magnífico estudo, publicada no último fascículo da nossa revista, alterando-lhe, assim, o seu sentido e boa compreensão.

Vimos hoje fazer a rectificação: — de páginas 119 segue-se a continuação a páginas 121. A continuação de páginas 121 está a páginas 120.

Desta última página segue-se a página 122, 123 e 124.

Deste erro de paginação pedimos muita desculpa aos nossos prezados leitores e ao nosso distinto camarada sr. Horácio de Castro Guimarães, autor dêste belo trabalho.

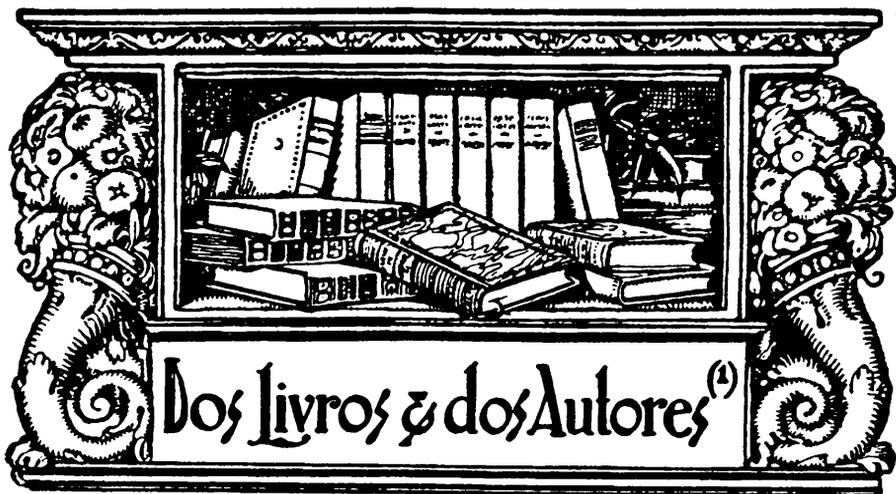
### Giuseppe Cellini

Entre os estrangeiros que mais amam o nosso país e, desinteressadamente, fazem obra de divulgação da nossa literatura, tem de ser lembrado o nome do artista italiano Giuseppe Cellini.

Ainda novo, veio ha já muitos anos a Portugal, tendo vivido no Porto e ensinado na Escola Livre de Arte, dirigida pelo ilustre Mestre Joaquim de Vasconcelos. Nesta altura dedicou-se ao estudo da nossa língua, que ainda hoje fala regularmente, apaixonando-se da nossa poesia.

Regressando a Itália, publicou, em 1894, um pequeno volume intitulado *Poeti Portoghesi*, em que ha primorosas traduções em verso italiano das líricas de Camões, Garrett, Antero, Guerra Junqueiro, etc.

Cellini quiz reservar-nos a honra de publicar neste fascículo a elegia de António Nobre, vertida em puríssimo verso italiano, o que agradecemos penhoradamente.



ARES DA MINHA SERRA — novelas transmontanas — por  
*Dr. Campos Monteiro*. Civilização, Ld.<sup>a</sup> — R. do Almada,  
107-2.º — Pôrto, 1933

O sr. dr. Campos Monteiro, director do magnifico magazine «Civilização», autor consagrado de inúmeras obras em prosa e verso, jornalista distinto, comentando e observando com subtil ironia e desigualável graça, os factos do momento que passa, autor teatral e tradutor duma boa dezena de romances espanhois e francêses, é, indiscutivelmente, o escritor português de maior e mais febril actividade. Na vida literária, o excesso de produção prejudica, geralmente, o valor e a qualidade das obras. O dr. Campos Monteiro, porém, é uma excepção. E embora não nos seja licito classificar de obras primas a grande maioria das suas produções, ele tem na sua bagagem literária livros de real valor e merecimento, que o público, — o melhor e o mais sincero dos júris — há muito coroou. *Versos fóra da moda* e *Musa irónica*; o célebre volume de crónicas, cheias de graça e bom humor, *A oito dias de vista* e essa formidável sátira politica *Saúde e Fraternidade*, que em Portugal e Brazil bateu o *récord* das tiragens; os romances plenos de emoção e de tão atraente enredo, escritos numa linguagem simples, sem ser banal, e de bem portuguesa construção, *Miss Esfinge* e *Camilo Alcoforado*; as lindas peças de teatro, *Flor do Tójo* e *Quando se amava assim*, — tudo isso são obras mais que suficientes para consagrarem um escritor e algumas delas, estamos certos, hão de resistir à corrupção do tempo, perpetuando o nome de Campos Monteiro nas letras portuguesas.

O último livro de prosa, há pouco publicado e que o dr. Campos Monteiro teve

---

(\*) Só darémos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

a amabilidade de nos enviar, é uma colectânea de novelas, que o A. enfeixou sob o título de *Ares da Minha Serra*. A primeira, *Tragédia dum coração simples*, com mais de duzentas páginas, é antes um romance do que uma novela e, incontestavelmente, a mais bela de tôdas. Enrêdo emocionante, com aquele poder de atracção, de página para página, de que o Dr. Campos Monteiro possui o segrêdo e com o qual consegue prender e conquistar os seus leitores. Linguagem simples, elegante, mas forte e pura, (pecando, talvez, apenas pelo excesso de termos regionais), com belas descrições da terra transmontana e onde perpassam figuras de encantadora grandeza moral, como êsse João Caramês, alma rústica de nobre e invulgar abnegação. Na segunda, *A Rebofa*, — tragédia, também, dum grande amor, que o ódio velho dos pais infelicita, — há a destacar a magistral descrição da *rebofa* (termo regional, pelo qual é conhecida a cheia do vale da Vila-riça). As figuras, igualmente exuberantes de vida, humanas, bem vincadas, parecem talhadas, pelo cinzel dum grande escultor, na rudeza do granito transmontano. E em todo o livro, o Dr. Campos Monteiro conserva-se e mantém-se à altura do seu nome, da consagração que o seu público fiel lhe conferiu. A capa, bela e expressiva, é das oficinas *Ars*, do Pôrto, escol de môços artistas da vanguarda.



UM AR DA MINHA GRAÇA — Contos humorísticos — por  
*Heitor de Campos Monteiro* — Editores: Civilização, Ld.\*  
 Porto, 1933.

Sem sair ainda da família Campos Monteiro, falemos agora do novo livro de *José de Artimanha*, pseudónimo literário de Heitor de Campos Monteiro, o mais novo dos três e o feliz continuador da facêta humorística, da graça e espírito do Pai!

Recordam-se os meus leitores, talvez, de lhes ter falado, não há muito, do *Tribunal dos Pequenos Delitos*; pois ainda de todo não se apagára o rumor do grande sucesso das duas edições dessa obra, quando nos surge, seguindo a esteira da primeira, *Um ar da minha graça*. E, de facto, neste livro, perpassa, da primeira à última página, a *graça* original e bem humorada do Heitor de Campos Monteiro.

Temperamento alegre e folgazão, conversador espirituoso e amável, entendendo (e talvez muito bem), que o bom humor é a melhor filosofia da vida, dedicou-se inteiramente a um género literário, bem pouco cultivado entre nós, e que já hoje domina com segurança e mão de mestre. E assim lançou à publicidade *Um ar da minha graça*, encantadora colecção de contos humorísticos, duma alegria contagiosa e sã, sem

pornografia e que tóda a gente pôde lêr. Livro de bem arquitetada fantasia, engraçados calemburgos e curiosos paradoxos, *Um ar da minha graça* caricatura, por vezes, cenas flagrantes da vida real, que o espírito satirico de *José de Artimanha* semeia de a propósitos e comentários duma ironia feliz, como, por exemplo, nas *Memórias dum Cão de caça* e na história do *Jaiminho*.

Edição moderna e elegante, com uma capa graciosa e fantasista das oficinas *Ars*.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

O PENSAMENTO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL (Século XIX) — II vol. — por *Fernando Campos*. Edição de José Fernandes Junior — Rua das Flores 11-13. Lisboa, 1933.

Não se cansa Fernando Campos, erudito escritor, de nos pôr em contacto com os ensinamentos claros dos nossos antepassados que souberam manter-se fieis à verdadeira tradição portuguesa, que o liberalismo negou e abandonou.

Este labor do escritor ilustre e esclarecido, que é Fernando Campos, pôde considerar-se — deve considerar-se — altamente benéfico e benemérito, pois recorda às novas gerações quanto de nobre, de elevado e de verdadeiramente português existe nos escritos dos nossos mestres contra-revolucionários, que souberam reagir, e souberam lutar contra a mentirosa mistificação liberalista.

Este II volume de *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal*, revela no seu A. uma grande e honesta cultura, que de ha muito vimos louvando e admirando. De facto, na já vasta obra de Fernando Campos, ha muito que admirar e aprender. Os nossos grandes mestres e doutrinários dos finais do século XVIII e de parte do século XIX, vão surgindo reabilitados aos nossos olhos e depurados da falsa lenda que os denegiam.

É a hora da justiça que surge e é à pena brilhante de Fernando Campos que, em parte, se fica devendo essa reabilitadora hora.

*O Pensamento contra-revolucionário em Portugal* é, pois, um admirável livro que deve existir na estante de todos os estudiosos, porque êle representa um grande serviço prestado à causa da Nação.

SANTO ANTÓNIO NA TRADIÇÃO BRASILEIRA, por *Ataliba Nogueira*. Biblioteca Patria-Nova. São Paulo, 1933.

É este livro deveras curioso pelos subsidios que encerra. Do outro lado do Atlantico, nas distantes terras do Brasil, mantem-se bem vivo o culto de Santo António, que o Autor não quer que seja português ou italiano, mas «il santo di tutto il mondo» como o proclamou o Papa Leão XIII, em 1895.

Mas Ataliba Nogueira, espirito culto e estudioso, ao estudar o inicio da devoção a Santo António no Brasil, afirma que Santo António devia ter ido com a expedição descobridora de Pedro Alvares Cabral, talvez como orago de uma das náus.

E, depois, quando a Cruz passou a sêr desde então, «alguma causa de sensível, na côr rubra, que as velas brancas e enfunadas apresentavam como esmalte» o Brasil consagrou-se a Santo António, ao Santo que os portugueses lhe levaram, tornando-se «devoção tradicional do povo brasileiro.»

E se o patenteiam «monumentos admiráveis e vetustos, documentos prístinos» também o folclore e a tradição «perpétua a grandeza e a singeleza dessa tradição popular» e de tal maneira que, como o confessa o estudioso e culto investigador de *Santo António na tradição brasileira*, não se pode negar nem é possível desconhecer «o influxo espiritual de Santo António na vida social brasileira e nas expressões da arte nacional. A poesia, a musica, a estatuaría, a architectura, glorificam-no em lampejos geniais, traduzindo a admiração e o culto do taumaturgo».

NA COSTA D'AFRICA (Memórias de um médico expedicionário a Moçambique), pelo *Dr. Américo Pires de Lima*.  
Edições Pátria. — Gaia, 1933.

Este livro de memórias pode alinhar entre os livros que já se tem publicado acerca do que foi a nossa intervenção na Grande Guerra.

Constitue mais um formidável libelo contra todos aquéles que mandaram os nossos homens à guerra de Africa, sem qualquer preparação, desprovidos de tudo, tornando a nossa Africa Oriental, como o confessa o Dr. Ricardo Jorge no *Prefácio* que escreveu, numa chacina, «olhada com a maior indiferença fatalista».

Quem tiver lido *Tropa de Africa*, de Carlos Selvagem, não deve deixar de ler estas *Memórias* do Dr. Américo Pires de Lima.

Logo de entrada, no capítulo *Lisboa, Cabo, Lourenço Marques*, se descreve como foi a despedida que mais se traduzia — no testemunho do Dr. Pires de Lima, — num «¡despachem-se quanto antes e governem-se como puderem!» E lá foram, mar fora, sem qualquer resguardo, pois dois torpedeiros que escoltavam o Moçambique «dentro do Tejo» voltaram para trás, o mesmo fazendo o *destróier* que «poucas milhas andadas» dá meia volta e engolfa-se, de novo «no soberbo estuário do Tejo».

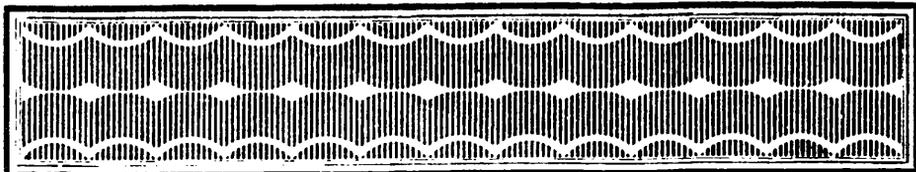
Depois é a vida no Hospital Provisório de Palma, constituído por «tendas de lona e armados barracões *maticados*», onde os lençóis nunca existiram e os doentes a arder em febre passavam dias e dias «numa atmosfera de forno».

A seguir toda a tragédia dos nossos soldados, completamente abandonados, e com fornecimentos de leite que «geralmente aparecia pódre e exalava um cheiro repulente, capaz de fazer vomitar as tripas a um avestruz».

A par destas páginas negras, de tragédia e de escandalo, ha neste livro páginas de colorido em que se descreve a vida dos insectos, no mato, a visita nocturna das feras e outros episódios curiosos.

Fez bem o Dr. Américo Pires de Lima em dar à publicidade estas *Memórias*. Elas contribuirão para se ficar conhecendo a história da nossa intervenção na guerra, e quanto de sacrificio, de amor pátrio e de heroísmo houve na vida dos nossos pobres soldados abandonados à sua triste condição . . . de escravos.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



## Filippo Terzi na Batalha de Alcácer-Quibir

por GUIDO BATTELLI

**Q**UANDO o Rei D. Sebastião, de gloriosa memória, preparava a jornada de África contra os mouros, pediu ao Duque de Urbino, que nessa altura gosava a fama de ser um dos maiores estratejas da Europa, que lhe enviasse um engenheiro militar para construir trincheiras e fortalezas na costa africana e, ao mesmo tempo, tomar a seu cargo a direcção das artilharias portuguesas. O Duque de Urbino enviou-lhe Filippo Terzi, capitão das suas tropas, que já se tinha assinalado na construção das fortalezas de Pesaro e Senigaglia, e em várias outras obras de character militar.

Terzi foi para Portugal nos fins do ano 1576. Esperto e trabalhador, de character amavel, conquistou a estima e a simpatia do jovem Soberano português, que o nomeou capitão das artilharias que em breve deviam seguir para Africa.

Terzi tomou parte no épico e trágico combate de 4 de Agosto de 1578, na planície de Alcácer-Quibir, tendo-nos deixado uma relação desta batalha na seguinte carta que êle dirigiu às freiras do Convento do Corpo de Cristo em Pesaro, depois de ter fugido da escravidão dos mouros.

«Neste turbilhão de ferro em que me encontrei, eu cumpri até ao fim o meu dever, porque gostava mais de encontrar a morte do que ficar mal vivo nas masmorras dos Pagãos.

Fiquei ferido, fui preso e carregado de ferros. Mas os mouros, em cujas mãos caí, esperando lucrar muito dinheiro no meu resgate, trataram-me com ervas, sal e unguentos, à sua maneira. Estando restabelecido ao fim de oito dias de tratamento, tiraram-me de Alcácer, e conduziram-me a Tetuan. Ali venderam-me por 32 escudos a quatro judeus; mas como eu sabia que o Sultão de Marrocos andava à minha procura para que eu o servisse como engenheiro, cortei as minhas barbas e disfarcei-me para não ser reconhecido.

Quando eu esperava, com outros infelizes cátivos, a minha libertação, fui descoberto por um Alcaide, governador de Tetuan, que, tendo-me reconhecido, me fez prender de novo, para me enviar ao Sultão. Foi nesta altura que eu pensei em fugir, porque nada me seria mais grave e desgostoso do que servir toda a vida a um Rei inimigo da gente cristã; mas eu estava em grande medo porque, se fosse descoberto, teria a morte como castigo. Encomendei-me, nas minhas devoções, às duas Santas de quem fiz os altares na igreja do Convento de Pesaro, e estas Santas me apareceram em sonho, encorajando-me a persistir no meu pensamento. Uma noite, pegando numa corda, desci as muralhas de Tetuan e escondi-me num palheiro onde recebia em segredo o meu sustento que me era trazido por dois escravos que aliás eu tinha beneficiado. Ali passei oito dias, aos fins dos quais consegui fugir em Ceuta, voltando pouco depois para Portugal.

Deus seja louvado, e louvadas sejam também as Santas Freiras de Pesaro que me inspiraram confiança e me ampararam com a sua protecção. (4)

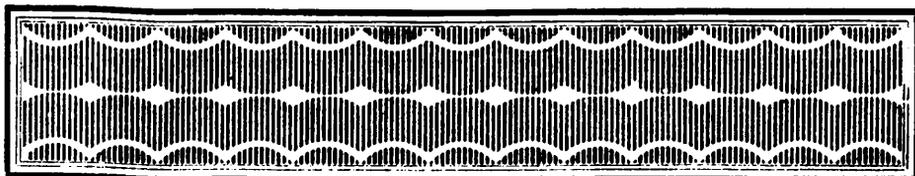
Terzi serviu o Cardeal-Rei nos poucos meses do seu reinado. Depois esteve ao serviço de Filipe II, que lhe deu a incumbencia de fortificar as costas do Algarve para defende-las das incursões dos ingleses, que, sob a direcção do celebre Almirante Dracke, roubavam as terras e deitavam fogo às cidades. Terzi edificou o forte de Sagres e o castelo de S. Filipe, perto de Setubal. Mais tarde contruiu o forte de Sant'Iago, em Viana, junto à foz do Rio Lima.

Mas Terzi foi também architecto de obras várias. É sua a Igreja de S. Vicente de Fóra, em Lisboa, assim como o aqueduto de Tomar e de Vila do Conde e o Claustro da Misericórdia de Coimbra.

Porém a obra mais esplendida que êle deixou em Portugal foi o claustro grande do Convento de Cristo, em Tomar, iniciado por Diogo Torralva e concluido por ele com novo e mais elegante dezenho, tomando a inspiração da Basilica do Palladio, em Vicença.

---

(4) A carta que está aqui traduzida encontra-se no rarissimo livro de Agostinho Gallucci: *Vita delle beate Felice e Serafine*, impresso em Ingolstad no ano de 1637. Muitas cartas de Terzi estão no Arquivo Nacional de Florença e na Biblioteca Oliveriana de Pesaro e serão publicadas em breve, por mim. Nestas cartas fala também dos trabalhos que ele fez em Tomar por ocasião da coroação de Filipe II, em 1581. O tablado de madeira que êle preparou nessa altura, foi, mais tarde, construido em pedra, criando-se assim o mais esplendido monumento da Renascença que existe em Portugal e, talvez, em toda a península ibérica.



# Uma Espadelada no Costeado

por ALFREDO PIMENTA

**A**s senhoras foram de automóvel. Eu e o Alfredo Manuel fizemos os três quilómetros que separam a Casa da Madre de Deus da Casa do Costeado, a pé. Um pouco de «footing», depois do jantar, não faz mal. Alfredo Guimarães, excelente amigo, esperava-nos à quem do Cano. E por volta das 22 horas, passávamos todos três o grande portão de ferro da Casa do Costeado.

A alameda larga e comprida que desce do portão até à casa, tinha dois renques de tijelinas colocadas no chão — como um longo rosário de luz palpitante. Entre as folhas das árvores, balões. No terreiro que enfrenta a casa, e em que a alameda se perde, mais tijelinas, mais balões. A frontaria da casa era uma constelação de estrelas, a que presidia uma lua tranquila — o fóco electrico que enchia de luz o terreiro.

Quando chegamos, estava ainda só a família, os donos da casa: D. José Ferrão e sua mulher, os seus filhos e sobrinhos. O filho mais velho, o D. Bernardo, empresário da festa, dava as últimas ordens.

Os trabalhos tinham sido intensos. Porque até às 14 horas, chovera que era um consolo. A tarde teve sol — e prometia uma noite boa.

D. José Ferrão...

Conhecemo-nos em Coimbra. Fomos companheiros de casa, no Bento, na rua de S. João, uma casa muito alta, de quatro andares, com restaurante e bilhar, no rez do chão.

Ele morava no primeiro andar.

Lá em cima, a dominar a rua, no último andar, vivia o Raul Aboim, poeta e magnífico amigo, que fazia habilidades acrobáticas na varanda, com pasmo e terror dos que passavam, e não se espantariam de o verem

precipitar-se daquelas alturas, desamparado, na rua. Eu morava no segundo andar — o quarto de trabalho para a frente, com a mesa vasta coberta por um pano preto, e na parede, em «*étagère*», à laia de guarda do quarto, uma caveira autentica, que ainda é viva — que fôra de um velho de 70 anos, e tinha os dentes todos. A caveira ainda vive, mas os dentes foram caindo, pela acção footballistica dos meus filhos que, em crianças, aprenderam, com ela, a não ter medo do que não faz mal. . .

Dos outros companheiros de então, já mal me recordo: sumiram-se na penumbra, e só em farrapos acodem à minha memória, uns nomes, uns vagos nomes.

O Raul Aboim e o José Ferrão esses ficaram sempre — amigos que não abandonaram os meus passos, e cuja convivência sempre me interessa.

O José Ferrão muito bem educado, fidalgamente educado, com um sorriso complacente para todos os exageros e uma tolerância encantadora para tudo o que não ultrapasse certos limites; muito inteligente, e com preocupações literárias discretamente afirmadas; cultivando os homens de valor — o que é a prova rial do valor próprio; o D. José Ferrão tem-se mantido constantemente nas minhas relações — desde aquelas épocas distantes em que, ao mesmo tempo, fomos escolares de Direito, na velha e douta Universidade.

Nem pestanejei, por isso, quando, outro dia, aqui na Madre de Deus, ele nos disse que havia, em sua casa, uma Espadelada, e nos convidava para a festa.

Os convidados foram chegando. Acolhia-os, com a gentileza tão simpática do seu sorriso, a sr.<sup>a</sup> D. Maria José, de fato minhoto que realçava o oiro fosco dos seus cabelos. Foram chegando, — e a animação começou a encher o vasto terreiro onde compridos bancos, em circulo, esperavam as espadeladoras.

Conversa-se. Fazem-se apresentações. O José Pequito Rebelo, hospede da casa, contempla com seus olhos nostalgicos de alentejano de raça, a feeria das luzes.

Da Povia de Varzim, vêm o dr. Caetano de Oliveira, o filho do dr. David Alves, o dr. João Franco, outro contemporâneo de Coimbra. Chegando de um piquenique divertido, aparece o João Martins da Costa, de Aldão, meu vizinho, aqui, na Madre de Deus, e que continua, com elegância, as optimas relações que houve sempre entre a sua gente e a minha gente. Algumas raparigas, que não conheço, põem notas risonhas no ambiente festivo.

Ha música, ao longe. Desce, devagar, a alameda, o grupo de S.

Torcato: à frente, dois pares de dansarinos — uma maravilha, seguidos dos músicos, violas, cavaquinhos, flautas, harmonica.

Sinto um arrepio, porque tudo aquilo arrasta bruscamente para a superfície da memória, manchas evocativas da minha mininice. A música, o canto — ai quantas e quantas vezes os não ouvi, por êstes campos, verdadeantes na Primavera, tostados ou loiros, no fim do Estio, quando por aqui andei, garotito que ensaia os passos sérios da vida! Quantas vezes!

O grupo desce, a cantar e a dançar. As setenta mulheres, raparigas quási todas, sentam-se nos bancos, e, a espadela fixada entre os pés, de espadadoiro em punho, esperam que lhes dêem os novelos de linho que, em monte, estão no meio em vasta roda que formam.

O grupo canta e dança. E já as setenta mulheres batem com os espadadoiros no linho, levantando núvens de poeira que lhes polvilham os cabelos. Cantam também. Aos pés, amontoam-se tomentos e arestas. Nas mãos, ficam-lhes linho e estopa. O linho será para os finos lençóis, para as finas toalhas, para as rendas delicadas. A estopa será para as camisas grosseiras, para os lençóis grosseiros. Os tomentos serão para os sacos do pão. E as arestas? Preguntei-o à minha cozinheira. E a Rosa respondeu: — «As arestas são, com licença do senhor, para o estrume...»

O grupo canta e dança. Paro a contemplá-lo. As duas raparigas e os dois rapases, rudes, como gente do campo que são, a dansar, têm levezas de plumas, e parecem-me feitos de borracha, tão elásticos e ritmados são os seus saltos.

Nos bancos, os espadadoiros não páram. Malham que malham, certos, no linho posto nas espadelas. É mais espessa a núvem de poeira; são mais brancos os cabelos das mulheres. A caseira, a senhora Aninhas, recolhe, por toda a parte, prestes, o linho espadelado.

Começa a choviscar. O trabalho declina. Dentro da Casa do Costeado, toma-se chá. Fora, em barraca, a mocidade come caldo verde. É uma hora da madrugada. Despedidas. Chove bem. Nos ouvidos, trago o murmurio dos cantos...

*Casa da Madre de Deus, Guimarães.*



# A Mulher

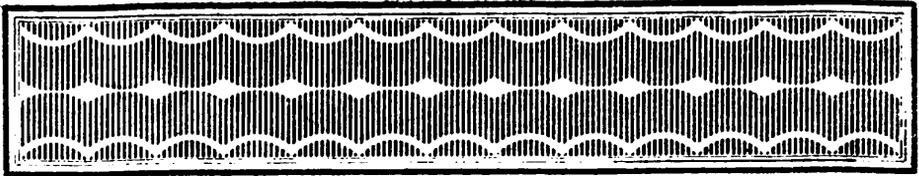
*Anjo que Deus mandára para a terra,  
A mulher — flor criada para o Bem —  
Mais do que um Ser, é uma trindade — encerra  
Em si três Seres: Filha, esposa e mãe.*

*Filha: É o enlevo cândido dos pais,  
Prémio divino, bênção e meiguice!  
Vergôntea em flor, cheinha de ideais,  
Ser-lhe-á encosto e sombra na velhice!*

*Esposa: E' o anjo protector do lar,  
Anjo do amor, da graça e do sorriso!  
Fada que veio ao mundo para amar,  
Para fazer da vida um paraíso!*

*Mãe: Fonte viva do mais santo amor!  
Toda um anjo-da-guarda em seu mister,  
Ser mãe é ter a sagração maior!  
E' a suprema glória da Mulher!...*

Maria Augusta Nogueira.



# O OUTONO

por Claudio e António Corrêa  
d'Oliveira Guimarães

**D**ÊSDE que o outono amanhece por sôbre os campos no seu lusco-fusco de saudades diluidas, névoas das madrugadas, confuso azul dos crepúsculos, dir-se hia que sob os seus finos e longos dedos de oiro, a paisagem se sente morrer de asfixia. Falta o ar às coisas. Pálido, esmorecido, o sol não tem quentura, mórbido e quebrado como um sorriso amarelo de doença e pelo espaço, pairando rufante, há qualquer coisa de aflitivo cuidado, de espasmo, de vaga tristeza religiosa, de agonia. Secar é morrer, disse-nos a natureza ao ouvido. E nós maravilhamo-nos do ar de santidade com que as coisas fenecem. Nesse drama de pequeninos seres eternamente mortos não há uma crispação, um grito, um desespero. Tudo é suave, recolhido, doce.

Corre baixinho o queixume dos rios; baixinho passa o murmúrio íntimo das fontes.

Folhas sêcas, folhas de oiro andam no ar e cicia como a resa dos nossos lábios em momentos de profundíssimo desgosto, o vento que as arranca, vento mau, vento que mata de levesinho, numa ilusão de beijos, os mil sonhos de verdura, em que a terra floresce.

O azul inegalável do céu português, diafano e brando como os de Puvis de Chavanes, escurece-se nestes dias. Uma poeira de luz lhe turva a vista e para o concavo remanso do seu seio trepa, pelos montes arriba, a verdura forte dos pinheirais, que são os sempre verdes e cuja mocidade perpétua parece não entender o triste expirar dos vales, onde a terra porque mais cêdo batalhou, mais cedo envelheceu.

Nós amamos sempre muito os pálidos outonos. Já em crianças, quando a nossa alma liberta e desajudada do pensamento, começava a ter a vaga,

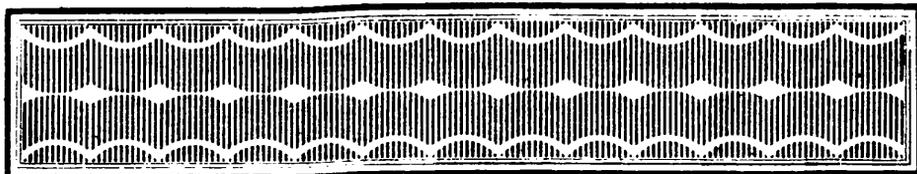
indecisa e sentimental percepção das coisas que a rodeavam, nós namoramos com olhos apaixonados a face macerada e lírica das paisagens outonais. Como nos sentíamos diluir, perder, integrar, então, no conjunto dorido dessa doce, indefinida e suavíssima mágua dos seres a que nunca Deus deu uma voz para falar e contar-nos o poema das suas dores ocultas!

Nunca compreendemos bem a Primavera. Sua luz rutila e excessiva, sua impetuosidade hilare de cores e de seivas, todo o estridente triunfo com que a natureza nos cerca, passa sobre a nossa alma como a chama de uma luz que só deixe sombras. Quando de nossa volta sentimos erguer-se a Terra no vibrado alvoroço e gloriosa ascensão das suas manhãs, agitar-se a seiva atordoante das mil batalhas pequeninas e triunfantes das vidas vegetais e na larga distância dos horisontes, desde os vales às montanhas, das árvores aos bosques, dos musgos às águas, das águas às almas, espalhar-se o forte, fecundo e veemente *grito d'alerta* que tudo acorda e chama ao riso, ao triunfo, à paixão, à febre de vencer e de criar — nós sentimo-nos isolados, sós mais do que nunca, na apagada penumbra de almas que envolve o nosso viver. Não amamos a Primavera porque nunca ouvimos serenamente êsse grito de alerta, ainda mesmo que ele seja de alegria. Amamos e queremos ao outono pela tendência natural dos tristes para a tristeza, pela atracção das afinidades, pelo que dele próprio existe na nossa alma, pelo que da nossa alma vemos retratado nele. Amamos no tempo e na terra o Outono como nas mulheres amamos os olhos tristes, nas almas as almas que sofrem, nas cores o roxo, nas flores as violetas, nos dias as horas crepusculares, na vida dos homens os momentos em que essas vidas choram, como amamos o fumo, a sombra, a névoa.

Outono, hora bendita em que a terra sofre! Indeciso e compungido outono, nós amamos-te!

Secar é morrer, disse-nos a natureza ao ouvido. Sol que revigorou é agora sol que emurchêsse. E quem não terá numa vida, após primaveras rutilas de anseios, de energias, de sonhos, após estios creadores de apaixonada febre, sentido bater dentro de si esta hora triste dos outonos de alma, em que a alma se despoja, dos mil sonhos verdes, em que reverdeceu?

Por muito absorver e beber como um licor que embriaga o encanto triste de certos outonos sem fim, nós vos amamos tanto ó pálida estação dos desgostos e das desilusões: estação das vidas aniquiladas!



# Impressões de uma espadelada minhota

por JOSÉ PEQUITO REBELO

**O** dia 23 de Setembro de 1933 foi de veras memorável para mim, porque nele assisti, pela primeira vez, a uma espadelada minhota. E uma espadelada minhota, com os olhos com que a vi, não foi um divertimento banal, uma curiosa novidade, antes a posso chamar uma grande lição amavelmente dada por êsse conjunto de cousas amáveis e sorridentes, que a espadelada parece apenas ser.

Recordemos, pois, todos os cambiantes e tons desse noturno jardim iluminado e sonoro; depois nos aparecerá o sentido profundo da ronda festiva, que à primeira vista pareceria não ter outra finalidade senão a de viver, com despreocupação infantil, os seus próprios minutos.

A magestosa alameda que desce do portão senhorial desemboca no vasto terreiro contra a frontaria apalaçada do Costeado. Nessa noite, alameda, terreiro e frontaria ostentavam grinaldas e festões de verdura, avivados de bandeiras e galhardetes, bordados de rosários luminosos.

Três formas de luz tinham sido convocadas à festa: das tijelinhas de barro floresciam línguas de fogo, cada uma palpitando no vento do seu destino, mas todas alinhadas em rectas inflexíveis, marcando o nobre quadro estético de cena; das lanternas de cores baixava uma luz irizada, de sonho, a dizer que a fantasia estaria também conosco nesse serão; por fim, um facho poderoso, como sol artificial, convergia os seus raios desde a altura do braço da fachada do solar, exprimindo o espírito de hospitalidade fidalga.

Na iluminação estava o essencial da festa: sob o clarão superior de uma hospitalidade aristocrática vinham confraternisar na alegria daquela noite duas encarnações de luz, a luz branca, em formas rectilíneas, a luz colorida em curvas, duas irmãs, a Luz da realidade e a Luz da fantasia.

Mas agora vão chegando à festa as formas humanas, e o ar enche-se também de vozes e de sons. Povo e fidalguia, mas todos irmanados na comum alegria, e vestindo as fidalgas a indumentaria regional, os trajas garridos em cor e forma das caseiras humildes. Os que vem para trabalhar e os que vem para dançar, mas todos no mesmo espírito de fraternidade, não se percebendo bem se aquele trabalho é uma dança de ritmo um pouco mais monotonou ou se aquela dança é um trabalho de esforço um pouco mais espontâneo.

Concentrica ao terreiro, uma grande bancada circular é ocupada pelas raparigas da espadelada, com seus apetrechos próprios, enquanto ao centro avultam os montões do linho que está prestes a sofrer a operação benéfica. Ageis rapazes vão distribuir a sua parte de matéria prima a cada uma das operárias. Destas o apetrecho é simples: duas peças de madeira, uma segura com o pé por uma cantoneira levanta à altura dos joelhos um gume sobre o qual a mão da operária encorta o linho; a outra peça é um batedor que descarrega golpes rápidos estreitamente paralelos àquele gume, a desfibrar e a limpar a fibra textil. Mas essa rudimentar utensilagem, bem eficaz nas mãos dexteras, se repararmos bem, veremos que ostenta timbres decorativos; as humildes peças de madeira tem seus labores de talha e algumas aparecem ornadas por espelinhos redondos!

Começado o trabalho, a impressão de conjunto é das que se não olvidam; há um encarniçamento brincado mas inflexível, naquele labor que é uma flagelação cheia de esperança e utilidade; dir-se-hia que aquele batuque forma um canto coral de sonoridade surda e rudimentar mas de alto poder expressivo, porque é o expressivo canto de triunfo com que a mão feminina celebra a sua tomada de posse sobre a fibra flexível do linho prestantíssimo. Aquele linho foi cabelo da terra, com suas hastes flexíveis ao vento de maio, nos frescos lameiros; mas agora morreu para si mesmo e resuscita nos sortilégios da mão feminina, agora desde este momento em que a crueldade feminina o flagela para lhe dar maior flexibilidade: a mesma mão ligeira e caprichosa, mas servindo sempre profundos e fundamentais instintos humanos, continuará a trabalha-lo, levando-o aos labios, a beija-lo, para que se torne fio; acariciando-o para que se alargue em tecido; revestindo-o por fim de uma brancura sobrenatural, e acrescentando maravilhosamente a sua beleza pela renda e pelo bordado!

E em todas essas metamorfoses não é capricho feminino que guiará essa mão feminina; uma regra alta de humanidade orienta o inflexível labor, pois o linho branco e laborado terá o seu destino no berço do recém-nascido e no enxoval do recém-casado; procurará piedosamente guardar o último calor do corpo que se esfria e será toalha de mesa

familiar, boa amiga do pão quotidiano; e mais do que tudo será toalha de altar!

\* \* \*

Do círculo das espadeladeiras começam a erguer-se revoadas de cantos, como se a alegria e o sentimento não pudessem deixar de simpatizar com o nobre e belo trabalho. Mas agora todas as atenções se dirigem para longe, para o cimo da alameda, onde uma grossa mó de gente avança na meia claridade, transbordante de som e de movimento.

O avanço é vagaroso e magestoso, como se procedesse a um rito; atrás vem a orquestra de violas, guitarras, cavaquinhos e mais instrumentos e de todos não é o menos curioso o dos bonecos, haste levantada ao alto na qual se articulam lateralmente titeres dançarinos, que batem com precisão o compasso, movidos pelo seu condutor, fazendo estralejar as castanholas que trazem presas, titeres vestidos à minhota com rigor, pequenas obras-primas de estatuária rude. Adeante da orquestra e do seu acompanhamento silencioso de povo, dois pares de dançarinos rusticos vão avançando, no ritmo lento e solene da *vareira descansada*.

Os movimentos dos homens são bruscos, sacudidos, com algo de levemente burlesco; os das mulheres são harmoniosos, cheios de dignidade e de nobreza na maneira como o corpo inteiro se ergue de quando em quando como a tomar o vôo nas asas da musica. Dançavam maravilhosamente, êsses que vi; e o efeito produzido era admirável, quando se viam os dançarinos emergir pouco a pouco da meia-claridade, aproximando-se para a plena luz, com seus movimentos cada vez mais nitidos e bem marcados. Tão insistente e bem executado era aquele ritmo que se diria ficarem no ar, para sempre solidificadas em cristalização de espaço, as posições sucessivas, as várias linhas, as curvas caprichosas, que os dançarinos iam ligeiramente deenhando e tocando nos seus movimentos. Avançando sempre a *festada* encontra-se agora no centro do círculo das *espadeladeiras* e é o momento culminante daquela noite. Tem muito de belo aquela cena complexa de trabalho com acompanhamento de arte, ou de arte com acompanhamento de trabalho.

A utilidade do labor com essa sobreposição se espiritualiza, ao mesmo tempo que a beleza das manifestações artísticas revela uma comovedora raiz de humanidade. Compreende-se como só edades negras de retrocesso na história humana tenham aceitado o divórcio da arte e da indústria. Desde as remotas origens, o trabalho teve a sua expressão espiritualista, traduzida em ritos religiosos apropriados; hoje em dia cumpre a todos

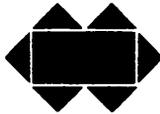
defender as sobrevivências destas festividades rústicas, nas quais a arte popular—à falta de uma mais alta forma de espiritualidade—vem tornar-se na alma nobilitante do trabalho braçal. Que mesmo também olhando para o futuro, podemos antever, talvez, como única solução aos problemas da economia moderna, a espiritualização do trabalho, pela arte e ainda por mais altas manifestações do espírito.

Ao presenciar aquela cena complexa de trabalho com acompanhamento de canto, música e dança popular, sentia-se a comoção das finas e delicadas flores da civilização e ao mesmo tempo a apreensão das tempestades sociais que ameaçam cresta-las.

A humanidade graciosa daquele trabalho docil e daquela arte ingénua ali se manifestava em plenitude; e mais amor da terra portuguesa, dentro do amor à civilização cristã que essa terra portuguesa lididamente representa, é o que para as almas irradiava dêsse espectáculo de ingénua e radiante beleza. Foi essa a grande lição que me deu a espadelada de Guimarães.

Assim como na iluminação a luz broxuleante, em linhas rectas, das tigelinhas representava os limites rígidos da realidade, a que se aliava, em justa proporção, a irisação da luz colorida representando a fantasia, assim também na festa celebrada se aliava em boa medida o trabalho útil à beleza desinteressada.

Pôrto, 2 de Outubro de 1933.



# Sentenças

(Continuação)

XIII

— Abre um olho p'ra vender  
E os dois para comprar. —  
*Rasão porque eu nunca tive  
Geito para negociar.*

XIV

— Braga, cidade dos p. p.. —  
*Tenha quatro ou tenha cinco  
(Os velhos só lhe dão trez),  
É um rendilhado brinco !*

XV

— Os amigos se conhecem  
Na adversidade. — *E onde estão ?*  
— *Bem longe, quando precisos...*  
— *Bem perto, quando o não são...*

XVI

— Homem velho e mulher nova,  
*Diz um rifão bafiento,*  
Teem filhos até à cova. —  
— *Abençoado casamento !*

XVII

— Mentira tem um pé pôdre ;  
Verdade é manca. — *Esta arenga  
Faz-me logo perguntar :*  
— *Qual delas é mais capenga ?*

XVIII

— Duas mulheres e um pato  
*(Que grupo!) fazem a feira. —  
E assim se prova, de facto,  
Que a mulher é linguareira.*

(De um livro inédito).

XIX

*Amor pequeno e fransino  
E' o teu; digo-o com mágoa.  
E' como o amor de menino,  
— Um verde cestinho de água...*

XX

— Ladrão que rouba a ladrão... —  
*Em face desta divisa  
Meio mundo anda a roubar  
Ao outro meio o que precisa.*

XXI

— Cada um com sua mania. —  
*Ai de nós se assim não fôsse!  
Mania — é uma ilusão  
Que torna a vida mais doce!*

XXII

— Aproveita o que não presta,  
Terás o que te é preciso, —  
*E deste modo consegues  
Um armazem de improviso.*

XXIII

— Quem se deita com crianças...  
*Se assim fôsse, creio eu,  
São Pedro não viveria  
Com tantos anjos no Céu.*

XXIV

— Quando mija um português,  
*Resa um mofento rifão,  
Mijam logo dois ou três. —  
— Será vício ou sugestão ?*

Leão Martins.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1833

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Agosto

**Dia 14** — Chegam, vindos de Lamego e com destino a Valença, alguns carros de pólvora. (P. L.).

**Dia 16** — São atacadas pelo *Colera-Morbus*, nesta vila, 4 mulheres, tendo nos dias anteriores sido atacadas mais algumas, o que aterrou muitíssimo os habitantes. (P. L.).

**Dia 17** — São suspensas as Ordenanças que costumavam ir todos os oito dias para o exército do Sr. D. Miguel, quasi desde que o Sr. D. Pedro entrou no Porto. (P. L.).

**Dia 18** — Saíram fóra das trincheiras do Porto algumas tropas do Sr. D. Pedro, as quais bateram algumas do Sr. D. Miguel que ainda estavam em volta do Porto, e as fizeram retirar para Baltar, chegando os piquetes até Alfena, o que fez com que os realistas desta vila retirassem «todas as suas preciosidades» e estivessem toda a noite e dia seguinte prontos para retirar. (P. L.).

**Dia 19** — Principiam, na igreja de S. Sebastião, preces por causa do Colera que já se tinha manifestado na vila, mas atacado só algumas mulheres. (P. L.).

**Dia 21** — Chega a esta vila o batalhão de voluntarios realistas que vinha de Penafiel para onde tinha retirado depois da acção do dia 18 deste mês. Trazia só

umas 80 praças, e vinha quasi sem officiais e todo roto. Á entrada tiveram alguns vivos (de rapazes) e no terreiro de Santa Clara deram alguns foguetes. Neste dia fizeram bastantes desordens. (P. L.).

Chega a noticia de ter sido reconhecido pelo governo inglês, o governo de D. Maria 2.<sup>a</sup>. (P. L.).

**Dia 26** — Chega aqui o Conde de Almer, francez, general comandante do exército realista de observação sobre o Porto, com o seu estado maior, uma guarda de cavalaria e uma brigada composta do regimento de infantaria n.º 5, regimento de provisórios (soldados livres), ao qual vinha agregado o casco do regimento de milicias da Barca e alguns de voluntarios realistas, cada um dos quais trazia mui pouca gente, alguns cavalos do regimento de cavalaria 8, e policia. Quando a brigada entrou não tocaram as musicas nem tambores; só alguns repiques em algumas torres da vila. Da meia noite por deante entrou outra brigada composta do regimento de infantaria 12, um batalhão de infantaria 17, vários batalhões de voluntarios realistas e milicias (pouca gente de cada um déles) e policia. No dia seguinte, de madrugada, chegaram 4 peças de artilharia montada e um obuz. Estas duas brigadas vinham de Amarante, e, com uma que foi para Penafiel, compunham a divisão de observação sobre o Porto.

**Dia 27** — Chega o brigadeiro Raimundo José Pinheiro, o qual trazia uma guarda de cavalaria e era acompanhado por um creado da casa real. Marcha no dia seguinte para Braga para tomar inteiramente posse do governo das armas da província do Minho para o qual tinha sido nomeado pelo sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 29** — Morreu, de *Colera-Morbus*, Domingos José de Freitas, (o Gago), negociante na rua de Couros. Foi sepultado no dia seguinte na igreja de S. Francisco. (P. L.).

Foram alguns voluntarios da divisão realista que aqui estava, aos campos das quintas de Vila Pouca e tiraram bastantes feijões, vagens, etc. Os creados e caseiros de Vila Pouca bateram em alguns, o que fez com que acudissem mais soldados estabelecendo-se uma grande desordem, disparando-se tiros e ficando alguns feridos. Estes voluntarios eram os que estavam aquartelados no convento da Costa. (P. L.).

**Dia 31** — Saiem para Braga o batalhão do regimento 17, alguns voluntarios realistas e alguma cavalaria, tudo da divisão que aqui estava. (P. L.).

A epidemia de *Colera Morbus* tinha acalmado alguma cousa nesta vila. (P. L.).

## Setembro

**Dia 3** — Puzeram-se em movimento e foram tomar posições fora da vila, em observancia, todos os corpos da divisão realista que aqui se achava, em razão da noticia de ter chegado a tropa constitucional à Barca da Trofa e a outros pontos. Em Braga, pela mesma noticia, também hoje saiu o General com alguma tropa, pegando

em armas os moradores e fechando as portas. (P. L.).

**Dia 5** — Na noite deste dia para o seguinte saiem desta vila alguns corpos da divisão realista (D. Miguel), que nela se achavam, e vão pela estrada de Penafiel para reforçar a brigada ligeira que estava na mesma cidade, em razão de terem saído do Porto tropas constitucionais (D. Maria). Pelas estradas desta vila para o Porto também foram reforçados outros pontos. (P. L.).

**Dia 6** — Entra nesta vila o batalhão de milicias da Maia (estava nas Caldas de Vizela para reunir gente). Trazia trinta e tantos soldados, o tambor-mor e alguns officiaes. (P. L.).

**Dia 7** — Entram aqui os corpos e contingentes dos corpos da divisão realista do Sr. D. Miguel que daqui tinham saído na noite de 5 para 6, para as partes do Porto. Retrogradaram em vista das tropas da sr.<sup>a</sup> D. Maria recolherem outra vez ao Porto. (P. L.).

**Dia 8** — Morre o tenente-coronel, graduado em coronel do regimento de infantaria n.º 5, chamado Sardinha. Á noite saiu da casa do Leiva, de S. Domingos, onde estava aquartelado, com um acompanhamento dos maiores que se tinha visto em Guimarães, não só pela imensidade de officiaes de todas as armas e de todas as graduações da divisão que aqui se achava (excepto alguns que estavam nos piquetes), mas também pela boa ordem com que tudo ia disposto, da forma seguinte: Mais de 200 sargentos e officiaes de todas as graduações, com tochas acesas formavam duas grandes alas no meio das quais ia a comunidade de S. Domingos; atraz destas duas alas ia o cadaver em um caixão a que pegavam 5 coroneis e 1 brigadeiro; atraz do caixão ia o general francez, Conde de Almer, com todo o seu estado maior;

seguinte-se o cavalo do defunto oficial, coberto com uma baeta preta e desferrado, fechando este prestito o regimento de infantaria n.º 12 (não foi o 5 por estar parte d'ele destacado em Barrosas) com as bandeiras enlutadas e a música tocando marchas funebres. Este prestito veio pelo Toural, Misericórdia e Oliveira para os Capuchos onde estavam todas as comunidades desta vila para lhe cantarem os responsos, e daí foi a enterrar ao Campo Santo. Quando o principio do prestito já ia a Santa Clara ainda o regimento n.º 12 estava a passar ao Toural, concorrendo muito povo da vila para ver o funeral. (P. L.).

**Dia 9** — Às 4 horas da tarde safu daqui para Santo Tirso a 2.ª brigada da divisão realista do Sr. D. Miguel, em observação sobre o Porto, a qual tinha aqui entrado a 26 do mês passado. Eram alguns batalhões de voluntarios realistas, (pouca gente de cada um deles), o regimento de infantaria 12, um batalhão de provisórios, trinta e tantos de cavalaria 8 e um obuz. (P. L.).

**Dia 10** — Às 5 horas da manhã saiu daqui para Santo Tirso a 1.ª divisão da brigada realista do Sr. D. Miguel. O General francês, Conde de Almer, tambem safu na direção que ela levava. (P. L.).

**Dia 12** — Na noite de hoje foi assaltada a casa da irmã de frei Alexandre «Cavaneiro», em Guilhomil, freguezia de Pentieiros, por uma grande malta de ladrões armados, os quais roubaram tudo que era pertencente à casa e também a alguns da vila que para lá tinham retirado por causa dos barulhos políticos, matando o dito fr. Alexandre que ia a fugir em camisa. Na manhã do dia seguinte foi para lá o juiz de fóra desta vila para fazer o auto de morte e roubo. Frei Alexandre era fradre de S. Francisco, para onde o trouxeram na noite do dia 13. Foi sepultado no dia 14 no claustro do seu convento. (P. L.).

**Dia 14** — Decreto do Duque de Bragança, regente, nomeando procurador geral da Coroa ao doutor João Baptista Felgueiras, illustre vimaranense.

Chegaram alguns guerrilhas realistas de Traz-os Montes, os quais foram aboletados e entraram a receber pão e etape. No dia seguinte vieram mais e andavam em patrulhas a rondar pela vila, batendo naqueles que se riam d'eles. (P. L.).

**Dia 21** — Aviso do Duque de Bragança, D. Pedro, regente do reino, participando ao vimaranense dr. João Batista Felgueiras, que, para prestar juramento e tomar posse do lugar de procurador geral da Coroa, devia apresentar-se às 9 horas do dia 23 d'este no Terreiro do Paço, no edificio destinado às sessões do mesmo Tribunal Supremo de Justiça.

**Dia 27** — Chega aqui um próprio que se tinha mandado ao Alentejo, o qual trouxe noticia de ter sido morto e roubado em uma das prisões de Estremoz o José Jejum (José António da Silva Guimarães), tenente que foi do regimento n.º 9, e mais 34 presos. (P. L.).

**Dia 28** — Alvará concedendo o titulo de conselheiro ao vimaranense dr. João Batista Felgueiras.

O corregedor interino e o governador militar Gaspar Leite de Azevedo, da casa do Cano, ordenam que as corporações da vila e comarca, e pessoas particulares deem roupas, capotes, calças, mantas, etc., para o exército realista, indicando a cada um o que devia dar. (P. L.).

O cabido deu o donativo de 50\$000 reis, para capotes e calças.

\*

Sai um Bando da Câmara para se pôr luminarias no dia seguinte. A saída do Bando houve alguns foguetes do ar e repiques em todas as torres da vila. (P. L.).

**Dia 29** — Por ser dia do santo do nome do Sr. D. Miguel, há repiques e morteiros durante o dia e à noite iluminação geral e alguns foguetes do ar. (P. L.).

## Outubro

**Dia 10** — Chega a Condessa de Basto e um filho de seu marido (era demente), indo espera-las as autoridades e outras pessoas de bem. Veio de Coimbra para onde tinha fugido de Lisboa (quando aí se levantou o grito a favor da sr.<sup>a</sup> D. Maria e da Carta) com o seu marido, que morreu em Coimbra. (P. L.).

**Dia 17** — Chega o bispo de Pinhel, D. Leonardo Bessa (estava em Braga, para onde tinha vindo pela semana santa quando lá estava o Sr. D. Miguel), que veio visitar a Condessa de Basto. Depois de fazer a visita a esta senhora, foi visitar Gaspar Leite, do Cano, as Freiras Capuchas e as recolhidas do Anjo, sómente; e daí, vindo pelo Tournal, foi jantar a Antemil à quinta do Moreira. Á saída da vila tocaram repiques em algumas torres. (P. L.).

**Dia 20** — Saiem para as freguesias do concelho os Escrivães do Geral com o fim de embargarem 20:000 alqueires de pão (milho) e grande quantidade de pipas de vinho para fornecimento do exército do Sr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 21** — Chegou aqui um oficial da marinha inglesa que o Sr. D. Miguel havia convidado para comandar a sua esquadra «(já a não tinha porque havia cahido em poder das forças navaes da sr.<sup>a</sup> D. Maria)»

o qual vinha do exército do sr. D. Miguel e ia para Viana ou para outro porto para se transportar ao seu país. (P. L.).

**Dia 24** — Sai um Bando da Câmara que manda pôr luminárias hoje e nas duas noites seguintes para festejar no dia 26, o aniversário do Sr. D. Miguel. O Bando ia da seguinte forma : uma escolta de milicianos das milicias de Barcelos, das quais se achava aqui um pequeno destacamento ; as bandeiras dos officios ; pregoeiro ; as bandeiras da Câmara ; uma musica tocando o hino realista e uma escolta das supraditas milicias comandadas por um subalverno. Enquanto andou fóra deram-se alguns foguetes. (P. L.).

**Dia 26** — Aniversário do Sr. D. Miguel. *Te Deum* em S. Pedro, assistindo o Cabido, corporações religiosas e auctoridades civis. (P. L.).

**Dia 27** — Pelas 9 horas da noite morreu frei João de Santa Rosa Barbosa Pinheiro, boticário no seu convento de S. Domingos, e no dia seguinte é sepultado no claustro, na 4.<sup>a</sup> sepultura defronte do cartório para as escadas da sacristia, detraz do altar de Nossa Senhora do Rosario. (P. L.).

Era capelão da missa das Almas ao alvorecer, e ainda neste dia a celebrou. (Nota do respetivo livro).

**Dia 30** — Em vereação foi determinado que quem quiser vender carne de porco fresca ao publico, poderá matar desde o dia 3 de Novembro, por 50 reis cada arratel, ou para baixo, não podendo alterar o preço de 50 reis sob pena de 12\$00 reis e 30 dias de cadeia.

## Novembro

**Dia 2** — Chega um major francês, chefe do estado maior do general Conde

de Almer, e mais alguns oficiais portugueses com uma escolta de soldados de cavalaria do Fundão, armados como lanceiros. Vinham de Santo Tirso onde estava uma brigada de tropas do Sr. D. Miguel em observação sobre o Porto, e marcharam de tarde para Amarante. (P. L.).

**Dia 4** — Passa aqui para Santo Tirso, onde estava o Conde de Almer e o seu exército de operações, a mesma gente que tinha passado no dia dois deste mês. (P. L.).

**Dia 5** — Ouve-se aqui algum fogo de artilharia para as partes do Porto. Foi em razão da divisão realista em observação sobre o Porto, comandada pelo general Conde de Almer, que estava em Santo Tirso, ir atacar os do Porto, havendo os primeiros aprisionado aos do Porto uns 7 homens, (eram todos de ordenanças), e tomado algumas armas. Houve mortos e feridos de parte a parte, tornando ambos os exércitos às suas antigas posições. (P. L.).

**Dia 12** — Decreto nomeando para delegado de Guimarães o bacharel Manuel de Freitas Costa, vimaranense, o qual, por decreto de 7 de Agosto foi transferido para Caminha. (P. L.).

**Dia 14** — Toma posse de governador militar desta vila o major do exército, Raivoso, natural de Fafe, sendo exonerado o seu antecessor Gaspar Leite de Azevedo, do Cano.

**Dia 22** — Chegam aqui, vindos de Lamego e a caminho de Valença, bastantes carros com reparos de peças de artilharia. (P. L.).

## Dezembro

**Dia 1** — Avançou sobre o Pôrto o general francês, conde de Almer, com a divisão realista que estacionava em Santo Tirso, saindo-lhe ao encontro as tropas

constitucionais estacionadas no Pôrto, comandadas pelo seu comandante Pacheco, travando-se um renhido tiroteio e havendo mortos e feridos de parte a parte. Morreu o comandante das tropas do Porto que entraram em fogo, e o coronel de infantaria n.º 10. Dos realistas, além de outros, um voluntário realista desta vila. Depois de 4 horas de fogo retiraram uns e outros para as suas antigas posições. (P. L.).

**Dia 4** — Chegam a esta vila alguns soldados feridos no tiroteio do dia 1 deste mês para se recolherem ao hospital. (P. L.).

**Dia 6** — Os estudantes não saíram mascarados, como era seu antigo costume, por o General da Provincia o não ter consentido. Os estudantes saíram à renda sem mascaras e com os seus vestidos ordinários. (P. L.).

Foi a ultima vez que o Cabido satisfizes aos coreiros e estudantes a costumeira (renda) de lhes dar duas razas de castanhas assadas, 2 almudes de vinho, 2 centos de maçãs, meia raza de nozes, meia dita de tremoços e duas dusias de molhos de palha painça. Não mais lha deu, julgando-se desobrigado por entender que estava compreendida nos dizimos, e estes haverem terminado; porém foi-lhe posta uma demanda pelos estudantes, em numero de 20 e por 3 meninos coreiros. Afim dos coreiros assinarem o requerimento para a demanda, os estudantes mandaram, anonimamente, por um carrejão, convida-los (ao engano) em certo dia, para a estalagem do Peixe, que era próximo à rua Caldeiroa, para na tarde desse dia conduzirem 1 anjinho à Igreja de S. Sebastião. Eles foram vestidos coralmente para a estalagem, onde estava em uma sala um caixão ladeado de 4 castiçais e suas velas a arder, cheio de doces e com vinho. Os estudantes obrigaram-os, assim, a assinar e no fim deram-lhes os doces, etc., e pagaram a cada um a esportula que costumavam receber.

**Dia 9**—Chegam aqui uma peça de artilharia, de grosso calibre, e varias munições de guerra vindas de Lamego e de passagem para Valença. (P. L.).

\*

Vindo de Braga chegou a esta vila D. Leonardo, bispo de Pinhel, e o general da Província, Raimundo José Pinheiro, que veio acompanhar o bispo que ia para a sua diocese. No dia seguinte foram ambos à Colegiada (tocando-se um repique à entrada e outro à saída) resar a N. Senhora da Oliveira e ver a casa capitular e o tesouro. O bispo seguiu para Pinhel e o general voltou para Braga. (P. L.).

**Dia 22**—Morreu em Lisboa o desembargador Francisco Barroso Pereira, natural do Porto, casado com a vimaranense D. Josefa Ermelinda Barroso, prima carnal do nosso cronista P. L. Tinha sido nomeado pelo sr. D. Pedro juiz do tribunal do comércio e ultimamente chanceler do Porto, cujo despacho não chegou a publicar-se por ter falecido.

Este ano foi desastroso para Guimarães com aboletamentos, derramas, embargos de géneros, e sobretudo com a peste; morreu um sem numero do pessoas, principalmente da classe indigente, não só na guerra civil, mas também da Colera-Morbus e malignas que grassaram em todas as estações do ano. A Colera-Morbus fez nesta vila poucos estragos, mas a maligna levou bastante gente. Houve muito vinho, chegando a vender-se no S. Miguel a 1\$200 reis a pipa; pão houve pouco. No fim d'este

ano ainda se achavam os dois exércitos de operações, realista e constitucional, este de Lisboa até Santarém e aquele em Santarém, tendo o sr. D. Miguel dado a demissão ao general de operações Maconel (inglês), e nomeado em seu lugar o tenente general Povoas (português).

Os exércitos realistas de observações sobre o Pôrto ainda se conservavam em Santo Tirso apreizando todos os géneros e fazendas que entravam ou saíam do Pôrto e eram encontrados por elles: mas ainda assim eram muitissimos os que passavam a salvo e muitissimos os negociantes das províncias que iam ao Pôrto por fazendas. Também por fins d'este ano andou o infante de Espanha, D. Carlos, por toda a raia espanhola a ver se lá entrava; porém nunca o pôde conseguir. Estando ultimamente em Bragança, ahi veio uma força espanhola que o fez retirar para Vila Real onde se pôs a recrutar, tendo já uma força bastante crescida, passando só nesta vila 200 e tantos voluntários realistas de Barcelos que estavam em Viana e que tinham sido mandados pelo general da provincia Raimundo José Pinheiro, para Vila Real para se reunirem às forças de D. Carlos. Também pelos fins d'este ano houve só no termo desta vila 4 roubos de Igrejas e bastantes de casas particulares. Finalmente o ano de 1833 foi o mais calamitoso que neste reino tem havido desde a sua fundação; pois na história não aparece outro igual a este, tanto por a guerra civil tão porfiada, como pela epidemia tão devastadora e duradoira. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«O trono dos Reis tem o seu assento entre Deus e os homens: acima dos homens, de quem são superiores, e abaixo de Deus de quem são súditos. Para servir e agradar a Deus, o que mais lhes importará é a santidade; para reger e governar os homens o que mais hão mister é a prudencia».*

PADRE ANTONIO VIEIRA.

### «A QUEM PERTENCE A CASA DE BRAGANÇA?»

É este o título de um curioso folheto que o Dr. Alfredo Pimenta, um dos nossos melhores escritores, inteligência viva servida por uma vasta e profunda erudição, acaba de lançar à publicidade.

Cheio de oportunidade, baseado em documentos históricos da mais alta importância, é um grito de protesto, que nós secundamos, contra a doutrina do decreto que foi publicado no *Diário do Governo* acerca dos bens da Casa de Bragança, que são privativos do Herdeiro da Corôa e Rei de Portugal.

Como muito bem diz o Sr. Dr. Alfredo Pimenta, o governo republicano procedeu «nesta conjuntura, como um governo republicano inteligente e perfeitamente integrado nos seus princípios, obediente aos seus pontos de vista políticos, e na plena consciencia da sua missão republicana».

Mas nós, que somos monárquicos, que não abdicamos dos nossos princípios e nos mantemos fieis à idéa que consideramos a unica capaz de salvar e de libertar definitivamente o nosso país, temos o direito de fazer ouvir os nossos queixumes e ponderar as nossas razões.

É por isso que aqui vimos dar o nosso aplauso e manifestar a nossa concordância com a exposição clara, irrefutável e vigorosa do Sr. Dr. Alfredo Pimenta, porque «a Instituição monarchica não desapareceu de direito, nem o seu Representante abdicou os seus direitos, antes os affirmou sempre. O throno não vagou, porque não vaga nunca, a não ser muito excepcionalmente: Rei morto, Rei posto. É essa a maior das virtudes da Instituição monarchica».

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

---

### Dr. Joaquim de Almeida Braga

Mais um denodado combatente nacionalista que desaparece.

Em Braga, sua terra natal, faleceu, quasi repentinamente, em 6 de Outubro, este nosso querido amigo, irmão do distinto escritor e nosso prezado colaborador sr. dr. Luís de Almeida Braga.

O dr. Joaquim de Almeida Braga, foi, desde a mocidade, um combatente ardoroso, tendo tomado parte nas ásperas jornadas da Galiza.

Regressado do exílio a Coimbra, onde ia continuar os seus estudos interrompidos, junta-se ao grupo de doutrinadores, que, vai para vinte anos, definiu a doutrina admirável do Integralismo Lusitano.

Inteligência viva sempre posta ao serviço dessa nova e única esperança de resgate, o dr. Joaquim de Almeida Braga deixa um lugar vago nas nossas fileiras.

Sentimos profundamente a morte do querido amigo e dedicado companheiro.

---

### «El doctor Sanches da Gama, poeta português eminentemente nacional»

Com este título referiu-se a bela revista espanhola *Revista Hispano-americana de Ciencias, Letras y Artes*, no seu número 125, de Setembro, à homenagem que a nossa revista prestou ao Dr. Sanches da Gama, já falecido, fazendo-o nos seguintes termos que muito nos penhoraram:

«*Gil Vicente*, la interessante revista de cultura nacionalista que se publica en Guimarães (Portugal) publica, en su último número llegado a nosotros, un documentado estudio de A. G. da Rocha Madhail, acerca del doctor Sanches da Gama, el gran poeta lusitano, autor de *Pela vida fóra*.

«Da Rocha recuerda los estudios hechos por celebrados autores acerca de la poesía portuguesa, «peculiarmente realista y naturalmente bucólica», y encuentra en esta calificación las características de la obra poética de Sanches da Gama, el poeta eternamente mozo, pleno de lirismo, que permanece fiel a su inspiración y a las tendencias estéticas de su tierra, con una lozanía y una fragancia perdurables a través de los años.

«En Sanches da Gama, espontáneo, natural, sencillo, se da el caso del poeta pintor. No hay en su producción descripción alguna que no tenga en la topografía portuguesa su original. Cuando emplea la sátira viva, como cuando se acoge a un místico lirismo, siempre refleja la realidad que le rodea. Y es tan perfecto su genio narrativo, que sus versos son cuadros y paisajes de las tierras o de las almas que Portugal encierra. En esta fidelidad a las cosas está, de seguro, el secreto del triunfo de Sanches da Gama y la razón indiscutible que asiste al público y a la crítica para consagrarle como el poeta eminentemente nacional.

«Al recoger en estas páginas dedicadas al pensamiento hispanoamericano, la fotografía del eximio poeta portugués con que nos obsequia *Gil Vicente*, rendimos un tributo público de admiración y de cordial solidaridad a la cultura portuguesa.

Es necesaria una leal e eficaz compenetración de España y Portugal, al margen de toda cuestión política; porque nada, a nuestro juicio, más apremiante que sellar una inteligencia entre las dos naciones hermanas, unidas en la historia y en la civilización por lazos indestructibles».

### Mestre Malhõa

Tem-se dito do grande Mestre, há pouco falecido, que êle era o pintor do sol e da terra e da gente rústica portuguesa — o mais português dos pintores portugueses.

E é bem verdade — a luz, a terra, as figuras dos seus quadros, olha-os a gente e logo depara com tipos nossos conhecidos de há muito, rincões de paisagem que os nossos olhos já viram e que vemos todos os dias, que se conservam na nossa memória como sitios que os nossos pés freqüentemente pisam. O sol, cujos cambiantes de luz a sua palheta de milagre pintava, ora dôces e esbatidos dos outonos; ora estuantes de côr, de brilho e que nos aquecem só de ve-los pintados na tela — é bem o sol glorioso da nossa terra, luminoso, amigo nosso e criador da vida...

Todas as figuras dos seus quadros são portuguesísimas de lei, tipos rústicos das nossas aldeias, dentre Mondego e Tejo, — tipos que a gente adivinha a falar um

português sem arrebiques, mas também sem um toque de estrangeirismos — sem convencionalismos de escolas ou truques especiais de pincel.

### João Hipólito Raposo

No dia 6 de Dezembro, faleceu, na sua casa de S. Vicente da Beira, o Sr. João Hipólito Raposo, pai do nosso querido amigo e apreciado colaborador Sr. Dr. Hipólito Raposo.

Ao querido amigo e ilustre escritor, um dos primeiros e mais altos valores desse grande e patriótico movimento de renovação iniciado pela brilhante pleiade de homens que criou o Integralismo Lusitano, queremos aqui deixar exarado o nosso profundo pesar pela grande dôr que o feriu.

### «Fernando Campos, genealogista do pensamento contra-revolucionário»

No fascículo I do volume VIII da magnífica revista *Nação Portuguesa*, publicou o nosso prezado camarada João Ameal, um belo estudo crítico da obra do nosso querido colaborador Sr. Fernando Campos.

Muito desejávamos transcrever esse belo estudo nas páginas da nossa revista. Não no-lo permite, porém, a falta de espaço com que

lutamos. Não queremos, no entanto, deixar de nos associar à homenagem justíssima feita a quem tantos e tão altos serviços tem prestado à cultura nacionalista no nosso país.

### «Pedras para o templo»

Em edição da Livraria Civilização, do Pôrto, acaba de publicar-se mais um livro do nosso prezado e ilustre amigo sr. dr. Hipólito Raposo. Entitula-se «Pedras para o Templo» e é um belo livro, na verdade.

O sr. dr. H. Raposo é um escritor terso na linguagem e na inteligência, dum alto aprumo no pensar e no escrever, e servido por uma grande e variada cultura.

Seis capítulos sobre assuntos coloniais ou sobre o Descobrimento e a Conquista e sete sobre assuntos literários e de cultura comporta o livro. Em todos êles há afirmações e observações que denotam o agudo espírito-crítico do autor, a sua cultura e o seu patriotismo.

### «Água de Neve»

Mais um livro do nosso querido amigo e escritor Nuno de Montemór, foi posto à venda, ilustrado admiravelmente pela gloriosa artista que é D. Raquel Gameiro.

Desta vez Nuno de Montemór foge das aldeias e das cidades, e é nas alturas da serra, que êle move

os seus personagens e reúne os seus leitores. Os sentimentos, as acções, as figuras do novo livro palpitam e movem-se entre reconcavos e alturas da montanha, tendo por cenário, ao ar livre da Estrêla, paisagens fortes de horizontes lavados.

É para êste ambiente que o autor desloca uma côrte antiga, e do contraste entre a virtude serrana e a côrte que começa a corromper-se surge o conflito, em que a bravura e a lealdade serrana se convertem num livro de realidades heroicas.

### **Altos estudos luso-franceses**

Perante um juri presidido pelos srs. Fernand Baldensperger, professor de literatura comparada da Universidade da Sorbonne, acaba de obter o seu Diploma de Estudos Superiores, Mr. André Parreaux.

A tese apresentada pelo candidato, que obteve a classificação de «muito bem», foi «Beckford e Portugal».

Mr. André Parreaux é um antigo bolsheiro do Instituto Francês em Portugal, que os leitores do «Bulletin des Études Portugaises», puderam já apreciar em interessantes trabalhos sobre o problema de Beckford.

A tése apresentada na Sorbonne

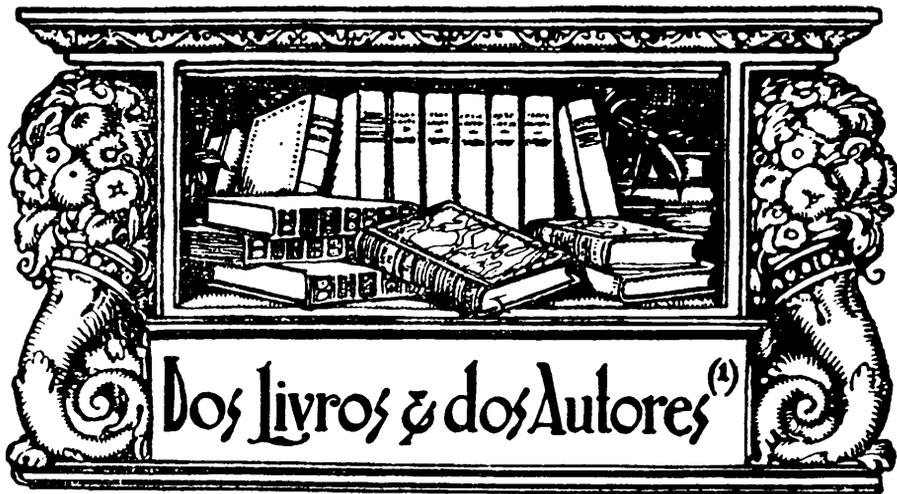
vai sêr brevemente publicada na primeira «Collection Portugaise», sob o comum patrocínio da Imprensa da Universidade de Coimbra e do Instituto Francês em Portugal. O volume conterà também a tradução de «l'Excursion à Batalha et à Alcobaça» e bem assim a parte portuguesa dos «Esquissos».

Felicitamo-nos por verificar que um grupo já numeroso de lusitanistas, à volta do sr. L. Gentil, em Paris, e do sr. L. Bordou, em Lisboa, trabalha com tanta proficiência para a divulgação em França, de tão interessantes assuntos que dizem respeito à cultura nacional.

### **«A Revolução Nacional dos Trabalhadores»**

É um opusculo da série «Estudos Sociais», das Edições U. P. O seu autor, António Lepierre Tinoco, espírito moço, culto e combativo, expõe nele os princípios do Nacional Sindicalismo sôbre Estado e Nação, Justiça Social, Família, Trabalho, Produção e Corporação, Propriedade e Capital, Economia Nacional, os Grandes Meios da Produção, Assembleia Nacional e o Estado dos Trabalhadores.

É um trabalho de propaganda, claro, sintético e incisivo.



CÉUS DE FOGO — Romance exótico — por *Campos Monteiro, Filho*. Edição de Civilização, L.d.<sup>a</sup> — Pôrto, 1933.

*Céus de Fôgo*, romance exótico, focando um drama de amor, entre personagens negros da selva e em plena selva africana, é um livro feliz. E se atendermos a que se trata duma obra de estreia, dum autor, que é novo ainda nos anos e na experiência das letras, poderemos mesmo acrescentar, sem lisonja e sem exagêros, que, além de feliz, êste livro representa um consagração prematura. E tanto assim que, *Céus de Fôgo*, pouco tempo depois de publicado, recebia o 2.º prêmio no Concurso de Literatura Colonial. É que, de facto, trata-se dum livro bom, pela originalidade do assunto, pelo poder descritivo de muitas das suas páginas, comunicando-nos uma forte sugestão do colorido local, pelo frémito doloroso de humanidade e paixão, que nele perpassa, e pela elegância, correcção e vigor da linguagem em que está escrito. Campos Monteiro, Filho, què durante cinco anos percorreu as nossas colónias mais longinquas, dá-nos, no estudo romanceado duma dessas raças exóticas, o conflito amoroso dum coração e duma sensibilidade de negro, o desditoso Nagaláua, a quem, pelo preconceito de raças, mais feroz e mais terrível ainda do que entre brancos, é negada a mulher negra, que êle ama, com ardente paixão. E porque o A. conheceu, observou e estudou o ambiente e a psicologia dêsse povo, o seu romance oferece-nos, ao contrário de tantas obras exóticas de autores portugueses e estrangeiros, um meio *real*, onde vivem e se agitam figuras *verdadeiras*. Enriquece ainda êste livro, um belo prefácio do ilustre escritor Dr. Campos Monteiro, que em meia dúzia de páginas nos fala do A. e nos dá uma síntese da obra. Para fecho desta ligeira apreciação a *Céus de Fôgo*, reproduzimos algumas passagens do interessante prefácio.

«Tragédia da selva africana, não lhe faltam, nem a çôr local, nem o delineio exacto de certas figuras que se tornam primaciais no decorrer da efabulação. Sobressai

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

acima de tódas a personalidade de Nagaláua, desenhada em contornos vigorosos, quasi estatuários, escultura de bronze em que a vida palpita e estremece, — uma vida selvagem, primária, mas onde estuam todos os bons e maus sentimentos que animam a natureza humana.»

«A lição das duas feras — que disputam encarniçadamente, até ao extermínio de um dos contendores, a posse da fêmea desejada — caindo sôbre a alma em luto do amante escorraçado e fazendo lá uma sementeira maldita, de que fatalmente há-de eclodir uma floração de bárbaros sentimentos desordenados, é uma *trouvaيلة feliz*.»

A edição é bem apresentada e com uma formosa capa de Adalberto Sampaio, pintor original e modernista, — um dos mais talentosos elementos do simpático grupo da *Ars*.

A RÚSSIA BOLCHEVISTA, por *Henrique Baptista*. Casa Editora A. Figueirinhas, Ld.<sup>a</sup> — Porto, 1933.

Linguagem simples, corrente e clara, como convém a obras de divulgação, dêste género. Livro de história e de crítica, o mais imparcial possível, sôbre a revolução comunista da Rússia bolchevista. Análise lúcida e comentários sensatos, desapaixonados, aos homens e aos acontecimentos, revelando-nos um espirito inteligente, bem orientado e culto.

*A Rússia bolchevista* é, certamente, dos livros mais interessantes que, em português, se têm escrito sôbre êsse tremendo movimento social asiático. Historiando os antecedentes e consequências políticas da revolução russa, descreve-nos tóda a *balbúrdia sanguinolenta, pre e post* revolucionária, as profundas transformações sociais, que êsse desditoso país tem sofrido, sob a tirania de Lenine e do seu sucessor Estaline, e nas quais a família, os sentimentos afectivos, a liberdade e a própria dignidade humana, se têm afundado numa derrocada sistemática. Livro curioso, na verdade, cuja leitura ora nos confrange, ora nos revolta a sensibilidade e a inteligência.

Edição ilustrada e bem apresentada. *A Rússia Bolchevista* é uma obra digna de lêr-se e que se recomenda a tódos aquêles que se interessam pelos estudos políticos e sociais.

O MISSIONÁRIO—Episódio dramático, por *Alípio da Silva Vicente*. Edição do «Boletim Mensal» Braga, 1932.

Num pequeno folheto de 34 páginas, cujo produto de venda reverte, simpaticamente, para as Missões Franciscanas, deu-nos o snr. Tenente Alípio da Silva Vicente um episódio dramático da vida missionária, escrito em boa linguagem e com alguns lances curiosos, embora, a nosso ver, sem grandes viabilidades de realização cénica. Belos intuitos, mas pecando, tecnicamente, pelo excessivo tamanho das falas de alguns personagens.

O IDEAL LEGIONÁRIO — pelo *Tenente S. Sombra*. Fortaleza — Ceará, 1931.

Numa brochura de 66 páginas, o Tenente Sombra, Chefe da Legião Cearense do Trabalho, diz-nos como se formou, o que é e o que pretende, êsse novo movimento político, de renovação social, com características nitidamente brasileiras, embora inspi-

rado em movimentos congêneres europeus, e que, nascido no Ceará, já hoje se encontra difundido em outras regiões do Brasil, como se vê da relação das sociedades confederadas, inserta no fim do volume.

Movimento nacionalista dos trabalhadores brasileiros, a «Legião» combate os erros da democracia, do individualismo, e apresenta-se, no seu programa, corporativista, anti-capitalista, anti-burguesa, anti-socialista, anti-comunista.

Ao Tenente Sombra, que se encontra no nosso país como emigrado da última revolução brasileira, apresentamos cordeais saudações e os mais vivos protestos de amiga hospitalidade.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

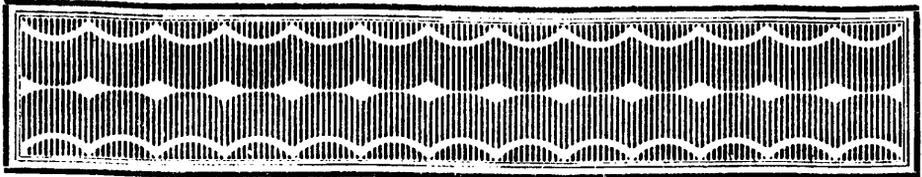
MARIA VIOLANTE, por *Arminda Amélia*, União Gráfica.

É este o primeiro volume da segunda série da *Colecção Veritas*, que, auxiliando os novos, contribue, ao mesmo tempo, para sanear as nossas letras, dando-lhes um novo sentido de Arte e de Beleza.

O trabalho de Arminda Amélia tem lances curiosos de descritivo impolgante. Essa figurinha gentil de sacrificada, que é Maria Violante, atrai sobre si a atenção dos leitores, que vivem a hora de tragédia da família do Visconde de Riba-Mar, e se alegram com o desfecho imprevisto desta novelazinha que a fé alumia, a esperança alenta e onde o amor triunfa.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.





# Indice do IX Volume

## TEXTO:

|                                                                   | Págs. |
|-------------------------------------------------------------------|-------|
| ALVES DE OLIVEIRA (MANUEL)                                        |       |
| <i>Renascimento Nacionalista</i> . . . . .                        | 31    |
| <i>Saudação ao Dr. Rolão Preto</i> . . . . .                      | 89    |
| <i>Estado novo, processos velhos</i> . . . . .                    | 137   |
| <i>Política nova com gente nova</i> . . . . .                     | 168   |
| <i>«A quem pertence a Casa de Bragança?»</i> . . . . .            | 196   |
| AMADOR SANTELMO                                                   |       |
| <i>A monja do coração</i> . . . . .                               | 118   |
| BATTELLI (GUIDO)                                                  |       |
| <i>Filippo Terzi na Batalha de Alcácer-Quibir</i> . . . . .       | 177   |
| BRAGA (LUIS DE ALMEIDA)                                           |       |
| <i>Homenagem a Guimarães</i> . . . . .                            | 41    |
| CAMPOS (FERNANDO)                                                 |       |
| <i>Panfletários e energúmenos</i> . . . . .                       | 43    |
| <i>Os energúmenos da Liberdade</i> . . . . .                      | 61    |
| <i>Ramalho Ortigão</i> . . . . .                                  | 81    |
| <i>António Ribeiro Saraiva</i> . . . . .                          | 105   |
| <i>O 14 de Julho</i> . . . . .                                    | 113   |
| <i>D. Frei Fortunato de S. Boaventura e os estudos antonianos</i> | 145   |
| CELLINI (G.)                                                      |       |
| <i>António</i> . . . . .                                          | 156   |

|                                                                                             | Págs.                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| DÓRIA (ANTÓNIO ALVARO)                                                                      |                                     |
| <i>Cartas sem franquia.</i> . . . . .                                                       | 14, 48, 57, 99 e 125                |
| GUIMARÃES (HORÁCIO DE CASTRO)                                                               |                                     |
| <i>Um Rei Fanático</i> . . . . .                                                            | 37, 66, 86, 97 e 119                |
| LEÃO MARTINS                                                                                |                                     |
| <i>Sentenças</i> . . . . .                                                                  | 23 e 189                            |
| LOPES DE FARIA (JOÃO)                                                                       |                                     |
| <i>Velharias Vimaranenses</i> . . . . .                                                     | 24, 51, 71, 94, 108, 133, 164 e 190 |
| MACHADO (ANTÓNIO DE SOUSA)                                                                  |                                     |
| <i>À margem de "O Espólio de Fradique"</i> . . . . .                                        | 151                                 |
| MADAHIL (A. G. DA ROCHA)                                                                    |                                     |
| <i>Um poeta eminentemente nacional</i> . . . . .                                            | 77                                  |
| NOGUEIRA (MARIA AUGUSTA)                                                                    |                                     |
| <i>A Mulher</i> . . . . .                                                                   | 182                                 |
| OLIVEIRA GUIMARÃES (CLAUDIO E ANTÓNIO CORREA)                                               |                                     |
| <i>"O Pintor de Santas" de Horácio de Castro Guimarães</i>                                  | 128                                 |
| <i>O Outono</i> . . . . .                                                                   | 183                                 |
| PEQUITO REBELO (JOSÉ)                                                                       |                                     |
| <i>Impressões de uma espadelada minhota</i> . . . . .                                       | 185                                 |
| PEREIRA (PEDRO TEOTONIO)                                                                    |                                     |
| <i>António Sardinha e a sua missão</i> . . . . .                                            | 11                                  |
| PIMENTA (ALFREDO)                                                                           |                                     |
| <i>Uma espadelada no Costeado</i> . . . . .                                                 | 179                                 |
| REDACÇÃO                                                                                    |                                     |
| <i>Rei Morto, Rei Posto</i> . . . . .                                                       | 5                                   |
| VEIGA DOS SANTOS (ARLINDO)                                                                  |                                     |
| <i>Qual devia ser a língua no Brasil? Qual o idioma brasileiro, teóricamente?</i> . . . . . | 20                                  |
| <i>A. S. A. R. Dom Duarte Nuno</i> . . . . .                                                | 150                                 |

Pensamentos, Palavras & Obras — *Da vida: Dos factos:  
Das letras:*

|                                                                               | Págs. |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------|
| «Acción Española» . . . . .                                                   | 32    |
| «Agua de Neve» . . . . .                                                      | 199   |
| Alfredo Pimenta (Dr.) . . . . .                                               | 33    |
| Altos estudos luso-franceses . . . . .                                        | 200   |
| Amador Santelmo . . . . .                                                     | 139   |
| António Corrêia de Oliveira . . . . . 33 e                                    | 92    |
| «A Revolução Nacional dos Trabalhadores . . . . .                             | 200   |
| Brigadeiro João de Almeida . . . . .                                          | 138   |
| «Cadernos Corporativos» . . . . .                                             | 34    |
| «Cadernos de Crítica e de Formação Intelectual» . . . . .                     | 34    |
| Conde de Margaride . . . . .                                                  | 92    |
| «El doctor Sanches da Gama, poeta português eminentemente nacional» . . . . . | 197   |
| «Estado Novo, processos velhos» . . . . .                                     | 171   |
| «Fernando Campos, genealogista do pensamento contra-revolucionário» . . . . . | 199   |
| Fortunato de Almeida (Dr.) . . . . .                                          | 169   |
| Giuseppe Cellini . . . . .                                                    | 172   |
| «Integralismo Lusitano» . . . . .                                             | 139   |
| Integralismo Lusitano . . . . .                                               | 170   |
| Itália Renovada . . . . .                                                     | 140   |
| Joaquim de Almeida Braga (Dr.) . . . . .                                      | 197   |
| João Hipólito Raposo . . . . .                                                | 199   |
| Mestre Malhã . . . . .                                                        | 198   |
| «Nação Portuguesa» . . . . .                                                  | 93    |
| Novos colaboradores . . . . .                                                 | 32    |
| «O Pensamento contra-revolucionário em Portugal» . . . . .                    | 139   |
| «O Pintor de Santas» . . . . .                                                | 34    |
| Organização do Trabalho Nacional . . . . .                                    | 140   |
| «Pedras para o Templo» . . . . .                                              | 199   |
| Pedro Teotónio Pereira (Dr.) . . . . .                                        | 92    |
| «Revolução» . . . . .                                                         | 140   |
| Sanches da Gama (Dr.) . . . . .                                               | 169   |
| Um grande amigo de Portugal . . . . .                                         | 93    |
| «Um Rei fanático...» . . . . .                                                | 172   |

Dos Livros & Dos Autores:

|                                                                                                                                 | Págs. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <i>A Acção Missionária dos Jesuítas Portugueses</i> , por J. da Costa Lima . . . . .                                            | 142   |
| <i>A Hora Vermelha</i> , por Nuno de Montemór . . . . .                                                                         | 54    |
| <i>Além-Mar</i> , por João Cabral do Nascimento. . . . .                                                                        | 141   |
| <i>Alguns aspectos da vida portuguesa no cancioneiro de S. Simão de Novais</i> , por Fernando de Castro Pires de Lima . . . . . | 56    |
| <i>A Maçonaria em Portugal</i> , por Da Cunha Dias . . . . .                                                                    | 75    |
| <i>António Nobre Liriche</i> , por Guido Battelli . . . . .                                                                     | 143   |
| <i>Ares da minha serra</i> , pelo Dr. Campos Monteiro . . . . .                                                                 | 173   |
| <i>A Revolução da Ordem</i> , por João Ameal . . . . .                                                                          | 111   |
| <i>A Rússia bolchevista</i> , por Henrique Bátista . . . . .                                                                    | 202   |
| <i>Céus de fogo</i> , por Campos Monteiro, Filho . . . . .                                                                      | 201   |
| <i>Comentário e resposta ao « Ideal Republicano » do Dr. António de Sá Nogueira</i> , por António do Amaral Pyrrait . . . . .   | 111   |
| <i>Da defesa e conceito de propriedade</i> , por António de Sousa Machado . . . . .                                             | 56    |
| <i>Da Poesia medieval portuguesa</i> , por Aubrey F. G. Bell . . . . .                                                          | 143   |
| <i>Da vida agrária</i> , por Marino S. Ferreira . . . . .                                                                       | 144   |
| <i>Desorientada</i> , por Aurora Jardim Aranha . . . . .                                                                        | 55    |
| <i>Em memória de uma rosa branca</i> , por Nuno de Montemór . . . . .                                                           | 36    |
| <i>Litoral</i> , por João Cabral do Nascimento . . . . .                                                                        | 141   |
| <i>Maria Violante</i> , por Arminda Amélia . . . . .                                                                            | 203   |
| <i>Na Costa d' Africa</i> , pelo Dr. Américo Pires de Lima . . . . .                                                            | 176   |
| <i>O Desastre das reformas agrárias</i> , por José Pequito Rebelo . . . . .                                                     | 35    |
| <i>O Espírito da Raça Portuguesa na sua expansão Além-mar</i> , por João de Almeida . . . . .                                   | 143   |
| <i>O Ideal Legionário</i> , pelo Tenente S. Sombra . . . . .                                                                    | 202   |
| <i>O Missionário</i> , por Alípio Vicente . . . . .                                                                             | 202   |
| <i>O Pensamento contra revolucionário em Portugal</i> , por Fernando Campos . . . . .                                           | 175   |
| <i>Páginas de Jornalismo</i> , por Horácio Bento de Gouveia . . . . .                                                           | 142   |
| <i>Paixão e graça da terra</i> , por Luís de Almeida Braga . . . . .                                                            | 76    |
| <i>Revolução Social</i> , por Eugénio de Belonor . . . . .                                                                      | 112   |
| <i>Santo António-Jornada do centenário</i> , por Afonso Lopes Vieira . . . . .                                                  | 76    |

|                                                                                 | Págs. |
|---------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <i>Santo António na tradição brasileira</i> , por Ataliba Nogueira              | 175   |
| <i>Um ar da minha graça</i> , por Heitor Campos Monteiro .                      | 174   |
| <i>Uma joia da iluminura portuguesa</i> , por J. Cardoso<br>Gonçalves . . . . . | 36    |
| <i>Un Saint pour chaque jour du mois</i> . . . . .                              | 144   |

**Gravuras e ilustrações:**

|                                              |     |
|----------------------------------------------|-----|
| EI-Rei Dom Duarte II . . . . .               | 7   |
| D. Aurora Jardim Aranha . . . . .            | 55  |
| Eugénio Sanches da Gama . . . . .            | 79  |
| Horácio de Castro Guimarães . . . . .        | 130 |
| D. Frei Fortunato de S. Boaventura . . . . . | 146 |
| Dr. Campos Monteiro . . . . .                | 174 |

